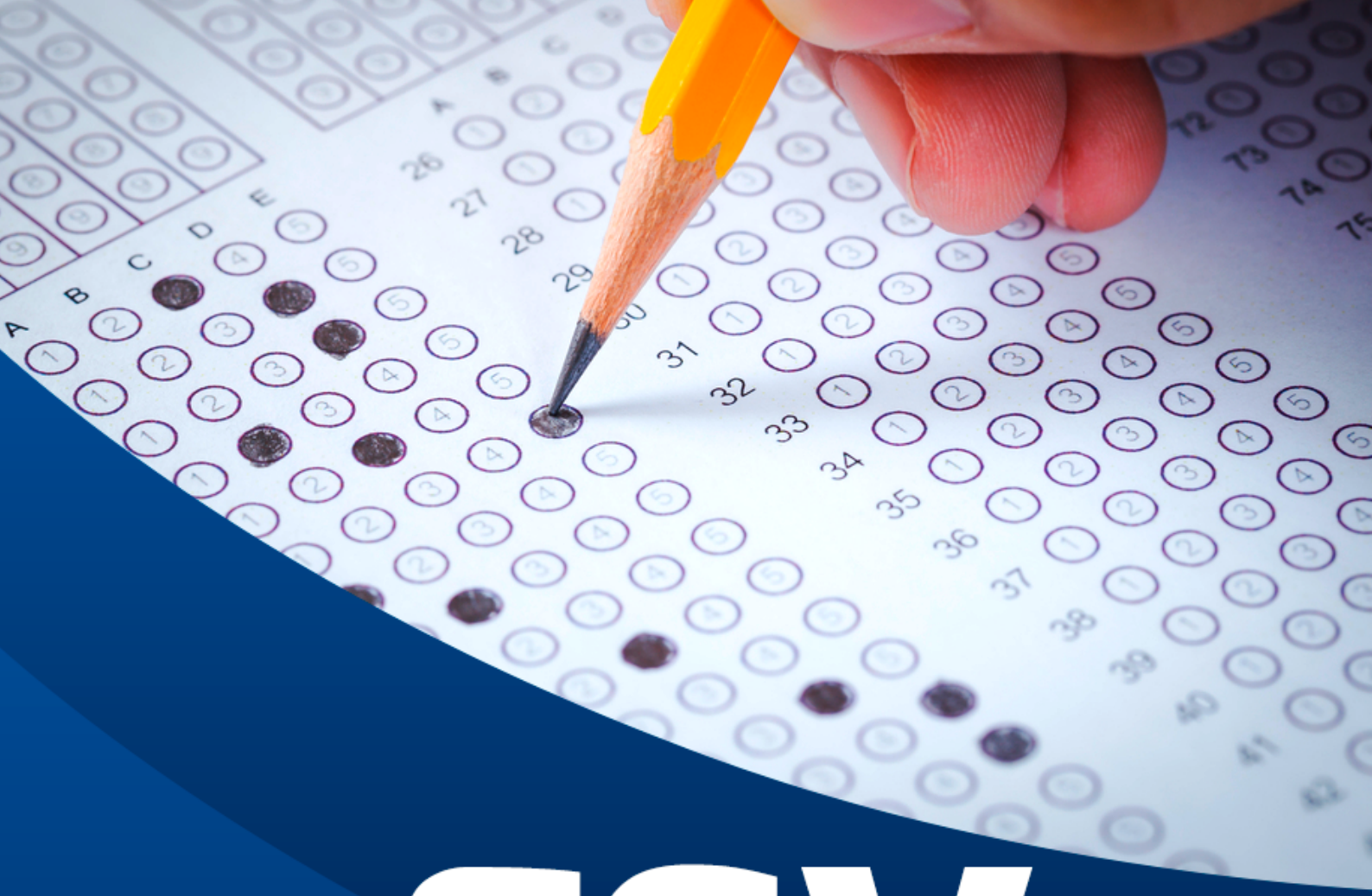


FGV

Coletânea de Questões 2019

Mais de **900** Questões Gabaritadas!

GRAN CURSOS ONLINE

Apresentação

Prezado(a) amigo(a) concurseiro(a), tudo bem?

A equipe Gran Cursos Online preparou uma supercoletânea de questões da banca FGV para auxiliá-lo em sua preparação.
A coletânea conta com mais de 900 questões gabaritadas.
Todas elas foram extraídas de provas aplicadas em 2019, o que permite conhecer as últimas tendências do que tem sido cobrado pela banca em seus certames.
Para facilitar a correção, utilize a Folha Dinâmica de Respostas, uma ferramenta útil que ajudará na avaliação do seu desempenho.

Bons estudos! Conte sempre conosco!

Equipe Gran Cursos Online

Sumário

Língua Portuguesa e Redação Oficial **4**
Raciocínio Lógico-Matemático **103**
Noções de Informática **140**
Direito Administrativo **161**
Direito Constitucional **168**
Direito Civil **226**
Direito Processual Civil **250**
Direito Penal **276**
Direito Processual Penal **296**
Direito do Trabalho **326**
Direito Processual do Trabalho **335**
Direito do Consumidor **343**
Legislações Específicas **349**
Administração Financeira e Orçamentária - AFO **370**
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF **376**
Administração Geral **381**
Arquivologia **413**

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

1. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Observe o corpo do texto de um aviso oficial:

> Senhor Ministro,
>
> Convida-se V. Ex^{cia}. a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional sobre Economia de Energia, a ser realizado em 5 de março próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, localizada aqui pertinho, no Setor de Áreas Isoladas Sul, nesta capital.
>
> O Seminário mencionado inclui-se nas atividades do Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos, instituído pelo Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990, que procura, juntamente com outras iniciativas, racionalizar a utilização de aparelhos elétricos, lâmpadas etc. nos prédios públicos.

A única característica da redação oficial que é respeitada neste documento é:

a. a formalidade;
b. a impessoalidade;
c. a correção gramatical;
d. a concisão;
e. a padronização.

2. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)

> Aviso nº 45/SCT-PR
> Brasília, 27 de fevereiro de 1991.
> A Sua Excelência o Senhor
> Fabrício Miranda
> Ministro do Meio Ambiente
> Assunto: Seminário sobre economia de energia

Esse é o início de um texto representativo da redação oficial. Sobre os componentes acima indicados, a única informação INCORRETA é:

a. "Aviso" indica o tipo de expediente;
b. 45 indica o número sequencial de produção no ano de 1991;

c. SCT é a sigla do órgão expedidor;
d. PR identifica o estado do destinatário;
e. "Assunto" indica o conteúdo temático do texto.

Texto 4

Observe o trecho retirado do livro *A vida íntima das frases*, de Deonísio da Silva. A ocasião faz o ladrão. Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão. Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano para vazar seus artigos. Segundo tal hipótese, o que garante não haver ladrões é um eficiente sistema de punição.

3. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Alguns termos de um texto são explicitados por termos posteriores (catáforas) e não por termos anteriores, como nas anáforas. A frase abaixo que tem um exemplo de catáfora é:
a. Ele é um grande craque, esse tal de João;
b. Encontrei o deputado numa festa, mas nunca mais o vi;
c. Comprei o novo computador no Mercado Livre;
d. As frutas e os legumes eu trouxe, mas o restante, não;
e. Os meus vizinhos sempre me auxiliam nas tarefas.

4. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Sobre a estruturação do texto 4, a única afirmação inadequada é:
a. A ocasião faz o ladrão – indicação da frase que gera os comentários realizados na continuidade da frase;
b. Frase com certa sutileza malvada embutida – segmento opinativo, de responsabilidade do autor do livro;
c. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão – inferência retirada dos segmentos anteriores;
d. Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano – ampliação da informação do texto por meio da análise da frase motivadora;
e. Segundo tal hipótese – a hipótese referida é a de haver diversos códigos apoiados na concepção aludida.

5. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) "Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão". Nesse segmento do texto 4, há uma forma reduzida de gerúndio, que equivale explicitamente a:

a. já que há ocasião;
b. quando há ocasião;
c. se houver ocasião;
d. embora haja ocasião;
e. conforme haja ocasião.

6. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Numa outra frase analisada no livro A vida íntima das frases, de Deonísio da Silva, aparece a introdução a seguir. A preço de banana. A expressão remonta a um tempo em que a banana dispensava maiores cuidados e integrava aquelas frutas já existentes no Brasil antes do descobrimento, não sendo sequer necessário plantá-la para que desse frutos". Um texto é construído com muitas reiterações de seus termos; as formas de reiteração são variadas. Considerando o fragmento do texto acima, indique a identificação da forma de reiteração de modo inadequado:
a. reiteração de forma idêntica: em que a banana dispensava maiores cuidados;
b. reiteração por termo definidor: A expressão remonta a um tempo;
c. reiteração por substituição: integrava aquelas frutas já existentes no Brasil;
d. reiteração por emprego de pronomes: a um tempo em que a banana dispensava maiores cuidados;
e. reiteração com elipse de um termo anterior: para que desse frutos.

7. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:
a. Construir um prédio e alugá-lo não são exemplos de investimento social;
b. Pão na padaria, água no copo e leite na geladeira não alimentam;
c. Quanto mais difícil é ler um cardápio, mais altos são os preços;
d. A trufa dá uma espécie de auréola, que leva o gastrônomo ao êxtase... É o Mozart dos cogumelos;
e. Comida pesada é malfeita ou desconsidera os saberes e técnicas afro-indígenas no preparo.

8. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Muitas frases publicitárias ou poéticas utilizam repetições ou semelhanças fônicas a fim de melhorar o seu efeito; a frase em que essa utilização NÃO está presente é:
a. "Quem te viu, quem te vê";
b. "Príncipe veste hoje o homem de amanhã";

c. “O rato roeu a roupa do rei de Roma”;
d. “Air France: vá e volte voando”;
e. “Um rei fraco faz fraca a forte gente”.

9. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Assinale a opção abaixo em que existe erro ortográfico.
a. privilégio – bêbedo – infarto
b. irriquieto – hieróglifo – crânio
c. muçarela – poleiro – receoso
d. majestade – obcecar – jenipapo
e. jabuticaba – feioso – piscina

10. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Assinale a opção que mostra a frase cuja lacuna deve ser preenchida com a primeira das formas entre parênteses.
a. “_____é um homem que jamais bate numa mulher sem primeiro tirar o chapéu”. (cavaleiro/cavalheiro)
b. “A indústria do_____se beneficia do sexo, ou você acha que as pessoas andariam com os jeans apertados desse jeito se não fosse pela conotação sexual?”. (vestiário/vestuário)
c. “A diminuição_____do nível da água dos reservatórios trazia preocupação aos governadores de Estado”. (eminente/iminente)
d. “As mudanças no Código Penal incluem possibilidades de__penas mais duras aos criminosos”. (infligir/infringir)
e. “As novas medidas presidenciais vieram_____o acerto das votações no Congresso Nacional”. (retificar/ratificar)

11. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O texto 7 é um trecho de redação escolar que não obedece às modificações propostas pelo Novo Acordo Ortográfico, além de cometer outros erros ortográficos já condenados no Acordo anterior. As palavras que mostram desobediência ao Novo Acordo são:
a. rêde/revolucionária/micro-computadores;
b. micro-computadores/rêde/Internet;
c. vôo/rêde/micro-computadores;
d. rêde/Internet/vôo;
e. Internet/rêde/revolucionária.

12. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Revisores de textos reuniram-se para discutir erros mais comuns cometidos por repórteres em entrevistas, exemplificando esses erros com frases; entre as frases abaixo, aquela que se mostra inteiramente correta e adequada é:

a. O Ministro da Fazenda não estava ao par de tudo;
b. Graças ao déficit orçamentário, o governo parou de investir;
c. A violência, segundo o estudo, nada tinha a haver com a miséria;
d. A princípio, todos devem ser iguais perante a lei;
e. "A mim ninguém me engana", disse o delegado que investiga o caso.

13. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos mandado/mandato é:

a. O mandado de senador dura 8 anos;
b. Impetrou mandato de segurança com pedido de liminar;
c. Não tinha mandado de busca para entrar na casa;
d. Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse;
e. O mandato de apreensão não havia sido expedido.

14. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) A frase abaixo em que a grafia do termo em negrito está equivocada é:

a. O atleta genioso deve ter sido mal-educado pelos pais;
b. Trata-se de pessoa mal-educada;
c. Os mal-educados não são pessoas agradáveis;
d. Nenhum mal-educado deve estar presente na festa;
e. Os arruaceiros presos são muito mal-educados.

15. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Há uma série de palavras em língua portuguesa que modificam o seu sentido em função de uma troca vocálica; esse fato só NÃO ocorre em:

a. deferir/diferir;
b. infarte/infarto;
c. emergir/imergir;
d. descrição/discrição;
e. eminente/iminente.

16. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) OCDE reduz projeções para Brasil e Argentina As manchetes jornalísticas seguem um padrão em sua elaboração; NÃO faz parte desse padrão, segundo o que se pode deduzir a partir da manchete acima:

a. emprego de verbos no presente;
b. ausência de pontuação;
c. concentração de informações;
d. siglas não explicitadas;
e. emprego de linguagem coloquial.

Texto 1

Uma propaganda sobre o aniversário de um programa de notícias diz o seguinte: O maior programa brasileiro de notícias completa 40 anos A história de quatro décadas do programa registra os fatos mais relevantes da história mundial, bem como as evoluções tecnológicas e de tratamento de informação que vêm transformando as comunicações em todo o mundo.

17. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) "...que vêm transformando as comunicações em todo o mundo". Nessa frase do texto 1, empregou-se corretamente o artigo definido após o pronome indefinido todo; a frase abaixo em que esse emprego também está correto é:

a. Todo o jornal do planeta cobre acontecimentos mundiais;
b. As notícias aparecem em todas as páginas dos jornais;
c. Todo o repórter deve trabalhar muito diariamente;
d. Toda a notícia deve ser checada antes de publicação;
e. Todo o texto publicitário deve elogiar produtos.

18. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Segundo o texto 1, o destaque de maior valor do programa de notícias é:

a. a procura incessante pela verdade nas informações;
b. a durabilidade sempre atualizada do programa;
c. a documentação histórica de fatos e evoluções;
d. a transformação do programa através do tempo;
e. as mudanças no tratamento das informações.

Texto 2

Notícia publicada na imprensa na penúltima semana de setembro de 2019: “Tráfico da Rocinha ameaça quem joga lixo na rua Bandidos espalham cartazes em área onde houve deslizamentos de terra nas últimas chuvas, alertando moradores para não despejar detritos em beco. Medida seria tomada porque venda de drogas é interrompida quando a região alaga”.

19. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Sobre a estruturação do texto 2, é INCORRETO afirmar que:

a. a palavra “tráfico” é empregada em lugar de “traficantes”;
b. a forma verbal “houve” está empregada corretamente;
c. a palavra “deslizamentos” deveria ser grafada com S em lugar de Z;
d. o verbo “despejar” poderia ser substituído por “jogar”;
e. a palavra “região” se refere aos becos em geral.

20. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) No caso do texto 2, a finalidade dos cartazes espalhados na Rocinha é:

a. conscientizar a população;
b. salvaguardar interesses;
c. contribuir para a higiene na comunidade;
d. proteger a saúde dos habitantes;
e. prevenir desastres naturais.

21. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O cartaz aludido no texto 2 dizia o seguinte: “Por favor, não jogue lixo no beco! Caso contrário, varrerá até a Rua 1. Estamos de olho...” O segmento que NÃO tem seu valor corretamente indicado é:

a. “Por favor” só aparentemente mostra um pedido;
b. “não jogue lixo” é uma ordem;
c. a terceira frase é um alerta;
d. “varrerá até a Rua 1” é uma penalidade;
e. “Caso contrário” indica obediência.

22. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Para melhorar a escritura da frase extraída do cartaz aludido no texto 2 “Caso contrário, varrerá até a Rua 1”, poderíamos incluir um sujeito explícito, cuja forma mais adequada seria:

a. o morador da Rocinha;
b. o habitante descuidado;

c. o infrator da “lei”;
d. a facção rival;
e. o traficante da comunidade.

23. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) “No meio do terreno, as abelhas zumbiam debaixo de uma árvore”. Nessa frase há uma relação direta entre o verbo zumbir e o som produzido pelas abelhas; o exemplo abaixo em que o som representado pelo verbo NÃO está adequado ao substantivo indicado é:
a. tilintar/moedas;
b. farfalhar/folhas pisadas;
c. estalar/as juntas do corpo;
d. zurrar/os burros;
e. crepitar/os galhos quebrados.

Texto 3

Os velhos estão sempre aconselhando os jovens a guardar dinheiro. Digo que este é um mau conselho. Não guardem um centavo; invistam em si mesmo apenas. Eu nunca economizei um dólar sequer antes dos 40 anos de idade. (Henry Ford)

24. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Velhos e jovens no texto 3 são originalmente adjetivos que se encontram substantivados; o mesmo ocorre na seguinte frase:
a. Os homens realmente educados são os autodidatas;
b. O que a escultura faz ao mármore, a instrução faz à alma humana;
c. Você é único. Se isso não é suficiente, algo se perdeu;
d. É difícil uma pessoa sentir-se confortável sem ter a própria aprovação;
e. O homem sem educação é a caricatura de si mesmo.

25. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A frase de Henry Ford (texto 3) foi traduzida com um erro gramatical, que é:
a. emprego de mau em lugar de mal;
b. em si mesmo em lugar de em si mesmos;
c. sequer em lugar de se quer;
d. a má colocação de apenas na frase;
e. a redundância desnecessária em de idade.

Texto 5

"No Paquistão, quando sou proibida de ir à escola, compreendo o quão importante é a educação. A educação é o poder das mulheres. (...) Nós percebemos a importância de nossa voz quando somos silenciados". É assim que a pequena notável enxerga o horizonte e – por meio das novas tecnologias – pôde fazer ecoar sua voz. Educação é um ato político, e se é na sociedade (seja física ou digital) o nascedouro de faíscas de perspectivas para um mundo mais igualitário, a escola deve ser o seu maior berçário.

Empoderamento educacional, Ivan Aguirra

26. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto 5 são utilizados alguns meios linguísticos com função específica; o item abaixo em que os exemplos citados NÃO correspondem ao elemento destacado é:

a. voz passiva: sou proibida/somos silenciados;
b. conexão entre orações: quando sou proibida/quando somos silenciados;
c. intensificação de grau: quão importante/mais igualitário;
d. palavras de coesão com os antecedentes: assim/berçário;
e. adjetivação: político/igualitário.

27. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Quando escrevemos, usamos linguagem lógica e linguagem figurada; o vocábulo ou segmento abaixo (texto 5) que representa a linguagem lógica é:

a. nascedouro;
b. faíscas;
c. berçário;
d. tecnologias;
e. horizonte.

28. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O sinal gráfico do texto 5 que mostra seu sentido de forma correta é:

a. as aspas indicam que o trecho selecionado é de grande importância para o texto;
b. os parênteses com pontos em seu interior indicam que algo foi censurado no texto original;
c. os parênteses com palavras em seu interior indicam a presença de uma informação esquecida anteriormente;

d. as letras maiúsculas no início de Paquistão e Educação foram empregadas pelo mesmo motivo;
e. os pequenos travessões que destacam por meio das novas tecnologias inserem uma nova informação no texto.

29. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O título dado ao texto de onde foi retirado o segmento (texto 5) inclui a palavra empoderamento; no caso do texto, esse termo significa:
a. a importância da educação em geral;
b. o poder político do ato de educar;
c. o valor advindo da educação para mulheres no Paquistão;
d. a importância do direito à fala numa sociedade machista;
e. a força trazida pelas novas tecnologias na educação.

30. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) "Com abordagens diretas ou indiretas, a cultura baiana continua em destaque na "Festa Literária Internacional de Paraty", evento fluminense considerado como um dos principais festivais literários da América do Sul. A nova curadora da "Flip 2019", a publisher e jornalista Fernanda Diamant acaba de anunciar o escritor fluminense Euclides da Cunha como o "Autor Homenageado" no evento que começa em 10 de julho, no balneário histórico de Paraty". Tribuna da Bahia, 7/11/2018. Assinale a opção que indica a palavra que tem processo de formação distinta das demais.
a. abordagens.
b. literários.
c. jornalista.
d. fluminense.
e. destaque.

31. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Os dicionários de sinônimos mostram um conjunto de vocábulos que podem ter significados equivalentes em determinados contextos. Temos a seguir um conjunto de vocábulos considerados sinônimos: morrer – falecer – desencarnar – perecer – sucumbir – expirar. Assinale a opção em que a lacuna deve ser preenchida com o verbo "perecer".
a. Com o terremoto, muitos dos habitantes vieram a___.
b. Os espíritos dizem que o__é só uma etapa.
c. Apesar da luta, Tancredo Neves veio a__no hospital de Brasília.
d. Muitos pacientes terminais devem_____neste final de semana.
e. Muitos brasileiros devem_de causas naturais em 2018.

32. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) “A violência, em seus mais variados contornos, é um fenômeno_na constituição da sociedade brasileira. A escravidão (primeiro com os índios e depois, e especialmente, com a mão de obra africana), a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da independência, somados a um Estado caracterizado pelo autoritarismo burocrático, contribuíram enormemente para o aumento da violência que atravessa a história do Brasil”. Orson Camargo, Violência no Brasil, outro olhar. Assinale a opção que indica o adjetivo que preenche adequadamente a lacuna do texto.

a. econômico
b. político
c. histórico
d. social
e. educacional

33. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A cada dez feminicídios cometidos em 23 países da América Latina e Caribe em 2017, quatro ocorreram no Brasil. Segundo informações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), ao menos 2.795 mulheres foram assassinadas na região, no ano passado, em razão de sua identidade de gênero. Desse total, 1.133 foram registrados no Brasil". Tribuna da Bahia, 18/11/2018. O vocábulo feminicídio se refere a crimes contra mulheres. Assinale a opção que indica o vocábulo formado com esse mesmo radical e que tem seu significado corretamente indicado

a. infanticídio/assassinato de soldados.
b. parricídio/ assassinato do pai ou antepassado.
c. regicídio/assassinato do príncipe-regente.
d. matricídio/assassinato de caráter religioso.
e. suicídio/assassinato dos próprios sonhos.

34. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Com relação às funções da linguagem, analise as afirmativas a seguir.

I – Denotativa: transmite uma informação objetiva, expõe dados da realidade. Geralmente apresenta-se na terceira pessoa do singular ou plural, pois transmite impessoalidade.

II – Expressiva: a realidade é transmitida sob o ponto de vista do emissor; a mensagem é subjetiva e centrada no emitente, e apresenta-se na primeira pessoa. A pontuação (ponto de exclamação, interrogação e reticências) é uma característica da função expressiva.

III – Fática: o objetivo do emissor é expressar seus sentimentos através de textos, que podem ser enfatizados por meio das formas das palavras, da sonoridade, do ritmo, além de elaborar novas possibilidades de combinações dos signos linguísticos.

Está correto o que se afirma em

a. I, somente.
b. II, somente.
c. I e II, somente.
d. II e III, somente.
e. I, II e III.

35. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Uma prova de Língua Portuguesa continha uma questão sobre processos de formação de palavras. Nessa questão, solicitava-se a indicação de um vocábulo formado por derivação regressiva – numa lista de cinco – e a resposta pretendida era a indicação do vocábulo cálculo. Ocorre que os dicionários de língua portuguesa informam que esse vocábulo provém do latim calculus, "pedrinha". Nesse caso, a questão

a. deve ser anulada, por estar errada.
b. deve ser anulada, por exigir um conhecimento fora do alcance do aluno/candidato
c. está corretamente formulada, pois não se pode misturar morfologia com etimologia
d. mostra correção, por ser o vocábulo um derivado deverbal: calcular/cálculo.
e. traz uma incorreção, por não inserir o vocábulo num contexto frasal.

36. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Segundo a gramática, os adjetivos podem indicar estados, qualidades, características ou relações. A frase abaixo em que o adjetivo sublinhado indica uma relação é

a. "As borboletas mostram um voo desengonçado".
b. "As jabuticabas são frutas brasileiras".
c. "As goiabas estão nascendo bichadas".
d. "As nuvens estavam carregadas".
e. "As pitangas ficaram vermelhas rapidamente".

37. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Observe o segmento textual abaixo, que iniciava uma narrativa escolar: "Um carro entrou no estacionamento com os faróis apagados, os pneus furados e um cacho de bananas no teto". Uma das observações do emprego dos artigos definidos e indefinidos é que os primeiros indicam termos já enunciados no texto (conhecidos) e os segundos indicam termos presentes no texto pela primeira vez. Assim, é correto afirmar que

a. o emprego de um artigo definido em "um cacho" não modificaria o sentido geral do texto.

b. o emprego do artigo definido em “o estacionamento” indica que esse lugar já havia obrigatoriamente sido citado antes.
c. o único artigo de emprego correto nessa frase é o de “um cacho”.
d. o emprego do artigo definido em “o estacionamento” e “os faróis” está errado.
e. o emprego do artigo definido em “os faróis” e “os pneus” se deve ao fato de se referirem a elementos conhecidos a partir do emprego de “um carro”.

38. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Em sua Nova Gramática do Português Contemporâneo, os autores Celso Cunha e Lindley Cintra afirmam, sobre o emprego do artigo definido, que ele se antepõe ao substantivo para indicar “que se trata de um ser já conhecido do leitor, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência”. A frase em que o emprego do artigo sublinhado se deve ao primeiro caso apontado é

a. “O melhor amigo do homem é o uísque; o uísque é o cachorro engarrafado”. (Vinicius de Moraes
b. “Um menininho aproximou-se da estante com uma moedinha na mão e a depositou no cofre”. (Fernando Sabino)
c. “A freira fugitiva sempre fala mal do convento”.
d. “Terceira idade é aquela em que a gente bota os óculos para ouvir o rádio”. (Woody Allen)
e. “Um corvo, após apoderar-se de um pedaço de carne, voou para uma amendoeira onde pousou com o alimento no bico”. (Esopo)

39. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) “O conceito de direitos humanos está sendo transformado num palavrão”. (Boris Casoy) Nessa frase, o vocábulo “palavrão”, formado com o sufixo -ão, perdeu o valor de aumentativo, passando a significar “palavra chula”. A opção abaixo em que esse caso NÃO está representado por nenhum dos termos é:

a. cartão – homenzarrão – garrafão.
b. caixão – portão – colherão.
c. papelão – facão – jarrão.
d. casarão – panelão – pratão.
e. pezão – cabeção – fardão.

40. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) As preposições são elementos importantes no texto. A frase em que a preposição de mostra valor exclusivamente funcional, sem valor semântico, é:

a. “No Brasil, a diferença entre viver de ar e viver de arte é a sílaba te”
b. “Um olhar diferente muda um conceito de cabeça para baixo”.

c. “Só posso escrever o que sou. E se os personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só”.
d. “Se você precisar de dinheiro de repente, vá dormir que a necessidade passa”.
e. “Quando a gente acorda de bom humor, é sinal de que está em Paris”.

41. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) “Um estudo realizado pela oncologista Luciana Landeiro, da equipe do Núcleo de Oncologia da Bahia (NOB)/Grupo Oncoclínicas, revela que mulheres com diagnóstico de câncer de mama, mesmo aquelas que já enfrentaram a doença, têm menos chances no mercado de trabalho. O estudo “Retorno ao trabalho após o diagnóstico do câncer de mama: Estudo prospectivo observacional no Brasil” é resultado da tese de doutorado da médica na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e foi publicada na Revista Câncer, publicação cientifica norte-americana e uma das principais revistas internacionais na área de oncologia”. Tribuna da Bahia, 23/11/2018. O segmento aborda estudo ligado à oncologia, “estudo do câncer”. Assinale a opção que indica o vocábulo formado por esse mesmo radical e mostra seu significado corretamente.
a. Filologia: estudo das relações sociais.
b. Biologia: estudo dos habitats.
c. Pneumologia: estudo dos vários tipos de borracha
d. Ideologia: estudo de deficiências mentais.
e. Andrologia: estudo físico do homem.

42. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) A notícia dada a seguir é veiculada como possibilidade, e não como certeza. Araguainha: a cidade brasileira que está no centro da maior cratera de asteroide na América do Sul. Estudos apontam que o impacto pode ter provocado a maior extinção de vida na Terra – maior, inclusive, que a dos dinossauros. A colisão teria destruído, imediatamente, tudo o que estava num raio de até 250 quilômetros e, posteriormente, gerado um rápido e fatal aquecimento global, causando tsunamis e terremotos... Uol, 23/11/2018. Assinale a opção que indica os meios linguísticos que produzem essa noção de possibilidade.
a. Informações dadas a partir de estudos/exagero na enunciação dos fatos.
b. Exagero na enunciação dos fatos/citação da provável extinção dos dinossauros.
c. Citação da provável extinção dos dinossauros/emprego do verbo “poder”.
d. Emprego do verbo “poder”/utilização do futuro do pretérito.
e. Emprego do futuro do pretérito/informações dadas a partir de estudos.

43. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Há conjuntos de palavras que podem ser consideradas sinônimas em alguns contextos; assim ocorre com “despedir”, “exonerar”, “demitir”, “mandar embora”, “dispensar”. Assinale a opção que apresenta a frase cuja lacuna deve ser preenchida com o verbo “exonerar” em forma verbal adequada.

a. O governo decidiu_funcionários públicos.
b. O novo gerente___vários funcionários.
c. O novo governo pretende_alguns ministros.
d. O diretor do colégio pode_alguns professores.
e. A gerente___a empregada mal-educada.

Leia o texto a seguir, em que estão sublinhados adjetivos.

“O Papa Francisco lamentou neste domingo que ‘os poucos ricos’ aproveitam aquilo que ‘em justiça, pertence a todos’. Ele afirmou que cristãos não podem permanecer indiferentes ao crescimento de preocupações com os explorados e os indigentes, incluindo imigrantes. O Papa chamou atenção para a causa dos idosos abandonados e para ‘o grito de todos aqueles levados a deixar suas casas e sua terra natal por um futuro incerto.’ Ele acrescentou: ‘é o grito de populações inteiras, privadas inclusive de todos os recursos naturais a sua disposição’”.

Tribuna da Bahia, 19/11/2018.

44. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Assinale a opção em que o termo adjetivado está identificado incorretamente.

a. ricos/poucos.
b. indiferentes /cristãos.
c. abandonados /idosos.
d. incerto/futuro.
e. privadas/inteiras.

45. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) O discurso do Papa Francisco tem caráter predominantemente

a. político-religioso.
b. socioeconômico.
c. político-social.
d. religioso-social
e. religioso-econômico.

46. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) “Tive professores ruins. Foi uma boa escola”. Esse pensamento de um poeta alemão é composto de dois períodos; a conjunção que pode ligá-los de forma adequada ao sentido pretendido por seu autor é:

a. Tive professores ruins, por isso foi uma boa escola;
b. Tive professores ruins, apesar disso foi uma boa escola;
c. Tive professores ruins, foi, porém, uma boa escola;
d. Tive professores ruins, à medida que foi uma boa escola;
e. Tive professores ruins, caso tenha sido uma boa escola.

47. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O vocábulo “maior” se refere prioritariamente a realidades que tenham uma extensão física; nesse caso, a frase abaixo em que esse vocábulo foi bem empregado é:

a. Para maiores informações, leia o Código Penal;
b. Um dos maiores freios aos delitos não é a crueldade das penas;
c. Não é a intensidade da pena, mas sua extensão, que traz os maiores resultados;
d. A maior punição de um crime não provém da lei;
e. Já está lotada a maior prisão do país.

48. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Machado de Assis escreveu certa vez sobre a justiça: “É claro que a justiça, sendo cega, não vê se é vista, e então não cora”. A forma oracional de gerúndio “sendo cega” poderia ser adequadamente substituída por:

a. pois é cega;
b. embora seja cega;
c. a fim de ser cega;
d. já que é cega;
e. à medida que é cega.

49. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “Amai a justiça,/vós que julgais a terra”. Considerando que esse pensamento é composto por dois segmentos (separados por uma barra inclinada), sobre a sua estrutura, é correto afirmar que:

a. o segundo segmento identifica a quem se refere o imperativo presente no primeiro segmento;
b. o segundo segmento mostra a causa da afirmação contida no primeiro segmento;
c. o segundo segmento explica o segmento anterior;
d. o primeiro segmento indica a condição de o segundo segmento ser realizado;
e. o primeiro segmento apresenta a consequência da ação presente no segundo.

50. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “Quem critica a injustiça o faz não porque teme cometer ações injustas, mas porque teme sofrê-las”. No caso desse pensamento de Platão, o verbo fazer substitui toda uma oração anterior (critica a injustiça); a mesma situação ocorre na seguinte frase:

a. Arrepende-se quem faz o que não deve;
b. Zangou-se com os amigos e fez uma longa denúncia;
c. Decidiu viajar e fez isso rapidamente;
d. Comprou um novo computador e fez o trabalho;
e. Ficou preocupado e fez a viagem de repente.

Texto 1

Uma revista de Educação mostrava o seguinte segmento:

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas, afluentes de rios ou a morfologia dos insetos para ter depois seus conhecimentos testados e avaliados por notas que não diferenciam as vocações ou interesses individuais. É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

51. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Entre as ideias defendidas no texto 1, a única que NÃO está presente é:

a. a criatividade deve ser priorizada nos modelos pedagógicos;
b. as notas dadas às provas não visam aos interesses pessoais;
c. o ensino teórico é uma decorrência dos exames vestibulares;
d. os exames vestibulares não avaliam com critérios válidos;
e. alguns tópicos tradicionais do ensino são inúteis nos exames vestibulares.

52. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) “Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas...”; o gerúndio “obrigando” (texto 1) poderia ser adequadamente substituído pela seguinte forma desenvolvida:

a. e obrigam;

b. e para obrigar;
c. mesmo que obriguem;
d. quando obrigam;
e. à medida que obrigam.

53. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) "Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular..."; esse segmento (texto 1) mostra uma forma de voz passiva – "são direcionados" – sem que haja menção do agente dessa ação. O pensamento abaixo em que há uma forma de voz passiva com a indicação do agente é:

a. "A natureza só é comandada se é obedecida";
b. "Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido";
c. "O mundo será julgado pelas crianças. O espírito da infância julgará o mundo";
d. "Existe alguma religião cujos fiéis possam ser apontados como nitidamente mais amáveis e dignos de confiança do que os de qualquer outra?";
e. "A sabedoria não pode ser transmitida. A sabedoria que um sábio tenta transmitir soa mais como loucura".

54. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) "É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa". Nesse segmento do texto 1, há a correta utilização da expressão "ao invés de", que é muitas vezes confundida com "em vez de". A frase abaixo em que se deveria empregar "em vez de" em lugar de "ao invés de" é:

a. O pai decidiu matricular o filho numa escola pública ao invés de uma privada;
b. Não é de hoje que as escolas brasileiras preferem o retrocesso ao invés do progresso;
c. Muitos professores dão destaque à teoria ao invés de priorizar a prática;
d. Os livros didáticos utilizam imagens ao invés de textos;
e. As escolas utilizam processos de avaliação rápidos ao invés de processos mais lentos e mais eficientes.

Texto 2

"Nós conhecemos você tanto quanto você nos conhece.
E não há nada melhor que isso: confiança.
O que nos move é você. Seu jeito de ser, o que valoriza.
Faz sentido pra você, faz sentido pra gente.
A gente veste a sua camisa".

Esse texto está fixado na parede de uma loja de roupas masculinas e funciona como um texto publicitário da loja.

55. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Sobre a estruturação geral do texto 2, a afirmação INADEQUADA é:

a. os pronomes "Nós" e "você" (linha 1) se referem, respectivamente, à loja e ao cliente potencial;
b. na linha 2, o pronome "isso" deveria ser substituído por "isto";
c. o vocábulo "confiança" mostra a referência do pronome "isso";
d. a frase final do texto mostra ambiguidade intencional;
e. a expressão "a gente" equivale perfeitamente ao pronome "nós".

56. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) A finalidade principal do texto 2 é:

a. indicar a sofisticação dos produtos da loja por meio de uma linguagem formal;
b. mostrar a preocupação da loja com o que o cliente veste;
c. demonstrar a informalidade no atendimento;
d. produzir proximidade social entre loja e cliente;
e. destacar o fácil acesso do cliente à loja.

Texto 6

Um texto de divulgação de um novo romance diz o seguinte:

"Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão. Ao que parece, tentaram matá-lo, mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali. Muito menos de seu passado recente. Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta. Essa dolorosa ausência imperceptível é a brecha para dar vazão à sua revolta com o mundo contemporâneo e começar uma nova vida. Entre seus planos: executar criminosos intocados pela Justiça e escrever um best-seller. Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque".

(*Época*, 14/01/2019, p. 37)

57. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 6). O mesmo ocorre em:

a. casa/casarão;
b. papel/papelão;
c. homem/homenzarrão;
d. pacote/pacotão;
e. cão/canzarrão.

58. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O segmento do texto 6 em que a forma de apassivação é INADEQUADA é:

a. “Um homem acorda gravemente ferido” / Um homem é acordado gravemente ferido;
b. “para sentir sua falta” / para sua falta ser sentida;
c. “para dar vazão” / para ser dada vazão”;
d. “começar uma nova vida” / uma nova vida ser começada;
e. "executar criminosos” / criminosos serem executados.

59. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Muitos segmentos do texto 6 podem ser reescritos sem modificação de seu sentido ou alteração na correção; a frase em que ocorre modificação ou erro é:

a. “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda ferido gravemente no meio de um lixão;
b. “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda, no meio de um lixão, gravemente ferido;
c. “Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque” / Mas uma paixão arrebatadora e verdadeira coloca tudo em xeque;
d. “mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali” / mas dos fatos que o levaram até ali ele não se recorda;
e. “Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta” / Se houvesse alguém para sentir sua falta, seria dado como desaparecido.

60. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) A opção abaixo que mostra uma substituição semântica corretamente realizada, a partir de segmentos do texto 6, é:

a. “passado recente” / passado ainda não esquecido;
b. “ausência imperceptível” / ausência desapercebida;
c. “mundo contemporâneo” / mundo em evolução;
d. “nova vida” / vida recente;
e. “criminosos intocados” / criminosos não punidos.

61. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) A oposição de termos construída com as preposições com/sem gera um possível paradoxo em:
a. Com dinheiro ou sem dinheiro, vou passar o carnaval em Salvador;
b. Com amigos ou sem amigos, vou divertir-me nas férias;
c. Com bebida ou sem bebida, vou embebedar-me de felicidade;
d. Com motivo ou sem motivo, vou comprar roupas novas;
e. Com vontade ou sem vontade, vou viajar com a família.

Texto 1

Um centro de reumatologia publicou em revista semanal o seguinte texto:

“Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas. Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!

Dores na coluna tem vários motivos e podem estar associadas a doenças. Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”. (adaptado)

62. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) No texto 1, o problema gramatical está:
a. na forma verbal “tem” na primeira linha do texto;
b. na forma do demonstrativo “isso” em lugar de “isto”;
c. na forma verbal “tem” do segundo parágrafo;
d. no uso de “vários motivos” em lugar de “motivos vários”;
e. no emprego de “um especialista” por “especialistas”.

63. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) O segmento do texto 1 que justifica a existência desse anúncio publicitário é:
a. “Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas”;
b. “Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!”;
c. “Dores na coluna tem vários motivos”;
d. “... podem estar associadas a doenças”;
e. “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

64. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Na tentativa de dar concisão, muitas orações adjetivas podem ser substituídas por adjetivos; a opção abaixo em que essa substituição foi corretamente realizada é:

a. o há bem que sempre dure/efêmero;
b. Nem tudo que reluz é ouro/iluminado;
c. Fatos que se repetem são cansativos/frequentes;
d. Sentimentos que duram pouco trazem dor/passageiros;
e. Muitas moedas que são guardadas perdem valor/resguardadas.

Texto 2

"Em linhas gerais a arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa. De Portugal, desde o descobrimento do Brasil, vieram para aqui os fundamentos típicos da arquitetura colonial. Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo, porque as novas condições de vida em clima e terras diferentes impuseram adaptações e mesmo improvisações que acabariam por dar à do Brasil uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa ou de feição portuguesa. E como arquitetura portuguesa, nesse caso, cumpre reconhecer a de característica ou de estilo barroco". (Luís Jardim, Arquitetura brasileira. Cultura, SP: 1952)

65. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) No texto 2 há uma série de adjetivos que se referem a substantivos e com eles concordam; a opção em que essa relação de concordância está errada é:

a. integral/transplantação;
b. novas /condições;
c. terras /diferentes;
d. diferente/feição;
e. barroco/característica ou estilo.

66. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) As preposições, em língua portuguesa, ora são empregadas por uma exigência gramatical de um termo anterior, ora por necessidades semânticas, não sendo de emprego obrigatório. No texto 2, o único exemplo de emprego obrigatório, exigido gramaticalmente, é:

a. "boa tradição da arquitetura portuguesa";
b. "De Portugal, desde o descobrimento do Brasil";
c. "fundamentos típicos da arquitetura colonial";
d. "transplantação integral de gosto";
e. "uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa".

Texto 4

"Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, alguns escritores, pressentindo certamente a era tecnológica que se avizinhava e o conflito bélico que abalaria as raízes de um universo ainda estruturado com base na Nação-Estado, dedicaram-se à antevisão do mundo do futuro. H.G. Wells, Aldous Huxley, George Orwell, entre outros, iniciando a série de *science-fiction*, procuraram descrever a sociedade do futuro, como uma projeção das linhas que as descobertas científicas indicavam como prováveis. Em todas essas profecias havia uma constante: o mundo novo não conheceria mais a liberdade, pelo menos com a latitude e o conceito que dela então se tinha". (L. G. Nascimento Silva. A liberdade e o computador. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, nº 116, 1969)

67. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) No texto 4, há uma série de fragmentos de orações adjetivas sublinhados; o adjetivo que substitui adequadamente um desses fragmentos é:

a. que antecederam a Segunda Guerra Mundial/antecipadores da Segunda Guerra Mundial;
b. que se avizinhava/eminente;
c. que abalaria as raízes de um universo/abalador das raízes de um universo;
d. que as descobertas científicas indicavam como prováveis/cientificamente identificadoras;
e. que dela então se tinha/ultrapassado.

68. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) "A dificuldade de aumentar o Fundo Eleitoral para as eleições municipais do ano que vem está revivendo entre deputados e senadores a necessidade do financiamento privado das campanhas eleitorais. Com o aumento do custo pela volta da propaganda no rádio e na televisão, haverá necessidade de novo tipo de financiamento". (Uma questão de dinheiro, Merval Pereira). As preposições, em língua portuguesa, podem ser solicitadas por termos anteriores ou não; entre as preposições (combinadas ou não com artigos), aquela que NÃO depende sintaticamente de qualquer termo anterior é:

a. "dificuldade de aumentar";
b. "eleições municipais do ano que vem";
c. "necessidade do financiamento privado";
d. "aumento do custo";
e. "necessidade de novo tipo de financiamento".

69. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com todos os homens de melhor qualidade dos séculos passados. (Descartes)Os termos que desempenham igual função nessa frase são:

a. de todos os bons livros/de melhor qualidade;
b. de todos os bons livros/dos séculos passados;
c. com todos os homens/dos séculos passados;
d. com todos os homens/de melhor qualidade;
e. de todos os bons livros/com todos os homens.

70. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) “Muito se tem falado de conservação do meio ambiente, mas não se criou ainda a consciência de que o planeta precisa urgentemente de nossos cuidados.” (Brasil Escola) Assinale a opção que indica os termos que, nesse segmento do texto, desempenham a mesma função sintática.

a. de conservação/do meio ambiente
b. de que o planeta precisa urgentemente/de nossos cuidados
c. de conservação/de nossos cuidados
d. de que o planeta precisa urgentemente de nossos cuidados/do meio ambiente
e. de conservação/de que o planeta precisa

71. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Analise as afirmativas abaixo sobre regência verbal.

1 – Está correta quanto à regência verbal a seguinte frase: “Os alunos obedeceram às instruções da prova e responderam ao questionário”.

2 – As duas frases a seguir, mantendo o mesmo sentido, estão corretas quanto à regência: “A enfermeira assistiu o médico na operação”/“A enfermeira assistiu ao médico na operação”.

3 – “Banhou-se, barbeou-se e foi-se embora.” Nesta frase, temos exemplo de verbo pronominal.

4 – Na frase “Feijoada, o prato que todos os brasileiros gostam”, o verbo “gostar” é transitivo direto e, por isso, não é precedido de preposição.

Assinale a opção que indica as afirmativas corretas.

a. 1 – 3
b. 1 – 2
c. 2 – 3
d. 3 – 4
e. 2 – 4

72. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) O gramático Celso Cunha define substantivo do seguinte modo: “Substantivo é a palavra com que designamos os seres em geral, servindo de núcleo de funções” (p. 187). Para essa definição, o gramático utilizou os critérios

a. morfológico e sintático.
b. morfológico e semântico.
c. semântico e etimológico.
d. semântico e textual;
e. sintático e semântico.

73. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) “- Esterco – respondeu Oscar, farejando aborrecimento: – Por quê? Não lhe cheira bem?” A oração reduzida “farejando aborrecimento” pode ser adequadamente substituída por uma oração desenvolvida, na seguinte estrutura:

a. “enquanto farejava aborrecimento”.
b. “quando farejou aborrecimento”.
c. “após farejar aborrecimento”.
d. “sem deixar de farejar aborrecimento”.
e. “ao farejar aborrecimento”.

74. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Assinale a opção em que a frase mostra erro de concordância nas expressões percentuais.

a. No Brasil, apenas 1% têm tudo.
b. Apenas 10% das prostitutas caem na vida.
c. Mais valem 10% de mil do que 100% de dez.
d. O Brasil é o único país do mundo com 110% de corrupção.
e. Havia 50% de bons ladrões no tempo de Cristo.

75. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) “Há uma espécie de conforto na autocondenação. Quando nos condenamos, pensamos que ninguém mais tem o direito de fazê-lo”. A frase abaixo em que o vocábulo “mais” mostra o mesmo valor que na frase acima é:

a. A certeza de um castigo é sempre mais intensa que o temor de outro mais severo;
b. A certeza de um castigo é sempre mais intensa que o temor de outro mais severo;
c. Quanto mais a pena for rápida e próxima do delito, tanto mais justa e útil ela será;
d. Não se enforca um homem por ele ter roubado cavalos, mas para que cavalos não sejam mais roubados;
e. A leitura de um livro mais não modificará a visão que temos da Justiça.

76. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “É natural desejar que se faça justiça”. Se transformarmos a oração reduzida “desejar” em uma oração desenvolvida, a forma adequada será:

a. que se deseje que se faça justiça;
b. o desejo de que se faça justiça;
c. que se desejasse que se faça justiça;
d. o desejo de que seja feita justiça;
e. desejarmos que se faça justiça.

77. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “Onde, sob os olhos dos juízes, o direito é derrubado pela iniquidade e a verdade pela mentira, são derrubados os próprios juízes”. Sobre a estrutura dessa frase, a única afirmação inadequada é:

a. o termo inicial “onde” não se refere a nenhum lugar específico;
b. no segmento “e a verdade pela mentira” está omitida a forma verbal “é derrubada”;
c. no segmento “sob os olhos dos juízes” não se pode substituir a forma “sob” por “sobre”;
d. no segmento “o direito é derrubado pela iniquidade” há um exemplo de voz passiva em que o sujeito (o direito) sofre a ação;
e. no segmento “são derrubados os próprios juízes” não se pode colocar o sujeito (os próprios juízes) antes do verbo (são derrubados).

78. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “Nunca serei juiz. Neste grande vale onde a espécie humana nasce, vive, morre, se reproduz, se cansa, e depois volta a morrer, sem saber como nem por quê, distingo apenas felizardos e desventurados”. Nesse pensamento, os termos “como” e “por quê” indicam, respectivamente:

a. modo e causa;
b. meio e explicação;
c. meio e causa;
d. causa e explicação;
e. modo e explicação.

79. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Sobre uma nova espécie de droga, as smart drugs, a chamada para um texto de jornal diz o seguinte: “Drogas apelidadas de smart drugs por supostamente aumentarem a inteligência ganham cada vez mais adeptos, apesar de pesquisas desmentirem seus efeitos”. A substituição de um conectivo que está corretamente realizada é:

a. “por supostamente aumentarem”/já que supostamente aumentassem;
b. “por supostamente aumentarem”/visto que supostamente aumentavam;
c. “apesar de pesquisas desmentirem”/embora pesquisas desmentissem;
d. “apesar de pesquisas desmentirem”/ainda que pesquisas desmintam;
e. “apesar de pesquisas desmentirem”/mesmo que pesquisas desmentem.

80. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) “Em caso de morte no acidente, a vítima pode receber o seguro no próprio escritório da seguradora”. O problema de construção dessa frase está:
a. na incoerência lógica dos termos;
b. na troca indevida entre “acidente” e “incidente”;
c. na utilização desnecessária de “próprio”;
d. no erro ortográfico em “seguradora” por “Seguradora”;
e. no erro de emprego de vírgula após “acidente”.

Texto 3

“Perseguido pelo branco, o negro no Brasil escondeu as suas crenças nos terreiros das macumbas e dos candomblés. O folclore foi a válvula pela qual ele se comunicou com a civilização branca, impregnando-a de maneira definitiva. As suas primitivas festas cíclicas – de religião e magia, de amor, de guerra, de caça e de pesca... – entremostraram-se assim disfarçadas e irreconhecíveis. O negro aproveitou as instituições aqui encontradas e por elas canalizou o seu inconsciente ancestral:

nos autos europeus e ameríndios do ciclo das janeiras, nas festas populares, na música e na dança, no carnaval...”

(Luís da Câmara Cascudo. Antologia do folclore brasileiro - Volume I. São Paulo, Martins, 1956)

81. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Os termos sublinhados no texto 3 são conectores; o sentido INADEQUADO de um desses conectores é:
a. pelo/agente de ação;
b. nos/lugar;
c. com/companhia;
d. e/adição;
e. por/meio.

82. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Falando sobre uma passeata em São Paulo, um jornal paulista escreveu o seguinte: “Os alunos iam à frente da passeata, e os professores seguiam atrás”. A vírgula, nesse caso,

a. tem emprego incorreto, pois não se emprega vírgula antes da conjunção coordenativa aditiva.
b. tem emprego incorreto, pois, nesse caso, não há qualquer interrupção na leitura que demonstre pausa.
c. tem emprego adequado, pois o sujeito da segunda oração não é o mesmo da anterior.
d. mostra correção, pois a nova frase tem valor explicativo da primeira.
e. está bem empregada, pois a segunda frase indica mudança de pensamento.

83. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) “Esse mundo é o grande ateliê de um escultor. Somos as estátuas, e corre por aqui um intenso rumor de que alguns de nós um dia vamos ganhar a vida”. C. S. Lewis O problema estrutural que ocorre nesse fragmento de texto diz respeito

a. ao emprego de demonstrativos.
b. à pontuação.
c. à seleção vocabular.
d. à regência.
e. à concordância.

84. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) “Pensar mal amiúde significa tornar mau. Na vida das nações (1) não menos que na dos indivíduos (2) os primeiros momentos de uma trajetória imprimem (3) no que está nascendo (4) traços de teimosa permanência”. (Eduardo Giannetti, O Elogio do Vira-Lata e outros ensaios. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13) Nesse segmento inicial de um texto, poderiam ser usadas vírgulas nas posições dos seguintes números:

a. apenas em (1) e (2);
b. apenas em (2) e (4);
c. apenas em (3) e (4);
d. apenas em (1), (2) e (4);
e. em (1), (2), (3) e (4).

85. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Nas opções a seguir, a primeira oração foi reescrita de modo a dar-se a ela um caráter genérico, com a utilização da partícula se. Assinale a opção em que isso foi feito de forma gramaticalmente incorreta.

a. Todo mundo viu a morte de perto./Viu-se a morte de perto.
b. As pessoas reclamam de tudo./Reclama-se de tudo.
c. Muita gente pensa o contrário de todos./Pensa-se o contrário de todos.
d. Muitas pessoas não respeitam os horários./Desrespeitam-se os horários.
e. Todos cometem as mesmas falhas./Comete-se as mesmas falhas.

86. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) "Todos aqueles que devem deliberar sobre questões dúbias devem também manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo". Nesse pensamento de um historiador latino, ocorreu duas vezes a utilização correta do acento grave indicativo de que houve crase; a frase abaixo em que esse mesmo acento está equivocado é:
a. Quem perdoa uma culpa encoraja à cometer muitas outras;
b. A aspiração à glória é a última da qual se conseguem libertar os homens mais sábios;
c. Quem aspira à sumidade, raras vezes consegue passar do meio;
d. Veja o que ocorreu com muitos intelectuais, condenados à fama imortal;
e. Todos somos levados à obediência eterna a Deus.

87. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) O emprego de "se não" na frase "Se não vierem todos, como será a festa?" está correto. As opções a seguir mostram frases em que o emprego de "se não" está correto, à exceção de uma. Assinale-a.
a. Aprender a escrever é, em grande parte, se não principalmente, aprender a pensar.
b. O prêmio foi de 170 mil dólares, se não mais.
c. O deputado tornou-se rico, se não milionário.
d. Deus ajude a que venha, se não todos perderemos.
e. Se não desejar acompanhar-me, entenderei.

88. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "Causam menos dano cem delinquentes do que um mau juiz"; no caso dessa frase, o vocábulo MAU está corretamente grafado; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo deveria ser grafado com a forma MAL é:
a. Mau é o juiz, se má é a sentença;
b. O castigo é mau, se não é justo;
c. O crime é sempre mau feito;
d. Todos devem combater o mau juiz;
e. Nem sempre um mau homem é um mau jurado.

89. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) “A bike da estudante permaneceu apenas uma hora no bicicletário em frente ao Shopping. O tempo necessário para que dois homens a escolhessem a dedo – tratava-se de um modelo elétrico, com valor estimado de R$5 mil –, violassem o seu cadeado e a levassem dali”. (Zona Sul, 17/08/2019, p. 3) O texto acima aborda mais um roubo praticado no Rio de Janeiro; sobre a utilização do termo “apenas” nessa notícia, é correto afirmar que:

a. indica o pouco tempo em que a estudante ficou no Shopping;
b. mostra uma crítica indireta à fiscalização do bicicletário;
c. demonstra a eficiência e o planejamento dos ladrões;
d. informa que a bicicleta roubada era a única no bicicletário;
e. insere uma opinião do autor do texto sobre a atuação da polícia.

90. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) “A dificuldade de aumentar o Fundo Eleitoral para as eleições municipais do ano que vem está revivendo entre deputados e senadores a necessidade do financiamento privado das campanhas eleitorais. Com o aumento do custo pela volta da propaganda no rádio e na televisão, haverá necessidade de novo tipo de financiamento”. (Uma questão de dinheiro, Merval Pereira). Os termos abaixo que mostram, respectivamente, as ideias de causa e consequência são:

a. a dificuldade de aumentar o Fundo Eleitoral/a necessidade do financiamento privado das campanhas;
b. o aumento de custo das campanhas eleitorais/a volta da propaganda no rádio e na televisão;
c. a necessidade de novo tipo de financiamento/o aumento de custo das campanhas eleitorais;
d. a necessidade do financiamento privado das campanhas/a dificuldade de aumentar o Fundo Eleitoral;
e. o aumento de custo das campanhas eleitorais/a dificuldade de aumentar o Fundo Eleitoral.

91. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Um jornal de grande circulação traz a seguinte manchete para um de seus artigos: Prisão de traficante mostra eficácia da inteligência policial – Compra e venda de lanchas por chefe de facção criminosa chamaram atenção da polícia. Os fatos abaixo, presentes nessa notícia, que se apresentam em ordem cronológica são:

a. chamar atenção da polícia/compra e venda de lanchas/prisão de traficante;
b. prisão de traficante/mostra eficácia da inteligência policial/chamar atenção da polícia;
c. mostra eficácia da inteligência policial/prisão de traficante/chamar atenção da polícia;

d. compra e venda de lanchas/chamar atenção da polícia/prisão de traficante;
e. chamar atenção da polícia/compra e venda de lanchas/mostra eficácia da inteligência policial.

92. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Prisão de traficante mostra eficácia da inteligência policial – Compra e venda de lanchas por chefe de facção criminosa chamaram atenção da polícia. Os termos que mostram a mesma relação semântica (antônimos) entre compra e venda são:

a. comprovação/falsificação;
b. hipocrisia/demonstração;
c. certeza/dúvida;
d. inteligência/esperteza;
e. subordinação/coordenação.

Texto 3

Em uma carta de um jesuíta espanhol sobre o Brasil de 1500, aparecia o seguinte texto: "Assim, chegamos a uma aldeia onde achamos os gentios todos embriagados, porque aqui tem uma maneira de vinho de raízes que embriaga muito, e quando eles estão assim bêbados ficam tão brutos e feros que não perdoam a nenhuma pessoa, e, quando não podem mais, põem fogo na casa onde estão os estrangeiros".

93. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Muitas vezes podemos trocar de posição algumas palavras do texto sem que se altere o seu significado; a troca de posição abaixo que modifica o sentido original do texto é:

a. Assim, chegamos a uma aldeia/Chegamos, assim, a uma aldeia;
b. onde achamos os gentios todos embriagados/onde achamos, todos embriagados, os gentios;
c. ficam tão brutos e feros/ficam tão feros e brutos;
d. que não perdoam a nenhuma pessoa/que a nenhuma pessoa perdoam;
e. porque aqui tem uma maneira de vinho de raízes que embriaga muito/porque aqui o vinho de raízes tem uma maneira que embriaga muito.

94. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) “Assim, chegamos a uma aldeia onde (1) achamos os gentios todos embriagados, porque aqui tem uma maneira de vinho de raízes que embriaga muito, e quando eles estão assim bêbados ficam tão brutos e feros que não perdoam a nenhuma pessoa, e, quando não podem mais, põem fogo na casa onde (2) estão os estrangeiros”. Nesse segmento do texto 3 há uma série de palavras que se referem a palavras anteriores; a referência indicada abaixo que é inadequada é:

a. onde (1)/uma aldeia;
b. aqui/nesta aldeia;
c. que/vinho de raízes;
d. eles/os gentios;
e. onde (2)/na casa.

95. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Na “Apresentação” do livro A Origem Curiosa das palavras, o autor Márcio Bueno escreve o seguinte: “Alguém já disse que todo homem é um animal etimologista, o que significa que as pessoas apresentam um interesse natural por conhecer a origem das palavras que usam no cotidiano. Na verdade, o homem sempre se interessou pelas origens de uma maneira geral, incluindo a da humanidade e a do Universo. Essa é a razão do surgimento dos mitos de origem, presentes em todas as civilizações, das que nem sequer dominam a escrita às mais avançadas tecnologicamente”. Sobre esse texto, é correto afirmar que:

a. a expressão inicial “Alguém já disse” mostra a tentativa argumentativa de atribuir autoridade ao texto;
b. o termo “Na verdade” corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
c. o segundo período do texto confirma as palavras iniciais do texto, ampliando as informações já fornecidas;
d. o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
e. as informações finais do texto contrariam as que são dadas no primeiro período.

Texto 1

Um dicionário de cultos afro-brasileiros termina sua apresentação do seguinte modo: “Nenhum dicionário, seja o mais exaustivo, poderá dar conta de todo um sistema de significação: em primeiro lugar, porque os sistemas de significação não são estáticos; em segundo lugar, porque estes, e principalmente os sistemas religiosos, se fazem mais de regras, isto é, de gramáticas, que de vocabulários; em terceiro lugar, porque nem todos os elementos significativos dos sistemas simbólicos se encontram cobertos por termos que os denotem e, finalmente, porque os significados apreendidos pelos dicionários são apenas pontos de referência

para se atingir significados constantemente variáveis com os contextos em que os sistemas de significação encontram existência concreta". (Olga Gudolle Cacciatore, Dicionário de cultos afro-brasileiros, p. 11)

96. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Sobre a estruturação e significação do texto 1, é correto afirmar que:

a. são apresentadas três razões em função das quais os dicionários apresentam deficiências;
b. a publicação do dicionário contraria a primeira afirmação do texto de que nenhum dicionário dá conta de todo um sistema de significação;
c. como os sistemas de significação não são estáticos, a publicação de um dicionário leva à mudança de significados de algumas palavras;
d. alguns dicionários, como os dos sistemas religiosos, enfrentam maiores problemas porque devem cobrir mais vocabulário que gramáticas;
e. um dicionário é, por definição, uma obra deficiente, pois retrata somente um estado momentâneo de algo em permanente mudança.

97. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) "...os significados apreendidos pelos dicionários são apenas pontos de referência para se atingir significados constantemente variáveis com os contextos em que os sistemas de significação encontram existência concreta" (texto 1). Deduz-se desse segmento do texto 1 que:

a. os dicionários procuram indicar referências que podem auxiliar na apreensão dos diversos significados nos contextos;
b. os significados das palavras são abstrações, que nunca encontram existência concreta, em função da diversidade de contextos;
c. é a existência concreta dos sistemas de significação que se encontra presente nos melhores dicionários;
d. como os significados das palavras estão em permanente mudança, os dicionários só podem indicar previsões para os futuros significados;
e. todos os significados das palavras encontram-se presentes nos dicionários elaborados por equipes competentes de lexicógrafos.

98. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Ernest Hemingway, o grande escritor norte-americano, escreveu certa vez que "A cesta de papéis é o primeiro móvel na casa de um escritor". Com essa frase, o escritor se refere a uma característica da arte de escrever que está expressa também na seguinte frase de outro escritor:

a. “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum”;
b. “A arte de escrever é a arte de sentar-se numa cadeira”;
c. “O que se lê sem esforço foi escrito com muitas dificuldades”;
d. “Para escrever bem deve haver uma facilidade natural”;
e. “Ainda que seja um intelectual das letras, não deveis supor que eu não tenha tentado ganhar a vida honestamente”.

Texto 2

No livro “Viagens de Gulliver”, do grande romancista inglês Jonathan Swift, sobre um dos locais visitados pelo personagem, aparece o seguinte texto: “Passamos então a outra parte da Academia que se destinava mais às pesquisas especulativas, e onde fomos encontrar três profissionais reunidos discutindo sobre o melhoramento da língua. O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e particípios, uma vez que todas as coisas imagináveis não passam de substantivos”.

99. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) “Pesquisas especulativas” (texto 2) são as que:
a. se preocupam especialmente com a língua;
b. se referem a temas religiosos ou místicos;
c. tratam de problemas futuros;
d. se dedicam a investigações teóricas;
e. abordam situações da realidade concreta.

100. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) “O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e particípios,...” É um exemplo desse primeiro projeto (texto 2) o uso de:
a. tá por está;
b. BB por Banco do Brasil;
c. fim por final;
d. bike por bicicleta;
e. tom por tonalidade.

Texto 3

Numa das crônicas de Luis Fernando Verissimo, o cronista aborda um problema de comunicação por meio da língua: Visita a Praga. Todo turista viaja acompanhado pela danação de Babel. Falar português bem alto e bem explicado não funciona, e o inglês é uma língua universal só até certo ponto. Nunca sentimos tanto a falta de uma língua comum como numa visita que fizemos a Praga, há alguns anos”.

101. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) O termo “danação de Babel” (texto 3) se refere:

a. à diversidade de línguas no mundo;
b. ao desconhecimento de outros idiomas;
c. ao fato de cada um só conhecer bem a própria língua;
d. à falta de uma língua universal, como o esperanto;
e. à ausência de sons comuns nos vários idiomas.

102. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Ao dizer que “o inglês é uma língua universal só até certo ponto”, o cronista (texto 3) quer dizer que o inglês:

a. é o idioma de maior alcance universal;
b. não é igualmente conhecido em todos os países;
c. limita sua área de atuação às Américas;
d. sofre limitações nos países não democráticos;
e. restringe suas palavras às realidades ocidentais.

103. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Millôr Fernandes reescreveu uma série de ditados populares em linguagem culta, como o exemplo a seguir: De grão em grão a galinha enche o papo/De unidade de cereal em unidade de cereal, a ave de crista carnuda e asas curtas e largas da família das galináceas abarrota a bolsa que existe nessa espécie por uma dilatação do esôfago e na qual os alimentos permanecem antes de passarem à moela. Comparando as duas formas, pode-se inferir que a única característica que está ausente da língua culta é:

a. a presença de retomadas e sequenciações de elementos textuais;
b. a preocupação com a organização e precisão de significados;
c. a predominância de vocábulos de significação específica em lugar de vocábulos de conteúdo geral;
d. as repetições de mesmas estruturas a fim de reafirmar a mensagem veiculada;
e. o emprego de pontuação com base em critérios gramaticais.

104. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) “Ler muito não leva necessária e mecanicamente a escrever bem ( ). A atitude de ler é a metonímia da vontade de entender o mundo. A atitude de escrever é a metonímia da pretensão legítima e transcendente de transformar o mundo”. (Gustavo Bernardo) Nesse caso, o mundo da leitura e da escrita se diferenciam, respectivamente, pelas seguintes posições:

a. compreensão/mudança;
b. contemplação/transformação;
c. entendimento /pretensão;
d. observação /modificação;
e. conhecimento/politização.

105. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Max Jacob escreveu certa vez que "O bom gosto de um escritor se conhece pela importância de suas correções". Nesse caso, escrever bem corresponde à seguinte definição:
a. escrever de forma adequada à gramática;
b. escrever de forma culta e elaborada;
c. escrever como forma visual de bem pensar;
d. escrever de forma adequada à situação;
e. escrever de forma simples e clara.

106. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Uma das marcas de um texto é a sua coerência, que tanto pode ser a do mundo lógico como a do mundo textual: a frase abaixo que é marcada pela coerência é:
a. O turista se afogou na praia de Copacabana e foi retirado da água desacordado;
b. O estudante estrangeiro fez o curso de Direito no Rio até se tornar conhecido na área;
c. O ministro explicou ontem, um mês após seu afastamento, as razões de sua demissão;
d. Nenhum morador morreu em função do desabamento, exceto o morador do andar térreo;
e. Ao contrário do que disse a imprensa, o candidato não foi reprovado, mas sim aprovado em lugar de destaque.

107. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Observe o seguinte diálogo em um texto de Millôr Fernandes. — Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte. — Junto com as outras? — Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir alguém e fazer qualquer coisa com elas. Ponha no lugar do outro dia. — Sim, senhora. Esse texto é intencionalmente impreciso e pouco claro. A estratégia de produção de imprecisão só NÃO está corretamente identificada em:
a. emprego de pronomes sem indicação da situação: ponha isso lá fora em qualquer parte;
b. emprego de termos sem identificação anterior: ponha isso lá fora em qualquer parte;
c. ausência de coesão com termos já expressos: Junto com as outras?;
d. emprego de pronomes indefinidos substantivos: Senão pode vir alguém...;
e. emprego de palavras gerais, sem esclarecimentos: fazer qualquer coisa com elas.

108. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Abaixo aparecem indicados tipos diversos de textos; entre eles, o tipo que apresenta um modelo adequado é:

a. tipo informativo: livros escolares;
b. tipo normativo: regulamentos de prédios;
c. tipo publicitário: bulas de remédios;
d. tipo didático: requerimentos;
e. tipo instrucional: orações religiosas.

109. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) O segmento textual abaixo que deve ser classificado predominantemente como dissertativo- argumentativo é:

a. "A cozinha feliz, que consiste no casamento de produtos naturais, um com o outro, é a antítese da cozinha feita para impressionar";
b. "Restaurante sofisticado: aquele que serve comida fria de propósito";
c. "Aprendi que esparramar as ervilhas no prato dá a impressão de que você comeu mais e, por isso, eu as esparramei";
d. "Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele";
e. "A comida era belíssima: folhas verdes com cenouras amarelas, cercadas de carne vermelha e pimentão verde".

110. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) "Frequentemente, entre nossos motivos de ação há um mais forte que os demais: é aquele que não é declarado nunca". Nessa frase, o termo sublinhado é repetido por um conjunto de outros termos, que são:

a. os demais/aquele/que [não é declarado];
b. aquele/que [os demais]/que [não é declarado];
c. um/os demais/aquele/que [não é declarado];
d. um/que [os demais]/aquele/que [não é declarado];
e. um/que [os demais]/os demais/aquele/que [não é declarado].

111. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Na frase "Ele sempre preocupou-se em comprar o mais barato, mas seus irmãos nem sempre fizeram isso", o verbo fazer substitui toda uma oração. A frase abaixo em que ocorre o mesmo é:

a. O árbitro marcou corretamente todas as faltas, mas o bandeirinha fez o contrário;
b. Enquanto o professor copiava o exercício no quadro, os alunos faziam os exercícios no caderno;

c. Nem todos os policiais fazem as mesmas coisas todos os dias;
d. Quando os carros deram a partida, os mecânicos faziam outras tarefas;
e. Enquanto a lua iluminava o terreno, a empregada fazia as velas iluminarem a sala.

112. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) A frase em que NÃO há nenhum termo elidido é:
a. Ela trabalha muito, mas eu, não;
b. (B) Nem todos sabem o valor que têm;
c. Um amigo é a pessoa que ama as mesmas coisas que você;
d. O importante não é o dinheiro, mas como gastá-lo;
e. Os impostos trazem despesas excessivas para o povo.

113. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) "No programa 'O Brasil visto do alto' só se observam as belezas do país". Nesse pequeno texto há uma referência a uma marca dos textos descritivos que é:
a. a impossibilidade de descrever todos os dados do real;
b. a necessidade de só se descreverem alguns dos dados do que é observado;
c. o desejo de se descreverem somente os dados esteticamente positivos;
d. a limitação da posição do observador que o torna incapaz de descrever todos os dados do que observa;
e. a dificuldade de o observador descrever dados que ele desconhece.

114. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) As fábulas são textos narrativos que, geralmente, mostram animais humanizados e são acompanhados de uma moral, um ensinamento para os seres humanos. Esses textos NÃO são situados cronologicamente porque:
a. não é conhecido o momento de sua ocorrência;
b. esse dado não é importante para o entendimento;
c. os fatos são totalmente inverossímeis;
d. são obras muito antigas cuja datação é difícil;
e. a mensagem do texto é atemporal.

115. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Observe o seguinte texto descritivo a seguir. "A casa estava situada em centro de terreno; era bastante grande, com duas salas, quatro quartos, dois banheiros e um pequeno quintal. O piso de todos os cômodos era de cerâmica cinzenta e cada um deles possuía uma iluminação diferente". Nesse caso, a estratégia discursiva parte:

a. de longe para perto;
b. de cima para baixo;
c. das partes para o todo;
d. de baixo para cima;
e. do todo para as partes.

116. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) “Observei a paisagem da janela, que se estendia por largo espaço e brilhava sob o sol. Verifiquei que a falta de chuvas havia feito estragos e que seria necessário irrigação urgente, mas abandonei a reflexão quando me chamaram ao portão”. Como a narrativa é marcada por uma sucessão cronológica de fatos, uma sequência de tempos verbais que mostra essa sucessão é:
a. observei/estendia/brilhava;
b. estendia/brilhava/havia feito;
c. verifiquei/havia feito/abandonei;
d. verifiquei/havia feito/seria necessário;
e. observei/verifiquei/abandonei.

117. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Todos os jogadores são elegantes Eduardinho é jogador Eduardinho é elegante O texto acima é um exemplo de silogismo que apresenta uma falha estrutural, que é:
a. ocorre uma relação de causa e efeito defeituosa;
b. é feita uma simplificação exagerada;
c. estabelece-se uma falsa analogia;
d. a premissa inicial não é verdadeira;
e. a conclusão não é fundamentada nas premissas.

118. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Observe o raciocínio a seguir.O médico recomendou-me este xarope. Vou ficar bom logo. Sempre que passamos de uma premissa diretamente a uma conclusão, assumimos como verdadeira uma ideia intermediária. A ideia intermediária desse raciocínio é:
a. o médico é bastante competente;
b. o xarope é um medicamento tradicional;
c. o xarope vai ser tomado na dosagem certa;
d. o exame foi demorado e meticuloso;
e. o remédio é de criação recente.

119. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) "O livro acompanha a humanidade há tempos. Sua história é complexa e envolve inúmeras mudanças; do livro em rolo ao formato atual, lá se vão 4,5 séculos. Ao longo dessa trajetória, porém, uma característica perdurou: o livro sempre foi um repositório de conhecimento que circulava na época – e foi dessa forma que entrou na sala de aula". Ao dizer que o livro sempre foi um repositório de conhecimento que circulava na época, a leitura do texto nos permite concluir que:

a. há sempre uma necessidade de renovação do livro em razão da contínua evolução dos conhecimentos;
b. permanece a procura por um livro didático ideal, já que todos são, por definição, deficientes;
c. continua a valorização do livro didático antigo e já experimentado por se ter mostrado útil através dos tempos;
d. se trata de um material didático que se caracteriza por seu conservadorismo, por veicular conhecimentos estabelecidos;
e. traz a marca histórica de ter veiculado conhecimentos através dos tempos e, por isso, deve preservar seus conteúdos.

120. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A introdução do n. 13 da revista Educatrix diz o seguinte: Antes de iniciar a leitura, pare e pense com quantas pessoas você compartilhou informações hoje. Agora mesmo, neste exato momento, nós estamos trocando bagagens culturais: a história da vida de quem escreve daqui e a de quem lê daí. Há, de fato, uma premissa básica para a sobrevivência humana: o viver em comunidade e a vivência compartilhada. Sobre a estruturação desse texto, é correto afirmar que:

a. as formas verbais pare e pense indicam uma ordem para que o leitor possa realizar corretamente a leitura do texto;
b. no segmento Agora mesmo, neste exato momento há uma construção enfática, já que há redundância nos termos;
c. as formas daqui e daí mostram uma oposição entre autor e leitores em relação às mensagens;
d. a expressão de fato indica uma confirmação de algo negado anteriormente;
e. nos segmentos viver em comunidade e vivência compartilhada há uma obrigatória interdependência.

121. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No mesmo número da revista Educatrix, aparece o seguinte texto sobre criatividade: A criatividade é uma questão constantemente colocada em pauta na educação contemporânea. Tendências, como a cultura maker, têm entre suas razões de ser a busca de um sonho pedagógico que se perde na preparação para o vestibular e no progressivo aumento da competitividade: a formação de seres humanos capazes de inovar e criar soluções. A afirmação inadequada sobre esse fragmento textual é:

a. o primeiro período do texto é uma afirmação de caráter geral que introduz a apresentação do tema;
b. a definição de criatividade é dada pela capacidade de inovar e criar soluções;
c. o sonho pedagógico perseguido está expresso ao final do texto: a formação de seres humanos capazes de inovar e criar soluções;
d. a preparação para o vestibular é uma oportunidade única para o desenvolvimento da criatividade individual;
e. o aumento da competitividade leva à perda da formação de seres humanos criativos.

Texto 1

O trecho a seguir é a primeira pergunta de uma entrevista em que o entrevistador (E) questiona a física Cássia Fernandez (CF) sobre criatividade: E) – Muito se fala sobre criatividade. Mas qual a definição mais aceita sobre o que é ser uma pessoa criativa?(CF) – Existem definições gerais de criatividade, utilizadas pelo senso comum, mas não existe um consenso no mundo acadêmico. À medida que as pesquisas se aprofundam, vemos que o tema é mais e mais complexo. Contudo, não se pode abrir mão de buscar tornar essa definição mais precisa para que as estratégias educacionais sejam mais efetivas.

122. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A afirmação inadequada sobre o texto 1 é:

a. por conveniência, a ação de falar sobre a criatividade não é atribuída a pessoa alguma;
b. pela pergunta do entrevistador, deduz-se que há uma série de definições sobre criatividade;
c. o senso comum, segundo CF, é um bom indicador de qualidade acadêmica de uma definição;
d. as estratégias educacionais receberiam grande ajuda a partir de uma boa definição do que seja criatividade;
e. à medida que as pesquisas se aprofundam, verifica-se a grande complexidade do tema.

123. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto 1 há um conjunto de segmentos que podem se apresentar sob a forma nominal em lugar da forma verbal; a opção em que essa substituição NÃO mantém o sentido original é:

a. o que é ser uma pessoa criativa = a existência de uma pessoa criativa;
b. à medida que as pesquisas se aprofundam = com o aprofundamento das pesquisas;
c. que o tema é mais e mais complexo = a maior complexidade do tema;
d. de buscar tornar essa definição mais precisa = da busca de mais precisão nessa definição;
e. que as estratégias educacionais sejam mais efetivas = mais efetividade das estratégias educacionais.

124. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Numa entrevista, às vezes o entrevistador contamina a futura resposta do entrevistado com o seu posicionamento; a pergunta abaixo, de uma suposta entrevista, que mostra essa característica é:

a. O que o senhor acha da definição de criatividade de Machado de Assis?
b. Que estratégias educacionais o senhor recomenda diante da total falta de criatividade nas escolas?
c. Quais as marcas definidoras de criatividade?
d. Como a tecnologia pode ajudar na implantação de um projeto educativo valorizador da criatividade?
e. É possível desenvolver uma educação pela criatividade com professores já formados?

125. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Uma segunda pergunta da mesma entrevista com a Cássia Fernandez (texto 1) é a seguinte: (E) – A busca de uma educação mais criativa se deve ao desenvolvimento da Pedagogia ou a uma pressão crescente do mundo do trabalho? (CF) – Hoje, a busca pela criatividade vem como demandado mercado. Sou contra essa visão utilitária, mas é assim que funciona. Em um mundo onde a automação avança, onde há um fluxo gigantesco de dados, precisamos cada vez mais da criatividade. O mercado busca esse perfil profissional e a educação vem se pautando por isso. Ocorre que o modelo educativo tradicional não deixa espaço nenhum para a criatividade, pois tudo se baseia na repetição, como um modelo fordista. Diante da pergunta formulada pelo entrevistado (E), a resposta de (CF):

a. não opta por nenhuma das sugestões dadas;
b. escolhe uma terceira opção como resposta;
c. foge do questionamento, desviando o assunto;
d. opta por uma resposta que une as duas opções;

e. indica claramente a segunda das opções como verdadeira.

126. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sou contra essa visão utilitária, mas é assim que funciona. Essa frase pode ser reescrita de vários modos; a única forma que altera o seu sentido original é:

a. Mesmo sendo contra essa visão utilitária, é assim que funciona;
b. Apesar de ser contra essa visão utilitária, é assim que funciona;
c. É assim que funciona a despeito de eu ser contra essa visão utilitária;
d. Ainda que eu seja contra essa visão utilitária, é assim que funciona;
e. É assim que funciona a menos que eu seja contra essa visão utilitária.

127. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A psicóloga Fernanda Furia escreveu uma reportagem sobre Inteligência Digital, que dizia o seguinte: Nas últimas décadas a nossa vida vem se tornando digital. Estamos a todo momento não somente usando diversas tecnologias como também sendo, sem perceber, profundamente influenciados por elas. Vivemos rodeados de tecnologias digitais acessíveis, intuitivas, disruptivas e extremamente atraentes, o que nos coloca em uma posição ao mesmo tempo de poder e de vulnerabilidade.Sobre o vocabulário empregado nesse texto, a única indicação de significado equivocada é:

a. década = espaço de dez anos;
b. diversas tecnologias = tecnologias diferentes;
c. acessíveis = disponíveis;
d. disruptivas = que mostram quebra, interrupção;
e. vulnerabilidade = fraqueza.

128. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ler não é natural. Mesmo falar e conversar não são atos naturais, são culturais. Portanto, ninguém nasce sabendo falar, conversar, ler ou escrever. Nem aprende sozinho. São habilidades e conhecimentos que precisam ser transmitidos e ensinados. A linguagem articulada não é um fenômeno da natureza, é da cultura. Vem do grupo social, ou seja, se ninguém ensinar, não se aprende. A frase abaixo que NÃO mostra ligação temática com esse segmento textual da escritora Ana Maria Machado é:

a. transmitir experiências para a geração seguinte é uma necessidade inevitável para a sobrevivência humana;
b. é claro que as famílias ensinaram e ainda ensinam muita coisa, mas outras demandas surgiram e houve necessidade de instâncias institucionais nesse processo;

c. o ambiente da sala de aula influencia no processo de ensino-aprendizagem e na metodologia empregada nas aulas;
d. a educação selecionou e sintetizou, entre tantos saberes acumulados, aquilo que devia ser indispensável aos que chegam a este mundo;
e. a humanidade criou alguns ofícios para garantir que a herança cultural pudesse se propagar por meio da transmissão escrita.

129. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Todo cidadão, numa sociedade democrática, tem o direito às mesmas oportunidades. Não podemos admitir que alguém que passou por uma escola sinta-se barrado no baile. (Ana Maria Machado) Nesse fragmento textual, critica-se sobretudo:
a. a desigualdade social;
b. a crise da democracia;
c. a falta de inserção social;
d. o analfabetismo;
e. a pedagogia escolar.

Texto 2

O professor tenta exaustivamente explicar o conteúdo seguidas vezes, muda o ponto de vista, muda o esquema exposto na lousa, exemplifica de duas, três, quatro formas diferentes. A cada pausa, chama atenção de diferentes grupos de alunos, que insistem em não prestar atenção. ( ) Já transpirando e quase rouco de tanto aumentar o tom de voz, o professor chama a atenção de um aluno que ri alto.— Fica de boa, profe. Depois eu vejo isso aí no YouTube.

130. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Entre as estratégias didáticas empregadas pelo professor (texto 2), só está ausente:
a. a repetição de conteúdos;
b. o foco variado;
c. a técnica da explicação;
d. a exemplificação prática;
e. a pausa reflexiva.

131. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) — Fica de boa, profe. Depois eu vejo isso aí no YouTube. A característica que NÃO está presente nessa frase dita pelo aluno do texto 2 é:
a. emprego de gíria;
b. transcrição oral de uma abreviatura;

c. o emprego de isso com valor pejorativo;
d. falha na estruturação gramatical;
e. o uso de aí para marcar distância.

132. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ler nas entrelinhas. Esta frase dá conta de uma das muitas sutilezas da escrita, indicando que num texto até o que não está escrito deve ser lido, pois o sentido vai muito além das palavras, situando-se no contexto, para que não se perca "o espírito da coisa". (Deonísio da Silva) Um segmento incoerente retirado desse texto é:
a. Esta frase dá conta de uma das muitas sutilezas da escrita;
b. num texto até o que não está escrito deve ser lido;
c. pois o sentido vai muito além das palavras;
d. o sentido ( ) situando-se no contexto;
e. para que não se perca "o espírito da coisa".

133. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A única frase abaixo que se mostra coerente é:
a. Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.
b. Jamais diga uma mentira que não possa provar.
c. A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
d. Ninguém pode me calar, a menos que amarrem minhas mãos nas costas.
e. É como dizia o comentarista: que empate o melhor!

134. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O norte-americano Alvin Toffler escreveu certa vez: O analfabeto do século XXI não será aquele que não conseguiu ler ou escrever, mas aquele que não puder aprender, desaprender e, por fim, aprender de novo. Sobre a estruturação e significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:
a. a estrutura do texto corresponde à de uma definição;
b. o emprego da forma futura será nos indica que a frase foi escrita há mais de dois séculos;
c. o uso de não, na primeira ocorrência desse advérbio, mostra oposição ao tradicional conceito de analfabeto;
d. o uso de não, na terceira ocorrência desse advérbio, limita sua referência a puder aprender;
e. o texto destaca a paciência como a maior qualidade do estudioso contemporâneo.

135. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A frase abaixo em que ocorre uma falha gramatical é:

a. Cada um deve dedicar-se à sua própria educação até o último dia;
b. Não se trata de ler muito de tudo. É necessário digerir-se o que se lê;
c. Não pretendas ser demasiado justo nem saber mais do que lhe convém;
d. Nascemos príncipes e a educação faz de nós sapos;
e. O amor-próprio ofendido não perdoa jamais.

136. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No terreno da educação, são muito comuns as figuras de linguagem que envolvem alimentação; a frase abaixo em que isso NÃO ocorre é:

a. O cozinheiro se faz, porém o bom cozinheiro nasce;
b. No que conseguir ler, não procure tanto o saber, mas o sabor;
c. Não se trata de ler muito de tudo. É necessário digerir-se o que se lê;
d. Não procures o que é muito difícil para ti, não investigues o que não coube no teu prato;
e. Ler um livro medíocre é uma tarefa sem sal.

137. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O astrônomo que descobriu o cometa de Halley se chamava Halley. O médico que descobriu a doença de Chagas se chamava Chagas. O cientista que descobriu o complexo de Golgi se chamava Golgi. Puxa vida, são essas coincidências que me fazem acreditar em Deus. (Eugênio Mohallem) Esse pensamento apresenta um problema de raciocínio que é o de:

a. trocar o geral pelo particular;
b. inverter a ordem dos fatos;
c. confundir causa e consequência;
d. misturar condição e ação;
e. tirar conclusão de premissas falsas.

Texto 4

Assim que toca o sinal indicando o fim das aulas, um grupo de alunos sai correndo das salas. Eles não estão com pressa de ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividade escolar, mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol. Em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, houve um receio inicial em aumentar o tempo de classe, com o período integral. A solução surpreendeu, fez aumentar o interesse dos jovens pelos estudos e melhorou os indicadores educacionais da unidade.

138. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O primeiro parágrafo do texto 4 mistura dois tipos de textos, que são:

a. narrativo/dissertativo-expositivo;
b. narrativo/descritivo;
c. descritivo/dissertativo-argumentativo;
d. descritivo/dissertativo-expositivo;
e. dissertativo-expositivo/dissertativo-argumentativo.

139. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto 4, o segundo período do primeiro parágrafo, em relação ao período anterior, mostra:

a. uma exemplificação;
b. uma justificativa;
c. uma explicitação;
d. uma quebra de expectativa;
e. uma incoerência flagrante.

140. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O segundo parágrafo do texto 4 desempenha um conjunto de papéis; o que é inadequado ao texto é:

a. mostra a mudança realizada no colégio citado;
b. justifica a atitude dos alunos, citada no primeiro parágrafo;
c. indica uma estratégia de renovação no magistério;
d. mostra uma etapa anterior aos fatos do primeiro parágrafo;
e. compara dois momentos da vida escolar.

141. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em todas as palavras abaixo há elementos formais sublinhados que são de enorme uso em nossa língua; o valor semântico desses elementos está corretamente exemplificado em:

a. lugar: vin<u>douro</u> e dura<u>douro</u>;
b. doença: tubercu<u>lose</u> e celu<u>lose</u>;
c. golpe: cacet<u>ada</u> e molec<u>ada</u>;
d. possibilidade: manipul<u>ável</u> e nomeá<u>vel</u>;
e. atividade: jornal<u>ismo</u> e raquit<u>ismo</u>.

142. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) O desmatamento da Floresta Amazônica: causas e soluções O debate sobre o problema do desmatamento da Floresta Amazônica, que tem se expresso, entre outros, nos debates sobre as mudanças no Código Florestal, tem-se caracterizado por sua superficialidade e pelo seu caráter ideológico. Inicialmente, há a necessidade de se identificar o processo de forma clara, após isto buscar as suas causas, e, finalmente, pensar nas soluções no curto, médio e longo prazos. Política Ambiental, nº 8, junho de 2011. Assinale a opção em que a relação do título com o texto está corretamente identificada.

a. O título fala de causas e soluções do desmatamento, mas só indica as soluções
b. O título indica causas e soluções, mas só indica as causas.
c. O texto não fala nem de umas nem de outras, apesar de falar de causas a soluções do desmatamento.
d. O texto explicita as causas e soluções do desmatamento falando de causas e soluções no título.
e. O texto indica somente uma causa e uma solução, apesar de indicar uma quantidade plural de causas e soluções.

143. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) O jornal O Estado de São Paulo publicou, em 6/10/2016, a seguinte manchete: Avanço do desmatamento na Amazônia causa alerta no governo Infere-se dessa manchete que

a. o desmatamento na Amazônia tem aumentado progressivamente nos últimos tempos.
b. em relação aos anos anteriores, tem havido um aumento no desmatamento da floresta.
c. o aumento do desmatamento na Amazônia traz instabilidade política ao governo.
d. o desmatamento da Amazônia traz preocupações ao Governo.
e. as preocupações econômicas aumentam com o desmatamento da Amazônia.

144. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Uma das marcas do discurso jornalístico é a impessoalidade. Assinale a opção que, ao contrário, mostra traços de pessoalidade.

a. Tornou-se habitual a ocorrência de assaltos nos túneis.
b. Sabe-se que a vida nas grandes cidades é mais cara.
c. Tem sido generalizada a ideia de que a polícia comete falhas.
d. É de consenso que os professores ganhamos pouco.
e. Comumente ouve-se falar de acidentes com motos.

145. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) No prefácio de um livro de Jorge Amado, Vinícius de Moraes escreveu o seguinte: “Em dois textos simples, Jorge Amado acaba de escrever o que para mim é o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira”. Nesse texto Vinícius expressa sua opinião sobre dois livros de Jorge Amado.

Assinale a opção em que o caráter opinativo está presente nos dois termos.textos simples – acaba de escrever.

a. para mim – literatura brasileira.
b. acaba de escrever – melhor romance.
c. melhor novela – textos simples.
d. literatura brasileira – melhor romance.

146. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) No prefácio de um livro de Jorge Amado, Vinícius de Moraes escreveu o seguinte: “Em dois textos simples, Jorge Amado acaba de escrever o que para mim é o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira”. O segmento “o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira” refere- se

a. a uma narrativa que poderia ser considerada como romance ou novela.
b. a duas obras distintas publicadas em um só livro.
c. à publicação de dois textos de valor na obra de Jorge Amado.
d. à escrita simultânea de dois livros por Jorge Amado.
e. à notícia do relançamento de novos livros de nossa literatura.

147. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) “A ideia de que a natureza existe para servir o homem seria apenas ingênua, se não fosse perigosamente pretensiosa. Essa crença lançou raízes profundas no espírito humano, reforçada por doutrinas que situam corretamente o Homo Sapiens no ponto mais alto da evolução, mas incidem no equívoco de fazer dele uma espécie de finalidade da criação. Pode-se dizer com segurança que nada na natureza foi feito para alguma coisa, mas pode-se crer em permuta e equilíbrio entre seres e coisas”.

Lisboa, Luiz Carlos. Olhos de ver; ouvidos de ouvir. Ed. DIFEL. 2013. Esse trecho critica basicamente

a. a visão da criação trazida pela Bíblia.
b. uma visão biológica sobre o Homo Sapiens.
c. a ingenuidade de grande parte da população.
d. a ignorância humana sobre suas próprias origens.
e. a existência de crenças infundadas na humanidade.

148. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Observe o cartaz publicitário abaixo: O cartaz se refere a Black Friday, dia em que os preços do comércio são reduzidos. Sobre os componentes verbais, gráficos e imagísticos desse cartaz, assinale a afirmativa correta.

a. No segmento “Ela está chegando”, a forma verbal é empregada para indicar algo que vai durar certo tempo.
b. O tratamento “você” se refere a um leitor específico.
c. O termo “esquenta” se refere a uma antecipação da Black Friday.
d. “ofertas exclusivas” se refere a algo só ofertado em momentos especiais.
e. O verbo “aproveitar” indica ganhos especiais para os lojistas, nesse momento.

149. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Uma cantiga de roda diz o seguinte: Eu fui no Tororó beber água não achei Achei bela morena que no Tororó deixei Aproveita minha gente que uma noite não é nada Se não dormir agora dormirá de madrugada Em relação a essa cantiga, assinale a afirmativa incorreta.

a. O primeiro verso mostra um erro de regência.
b. A segunda estrofe tem independência semântica em relação à primeira.
c. Entre “beber água” e “não achei” há uma oposição.
d. “Que uma noite não é nada” traz ideia de causa.
e. O último verso fala de um tempo futuro.

150. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Assinale a opção em que a palavra sublinhada está empregada em sentido lógico.

a. "Negar a verdade é um adultério do coração."
b. "A vida é uma viagem durante a noite."
c. "Viver é jogar pontes sobre os rios que passam."
d. "Não se governa com ideias, mas com pessoas."
e. "A ingratidão é a amnésia do coração."

151. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) No prefácio de um livro de Jorge Amado, Vinícius de Moraes escreveu o seguinte: "Em dois textos simples, Jorge Amado acaba de escrever o que para mim é o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira." Esse texto deve ser considerado

a. uma resenha de duas obras de Jorge Amado.
b. um texto publicitário sobre dois livros de Jorge Amado.
c. uma informação sobre o lançamento de novas obras literárias
d. uma argumentação em defesa de Jorge Amado.
e. um depoimento opinativo sobre duas obras de Jorge Amado.

152. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) "As enchentes têm-se repetido de forma devastadora nesse ano de 2015 em São Paulo. Vidas, patrimônios, a saúde e o cotidiano de milhões de cidadãos são, a cada chuva de verão, consumidos em águas pútridas e lamacentas de forma trágica". Uol, 28/03/2015. A forma verbal "têm-se repetido" indica que

a. as enchentes em São Paulo foram devastadoras por todo o ano de 2015.
b. os prejuízos causados pelas enchentes têm sido imensos.
c. ocorreram muitas mortes nas enchentes paulistanas.
d. nos últimos anos, em São Paulo, as enchentes têm-se repetido.
e. as enchentes em São Paulo têm modificado sua intensidade.

153. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) "Ler é essencial. Através da leitura, testamos os nossos próprios valores e experiências com as dos outros. No final de cada livro, ficamos enriquecidos com novas experiências, novas ideias, novas pessoas. Eventualmente, ficaremos a conhecer melhor o mundo e um pouco melhor de nós próprios". site Universo de Literacias. O termo "No final de cada livro" equivale a

a. quando chegamos ao final de cada livro.

b. após a leitura de cada livro.
c. na conclusão de cada livro.
d. ao chegarmos ao final de uma narrativa.
e. se chegamos ao fim de uma história.

154. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) “Ler é essencial. Através da leitura, testamos os nossos próprios valores e experiências com as dos outros. No final de cada livro, ficamos enriquecidos com novas experiências, novas ideias, novas pessoas. Eventualmente, ficaremos a conhecer melhor o mundo e um pouco melhor de nós próprios”. site Universo de Literacias. Segundo o texto, a leitura permite

a. conhecer-nos um pouco melhor.
b. aprofundar nossos relacionamentos pessoais.
c. revisitar conhecimentos já adquiridos.
d. comparar o passado com o presente.
e. produzir ideias revolucionárias.

155. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Um texto sobre a Aids apresentava a seguinte conclusão: “Apesar de todos os avanços, a Aids continua sendo uma doença grave, não tem cura, e só no Brasil mata 11 mil pessoas por ano. Quem hoje a adquire vai precisar inevitavelmente tomar remédios pelo resto da vida e conviver com seus efeitos colaterais.” Sobre a estruturação desse parágrafo, assinale a afirmativa incorreta.

a. “Apesar de” equivale a “embora”.
b. O termo “só” poderia vir após “Brasil”, sem modificação de sentido.
c. O termo “por ano” equivale a “anualmente”.
d. Em “Quem hoje a adquire”, o termo “a” se refere à Aids.
e. Nos segmentos “por ano” e “pelo resto da vida” a preposição “por” mostra sentido de tempo.

156. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) “A civilização do século XX tornou-se altamente dependente do mais nobre dos combustíveis, porque ele é extremamente conveniente: é líquido, podendo pois ser transportado facilmente nos mais variados recipientes e em oleodutos, e, além <u>disso</u>, é o combustível mais rico em calorias. Assim, a humanidade se acostumou com o ‘creme’ dos combustíveis e <u>o</u> desperdiçou, como quem desperdiça um bem ganho sem qualquer esforço. Mas <u>isso</u> vai acabar, o petróleo é uma herança <u>que</u> recebemos do passado e que fatalmente vai terminar.” José Goldemberg, Quatro Rodas, São Paulo, maio de 2013.

Todos os termos sublinhados no texto acima se referem a um termo anterior, à exceção de um. Assinale-o.

a. do mais nobre dos combustíveis.
b. disso.
c. o.
d. isso.
e. que.

157. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) "A civilização do século XX tornou-se altamente dependente do mais nobre dos combustíveis, porque ele é extremamente conveniente: é líquido, podendo pois ser transportado facilmente nos mais variados recipientes e em oleodutos, e, além disso, é o combustível mais rico em calorias. Assim, a humanidade se acostumou com o 'creme' dos combustíveis e o desperdiçou, como quem desperdiça um bem ganho sem qualquer esforço. Mas isso vai acabar, o petróleo é uma herança que recebemos do passado e que fatalmente vai terminar." José Goldemberg, Quatro Rodas. São Paulo, maio de 2013.

Sobre o petróleo, assinale a afirmativa incorreta.

a. Trata-se de combustível caloricamente superior.
b. Tem existência fatalmente não eterna.
c. Possui nobreza por ter causado dependência.
d. Traz facilidade de transporte.
e. Pode ser embalado em recipientes diversos.

158. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Um jornal carioca publicou a seguinte manchete nas páginas esportivas: Vasco obtém empréstimo para acertar pagamentos. Dessa manchete deduz-se que

a. os pagamentos do Vasco estavam atrasados.
b. haviam ocorrido erros nos pagamentos de salários.
c. o Vasco teve dificuldades para obter empréstimo.
d. os salários pagos pelo Vasco precisavam de aumento.
e. os clubes de futebol passam por dificuldades financeiras.

159. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) O jornal O Globo, em 19/10/2018, publicou a seguinte manchete: Mudanças no IR dariam alívio ao contribuinte Sobre os componentes dessa manchete, assinale a afirmativa incorreta.

a. A abreviatura IR corresponde a Imposto sobre a Renda.

b. A forma verbal “dariam” mostra que se trata de uma possibilidade, e não de um fato.
c. A expressão “dar alívio” informa que as mudanças significam menos gastos.
d. A forma “dariam alívio” equivale a “aliviarão”.
e. O termo “contribuinte” significa todo aquele que paga algum imposto.

160. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) “Antigamente o homem tinha a impressão de que os recursos da natureza eram infinitos. O caçador de mamutes via muitos deles e só conseguia capturar um ou outro, entendendo assim que seu número era infindável. A noção de que a natureza é infinita mudou a partir do momento em que o homem, dominando a técnica, fabricou máquinas capazes de, em poucos dias, destruir uma floresta; ou, indo a extremos, acabar com o mundo em minutos caso resolva experimentar algumas de suas bombas atômicas.” Júlio Chiavenato, in O massacre da Natureza. Assinale a opção em que a forma “entendendo assim” fica corretamente substituída, mantendo seu sentido original.
a. quando entendia
b. caso entendesse
c. à proporção que entendia
d. pois entendia
e. apesar de entender

161. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) “O hábito de ler é sem dúvida um dos maiores presentes que uma criança pode receber. A leitura abre inúmeras portas para o desenvolvimento do indivíduo e seus benefícios intelectuais e de apoio ao aprendizado escolar são proporcionais ao prazer de desbravar novos mundos pela imaginação. ”Ricardo Viveiros, in Oficina de Comunicação. As opções a seguir apresentam alguns benefícios do ato de ler, à exceção de uma. Assinale-a.
a. Propicia desenvolvimento.
b. Traz benefícios intelectuais.
c. Melhora o aprendizado escolar.
d. Traz prazer como o de receber um presente.
e. Exercita a imaginação.

Dê força para quem já está fazendo! Tem uma galera que reclama, tem outra que faz, tem aquela que ajuda a fazer. Qual delas é você?

162. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) O cartaz e os dizeres acima pretendem
a. condenar os que só reclamam e nada fazem.
b. motivar o trabalho solidário.
c. indicar caminhos para a colaboração.
d. dar exemplos para a comunidade.
e. incentivar campanhas de solidariedade.

163. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Os dizeres do cartaz empregam a linguagem coloquial a fim de tornar-se mais comunicativo. Assinale a opção em que não se faz uso dessa variedade de linguagem.
a. Dê força para quem já está fazendo!
b. Tem uma galera que reclama.
c. tem outra que faz.
d. tem aquela que ajuda a fazer.
e. Qual delas é você?

164. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Assinale a opção que indica a frase que não mostra caráter opinativo.
a. Penso que o Vitória deve escapar do rebaixamento.
b. Todos devem trabalhar mais, creio eu.
c. Vê-se diariamente nos jornais o perigo de viajar à noite.
d. A meu ver, o tempo vai mudar no final de semana.
e. Há muitos feriados no Brasil, é a minha opinião.

165. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) A revista Veja, em 30/03/2016, publicou a seguinte manchete: Comida desperdiçada na América Latinareduziria 37% da fome do mundo Cerca de 348 mil toneladas de alimentossão perdidas por dia na região. Sobre os componentes do texto dessa manchete, assinale a afirmativa correta.

a. Se a América Latina não desperdiçasse tantos alimentos, acabaria a fome no mundo.
b. A principal crítica do texto se dirige ao atraso cultural e econômico da América Latina.
c. A expressão “cerca de” indica precisamente a quantidade de alimentos desperdiçada.
d. Em todo o texto há a identificação clara do responsável pelo desperdício de alimentos.
e. A forma verbal “reduziria” indica uma possibilidade, e não uma certeza.

166. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) “Ler é importante porque leva a pessoa a ter contato com várias ideias diferentes (dos autores), adquirindo assim uma visão mais ampla do mundo e dos conflitos que envolvem a humanidade e a sociedade. Quando se tem uma visão mais ampla, se tem também mais material para formar as próprias ideias e resolver de melhor forma os próprios problemas.” brunokabuki.blogspot.com/2019/ Segundo o texto, a leitura

a. faz os autores entrarem em contato com várias ideias.
b. obriga os leitores a terem uma visão mais ampla do mundo.
c. torna menos compreensíveis os conflitos do mundo.
d. fornece ferramentas para a formação de nossas ideias.
e. minimiza os problemas que enfrentamos.

167. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) “Ler é importante porque leva a pessoa a ter contato com várias ideias diferentes (dos autores), adquirindo assim uma visão mais ampla do mundo e dos conflitos que envolvem a humanidade e a sociedade. Quando se tem uma visão mais ampla, se tem também mais material para formar as próprias ideias e resolver de melhor forma os próprios problemas.” brunokabuki.blogspot.com/2019/ A relação lógica entre os dois segmentos sublinhados é a de

a. simultaneidade temporal.
b. causa e consequência.
c. proporcionalidade.
d. comparação desproporcional.
e. condição.

168. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Violência, participação e democracia "Manifestações públicas constituem um dos aspectos essenciais da vida democrática. Um regime político que é incapaz de tolerar a livre manifestação da população – inclusive a que contraria os ocupantes do poder – não pode ser considerado democrático. Historicamente, os regimes democráticos se consolidam quando a luta política deixa de ser o arriscado jogo do tudo ou nada e se institucionaliza como parte do cotidiano da sociedade." Folha de São Paulo, 14/6/2014. Esse trecho apresenta uma série de pensamentos de caráter democrático, à exceção de um. Assinale-o.

a. A luta política não deve ter caráter radical.
b. As manifestações públicas devem ser normalmente aceitas.
c. O poder político deve tolerar manifestações opostas.
d. A luta política não deve fazer parte do cotidiano social.
e. A violência não deve ser empregada contra manifestações.

169. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Um dos temas de discussão mais frequentes na atualidade é o das vantagens e desvantagens da redução da maioridade penal. Assinale a opção que apresenta um argumento que pode ser considerado desfavorável a essa redução.

a. A redução protegeria os jovens do aliciamento do tráfico, que tem recrutado menores para a prática de crimes.
b. O sistema prisional brasileiro apresenta situação caótica.
c. A impunidade gera o aumento da violência.
d. A opinião pública brasileira apoia a redução.
e. A legislação brasileira deve alinhar-se à de países desenvolvidos.

170. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Assinale a opção que indica a frase em que não ocorre a relação de causa e consequência.

a. Apesar das chuvas, as ruas não amanheceram alagadas.
b. Em virtude da crise, o comércio está vendendo menos.
c. Muitas pessoas deixaram de viajar em função do mau tempo.
d. As necessidades econômicas geram muitos problemas.
e. A violência resulta, muitas vezes, da ignorância.

171. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) O jornal A Tarde publicou as duas manchetes esportivas a seguir. Bahia cai para o Atlético-MG e acaba com chance de vaga na Libertadores Vitória perde para Atlético-PR e se complica na luta contra o rebaixamento Sobre essas duas manchetes, assinale a opção que apresenta a afirmativa correta.

a. A estruturação dos textos se dirige aos "iniciados" no futebol.
b. A gravidade das derrotas é apresentada como equivalente.
c. O verbo "cair" pertence à linguagem denotativa.
d. Uma das siglas representativas de estados está errada.
e. O jornal mostra parcialidade na informação prestada.

172. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) A respeito das manchetes do jornal A Tarde transcritas a seguir, assinale a que não utiliza linguagem figurada.

a. "Judô do Brasil passa em branco no 2º dia de disputas em Haia".
b. "Neymar e Cavani minimizam jogo 'pesado' em amistoso".
c. "Homens armados roubam supermercado e levam celulares".
d. "Ex de Safadão anuncia que será musa da Grande Rio".
e. "Lotérica é assaltada e assaltantes usam reféns como escudo".

173. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Em 18 de novembro de 2011, o jornal A Tarde publicou a seguinte manchete: "'Babas' roubam espaço de banhistas na orla de Salvador". Sobre os componentes da manchete, assinale a afirmativa incorreta.

a. O emprego do verbo "roubar" mostra uma visão negativa da ação praticada.
b. A linguagem utilizada mostra traços de coloquialidade.
c. A mensagem traz implícita a ideia de que os banhistas têm direito a certo espaço na orla.
d. O vocábulo 'babas' traz aspas para indicar um sentido diferente do usual.
e. A manchete é construída de forma não opinativa, como recomenda a informação jornalística.

174. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) "A redução da maioridade penal é urgente, pois, como mostram as pesquisas de opinião, 98% da nossa população apoia a redução da maioridade penal." Nesse caso, a opinião expressa está apoiada em um argumento

a. autoritário.
b. narrativo.
c. causal.
d. opinativo.
e. tendencioso.

175. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Quando procuramos evitar afirmações de certeza absoluta, empregamos expressões de possibilidade. Assinale a opção que, ao contrário, expressa certeza.

a. A Terra deve tornar-se um planeta desabitado.
b. É muito provável que a gasolina suba de preço.
c. Sabe-se que o desemprego é o pior de nossos problemas.
d. O Brasil, provavelmente, crescerá mais em 2019.
e. Existe a possibilidade de nosso país ficar mais rico.

176. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) “A ideia de que a natureza existe para servir o homem seria apenas ingênua, se não fosse perigosamente pretensiosa. Essa crença lançou raízes profundas no espírito humano, reforçada por doutrinas que situam corretamente o Homo Sapiens no ponto mais alto da evolução, mas incidem no equívoco de fazer dele uma espécie de finalidade da criação. Pode-se dizer com segurança que nada na natureza foi feito para alguma coisa, mas pode-se crer em permuta e equilíbrio entre seres e coisas”. Lisboa, Luiz Carlos, Olhos de ver; ouvidos de ouvir. Ed. DIFEL. 2013. As opções a seguir apresentam uma série de palavras e expressões do campo semântico da religiosidade, à exceção de uma. Assinale- a.

a. Olhos de ver; ouvidos de ouvir.
b. Essa crença lançou raízes profundas.
c. ... uma espécie de finalidade da criação.
d. ... reforçada por doutrinas.
e. ... nada na natureza foi feito para alguma coisa.

177. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A solução para a questão da violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e um judiciário eficiente, mas também demanda com urgência, profundidade e extensão a melhoria do sistema educacional, de saúde, habitacional, oportunidades de emprego, dentre outros fatores." Considerando-se o texto de uma redação de caráter dissertativo-argumentativo padrão, o fragmento acima corresponde à

a. exposição da tese inicial.
b. citação de argumentos.
c. conclusão do texto.
d. alusão a textos de autoridade.
e. indicação do tema a ser tratado.

178. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) A clareza é uma das qualidades que se exigem na redação de um texto de caráter científico. Assinale a opção que indica um fator que auxilia na obtenção de clareza no uso linguístico.

a. As intercalações.
b. A ordem direta.
c. As redundâncias.
d. A linguagem conotativa.
e. O emprego constante de parênteses.

179. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A banalização das artes e da literatura, o triunfo do jornalismo sensacionalista e a frivolidade da política são sintomas de um mal maior que afeta a sociedade contemporânea: a ideia temerária de converter em bem supremo nossa natural propensão a nos divertirmos". Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo. Assinale a opção em que se indica corretamente uma inferência desse pequeno texto de apresentação de um livro.

a. O jornalismo sensacionalista é uma das causas do mal maior citado a seguir.
b. A propensão à diversão traz bastantes problemas aos seres humanos.
c. A banalização das artes e a frivolidade da política indicam a presença de um mal maior.
d. As artes e a literatura têm sido prejudicadas pelo sensacionalismo e pela frivolidade presentes em outras áreas.
e. A sociedade contemporânea é marcada pela procura insistente por diversão.

180. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A notícia da morte de um jovem de 23 anos, após a ingestão excessiva de álcool em uma festa universitária, em Bauru, no Centro-Oeste paulista, assustou muitos brasileiros. Humberto Moura Fonseca participava de uma competição para ver quem conseguia beber mais. Uma dessas estúpidas festas promovidas por estudantes, provando que escolarização nem sempre é sinônimo de educação." Sousa, Robson Sávio Reis. Álcool, a droga da morte. NESP/PUC-MG. 2018. Assinale a opção em que o termo sublinhado tem seu valor semântico indicado de forma inadequada.

a. após/momento posterior.
b. em/lugar.
c. para/finalidade.
d. por/agente.
e. nem sempre/tempo.

181. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) A redação de um texto de caráter científico requer impessoalidade. Assinale a opção em que, ao contrário, a frase mostra traços de pessoalidade.

a. Precisa-se urgente de doações de sangue.
b. Apresentaram-se bons músicos no show.
c. Alguém fez o registro da ocorrência.
d. Exige-se o uso de traje completo.
e. Assaltaram o banco da esquina.

182. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Leia o texto a seguir. O mundo que nos cerca é aparentemente feito todo de matéria: algo que tem massa, ocupa lugar no espaço e está sujeito a leis da física, como inércia e gravidade. Teoricamente, para toda matéria, há um correspondente com carga oposta, a antimatéria. Pesquisadores da Organização Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN), com sede na Suíça, em 2011, conseguiram aprisionar átomos de antimatéria por tempo suficiente para estudar o fenômeno em detalhes, o que pode levar a um entendimento mais profundo das partículas e dar pistas sobre a própria origem do universo. Adaptado de Veja, 06/06/2011. A partir do texto, podemos definir a antimatéria como

a. uma forma hipotética de matéria dotada de massa e carga nulas.
b. uma posição filosófica metafísica, em oposição ao materialismo.
c. uma matéria constituída por antipartículas com carga elétrica oposta à da matéria ordinária.
d. uma substância originária do universo estudada pela física mecânica.
e. um conceito físico para indicar a ausência de vida material na origem do universo.

183. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Com relação às funções da linguagem, analise as afirmativas a seguir. I. Denotativa: transmite uma informação objetiva, expõe dados da realidade. Geralmente apresenta-se na terceira pessoa do singular ou plural, pois transmite impessoalidade. II. Expressiva: a realidade é transmitida sob o ponto de vista do emissor; a mensagem é subjetiva e centrada no emitente, e apresenta-se na primeira pessoa. A pontuação (ponto de exclamação, interrogação e reticências) é uma característica da função expressiva. III. Fática: o objetivo do emissor é expressar seus sentimentos através de textos, que podem ser enfatizados por meio das formas das palavras, da sonoridade, do ritmo, além de elaborar novas possibilidades de combinações dos signos linguísticos. Está correto o que se afirma em

a. I, somente.
b. II, somente.
c. I e II, somente.
d. II e III, somente.
e. I, II e III.

184. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "Quando lemos, ocorrem diversas ligações no cérebro que nos permitem desenvolver o raciocínio, além de aguçar o senso crítico por meio da capacidade de interpretação. Nesse sentido, vale lembrar que a 'interpretação' dos textos é uma das chaves essenciais da leitura; afinal, não basta ler ou decodificar os códigos linguísticos, faz-se necessário compreender e interpretar essa leitura". site Toda Matéria.com O texto mostra que a leitura

a. leva obrigatoriamente à correta interpretação do texto.
b. estimula o desenvolvimento do raciocínio.
c. se satisfaz com a correta decodificação do código linguístico.
d. reduz o nosso senso crítico ao que é essencial.
e. permite uma ampliação na área cerebral dos leitores.

185. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "O fundamento jurídico para a proteção dos animais, no Brasil, está no artigo 255 da Constituição Federal, que incumbe o Poder Público de 'proteger a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade'". O autor desse fragmento, ao citar outro texto, exemplifica uma marca característica da textualidade. Assinale a opção que a indica.

a. Coesão.
b. Informatividade.

c. Intertextualidade.
d. Coerência.
e. Conhecimento de mundo.

186. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "O fundamento jurídico para a proteção dos animais, no Brasil, está no artigo 255 da Constituição Federal, que incumbe o Poder Público de 'proteger a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade'". Esse texto se refere a um outro texto. Sobre os textos que aqui dialogam, assinale a afirmativa correta.

a. A alusão feita ao texto da Constituição é realizada em forma de paródia.
b. As palavras ou expressões como "fundamento jurídico", "artigo 255", "Constituição Federal" indicam que o conteúdo temático do texto é de caráter político-partidário.
c. O emprego de letras em itálico mostra o interesse do autor do texto em destacar parte dele.
d. O texto exemplifica um gênero textual denominado "didático", por ensinar algo aos leitores.
e. O texto em itálico encontra-se entre aspas simples por já haverem sido utilizadas as aspas duplas.

187. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Uma manchete do jornal O Globo, de 5/11/2018, dizia o seguinte: ENEM tem recorde negativo de ausências. Com essa manchete, o jornal informa aos leitores que

a. as ausências atingiram um número imprevisto.
b. o ENEM mostra o prejuízo causado pela mudança do horário de verão.
c. o número de faltas à prova diminuiu como nunca.
d. as ausências dos candidatos causam preocupações ao ENEM.
e. a quantidade de faltas à prova mostra a visão negativa do exame.

188. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "Estou honrado de estar aqui, na formatura de uma das melhores universidades do mundo. Eu nunca me formei na universidade. Que a verdade seja dita, isso é o mais perto que eu já cheguei de uma cerimônia de formatura." Steve Jobs. Fragmento do discurso em Stanford, em 2005. Essas palavras de Steve Jobs iniciam um gênero textual chamado "discurso". Nesse caso, assinale a opção que indica a marca original das palavras de Jobs.

a. Não começar o discurso com um agradecimento aos que o elegeram como homenageado.

b. Iniciar o texto com palavras que mostram certa relativização do valor dos diplomas cuja obtenção ali se comemorava.
c. Criticar aqueles que doam o melhor dos seus esforços a estudos acadêmicos e pouco úteis.
d. Mostrar que seu sucesso profissional é um modelo que deve ser perseguido por todos os formandos.
e. Indicar que, em sua vida profissional, sempre foi avesso a formaturas e eventos acadêmicos.

189. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Leia os fragmentos a seguir. "A nossa civilização é marcada pela linguagem gráfica. A escrita domina a nossa vida; é uma instituição social tão forte quanto a Nação e o Estado. Nossa cultura é basicamente uma cultura de livros. Pela escrita acumulamos conhecimentos, transmitimos ideias, fixamos nossa cultura." "Nossas religiões derivam de livros: o islamismo vem do Corão, escrito por Maomé; os Dez Mandamentos de Moisés foi um livro escrito em pedra. Nosso cristianismo está contido em um livro, a Bíblia". Amaral Vieira, R. A. O futuro da comunicação. Ed. Achiame. 1981. O segundo fragmento desse texto funciona, em relação ao primeiro, como
a. um argumento confirmador do que é afirmado antes.
b. uma exemplificação do que é anteriormente dito.
c. uma enumeração de fatos documentadores de autoridade.
d. uma explicação de algo pouco claro.
e. uma informação que enriquece o texto.

190. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) A campanha publicitária de um remédio antialérgico dizia: A alergia não tem hora para atacar, mas tem 10 minutos para tratar Assinale a opção que indica o argumento básico utilizado para levar à compra do remédio.
a. A alergia mostra certa gravidade.
b. O remédio indicado é muito rápido e eficiente.
c. O perigo trazido pelo ataque alérgico.
d. A imprevisibilidade do ataque da alergia.
e. O baixo preço do medicamento.

191. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A ideia de que a natureza existe para servir ao homem seria apenas ingênua, se não fosse perigosamente pretensiosa. Essa crença lançou raízes profundas no espírito humano, reforçada por doutrinas que situam corretamente o Homo sapiens no ponto mais alto da evolução, mas incidem no equívoco de fazer dele uma espécie de fina-

lidade da criação. Pode-se dizer com segurança que nada na natureza foi feito para alguma coisa, mas pode-se crer em permuta e equilíbrio entre seres e coisas". Lisboa, Luiz Carlos, Olhos de ver; ouvidos de ouvir. Ed. DIFEL. 2013. Esse fragmento, retirado do livro Olhos de ver; ouvidos de ouvir, é do tipo argumentativo. Ele tem como tese que

a. a natureza existe para servir ao homem.
b. o Homo sapiens está no ponto mais alto da evolução.
c. o homem é a finalidade última da criação divina.
d. nada na natureza foi feito para alguma coisa.
e. a natureza está fundada no equilíbrio entre criador e criatura.

Analise a charge a seguir:

192. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Assinale a opção que indica uma manchete adequada a seu conteúdo.

a. Balas perdidas matam crianças nas escolas.
b. A educação é uma arma contra a violência.
c. Todos contra a liberação das armas.
d. Estudantes reagem com violência contra os cortes.
e. Escolas públicas em perigo.

193. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Interpretar um texto é mais do que decodificá-lo; é preciso, sobretudo, prestar atenção aos processos que construíram os significados. Observe a charge a seguir e aponte a pergunta que se coaduna a essa última finalidade.

a. De que maneira o chargista mostra as dificuldades do povo?
b. A que preocupação se liga a primeira frase da charge?
c. Qual a principal crítica da charge?
d. Por que se emprega a forma “este” na segunda frase?
e. A linguagem predominante nas frases é a formal ou a informal?

194. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Num livro publicado com a intenção de criticar os dicionários, aparece o seguinte texto: “Os jornalistas buscam um sinônimo simples de cachorro, gato, canário... e outros animais que convivem com as famílias em suas casas, mas não encontram grande coisa e nem se lembram de que existem os pronomes. Como tampouco o sinônimo geral – ‘animais’ ou ‘animais domésticos’ (expressões que, em sua segunda referência perdem a imprecisão) –, apelando em geral para a palavra pet, um estrangeirismo desnecessário”. Alex Grijelmo, Críticas com humor sobre o idioma Sobre o texto, é correto afirmar que:

a. as palavras “simples” e “animais” apresentam morfemas gramaticais flexionais da mesma natureza.
b. a expressão “sinônimo geral” equivale ao que geralmente se denomina “homônimo perfeito”.
c. na forma verbal “buscam”, a vogal “a” é um morfema gramatical flexional.
d. na forma verbal “convivem”, não se identificam morfemas zero para as indicações gramaticais de modo e de tempo.
e. o segmento entre parênteses – “expressões que, em sua segunda referência perdem a imprecisão” – refere-se a um tipo de marca coesiva anafórica.

195. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Sobre a variação linguística, é correto afirmar-se que:

a. não se verifica, na sociedade em geral, a crença sobre o maior prestígio de determinada variedade linguística em detrimento de outras.
b. na história de um idioma, as variedades indicam o empobrecimento progressivo da linguagem.
c. no contexto social, alguns traços de variação linguística recebem mais carga de avaliação negativa que outros.
d. na escrita, não se admite qualquer variação linguística, pois somente na modalidade oral é que isso pode verificar-se.
e. sociolinguisticamente, alguns textos podem ser considerados linguisticamente corretos, porque respeitam a norma culta da língua, e outros, ao contrário, são considerados incorretos, porque não obedecem às normas gramaticais.

196. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Das alternativas abaixo, aquela em que o termo destacado exemplifica o recurso de coesão referencial pronominal exofórica é:

a. Você não sabe o que é ter um amor.
b. A situação econômica do Brasil, hoje, está difícil.
c. Você tem amizade por João, mas ele não é seu amigo.
d. Aqui está fazendo muito frio!
e. Os estrangeiros são bem-vindos, mas eles devem trabalhar.

197. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) "Ao ler-se em um dicionário, por sinal extremamente bem conceituado, que a nomenclatura 'cigano' significa 'aquele que trapaceia, velhaco', entre outras coisas do gênero, ainda que deixe expresso que é uma linguagem pejorativa, ou, ainda, que se trata de acepções carregadas de preconceito ou xenofobia, fica claro o caráter discriminatório assumido pela publicação." O texto foi retirado de uma decisão judicial de um procurador sobre a possibilidade de racismo no verbete "cigano". O texto abaixo que se opõe argumentativamente a essa ideia é:

a. "Agora há novamente paladinos da sociedade perfeita que querem censurar dicionários".
b. "Censurar a lexicografia é uma curiosa inovação".
c. "O Ministério Público entendeu que houve racismo nos itens 5 e 6 do verbete 'cigano'".
d. "Eliminar uma palavra do dicionário é uma inutilidade, pois a palavra sobreviverá se tiver funcionalidade na língua".
e. "Tais palavras poderiam ser retiradas, em suas acepções vulgares ou ofensivas, sem prejuízo do restante".

198. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Observe a charge abaixo.

A frase da esquerda mostra um problema teórico, que é

a. a confusão entre flexão e derivação.
b. a inexistência de concordância nas palavras que variam em grau.
c. a impossibilidade de haver concordância simultânea de gênero e número.
d. a incoerência semântica entre a primeira palavra e as demais.
e. a mistura de concordância com classes gramaticais.

199. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Analise as afirmações abaixo, relativas a variação linguística. 1 – Uma característica de todas as línguas do mundo é que elas não são unas, não são uniformes, apresentando variedades. 2 – As línguas mostram formas variadas, entre outras razões, porque a sociedade é dividida em grupos sociais. 3 – Na escrita, há sempre interlocução, enquanto a fala ocorre fora dela. 4 – As variedades linguísticas sofrem um julgamento social. 5 – Variantes diafásicas são as que mostram diferenças de uma região para outra. Assinale a opção que indica as afirmativas corretas.

a. 1 – 4 – 5
b. 1 – 2 – 3 – 4 – 5
c. 1 – 2 – 3 – 5
d. 1 – 2 – 4
e. 2 – 3 – 4

200. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) “É provável que nunca na história tenham sido escritos tantos tratados, ensaios, teorias e análises sobre a cultura como em nosso tempo. O fato é ainda mais surpreendente porque a cultura, no sentido tradicionalmente dado a esse vocábulo, está prestes a desaparecer em nossos dias. E talvez já tenha desaparecido, discretamente esvaziada de conteúdo, tendo este sido substituído por outro, que desnatura o conteúdo que ela teve”. (Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo, p. 11) Esse primeiro parágrafo de um livro famoso se apoia numa modalidade de linguagem figurada denominada

a. antítese.
b. metonímia.
c. paradoxo.
d. metáfora.
e. sinestesia.

201. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Observe as afirmações abaixo sobre a estruturação dos textos informativos. 1 – Todo texto informativo parte de um enunciador que possui determinado conhecimento que resolve compartilhar. 2 Todo informante supõe a existência de um público interessado no conhecimento que ele possui. 3 – O conhecimento do informante pode ter origem no estudo, na experiência de vida, na presença em algum lugar, nas suas relações sociais etc. 4 – Todo texto informativo supõe a existência de um conhecimento, que pode ser novo ou que precisa ser recordado. Assinale a opção que indica as afirmações corretas.

a. 1 – 2 – 3 – 4
b. 1 – 2 – 4.
c. 2 – 3 – 4.
d. 1 – 2 – 3.
e. 1 – 3.

202. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) TEXTO 1 "Oscar tinha um sítio. Um dia Oscar resolveu levar na camioneta um pouco de esterco do sítio, que era no interior de Minas, para o jardim de sua casa na capital. Na barreira foi interpelado pelo guarda: – O que é que o senhor está levando aí nesse saco? – Esterco – respondeu Oscar, farejando aborrecimento: – Por quê? Não lhe cheira bem? – O senhor tem a guia? – o guarda perguntou, imperturbável. – Guia? – É preciso de uma guia, o senhor não sabia disso?" Fernando Sabino, A mulher do vizinho Sobre o emprego de artigos nesse pequeno texto do início de uma crônica, a única afirmativa inadequada é:

a. "um sítio" é retomado por "do sítio", mudando-se o artigo indefinido pelo definido em função de, no segundo caso, a realidade já ser conhecida do leitor.
b. "a guia" faz supor que o guarda sabe do que está falando e que pensa ser também do conhecimento de Oscar.
c. "Guia", sem artigo, mostra total desconhecimento do assunto por parte de Oscar.
d. "uma guia" indica que o guarda percebeu o desconhecimento de Oscar e decidiu especificar o tema.
e. "na barreira", apesar de ser citada pela primeira vez, aparece com artigo definido por ter existência possível no contexto.

203. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) No texto 1, a frase que mostra ambiguidade é

a. "Oscar tinha um sítio".
b. "Que era no interior de Minas".
c. "O senhor está levando aí nesse saco".
d. "Não lhe cheira bem?".
e. "O senhor não sabia disso?".

204. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Considerando-se que um texto narrativo supõe a sequência cronológica de ações ou acontecimentos, as formas verbais que documentam uma sequência temporal são

a. tinha/resolveu levar.
b. era/foi interpelado.
c. foi interpelado/está levando.
d. está levando/farejando.
e. farejando/sabia.

205. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Considerando que os chamados gêneros textuais são realizações linguísticas concretas, definidas por propriedades sociocomunicativas, não deve ser incluído(a) entre os gêneros:

a. cantiga de roda.
b. bula de remédio.
c. argumentação.
d. crônica.
e. entrevista.

206. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Indique a quantidade de frases, dentre as apresentadas abaixo, que se apoiam em intertextualidade, ou seja, no diálogo com outros textos.

I – “Dize-me com quem andas e te direi quem és na presença do meu advogado”. (Planeta Diário)
II – “No futebol brasileiro você não tem que matar um leão por dia. Tem que matar todos os leões da floresta por dia”. (Telê Santana)
III – “Para meio entendedor, uma palavra basta”. (Eduardo Suplicy)
IV – “Pode-se enganar todo mundo o tempo todo, se a campanha estiver certa e a verba for suficiente”. (Joseph E. Levine)
V – “A morte é o clube mais aberto do mundo”. (Otto Lara Resende)

a. 1
b. 2
c. 3
d. 4
e. 5

207. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Na construção de um texto, a substituição de um elemento por outro na continuidade do texto pode ocorrer por meio de diferentes processos. Assinale a opção que indica a frase em que os termos sublinhados NÃO exemplificam o processo indicado.

a. Enquanto as guerras se tornam a cada dia mais violentas, dirigi-las é cada vez mais cômodo e se faz de locais cada vez mais distantes da conflagração./substituição por sinônimos ou quase-sinônimos

b. O coronel trazia documentos importantes, mas, após o acidente, nada foi encontrado na pasta do militar./substituição por hipônimos.

c. Acredito que o péssimo estado das nossas prisões é que as impede de serem ocupadas por algumas pessoas da nossa melhor sociedade./substituição por pronomes.

d. Qualquer homem, andando uma média de onze horas por dia, levaria apenas 285 dias para ir do Rio a Paris. Isso, naturalmente, se não houvesse o oceano Atlântico entre a Cidade Maravilhosa e a Cidade Luz./substituição por expressões conotativas.

e. O riso é próprio do homem, mas o rir demais traduz pouca inteligência./substituição por termos cognatos.

208. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Até o século XIX, as vilas ficavam em contato bastante direto com o campo ou com o mar, de tal modo que o homem podia satisfazer sus necessidades fisiológicas e psicológicas. Com a industrialização, elas se desenvolveram unicamente em função de imperativos econômicos ou políticos, ignorando os imperativos ecológicos naturais. As consequências dessa expansão desordenada nós a conhecemos: a poluição... Nesse texto, o segundo termo sublinhado mostra uma retomada de um segmento anterior. Assinale a opção que indica a afirmação correta sobre o exemplo dado.

a. A retomada, nesse caso, não recebe o tratamento discursivo de um termo anterior conhecido.

b. A retomada é feita em relação a todo um segmento, reduzindo-o a um conceito.

c. A retomada reproduz o conteúdo semântico anterior, mas com a expansão de novos dados.

d. A retomada realiza a caracterização do termo anterior por meio de uma construção oracional.

e. A retomada ocorre em contradição com o termo anteriormente substituído.

209. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) Algumas entidades de segunda menção não se remetem ao conteúdo do enunciado, mas à sua enunciação, ao funcionamento do discurso, como ocorre no seguinte exemplo:

a. Certamente, a matemática constitui uma ferramenta básica para as profissões científicas, e esse argumento fez com que se incluísse essa disciplina nos programas escolares.
b. Duas frases foram inscritas no muro do cemitério: “O petróleo é nosso” e “Morte ao imperialismo”. Essas duas magníficas divisas foram esquecidas nas passeatas modernas.
c. Infelizmente o cérebro humano é um dos poucos órgãos do nosso corpo que nâo têm uma válvula excretora. E as fezes culturais ficam lá, nos envenenando pelo resto da vida, transformando o mais nobre e complexo órgão do corpo numa imensa fossa, imunda e fedorenta.
d. Comprei uma casa em Recife, mas essa casa de dois andares pegou fogo.
e. A “vaca louca”, vaca atacada por grave doença no cérebro, é um problema sério para a pecuária inglesa. Os demais países europeus proibiram a importação de carne inglesa, com medo da “vaca louca”.

210. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: PORTUGUÊS) “Aborígine, aborígene A palavra aborígine (ou aborígene) é com frequência empregada para designar autóctone de um país, nativo, indígena, principalmente em referência a populações originárias da Austrália. Sua origem está no latim aborigines (‘os autóctones ou primeiros habitantes do Lácio e da Itália, cujos reis lendários são Latino, Saturno e Fauno’).” Palavras: Origens e Curiosidades, Roosevelt Nogueira de Hollanda, p. 42 As informações prestadas no texto acima se localizam no terreno linguístico da
a. ortografia e sintaxe;
b. etimologia e fonologia;
c. sintaxe e semântica;
d. semântica e etimologia;
e. etimologia e fonologia.

211. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Crise no emprego eleva em 1,4 milhão o número de consultas psiquiátricas Entre 2014 e 2017, a busca por atendimentos avançou 54%; afastamentos já têm alta de 12% no ano. Folha de São Paulo, 23/11/2018. Sobre os componentes estruturais desse segmento de texto, assinale a afirmativa correta.
a. A “crise no emprego” se refere a problemas advindos da vida diária na atividade de trabalho.
b. A “crise no emprego” mostra a consequência advinda do aumento de consultas psiquiátricas.
c. O “Entre 2014 e 2017” indica momento passado, por isso, a informação perde atualidade.
d. O “já” mostra que o crescimento dos atendimentos também está acima do esperado.

e. O “têm alta de 12% no ano” indica que o número de altas médicas também cresceu no período.

212. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) As frases a seguir criticam alguma característica ou procedimento humano. Assinale a opção que indica a frase que tem essa característica identificada erroneamente.

a. “Camarão que dorme a correnteza leva”/inércia.
b. “Quem fica olhando o vento jamais semeará, quem fica olhando as nuvens jamais ceifará”/indiferença.
c. “Os bispos são, no jogo de xadrez, os que estão mais próximos dos reis”/interesse.
d. “Todo homem tem seu preço. E alguns até dão desconto”/corrupção.
e. “O tempo é um grande professor, mas infelizmente ele mata todos os seus discípulos”/brevidade da vida.

213. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Não foi para isso “Não sei se é verdade. Dizem que Santos-Dumont suicidou-se quando soube que, durante a Guerra Mundial, a primeira, de 1914 a 1918, estavam usando aviões para bombardear cidades indefesas. Não fora para isso -- pensava ele -- que inventara a navegabilidade no ar, façanha que ninguém lhe contesta, tampouco inventara o avião, cuja autoria lhe é indevidamente negada pelos norte-americanos. Excetuando o Dr. Guilhotin, que construiu um aparelho específico para matar mais rapidamente durante os anos do Terror, na Revolução Francesa, em geral o pessoal que inventa alguma coisa pensa em beneficiar a humanidade, dotando-a de recursos que tornam a vida melhor, se possível para todos”. Carlos Heitor Cony, in Folha de São Paulo. 27/12/2007. Esse fragmento de uma crônica de Cony é um exemplo de texto

a. didático, pois ensina algo sobre personagens famosos.
b. descritivo, pois fornece dados sobre as invenções citadas.
c. narrativo, pois relata a história da criação do avião e da guilhotina.
d. argumentativo, pois apresenta fato que comprova o título da crônica.
e. histórico, pois traz informações sobre o passado a fim de registrá-lo.

214. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Assinale a opção que mostra uma frase incoerente.

a. Diplomacia é a arte de saber o que não dizer
b. São necessários 20 anos de paz para formar um homem e, apenas, 20 segundos para destruí-lo.
c. A seda foi inventada para que as mulheres pudessem sair desnudas com vestidos.
d. Cada um se defende como pode. Cachorro morde. Boi chifra. Deputado vota contra.
e. A paz não é feita com amigos; é feita com inimigos.

215. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) O ex-presidente Kennedy disse, certa vez, que “A paz mundial, como a paz em uma comunidade, não necessita que cada um ame o seu vizinho – mas que vivam com mútua tolerância, submetendo suas disputas a um acordo justo e pacífico”. Sobre a estruturação desse pensamento, assinale a afirmativa inadequada.

a. “como a paz em uma comunidade” mostra uma comparação entre duas circunstâncias de paz.
b. “não necessita que cada um ame o seu vizinho” contraria um pensamento bastante corrente.
c. “mas que vivam com mútua tolerância” indica uma oposição à frase anterior.
d. “submetendo suas disputas a um acordo justo e pacífico” faz uma alusão a grandes organismos internacionais.
e. “não necessita que cada um ame seu vizinho” refere-se exclusivamente à última paz citada.

216. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Um texto publicitário da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) diz o seguinte: “Ao escrever as regras da autorregulação bancária, os bancos criaram, proativamente, regras mais rigorosas do que as próprias leis do país. E o consumidor ganhou na prática: * relações de consumo mais claras e transparentes; * regras para renegociação de dívidas; * iniciativas para prevenir a lavagem de dinheiro;
* compromisso com a sustentabilidade ambiental”. (adaptado) O texto só não privilegia

a. a segurança dos negócios.
b. a preocupação moral.
c. o cuidado com o meio ambiente.
d. a preocupação com o consumismo.
e. as medidas anticorrupção.

217. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Um candidato a um concurso público foi encarregado de escrever um texto cujo tema era a violência. Selecionando previamente o que poderia ser enquadrado na tipologia da violência, o candidato apontou cinco fatores. Assinale a opção que indica não um tipo de violência, mas uma causa.

a. Os abusos sexuais de pais contra filhas.
b. A presença de cenas violentas nos filmes e programas de TV.
c. As agressões de pais contra filhos.
d. As violências praticadas contra as mulheres.
e. Os assaltos à mão armada.

218. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Uma redação apresentou o seguinte fragmento de texto: “Solidariedade não faz bem apenas para quem ajuda, mas também para quem a pratica. E isso, agora, está comprovado cientificamente: um estudo realizado nos EUA por um neurocientista brasileiro revela que a boa ação ativa uma região cerebral que proporciona uma sensação de prazer e bem-estar comparada aos atos de comer chocolate, ganhar dinheiro e fazer sexo.” Sobre esse fragmento textual, assinale a afirmativa incorreta.

a. O assunto do texto é a solidariedade.
b. O ponto de vista sob o qual é tratado o assunto se refere a benefícios trazidos pela prática da solidariedade.
c. A tese apresentada é a de que a prática da solidariedade auxilia quem a realiza e quem a recebe.
d. Um argumento apresentado é de base científica, apoiado em estudo de um neurocientista.
e. Um argumento é de caráter pessoal, ao expressar bem-estar no ato de comer, ganhar dinheiro e fazer sexo.

219. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) “Ao longo dos últimos anos, a participação de pessoas com idade superior aos 60 anos vem aumentando na força de trabalho do país. Além do envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saída do mercado. E para protegê-los, o Estatuto do Idoso, que completou 15 anos no dia 1º de outubro, também trata de direitos relativos a trabalho e renda. Entretanto, alguns ainda não saíram do papel”. Tribuna da Bahia, 18/11/2018. Assinale a opção que indica como o segmento “Além do envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saída do mercado” poderia ser mais claramente expresso.

a. Apesar do envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saído do mercado.
b. Com o envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saída do mercado.
c. Mesmo com o envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saída do mercado.
d. Os idosos estão adiando a saída do mercado e o envelhecimento da população é fato natural.
e. Os idosos estão adiando a saída do mercado já que está ocorrendo o envelhecimento da população.

220. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) “Evidentemente que não se pode reconstruir as cidades, porém são possíveis e necessárias a formação e a consolidação de novas centralidades urbanas, com a descentralização de equipamentos sociais, a informatização e descentralização de serviços públicos e, sobretudo, com a ocupação de vazios urbanos, modificando-se, assim, os fatores geradores de viagens e diminuindo-se as necessidades de deslocamentos, principalmente motorizados”. Ministério das Cidades O texto aborda o problema do transporte urbano atual, com organização argumentativa. Sobre os componentes desse segmento, assinale a afirmativa correta.

a. O advérbio “Evidentemente” se apoia em pesquisas realizadas sobre o assunto.
b. A primeira oração do texto se opõe a uma outra colocação argumentativa.
c. As sugestões dadas para as mudanças abordam as consequências do transporte urbano em moldes atuais.
d. O texto não sugere mudanças cabíveis no modelo atual, apesar de crítico ao atual modelo de transporte.
e. O texto mostra fatos já em processo de efetivação, por tratarse de publicação de órgão oficial.

221. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Uma editora paulista, sob o título “Da semente ao livro”, publicou o texto a seguir. “Plantar florestas. A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e ajuda a recuperar áreas ambientais degradadas.” Esse texto publicitário pretende

a. mostrar a perfeita organização da empresa.
b. criar uma imagem positiva da empresa na população.
c. indicar a razão do sucesso profissional da empresa.
d. demonstrar que a proteção ambiental é uma exigência legal.
e. destacar os prejuízos do desmatamento.

222. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Um catálogo de venda de vinhos declarava, sobre um dos vinhos oferecidos, o seguinte: “Foi entre deliciosos aromas de maçãs, peras e limões que este espumante encontrou a máxima expressão da região do Vêneto. Tem perlage rico e sabor persistente. Leve, sedutor e elegante.” Sobre a estruturação e a linguagem desse anúncio publicitário, assinale a afirmativa inadequada.

a. Emprega o jargão de vinhos.
b. Apela para sensações olfativas.

c. Faz referência à origem valorizadora do vinho.
d. Informa sobre dados objetivos.
e. Utiliza-se de linguagem figurada.

223. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Leia o texto a seguir "Por que todos os povos deste planeta gostam de futebol? Talvez porque o futebol, além de ser uma linguagem gestual, fácil de ser decodificada, é, acima de tudo, uma grande metalinguagem. Isso quer dizer que o seu significado ou sentido é explicado por seus próprios movimentos, entendidos por quase todos, independentemente de classe social, cultural ou econômica". Luiz César Saraiva Feijó, Futebol falado. Segundo o conteúdo do texto, assinale a opção que mostra a melhor resposta para a pergunta inicial.

a. Por ser uma linguagem gestual.
b. Por ser uma linguagem decodificada facilmente.
c. Por ser uma grande metalinguagem.
d. Por ter seu significado explicado a todas as classes.
e. Por não necessitar de explicação dos próprios movimentos.

224. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Leia o texto a seguir "Por que todos os povos deste planeta gostam de futebol? Talvez porque o futebol, além de ser uma linguagem gestual, fácil de ser decodificada, é, acima de tudo, uma grande metalinguagem. Isso quer dizer que o seu significado ou sentido é explicado por seus próprios movimentos, entendidos por quase todos, independentemente de classe social, cultural ou econômica". Luiz César Saraiva Feijó, Futebol falado.Em relação aos componentes do texto anterior (Futebol falado, de Luiz César Saraiva Feijó), assinale a opção que mostra uma explicação inadequada.

a. A grafia "Por que", na primeira frase do texto, está correta, por tratar-se de uma interrogação.
b. O demonstrativo "este" em "deste planeta" está bem empregado, por referir-se a uma realidade próxima
c. O demonstrativo "isso" se refere a um termo anterior.
d. O possessivo "seu" se refere ao antecedente "linguagem".
e. O possessivo "seus próprios" tem "futebol" por referente.

225. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Em 2018, foi lançado o Atlas Solar da Bahia, onde se lê, na "Mensagem do Governador": O Atlas Solar da Bahia disponibiliza, para todas as partes interessadas (empreendedores, acadêmicos, reguladores, governantes, ambientalistas e proprietários de terras), um conjunto de informações precisas a respeito do potencial de geração de energia elétrica através da tecnologia fotovoltaica. A evolução tecnológica, com a consequente redução nos custos dos painéis solares, a necessidade de se ampliar o uso das energias limpas, os incentivos fiscais já regulamentados para o segmento e as amplas áreas aptas à implantação de parques solares na Bahia, formam um conjunto de vetores mobilizadores que irão dinamizar a economia do estado. Adaptado de http://www.senaicimatec.com.br/download/Atlas-Solar-Bahia-2018.pdf As afirmativas a seguir resumem corretamente a "Mensagem do Governador" citada, à exceção de uma. Assinale-a.

a. O Estado da Bahia apresenta grande potencial para a produção de energias limpas.
b. A cadeia produtiva da energia solar fotovoltaica representa uma oportunidade de desenvolvimento econômico regional.
c. O Atlas constitui uma ferramenta de planejamento para investimentos no segmento da energia solar.
d. O Estado e a sociedade devem colaboram para desenvolver pesquisas e negócios em energias alternativas.
e. A concentração da matriz elétrica a partir de fontes não renováveis é adequada à região do semiárido brasileiro.

226. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) “Parece-me absurdo que as leis, que são a expressão da vontade pública, que abominam e punem o homicídio, o cometam elas mesmas e que, para dissuadir o cidadão do assassínio, ordenem um assassínio público”. (Beccaria) Esse pensamento pretende condenar:

a. o espírito malévolo do ser humano;
b. a adoção da pena de morte;
c. a tendência homicida do homem;
d. as leis distantes da realidade;
e. a crueldade da maioria das leis.

227. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Sêneca, um filósofo latino, a respeito da autoria de crimes, declarou o seguinte princípio: “Cometeu o crime quem dele recebeu benefícios”. Considerando-se que o crime aludido seja um assassinato, segundo esse pensamento:

a. todo assassino recebe pagamento por um crime cometido;

b. os assassinos cometem os crimes por razões pessoais;
c. todo crime traz benefícios ao assassino;
d. os assassinatos retiram bens materiais das vítimas;
e. todos os assassinatos encobrem interesses materiais.

228. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) "Não se enforca um homem por ele ter roubado cavalos, mas para que cavalos não sejam roubados". Segundo esse pensamento:
a. as penas não devem exceder a maldade do crime;
b. as punições devem servir de exemplo social;
c. algumas penas por pequenos roubos são exageradas;
d. nem sempre as penas aplicadas são justas;
e. as leis penais foram elaboradas de forma equivocada.

229. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Uma das leis da textualidade é a coerência; a frase abaixo em que a coerência está presente é:
a. Antes do Código Penal não existiam crimes;
b. As prisões ensinam a recuperação imoral a criminosos;
c. Desejo ser incluído fora desse julgamento;
d. Ter má fama quando morto não importa;
e. Passar muito tempo estudando é preguiça.

230. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A frase abaixo cuja estrutura NÃO se apoia em uma comparação ou metáfora é:
a. Leis são como salsichas. É melhor não ver como são feitas;
b. A compra de autoridades ocorreu do mesmo modo como se compra bacalhau na feira: pelo cheiro;
c. Encontrei Roma como uma cidade de tijolos e a deixei como uma cidade de mármore;
d. Cuidar da casa e da família é como presidir um pequeno país: é muito duro;
e. Fazer política é a arte de dividir o bolo de tal maneira que cada um pensa ter ficado com o pedaço maior.

231. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A frase abaixo que mostra uma visão positiva da Justiça é:
a. O preço da justiça está no canhoto do meu talão de cheque;
b. O preço da justiça é a eterna publicidade;
c. Saia do caminho da justiça, pois ela é cega;
d. Existem três tipos de justiça: a boa, a ruim e a baiana;

e. Justiça seja feita, independentemente dos criminosos.

232. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) “Querendo abolir a pena de morte, que comecem os senhores assassinos!” Em relação à pena de morte, esse pensamento é:

a. favorável, pregando que sua abolição deveria começar pela ausência de crimes de morte;
b. favorável, defendendo a ideia de que os assassinos devem ser os primeiros a serem mortos;
c. favorável, argumentando que ela não deve ser abolida quando houver mais assassinos;
d. contrário, mostrando que ela também é uma forma de assassinato;
e. contrário, indicando a sua abolição, começando pelo fato de os assassinos deixarem de matar.

233. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Um célebre crítico disse certa vez sobre um político: “Era um deputado conservador. Seu único programa político era conservar sua cadeira na Câmara”. O humor dessa frase está no(a):

a. crítica ao apego exagerado ao cargo;
b. pobreza da ação política do deputado;
c. fato de ser conservador num momento de renovação;
d. circunstância de seu programa político ter um só item;
e. sentido inesperado dado ao termo “conservador”.

234. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) “O bom juiz não deve ser jovem, mas ancião, alguém que aprendeu tarde o que é a injustiça, sem tê-la sentido como experiência pessoal em sua alma; mas por tê-la estudado, como uma qualidade alheia, nas almas alheias”. (Platão) Segundo Platão, a qualidade básica do bom juiz é:

a. ter idade avançada;
b. fazer estudos profundos;
c. haver experimentado injustiças;
d. estudar impessoalmente a injustiça;
e. criticar a injustiça nas almas alheias.

235. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) “Todos aqueles que devem deliberar sobre questões dúbias devem também manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo”. A única substituição inadequada entre as propostas nas opções abaixo é:

a. deliberar = decidir;

b. dúbias = duvidosas;
c. manter-se = tornar-se;
d. imunes = isentos de;
e. sentimentalismo = subjetivismo.

236. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) "Há uma espécie de conforto na autocondenação. Quando nos condenamos, pensamos que ninguém mais tem o direito de fazê-lo". Sobre a estruturação desse pensamento, a única afirmação adequada é:
a. o segundo período funciona como uma explicação do primeiro;
b. o termo "Quando" indica uma condição da ação seguinte;
c. o pronome "nos" só se refere aos autores da frase;
d. o verbo fazer em "fazê-lo" tem o sentido de "produzir algo";
e. o pronome "lo" se refere a "direito".

237. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) "O fim das penas não é atormentar, perseguir e afligir um ser sensível... Seu fim é apenas impedir que o réu cause novos danos aos seus concidadãos e dissuadir os outros de fazerem o mesmo". Se quiséssemos nominalizar todas as ações sublinhadas, deveríamos trocar os verbos por substantivos; nesse caso, a substituição inadequada seria:
a. atormentar um ser sensível/atormentação de um ser sensível;
b. perseguir um ser sensível/perseguição de um ser sensível;
c. afligir um ser sensível/aflição de um ser sensível;
d. impedir que o réu cause novos danos/impedimento de o réu causar novos danos;
e. dissuadir os outros/dissuasão dos outros.

238. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) "Quanto mais a pena for rápida e próxima do delito, tanto mais justa e útil ela será". Nesse pensamento, há uma correlação entre dois termos precedidos por "Quanto mais" e "tanto mais", que são:
a. mais rápida e mais próxima do delito;
b. mais justa e mais útil;
c. mais rápida/mais justa;
d. mais rápida e próxima/mais justa e útil;
e. mais próxima/mais útil.

239. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O Antigo Testamento traz na frase "Olho por olho, dente por dente" uma indicação de como a justiça deve ser feita. Essa recomendação defende que:

a. o criminoso não deve tardar a receber seu castigo;
b. o assassino deve sofrer perda idêntica à causada por ele;
c. o causador do mal deve sofrer pena mais cruel do que o sofrimento por ele causado;
d. a extensão da pena imposta ao criminoso deve ser proporcional ao mal por ele causado;
e. as penas devem ser cruéis e infalíveis.

240. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) "Em minha casa e em todo outro lugar aprende-se apenas com quem se ama"; nessa frase, o vocábulo de valor geral "lugar" substitui um vocábulo de valor específico "casa". A mesma situação ocorre, respectivamente, com o seguinte par de palavras:
a. sala/cômodo;
b. luz/calor;
c. tangerina/mexerica;
d. tecnologia/computador;
e. líquido/refeição.

241. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:
a. Primeiro a gente enlouquece e depois vê no que dá;
b. A vida é curta demais para vivê-la ao lado de um filho da mãe;
c. Tem pessoas que discordam de mim e outras, que são inteligentes;
d. Me deram como castigo uma pena de dez anos;
e. Somente o que perdi é meu para sempre.

242. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Algumas frases são construídas tendo por base outras já formuladas e conhecidas (intertextualidade); isso só NÃO ocorre em:
a. Em dentadura dada não se olham os dentes;
b. A justiça pode ser cega, mas não devemos fazê-la paralítica;
c. Água mole em pedra dura tanto bate até que causa um rombo;
d. A pressa é inimiga da refeição;
e. Para mim, o verdadeiro valor é a prudência.

243. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) O jurista romano Ulpiano formulou o seguinte pensamento: "Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence". Abaixo aparecem cinco diferentes maneiras de reescrever essa mesma frase; a reescritura que mostra uma forma inadequada é:
a. Os preceitos do direito são tais: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence;

b. Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, dar a cada um o que lhe pertence e não ofender ninguém;
c. Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar o que lhe pertence a cada um;
d. São tais os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence;
e. Viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence: tais são os preceitos do direito.

244. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Abaixo estão cinco frases com a negativa não; todas essas frases foram reescritas, eliminando-se essa negativa, mas mantendo-se o sentido original. A frase em que houve alteração do sentido original é:
a. A justiça não existe onde não há liberdade/A justiça só existe onde há liberdade;
b. Se temes a solidão, não tentes ser justo/Se temes a solidão, tenta ser injusto;
c. O raciocínio e a pressa não se dão bem/O raciocínio e a pressa mostram más relações;
d. Não existem amores feios/Só existem amores bonitos;
e. Não se pode confiar em quem põe a mão no coração ao dar sua palavra/Pode-se desconfiar de quem põe a mão no coração ao dar sua palavra.

245. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "Excesso de direito, excesso de injustiça". A forma adequada de indicar-se de modo mais explícito a relação lógica desse pensamento é:
a. Se houver excesso de direito, haverá excesso de injustiça;
b. O excesso de direito é sempre seguido do excesso de injustiça;
c. Em havendo excesso de direito, desaparecerá o excesso de injustiça;
d. O excesso de direito ocorre em função do excesso de injustiça;
e. Quanto menor o excesso de direito, maior o excesso de injustiça.

246. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Observe o seguinte diálogo: A – Não há justiça sobre a terra. B – Por acaso, existe no céu? Sendo esse um texto argumentativo, o segundo argumentador apela para a seguinte estratégia:
a. emprega um argumento de autoridade religiosa;
b. utiliza-se de uma opinião pessoal como argumento;
c. foge do assunto, apresentando uma pergunta;
d. constrói um círculo vicioso;
e. opõe-se ao primeiro, com apelo ao bom senso.

247. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “Se algum dia inclinares a balança da justiça, não o faças com o peso das doações, mas com o da misericórdia”. Esse pensamento de Dom Quixote condena o seguinte traço da justiça:

a. os privilégios do Judiciário;
b. a possibilidade de corrupção;
c. a indiferença pelos mais pobres;
d. o sentimentalismo exagerado;
e. o tecnicismo excessivo.

248. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) “Quando um homem quer matar um tigre, chama isso de esporte; quando é o tigre que quer matá- lo, chama de ferocidade. A distinção entre crime e justiça não é muito maior”. Esse pensamento de Bernard Shaw se estrutura a partir de uma:

a. igualdade;
b. oposição;
c. analogia;
d. diferença;
e. metaforização.

249. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) A frase abaixo em que o termo sublinhado repete ou se refere a um termo anterior é:

a. O justo é tranquilíssimo, o injusto é sempre muito solícito;
b. Raspai o juiz, encontrareis o carrasco;
c. Não pretendas ser juiz se não tens força para desenraizar as injustiças;
d. É natural desejar que se faça justiça; a maior de todas as almas não ficaria insensível ao prazer de ser conhecida como tal;
e. Causam menos dano cem delinquentes do que um mau juiz.

250. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Se reconheces que algo é injusto, tenta pôr fim à injustiça o mais rápido possível: para que esperar o próximo ano? Essa frase critica um aspecto da justiça que é:

a. a corrupção do Poder Judiciário;
b. a ausência de funcionários competentes;
c. o fato de os juízes desfrutarem de privilégios;
d. a falta de responsabilidade dos magistrados;
e. a demora no julgamento dos processos.

251. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Se reconheces que algo é injusto, tenta pôr fim à injustiça o mais rápido possível: para que esperar o próximo ano? A relação semântico-gramatical que existe entre injusto/injustiça se repete em:

a. julgar/julgamento;
b. dificultoso/dificuldade;
c. rápido /rapidamente;
d. roupagem /rouparia;
e. figura/figuração.

252. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "Nunca serei juiz. Neste grande vale onde a espécie humana nasce, vive, morre, se reproduz, se cansa, e depois volta a morrer, sem saber como nem por quê, distingo apenas felizardos e desventurados". Nessa frase do escritor italiano Ugo Foscolo, a função do segundo período é:

a. contradizer o primeiro;
b. explicar melhor o que é dito antes de forma vaga;
c. repetir o mesmo pensamento já dito;
d. justificar a declaração anterior;
e. argumentar contra o primeiro período.

253. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores". Indução é um processo lógico que parte do particular para o geral, como ocorre no seguinte raciocínio:

a. Todos os dias o metrô está cheio; hoje deve estar também;
b. Após as chuvas, as ruas ficam alagadas; hoje deve ter chovido durante toda a noite;
c. A torcida do Corinthians está presente em todos os jogos; domingo não deve ser diferente;
d. O estacionamento do restaurante está cheio de carros; o lucro desse restaurante deve ser alto;
e. Os carros brasileiros ainda mostram deficiências; o meu automóvel enguiçou ontem.

254. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) A frase abaixo que mostra uma visão ironicamente negativa sobre a justiça é:

a. Em geral, a lei é a razão humana, na medida em que governa todos os povos da terra;
b. A lei é ordem; e uma boa lei é uma boa ordem;

c. A majestosa igualdade das leis, que proíbe tanto o rico como o pobre de dormir sob as pontes, de mendigar nas ruas e de roubar pão;
d. A lei deve ser breve para que os indoutos possam compreendê-la facilmente;
e. O mundo não pode se sustentar sem justiça.

255. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "Sem instrução, as melhores leis tornam-se inúteis". Esse pensamento deve ser entendido do seguinte modo:
a. Se não houver educação dos cidadãos, as leis tornam-se inúteis;
b. Se as leis não forem acompanhadas de instruções de funcionamento, tornam-se inúteis;
c. Caso as leis não possuam instruções claras, elas se tornam inúteis;
d. Só com a educação dos juízes, as leis podem tornar-se úteis;
e. Se os juízes não forem pessoas cultas, as leis se tornam inúteis por não serem claras.

256. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "Alguns tiveram a forca como preço pelo próprio crime, outros, a coroa". Essa frase confirma o seguinte ditado popular:
a. O crime não compensa, às vezes;
b. Toda punição é maldade;
c. Olho por olho e dente por dente;
d. Pena intensa não cura bandido;
e. A prisão é escola do crime.

257. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) "As leis existem, mas quem as aplica?" Esse pensamento de Dante Alighieri critica:
a. a má elaboração das leis
b. o excesso de leis;
c. o rigor excessivo da polícia;
d. a fraqueza humana;
e. o controle demasiadamente rigoroso das leis.

258. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) A frase abaixo que NÃO se estrutura com base numa oposição é:
a. A tortura é um meio seguro de absolver os criminosos robustos e condenar os fracos inocentes;
b. Muitos primeiros virão a ser os últimos;
c. A glória deve ser conquistada; a honra, por sua vez, basta que não seja perdida;
d. Nenhuma lei se adapta igualmente bem a todos;

e. Infeliz é aquele discípulo que não supera seu mestre.

259. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Uma editora paulista mostra o seguinte texto publicitário na agenda que entrega a clientes e amigos: DA SEMENTE AO LIVRO Sustentabilidade por todo o caminho Plantar florestas – A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e recupera áreas ambientais degradadas. Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que:

a. o "caminho" presente no título é o que vai "da semente ao livro";
b. o segmento "Plantar florestas" mostra a finalidade da editora;
c. a expressão "ou seja" corrige um possível erro de interpretação;
d. o termo "Essa prática" se refere ao "desmatamento";
e. a editora mostra preocupação com a poluição e o desemprego.

260. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Na orelha do livro "A Bíblia: uma biografia" (Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2007), aparece o seguinte texto: "A principal função da Bíblia, no entanto, ao longo de sua demorada gestação, não foi apoiar doutrinas e crenças particulares [...]. A produção de uma escritura sagrada consistiu antes em atividade contínua, um processo que buscava introduzir milhares de pessoas à transcendência". A informação abaixo que NÃO pode ser depreendida da leitura desse texto é:

a. o termo "no entanto" indica que esse segmento não é a parte inicial do texto;
b. o texto contraria a ideia de ser a Bíblia a base de apoio a doutrinas e crenças;
c. o termo "antes" indica um momento anterior de produção da Bíblia;
d. o termo "processo" retoma "atividade contínua";
e. o verbo "introduzir" se refere a uma nova atividade para as pessoas.

Texto 4

Na página inicial de uma prova, entre as instruções gerais, estava escrito:

"Será eliminado sumariamente do processo seletivo e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

i) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;

ii) utilizar-se de qualquer material não autorizado;

iii) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;

iu) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o indicado para esse fim;

u) cometer um ato grave de indisciplina".

261. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Uma outra forma, mais conveniente, de redigirem-se as duas primeiras linhas do texto 4 é:

a. As provas não serão levadas em consideração e será eliminado sumariamente do processo seletivo, o candidato que:
b. O candidato não terá suas provas levadas em consideração e será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que:
c. Será eliminado sumariamente do processo seletivo (as suas provas não serão levadas em consideração), o candidato que:
d. Será eliminado sumariamente do processo seletivo o candidato que:
e. Será eliminado do processo seletivo e as provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

262. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) No texto 4, entre as situações apontadas como causadoras da eliminação do candidato, uma apresenta caráter subjetivo, ou seja, pode depender de uma opinião, que é:

a. a opção (i);
b. a opção (ii);
c. a opção (iii);
d. a opção (iu);
e. a opção (u).

Texto 5

A Prefeitura de Salvador faz divulgação de seu Festival da Virada em conhecidas revistas. O texto da publicidade diz o seguinte:

Festa que vira atração de 460 mil turistas,
Que vira 98% de ocupação hoteleira,
Que vira milhares de empregos,
Que vira 500 milhões de reais na economia.
Que virada!
Obrigado, Salvador!

263. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) A estruturação do texto 5 só NÃO compreende:

a. paralelismo sintático entre as frases;
b. jogo de palavras virar/virada;
c. quantificação dos benefícios do festival;

d. ambiguidade do substantivo “virada”;
e. atribuição de voz à população de Salvador.

264. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Os benefícios citados no texto publicitário (texto 5) se inserem nos espaços:
a. econômico e social;
b. social e histórico;
c. histórico e político;
d. político e ideológico;
e. ideológico e econômico.

265. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Uma editora acaba de lançar o livro “Os Meninos da Caverna”, que conta a dramática história do resgate de um time de futebol juvenil que ficou dezoito dias preso em uma caverna na Tailândia. A capa do livro traz o seguinte texto: “O passeio de um sábado à tarde que durou dezoito dias preocupou o mundo e mobilizou mil pessoas em um resgate quase impossível na Tailândia”. O problema estrutural desse pequeno texto da capa é:
a. a má seleção vocabular do termo “passeio”;
b. a possível ambiguidade do termo “na Tailândia”;
c. a inclusão de exageros evidentes para atrair o leitor;
d. a presença de várias formas verbais com o mesmo sujeito;
e. a ausência de vírgula após “mil pessoas”.

266. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Na divulgação do livro “Os Meninos da Caverna”, aparece o seguinte texto: “Os Meninos da Caverna vai muito além do resgate espetacular, mergulhando na origem dos Javalis Selvagens [nome do time de futebol] e visitando o contexto político, social e religioso do país. Traz, ainda, os cenários do Sudeste Asiático e destrincha por que o time se tornou um dos símbolos de solidariedade mundial, em uma história capaz de desviar as atenções de uma Copa do Mundo”. Entre as qualidades apontadas no texto acima, só NÃO aparece citado o seguinte valor:
a. aspectos históricos;
b. descrições paisagísticas;
c. interpretação de alguns fatos;
d. ausência de intervenção do divulgador;
e. narrativa de ação.

267. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) No início de um comentário na revista Época, 14/01/2019, o jornalista Helio Gurovitz diz: "Nenhum presidente de empresa privada acumula tanto poder, controla tantos destinos, atrai tanta inveja. Nenhum outro posto da administração pública sofre tanta pressão, recebe tanto escrutínio, é alvo de tantos ataques. Nenhum emprego tem, simultaneamente, tamanha força e fragilidade. É o pior emprego do mundo". Assim o cargo do ministro Paulo Guedes é definido pelo jornalista Thomas Traumann em O pior emprego do mundo, lançado no meio da campanha eleitoral do ano passado. O texto segue uma estrutura de suspense construída da seguinte forma:

a. cita inicialmente características para depois mencionar o objeto caracterizado;
b. utiliza primeiramente aspectos gerais para depois concretizálos;
c. mostra aspectos contraditórios para depois esclarecê-los;
d. qualifica determinado cargo para depois justificar as qualificações;
e. constrói uma sequência de frases para depois resumi-las numa só afirmativa.

268. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Numa entrevista com a pesquisadora Moira Weigel, ocorre o seguinte diálogo:_ Qual a definição de politicamente correto? Para mim, politicamente correto é um sinônimo de educação. Essa é minha definição. Para outras pessoas, críticas do conceito, politicamente correto quer dizer algo ruim, uma espécie de censura que impede que as pessoas falem livremente sobre todos os assuntos". A frase abaixo em que a afirmação feita está de acordo com a definição dada pela entrevistada é:

a. "o politicamente correto veio colocar racismo onde não havia";
b. "o politicamente correto pretende melhorar o convívio";
c. "o politicamente correto acaba com a liberdade de expressão";
d. "o politicamente correto acaba com o preconceito";
e. "o politicamente correto valoriza as minorias".

269. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) "Pensamos com o idioma; se é mal usado, pensaremos mal!" (Fernando Lázaro Carreter) Para esse linguista, a função da língua escrita é:

a. preservar o saber construído;
b. produzir conhecimentos;
c. criar arte;
d. memorizar dados;
e. manter valores político-sociais.

270. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) A manchete principal do Jornal do Brasil de 18/09/2018 mostrava o seguinte: INSS só aliviará contas se incluir juízes e deputados Uma outra maneira de reescrever essa frase, mantendo o seu sentido original, é:

a. Só INSS aliviará contas de incluir juízes e deputados;
b. INSS aliviará só contas de incluir juízes e deputados;
c. INSS aliviará contas só se incluir juízes e deputados;
d. INSS aliviará contas se incluir só juízes e deputados;
e. INSS aliviará contas se incluir juízes e só deputados.

Texto 3

"Hoje, em todo o mundo, cerca de 550 milhões de pessoas estão conectadas à Internet – quase 9 milhões delas no Brasil. Quando a rede de computadores começou a popularizar-se, dez anos atrás, os apocalípticos de plantão, sempre eles, logo alardearam que os efeitos colaterais mais nefastos desse fenômeno seriam o isolamento e a alienação. Que as pessoas deixariam de relacionar-se, que se tornariam ainda mais sedentárias, que teriam o seu cotidiano moldado por uma espécie de irrealidade digital, que emburreceriam, e por aí vai". (*Veja*, 03/03/2004, p. 85)

271. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O texto 3 traz uma série de vocábulos e expressões que revelam uma interferência do autor em oposição crítica; o termo abaixo que marca inicialmente essa oposição é:

a. "popularizar-se";
b. "apocalípticos de plantão";
c. "sempre eles";
d. "alardearam";
e. "efeitos colaterais".

272. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Argumentativamente, o texto 3:

a. condena indiretamente a Internet, mostrando ironicamente argumentos contra ela;
b. parte de uma afirmação inicial indiscutível para, em seguida, explicitar alguns de seus termos;
c. mostra que algumas críticas apressadas se tornam ridículas com o passar do tempo;

d. procura historicamente justificar algumas críticas contra a Internet;
e. critica as pessoas que, usando a Internet, se afastam do convívio social.

273. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) O jornal O Globo de 10.3.2019 trazia como uma de suas manchetes: Pouso forçado. Rio perde 25% dos voos domésticos e internacionais em seis anos. Sobre a relação semântica entre o título – Pouso forçado – e o restante da manchete, é correto afirmar que:
a. o título tem relação lógica com o conteúdo expresso na sequência do texto;
b. a expressão do título se refere ao fato de os aviões estarem parados no Rio;
c. a expressão do título se refere vagamente às dificuldades com os voos citados;
d. no título, o adjetivo forçado se liga semanticamente a obrigações legais;
e. no título, o substantivo pouso é uma metáfora para interrupção dos voos.

274. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Falando das próximas Olimpíadas, um jornal do Rio estampou a seguinte manchete: A 500 dias. Contagem regressiva para Tóquio e aposta de medalhas em esportes vitoriosos e estreantes. Entende- se da manchete que:
a. alguns atletas estreantes mostram chances nítidas de medalhas;
b. os atletas brasileiros garantem medalhas em esportes em que já são vitoriosos;
c. a contagem regressiva se refere à preparação física de atletas para Tóquio;
d. os 500 dias se referem ao prazo de convocação dos atletas olímpicos;
e. as Olimpíadas incluirão esportes inéditos no calendário olímpico.

275. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) A frase “Os candidatos farão as inscrições até sexta-feira” foi modificada segundo critérios diferentes; a forma da frase que mostra incorreção de acordo com o critério indicado é:
a. Na voz passiva: Far-se-ão as inscrições pelos candidatos até sexta-feira;
b. Com pleonasmo: As inscrições, os candidatos as farão até sexta-feira;
c. Com inversão de termos: Os candidatos farão, até sexta-feira, as inscrições;
d. No discurso indireto: O jornal disse que os candidatos farão as inscrições até sexta-feira;
e. Com sujeito explícito: Serão feitas as inscrições até sextafeira.

276. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) “Um paradoxo é uma provocação à lógica. Considere, por exemplo, a afirmação: ‘Eu estou mentindo’. Se ela for falsa, isso quer dizer que eu não estou mentindo, o que contradiz a afirmação feita. Mas, se ela for verdadeira, então a afirmação será falsa – ao dizer que estava mentindo, eu disse a verdade e, logo, não estava mentindo. A afirmação é verdadeira se for falsa e falsa se for verdadeira!” (Eduardo Giannetti, O paradoxo do brasileiro) Considerando o título do artigo de onde foi retirado esse trecho introdutório, a introdução acima pode ser caracterizada como:

a. uma informação de caráter histórico;
b. uma definição inicial de termos;
c. uma alusão à situação atual;
d. uma classificação tipológica;
e. uma argumentação filosófica.

277. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Numa parede de uma fábrica de cerveja de Tiradentes (MG), estava escrita a seguinte frase: “Há bares que vêm para o bem”. Sobre a estrutura e o conteúdo semântico desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

a. a estrutura dessa pequena frase é de caráter intertextual;
b. a repetição fônica vêm/bem auxilia a apreensão da frase;
c. a oração “que vêm para o bem” explica o sentido de “bares”;
d. a forma plural “vêm” concorda com “bares”;
e. a forma verbal “Há” tem sentido de “existência”.

278. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) A respeito de algumas tragédias que afetam o nosso país, o jornal O Globo, de 16/02/2019, fez uma reportagem a que deu o título “Por que o Brasil repete as suas tragédias”. Pelo título dado a essa reportagem, o leitor pode concluir que o texto deve:

a. mostrar o desprezo das autoridades pelo ambiente natural;
b. atribuir as culpas das últimas ocorrências;
c. indicar as consequências dos desastres naturais;
d. enumerar as tragédias ocorridas;
e. responder à pergunta do título.

279. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) A civilização do século XX tornou-se altamente dependente do mais nobre dos combustíveis, porque ele é extremamente conveniente: é líquido, podendo pois ser transportado facilmente nos mais variados recipientes e em oleodutos, e, além disso, é o combustível mais rico em calorias. Assim, a humanidade se acostumou com o "creme" dos combustíveis e o desperdiçou, como quem desperdiça um bem ganho sem qualquer esforço. Mas isso vai acabar, o petróleo é uma herança que recebemos do passado e que fatalmente vai terminar". José Goldemberg, Quatro Rodas, maio de 2013. No texto acima, o corretor de texto do computador sublinhou os termos "podendo pois".

a. a ausência da conjunção "mas" antes de "podendo".
b. o emprego indevido de uma vírgula antes do gerúndio.
c. o erro de posição de "pois", que deveria vir antes de "podendo".
d. a falta de vírgulas antes e depois de "pois".
e. o erro no emprego do gerúndio "podendo".

280. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A banalização das artes e da literatura, o triunfo do jornalismo sensacionalista e a frivolidade da política são sintomas de um mal maior que afeta a sociedade contemporânea: a ideia temerária de converter em bem supremo nossa natural propensão a nos divertirmos". Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo Assinale a opção em que os termos destacados contêm uma visão negativa.

a. das artes/da literatura.
b. sensacionalista /política.
c. banalização /frivolidade.
d. sintomas/temerária.
e. contemporânea/propensão.

281. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) "A banalização das artes e da literatura, o triunfo do jornalismo sensacionalista e a frivolidade da política são sintomas de um mal maior que afeta a sociedade contemporânea: a ideia temerária de converter em bem supremo nossa natural propensão a nos divertirmos". Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo. No texto há cinco termos precedidos da preposição de; assinale a opção em que os dois termos destacados desempenham a mesma função.

a. das artes/de um mal maior.
b. da literatura/do jornalismo.
c. das artes/do jornalismo.
d. da política/da literatura.
e. de um mal maior/da política.

282. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) "Ao longo dos últimos anos, a participação de pessoas com idade superior aos 60 anos vem aumentando na força de trabalho do país. Além do envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saída do mercado. E para protegê-los, o Estatuto do Idoso, que completou 15 anos no dia 1º de outubro, também trata de direitos relativos a trabalho e renda. Entretanto, alguns ainda não saíram do papel." Tribuna da Bahia, 18/11/2018. A forma verbal sublinhada tem valor de uma ação que

a. começou no passado e continua no presente.
b. mostra uma ação anterior a outra ação passada.
c. ocorre, provavelmente, no presente e no futuro.
d. começa e termina no presente.
e. se repete no passado.

283. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) "Ao longo dos últimos anos, a participação de pessoas com idade superior aos 60 anos vem aumentando na força de trabalho do país. Além do envelhecimento da população, os idosos estão adiando a saída do mercado. E para protegê-los, o Estatuto do Idoso, que completou 15 anos no dia 1º de outubro, também trata de direitos relativos a trabalho e renda. Entretanto, alguns ainda não saíram do papel." Tribuna da Bahia, 18/11/2018. Assinale a opção que apresenta a substituição adequada de um segmento desse texto.

a. "Ao longo dos últimos anos"/após os últimos anos.
b. "força de trabalho do país"/força de trabalho dos países.
c. "para protegê-los"/a fim de proteger-lhes.
d. "que completou"/o qual completou.
e. "alguns ainda não saíram"/alguns até agora não saíram.

284. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) "O número de cigarros comercializados irregularmente superou neste ano a quantidade de produtos vendidos legalmente. A constatação vem de pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Encomendado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), o estudo aponta que, em 2018, foram consumidos 106,2 bilhões de cigarros, dos quais 57,5 bilhões de unidades (54%) fora do mercado legal". Tribuna da Bahia, 18/11/2018. Assinale a opção que apresenta a mudança formal que está de acordo com as regras da língua padrão.

a. comercializados/comercializado.

b. vendidos/vendido.
c. Encomendado/Encomendada.
d. foram consumidos/foi consumido.
e. fora do mercado legal/foras do mercado legal.

285. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) A revista Época de 14/01/2019 fez uma reportagem sobre o presidente americano Donald Trump e redigiu a chamada para a leitura do texto do seguinte modo: "O presidente americano vai à TV defender a construção do muro entre os EUA e o México e prolonga o que está próximo de ser a mais extensa paralisação do governo na história". Sobre a estruturação gramatical desse texto, é correto afirmar que:
a. em lugar de "vai à TV" deveria estar "vai na TV";
b. antes do infinitivo "defender" poderia ser colocado o conectivo "para que", sem alteração das demais palavras do texto;
c. em "a construção do muro" e "paralisação do governo", o emprego da preposição "de" é exigido por termo anterior;
d. após a palavra "México" deveria haver uma vírgula;
e. o vocábulo "paralisação" deveria estar grafado "paralização".

286. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) No texto 7, o segmento "ideia revolucionária" poderia ter trocado a ordem de suas palavras (revolucionária ideia) sem que isso modificasse suas classes gramaticais; a opção abaixo em que isso também ocorre é:
a. nova escultura;
b. jovem professora;
c. imigrante trabalhador;
d. velho pescador;
e. fanático marxista.

287. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Em situações de formalidade, é conveniente evitar o uso de linguagem informal; a frase abaixo que se mostra inteiramente formal é:
a. A gente não precisa ganhar muito para ser feliz;
b. Se eu tivesse lá, visitaria mais museus;
c. Me diga toda a verdade sobre o acidente;
d. Viajasse eu mais vezes, comprava mais roupas;
e. Sempre que podemos, nós os visitamos.

288. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Uma reportagem de um jornal carioca sobre a área da saúde pública no nosso país traz o seguinte texto: "Baixa vacinação contra sarampo ameaça Sudeste. Com o número de casos saltando em média 50% em um ano no mundo, o sarampo registrou o primeiro surto no Brasil em 2019, no Pará. A maior preocupação do Ministério da Saúde é o baixo índice de vacinação contra a doença: 49%. Se não atingir 95%, o sarampo pode passar a outras regiões, como a Sudeste". Sobre a estruturação e a significação desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

a. a classificação de "baixa" para a vacinação aparece justificada no texto;
b. o destaque dado ao Sudeste se justifica pelo fato de o jornal estar nessa região;
c. a intenção do texto é a de aumentar a vacinação no país;
d. a argumentação do texto se apoia na intimidação do público leitor;
e. o segmento "o primeiro surto no Brasil" se refere ao maior surto de sarampo ocorrido no país.

289. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) "Sob a ponte a escuridão era total. Alguns ruídos não identificáveis e o cheiro de água apodrecida aumentavam a sensação de desconforto da tropa". Esse fragmento de texto descritivo se apoia exclusivamente:

a. na audição/no tato/na visão;
b. na audição/na visão/no paladar;
c. na visão/no paladar/no tato;
d. no paladar/no olfato/na visão;
e. no olfato/na audição/na visão.

GABARITO

1. b	38. e	75. e	112. e	149. d	186. e
2. d	39. d	76. a	113. d	150. d	187. c
3. a	40. d	77. e	114. e	151. e	188. b
4. e	41. e	78. a	115. e	152. a	189. a
5. c	42. d	79. d	116. e	153. b	190. b
6. c	43. c	80. a	117. d	154. a	191. d
7. b	44. e	81. c	118. a	155. b	192. b
8. b	45. c	82. c	119. a	156. a	193. a
9. b	46. a	83. b	120. b	157. c	194. e
10. d	47. e	84. e	121. d	158. a	195. c
11. c	48. d	85. e	122. c	159. d	196. a
12. e	49. a	86. a	123. a	160. d	197. d
13. c	50. c	87. d	124. b	161. d	198. a
14. a	51. e	88. c	125. e	162. b	199. d
15. b	52. a	89. c	126. e	163. e	200. c
16. e	53. c	90. a	127. b	164. c	201. c
17. b	54. d	91. d	128. c	165. e	202. d
18. c	55. e	92. c	129. c	166. d	203. d
19. c	56. d	93. e	130. e	167. a	204. c
20. b	57. b	94. b	131. d	168. d	205. c
21. e	58. a	95. c	132. b	169. b	206. d
22. c	59. e	96. e	133. c	170. a	207. b
23. e	60. e	97. a	134. c	171. a	208. b
24. a	61. c	98. c	135. c	172. c	209. a
25. b	62. c	99. d	136. a	173. e	210. d
26. d	63. e	100. e	137. c	174. a	211. d
27. d	64. d	101. a	138. a	175. c	212. b
28. e	65. c	102. b	139. d	176. e	213. d
29. c	66. d	103. d	140. c	177. c	214. c
30. e	67. c	104. a	141. d	178. b	215. e
31. a	68. b	105. a	142. c	179. c	216. d
32. c	69. e	106. e	143. d	180. e	217. b
33. b	70. d	107. b	144. d	181. b	218. e
34. c	71. b	108. b	145. d	182. c	219. d
35. a	72. e	109. a	146. c	183. c	220. b
36. b	73. a	110. c	147. a	184. b	221. b
37. e	74. a	111. a	148. c	185. c	222. d

223. b
224. d
225. e
226. b
227. c
228. b
229. d
230. c
231. e
232. a
233. e
234. d
235. c
236. a
237. c
238. d
239. b
240. a
241. e
242. e
243. c
244. b
245. a
246. c
247. b
248. c
249. d
250. e
251. b
252. d
253. d
254. c
255. a
256. a
257. d
258. d
259. a
260. c
261. d
262. e
263. e
264. a
265. b
266. d
267. a
268. b
269. b
270. c
271. b
272. c
273. e
274. e
275. a
276. b
277. c
278. e
279. d
280. c
281. e
282. a
283. e
284. a
285. c
286. a
287. e
288. e
289. e

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

290. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Ricardo, João e Pedro marcaram um encontro em determinada hora de certo dia. Aconteceu que:

– Ricardo chegou meia hora depois de Pedro;
– João chegou 12 minutos depois da hora marcada;
– Pedro chegou 8 minutos antes da hora marcada.

O tempo que João esperou até Ricardo chegar foi de:
a. 10 min.
b. 12 min.
c. 14 min.
d. 16 min.
e. 20 min.

291. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Considere a sentença: “Rubens tem mais de 18 anos e sabe dirigir”. A negação lógica dessa sentença é:
a. Rubens não tem mais de 18 anos e não sabe dirigir.
b. Rubens não tem mais de 18 anos ou não sabe dirigir.
c. Rubens tem mais de 18 anos e não sabe dirigir.
d. Rubens não tem mais de 18 anos e sabe dirigir.
e. Rubens tem mais de 18 anos ou sabe dirigir.

292. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) João, o dono da casa, atende Célio, o recenseador. Início da entrevista: Célio – Quantas pessoas moram nesta casa? João – Três: eu, que me chamo João, minha esposa Maria e meu primo Pedro. Célio – Todos trabalham? João – Não. É correto concluir que:
a. nenhuma das três pessoas trabalha.
b. apenas uma das três pessoas não trabalha.
c. apenas uma das três pessoas trabalha.
d. pelo menos uma das três pessoas não trabalha.
e. nenhuma das três pessoas possui emprego formal, com carteira assinada.

293. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Considere a sentença: "Se corro ou faço musculação, então fico cansado". Uma sentença logicamente equivalente a essa é:

a. Se não corro ou faço musculação, então não fico cansado.
b. Se não corro e não faço musculação, então não fico cansado.
c. Não corro e não faço musculação ou fico cansado.
d. Corro ou faço musculação e não fico cansado.
e. Não corro ou não faço musculação e fico cansado.

294. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) André, Bento, Cláudio e Diogo estão sentados em volta de uma mesa quadrada e, entre os quatro, há dois cozinheiros, um músico e um pintor. Sabe-se que: – Os cozinheiros estão um ao lado do outro. – Bento é músico e está ao lado de André. – Diogo é cozinheiro e tem Bento à sua esquerda. É correto afirmar que:

a. André está à esquerda de Cláudio.
b. Diogo está à direita de André.
c. André é cozinheiro.
d. Bento está em frente ao pintor.
e. O pintor tem Cláudio à sua esquerda.

295. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Considere a sentença: "Se não estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema". A negação lógica dessa sentença é:

a. Se estou cansado, então não vejo televisão e não vou ao cinema.
b. Se estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema.
c. Se não vejo televisão e não vou ao cinema, então estou cansado.
d. Não estou cansado e não vejo televisão e não vou ao cinema.
e. Estou cansado ou vejo televisão ou vou ao cinema.

296. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Observe a sequência infinita a seguir. BCDFGHGF DCBCDFGHGFDCBCDFGHGFDCBCD...A 2019ª letra dessa sequência é:

a. B.
b. C.
c. D.
d. F.
e. G.

297. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Entre as pessoas A, B, C, D, E, duas delas serão escolhidas por sorteio para integrarem o conselho diretor de uma empresa. O diretor da empresa conhece essas cinco pessoas e disse: "Gostaria que A ou B fossem sorteados, mas não gostaria que D fosse sorteado". A probabilidade de que o desejo do diretor da empresa se realize é de:

a. 30%.
b. 40%.
c. 50%.
d. 60%.
e. 70%.

298. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Valdo é estagiário em um escritório de advocacia e, na semana que vem, deverá escolher para trabalhar três dias de segunda a sábado. O escritório não permite que um estagiário trabalhe dois dias consecutivos. O número de possibilidades que Valdo tem para escolher seus dias de trabalho é:

a. 2.
b. 3.
c. 4.
d. 5.
e. 6.

299. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Chico, Serafim, Juvenal e Dirceu trabalham juntos e, em certo momento, Dirceu pergunta: Que dia do mês é hoje? As respostas dos outros três foram: Chico: hoje não é dia 15. Serafim: ontem foi dia 13. Juvenal: hoje é dia 15. Sabe-se que um deles mentiu e os outros disseram a verdade. O dia em que Dirceu fez a pergunta foi dia:

a. 13.
b. 14.
c. 15.
d. 16.
e. 17.

300. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Um saco contém bolas brancas, vermelhas, azuis e pretas, sendo 5 de cada cor. Antônio retirou no escuro certa quantidade de bolas e disse: "Entre as bolas que retirei, há três da mesma cor". Para que a frase dita por Antônio seja obrigatoriamente verdadeira, o número mínimo de bolas que ele retirou do saco é:

a. 9.
b. 10.
c. 11.
d. 12.
e. 13.

301. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Considere a sentença: "João não tomou café e saiu de casa". A negação dessa sentença é:

a. João tomou café e saiu de casa.
b. João não tomou café e não saiu de casa.
c. João tomou café e não saiu de casa.
d. João não tomou café ou saiu de casa.
e. João tomou café ou não saiu de casa.

302. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Entre 6 deputados, 3 do Partido A e 3 do Partido B, serão sorteados 2 para uma comissão. A probabilidade de os 2 deputados sorteados serem do Partido A é de

a. $\frac{1}{2}$.
b. $\frac{1}{3}$.
c. $\frac{1}{4}$.
d. $\frac{1}{5}$.
e. $\frac{1}{6}$.

303. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Trocando-se a ordem das letras da sigla PMS de todas as maneiras possíveis, obtêm-se os anagramas dessa sigla. O número desses anagramas é

a. 16.
b. 12.
c. 9.
d. 8
e. 6.

304. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Três funcionários fazem um determinado trabalho em 60 minutos. Cinco funcionários, com a mesma eficiência, fazem o mesmo trabalho em

a. 1 hora e 40 minutos.
b. 1 hora e 20minutos.
c. 50 minutos.
d. 36 minutos.
e. 30 minutos.

305. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Uma caixa tem apenas bolas azuis ou vermelhas, todas numeradas. Um terço das bolas vermelhas têm números pares e as demais bolas vermelhas têm números ímpares. Um quarto das bolas azuis têm números ímpares e as demais bolas azuis têm números pares. De todas as bolas da caixa, 48% são vermelhas. Do total de bolas da caixa, a porcentagem de bolas com números ímpares é

a. 41%.
b. 42%.
c. 43%.
d. 44%.
e. 45%.

306. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Gisele quer guardar seus 101 mangás (histórias em quadrinhos japonesas) em um pequeno gaveteiro com 7 gavetas. Em cada gaveta cabem, no máximo, 20 mangás. É correto concluir que

a. uma gaveta ficará vazia.
b. cinco gavetas ficarão com 20 mangás.
c. cada gaveta terá pelo menos um mangá.

d. pelo menos uma gaveta ficará com mais de 14 mangás.
e. nenhuma gaveta ficará vazia.

307. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Uma formiga está situada sobre o ponto A da reta horizontal representada a seguir.

Em seguida, em movimentos sucessivos, a formiga anda sobre essa reta: 10 m para a direita, 16 m para a esquerda, 19 m para a direita e 15 m para a esquerda, chegando ao ponto B. É correto concluir que
a. B está 2m à esquerda de A.
b. B está 2m à direita de A.
c. B está 4m à esquerda de A.
d. B está 4m à direita de A.
e. B coincide com A.

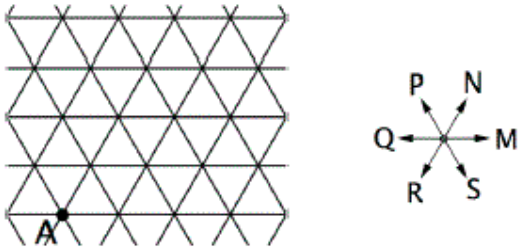
308. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Valter possui seis gatos em sua casa. Sabe-se que não é verdade que todos sejam pretos. É correto concluir que, dos gatos de Valter,
a. nenhum é de cor preta.
b. todos são malhados.
c. pelo menos um é branco.
d. a maioria não é de cor preta.
e. pelo menos um não é de cor preta.

309. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Uma empresa possui duas fábricas. Cada fábrica tem 1 diretor, cada diretor tem 2 gerentes, cada gerente tem 3 coordenadores e cada coordenador tem 4 secretários. Certo dia, o presidente da empresa chamou para uma reunião com ele, todos os diretores, gerentes, coordenadores e secretários, e todos compareceram. O número de pessoas que havia nessa reunião é
a. 34.
b. 49.
c. 50.
d. 66.
e. 67.

310. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) As amigas Flávia, Gilda e Hilda, saíram para fazer um lanche. A primeira tinha 35 reais, a segunda 45 reais e a terceira, 64 reais. Como Hilda tinha mais dinheiro, ela deu a cada uma das amigas alguma quantia de forma que ficassem, as três, com quantias iguais. É correto concluir que

a. Flávia ganhou mais 10 reais do que Gilda.
b. Hilda ficou com menos 14 reais.
c. Flávia ganhou 12 reais.
d. Hilda perdeu a terça parte do que tinha.
e. Gilda ganhou 4 reais.

311. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) A figura abaixo mostra, à esquerda, uma malha triangular onde cada triângulo tem lado de 1 unidade de comprimento e onde um ponto A está assinalado. À direita, as letras M, N, P, Q, R e S mostram direções e sentido de 6 movimentos possíveis, cada um de 1 unidade.



A partir do ponto A foi feita a seguinte sequência de movimentos: MNNMPQQ, chegando-se ao ponto B. A sequência de movimentos que, partindo de B chega-se ao ponto A, é

a. RRR.
b. RSR.
c. SSS.
d. SSR.
e. RSS.

312. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Em certa cidade, a distância que se deve percorrer de automóvel para ir de um ponto X a um ponto Y é, em geral, diferente da distância percorrida na volta de Y para X, pois os caminhos são diferentes. Nessa cidade, uma empresa possui três sedes, situadas nos lugares A, B e C, e as distâncias, em quilômetros, para ir de uma sede até outra são dadas pela matriz abaixo. Por exemplo, para ir de A até C a distância é de 7 km.

	A	B	C
A	0	6	7
B	5	0	8
C	9	10	0

Um motorista da empresa saiu do ponto A e foi ao ponto B. Em seguida, foi ao ponto C e depois retornou ao ponto de partida. O número total de quilômetros que ele percorreu foi

a. 21.
b. 22.
c. 23.
d. 24.
e. 25.

313. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Considerando que a afirmação “Nenhum pescador sabe nadar” não é verdadeira, é correto concluir que

a. “Há, pelo menos, um pescador que sabe nadar”.
b. “Quem não é pescador não sabe nadar”.
c. “Todos os pescadores sabem nadar”.
d. “Todas as pessoas que sabem nadar são pescadores”.
e. “Ninguém que sabe nadar é pescador”.

314. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Os cinco times de futebol de certo município disputarão um torneio em que cada time jogará uma vez com cada um dos outros times. O número de partidas que serão realizadas é

a. 8.
b. 9.
c. 10.
d. 15.
e. 20.

315. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Sílvio, Robson e Túlio estão em uma fila, nessa ordem, ou seja, Robson está atrás de Sílvio e Túlio está atrás de Robson. Sabe-se que:

- Robson está no meio da fila, ou seja, há tantas pessoas na frente dele como atrás dele.
- Há 7 pessoas entre Sílvio e Robson.
- Há 10 pessoas entre Robson e Túlio.
- Sílvio é o 12º da fila.

Nessa fila, o número de pessoas atrás de Túlio é

a. 6.
b. 7.
c. 8.
d. 9.
e. 10.

316. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Manoel, Augusto, Joaquim, Carlos e Valdo marcaram hora e lugar para uma reunião. Todos chegaram, mas em horários ligeiramente diferentes. Sabe-se que:

- Augusto chegou antes de Valdo e de Joaquim, mas não foi o primeiro a chegar.
- Valdo chegou depois de Joaquim, mas não foi o último a chegar.
- Carlos chegou antes de Valdo. É correto concluir que

a. Carlos foi o segundo a chegar.
b. Manoel foi o último a chegar.
c. Augusto foi o terceiro a chegar.
d. Joaquim foi o último a chegar.
e. Valdo foi o terceiro a chegar.

317. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Em uma classe de 20 estudantes, 12 são meninas. Além disso, dos 20 estudantes, 15 gostam de Matemática. É correto concluir que

a. nenhuma menina gosta de Matemática.
b. todas as meninas gostam de Matemática.
c. no máximo 7 meninas gostam de Matemática
d. no mínimo 7 meninas gostam de Matemática.
e. exatamente 7 meninas gostam de Matemática.

318. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Considere a sentença: "Todo estudante que gosta de Matemática também gosta de Ciências Biológicas". Considerando que essa sentença é falsa, é correto concluir que:

a. "Todo estudante que não gosta de Matemática gosta de Ciências Biológicas".
b. "Nenhum estudante que gosta de Matemática também gosta de Ciências Biológicas".
c. "Todo estudante que gosta de Matemática não gosta de Ciências Biológicas".
d. "Algum estudante que gosta de Matemática não gosta de Ciências Biológicas".
e. "Algum estudante que não gosta de Matemática gosta de Ciências Biológicas".

319. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Dizemos que um número inteiro é "soteropolista" quando todos os seus algarismos são ímpares e o número é divisível pelo seu algarismo das unidades. Considere as afirmativas: I. 73 é um número "soteropolista". II. 35 é um número "soteropolista". III. 63 é um número "soteropolista". É correto concluir que

a. todas são verdadeiras.
b. apenas I e II são verdadeiras.
c. apenas II e III são verdadeiras.
d. apenas II é verdadeira.
e. apenas III é verdadeira.

320. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Sobre uma mesa, há 3 caixas coloridas: uma verde, uma amarela e uma azul. Três bolas, numeradas com 1, 2 e 3, foram colocadas uma em cada caixa. Sabe-se que a bola 3 não está na caixa amarela e que a bola da caixa azul é a de número par. Estão nas caixas verde, amarela e azul, nessa ordem, as bolas

a. 1, 2 e 3.
b. 1, 3 e 2.
c. 2, 1 e 3.
d. 3, 2 e 1.
e. 3, 1 e 2.

321. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Suponha que você, a partir de um ponto inicial, desloque-se 3 metros para o norte; a seguir, 4 metros para o oeste; e, finalmente, 5 metros para o sul. Em relação ao ponto inicial, sua posição final está

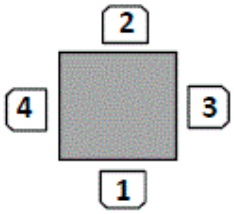
a. 4 metros a oeste e 2 metros ao sul.
b. 3 metros a oeste e 3 metros ao sul.
c. 2 metros a leste e 3 metros ao sul.

d. 4 metros a leste e 2 metros ao sul.
e. 3 metros a leste e 3 metros ao norte.

322. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Dizemos que um número de 5 algarismos é "soteronês" se a soma de seus algarismos é 18, os 5 algarismos são diferentes e o número é ímpar. Assinale a opção que mostra um número "soteronês".
a. 23456.
b. 12456.
c. 65421.
d. 65321.
e. 54623.

323. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Se não é verdade que "Todo soteronito é soteronoso", então é correto afirmar que
a. "Nenhum soteronito é soteronoso".
b. "Todo soteronoso é soteronito".
c. "Algum soteronito não é soteronoso".
d. "Algum soteronoso não é soteronito".
e. "Algum soteronito é soteronoso".

324. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Ana, Bela, Carla e Dora estão sentadas em volta de uma mesa quadrada em cadeiras numeradas de 1 a 4, como mostra a figura a seguir.



Sabe-se que: ·Ana não está em frente a Bela. Bela tem Carla a sua esquerda. Ana e Dora estão nas cadeiras pares. Considere as afirmativas:
• Bela está na cadeira 3.
• Ana está à direita de Dora.
• Carla está em frente a Dora.
• Dora está na cadeira 2.

Dentre as afirmativas acima,

a. nenhuma é verdadeira.
b. apenas uma é verdadeira.
c. apenas duas são verdadeiras.
d. apenas três são verdadeiras.
e. todas são verdadeiras.

325. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Considere a afirmativa: "Este mês tem 31 dias e o mês que vem também terá" A negação dessa afirmativa é

a. "Este mês tem 30 dias e o mês que vem terá 31".
b. "Este mês não tem 31 dias e o mês que vem também não terá".
c. "Este mês tem 31 dias e o mês que vem não terá".
d. "Este mês tem 30 dias ou o mês que vem também terá".
e. "Este mês não tem 31 dias ou o mês que vem não terá 31 dias".

326. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Em certo jogo, há fichas de apenas duas cores: brancas e pretas. Em cada uma das cores, algumas fichas são quadradas e as outras são redondas. Ronaldo está nesse jogo e, em certo momento, a quantidade de fichas que possui é tal que: 60% das suas fichas são brancas.25% das suas fichas quadradas são pretas. 70% das suas fichas pretas são redondas. Em relação ao total de fichas de Ronaldo, a porcentagem de fichas redondas brancas é de

a. 18%.
b. 24%.
c. 32%.
d. 36%.
e. 45%.

327. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Considere as afirmativas a seguir.

• "Alguns homens jogam xadrez".
• "Quem joga xadrez tem bom raciocínio".

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

a. "Todos os homens têm bom raciocínio".
b. "Mulheres não jogam xadrez".
c. "Quem tem bom raciocínio joga xadrez".
d. "Homem que não tem bom raciocínio não joga xadrez".
e. "Quem não joga xadrez não tem bom raciocínio".

328. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Dentre todos os números naturais de 3 algarismos, a quantidade desses números que possui pelo menos um algarismo 5 é

a. 90.
b. 184.
c. 225.
d. 240.
e. 252.

329. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Antônio tem que visitar 120 clientes esse mês. Ele já visitou 35% dos clientes até agora. O número de clientes que Antônio ainda tem que visitar para cumprir sua meta é:

a. 42
b. 65
c. 72
d. 76
e. 78

330. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Sabe-se que 3 recenseadores, com a mesma capacidade de trabalho, entrevistam 360 pessoas em 8 dias. O número de dias que 2 desses recenseadores levarão para entrevistar 510 pessoas é:

a. 14
b. 15
c. 16
d. 17
e. 18

331. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Marlene comeu, inicialmente, um quarto da barra de chocolate que comprou. Depois, comeu um terço do que tinha sobrado. A fração da barra de chocolate que Marlene ainda tem para comer é:

a. 1/2
b. 1/3
c. 1/4
d. 3/4
e. 1/12

332. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Joana construiu um muro em 3 dias. No primeiro dia, ela construiu 7 metros e 67 centímetros de muro; no segundo dia, ela construiu 8 metros e 25 centímetros e, no terceiro dia, construiu 7 metros e 48 centímetros. O comprimento total do muro construído por Joana foi de:

a. 22 metros e 35 centímetros.
b. 22 metros e 50 centímetros.
c. 23 metros e 30 centímetros.
d. 23 metros e 40 centímetros.
e. 24 metros e 10 centímetros.

333. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O local do trabalho de Anderson não é próximo de sua casa. Durante uma semana, Anderson anotou os tempos que levou para retornar do trabalho à sua casa e esses valores estão na tabela abaixo.

Obs.: média significa a soma dos valores dividida pela quantidade deles.

2ª feira	1h 20min
3ª feira	1h 45min
4ª feira	55min
5ª feira	1h 5min
6ª feira	2h 10min

Nessa semana, o tempo médio que Anderson levou para ir do trabalho à sua casa foi de:

a. 1h27min
b. 1h29min
c. 1h31min
d. 1h33min
e. 1h35min

334. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Considere as proposições a seguir.

I – 30% de 120 = 36 e 25% de 140 = 36.
II – 30% de 120 = 36 ou 25% de 140 = 36.

III – Se 25% de 140 = 36, então 30% de 120 = 36.

É correto concluir que:

a. apenas a proposição I é verdadeira.
b. apenas a proposição II é verdadeira.
c. apenas as proposições II e III são verdadeiras.
d. todas são verdadeiras.
e. nenhuma é verdadeira.

335. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Dois quilos de A mais um quilo de B custam R$ 7,40. Três quilos de B mais um quilo de A custam R$ 11,70. Pode-se concluir que um quilo de A mais um quilo de B custam:

a. R$ 5,30.
b. R$ 5,60.
c. R$ 5,75.
d. R$ 5,90.
e. R$ 6,10.

336. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) A uma velocidade média de 80 km/h percorre-se uma certa distância em 3 horas e 15 minutos. A uma velocidade média de 60 km/h, a mesma distância é percorrida em:

a. 2 horas e 54 minutos.
b. 3 horas e 45 minutos.
c. 4 horas e 20 minutos.
d. 4 horas e 30 minutos.
e. 4 horas e 45 minutos.

337. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Carlos pagou uma conta atrasada com 5% de juros, no total de R$ 378,00. Se tivesse pagado a conta em dia, sem os juros, o valor que Carlos pagaria é:

a. R$ 356,40.
b. R$ 359,10.
c. R$ 360,00.
d. R$ 360,40.
e. R$ 362,00.

338. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Sobre os conjuntos A e B, sabe-se que: A – B tem 7 elementos; A tem 28 elementos; A união de A e B tem 38 elementos. O número de elementos do conjunto B é:

a. 10.
b. 18.
c. 21.
d. 31.
e. 35.

339. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Considere quatro cartões, cada um deles com uma das letras M, P, R, J e três urnas numeradas 1, 2 e 3. O número de maneiras diferentes de distribuir os quatro cartões pelas três urnas, de tal modo que uma das urnas fique com dois cartões e cada uma das outras duas urnas fique com um cartão, é:

a. 36.
b. 32.
c. 24.
d. 18.
e. 12.

340. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Em um dado viciado, cada algarismo par tem probabilidade de ocorrência o dobro da probabilidade de ocorrência de cada algarismo ímpar. Esse dado é lançado duas vezes. A probabilidade de a soma dos números obtidos nos dois lançamentos ser igual a 4 é:

a. 2/81.
b. 1/27.
c. 4/81.
d. 5/81.
e. 2/27.

341. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Em uma rua retilínea há 20 postes espaçados igualmente entre si. A distância entre dois postes quaisquer consecutivos é de 15 metros. A distância entre o terceiro poste e o décimo sétimo poste é:

a. 225 metros.
b. 210 metros.
c. 195 metros.

d. 180 metros.
e. 165 metros.

342. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ernesto foi promovido e seu salário aumentou 40%, passando a ser de R$3.500,00. O salário de Ernesto antes da promoção era de:
a. R$ 1.900,00.
b. R$ 2.100,00.
c. R$ 2.400,00.
d. R$ 2.500,00.
e. R$ 2.800,00.

343. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Uma empresa criou um arquivo com uma sequência de pastas identificadas com uma letra do alfabeto e um número escrito com dois dígitos, como se vê a seguir. A00, A01, A02, A03,..., A99, B00, B01, B02,..., Z99 A quantidade de pastas depois de D37 e antes de F23 é:
a. 85.
b. 86.
c. 184.
d. 185.
e. 186.

344. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Moacir possui 15.000 reais guardados e pretende utilizá-los para pagar uma parte das prestações de um terreno que comprou financiado. Cada prestação é de 700 reais. No mês de outubro de 2019, pagou a primeira prestação e fará o mesmo em cada um dos meses seguintes. Utilizando o dinheiro guardado, a última prestação que poderá pagar será, em 2021, no mês de:
a. maio.
b. junho.
c. julho.
d. agosto.
e. setembro.

345. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Certa calculadora possui a tecla T. A tecla T, quando apertada, subtrai uma unidade do número que está no visor e multiplica o número resultante por 2. Por exemplo, se o número 10 está no visor e a tecla T é apertada, o resultado da operação é (10 – 1)x2 = 18. Valdo tinha um número natural no visor dessa calculadora, apertou 3 vezes, em sequência, a tecla T e o resultado foi 450. A soma dos algarismos do número que Valdo tinha inicialmente no visor é:

a. 9.
b. 10.
c. 11.
d. 12.
e. 13.

346. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O jantar de comemoração de um casamento será realizado em um salão que possui mesas redondas iguais e que comportam até 6 pessoas cada uma. Colocando 5 convidados em cada mesa, todas as mesas seriam ocupadas e dois convidados ficariam sem lugar. Colocando 6 convidados em cada mesa, todos os convidados ficariam sentados e 3 mesas ficariam vazias. O número de convidados é:

a. 96.
b. 102.
c. 108.
d. 112.
e. 114.

347. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Armando pagou uma prestação após o vencimento, com 5% de juros. O valor total pago por Armando, juros incluídos, foi de R$252,00. O valor original da prestação, sem os 5% de juros, era de

a. R$ 242,00.
b. R$ 240,00.
c. R$ 239,40.
d. R$ 238,20.
e. R$ 236,60.

348. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Em uma pequena empresa, a média salarial dos 12 funcionários era de R$2400,00. Lúcio Mauro, que ganhava R$3000,00, se aposentou e para ocupar sua vaga foi contratado Felipe, com um salário de R$1800,00. Assinale a opção que indica a nova média salarial dos 12 funcionários dessa empresa.

a. R$2350,00.
b. R$2300,00.
c. R$2280,00.
d. R$2250,00.
e. R$2200,00.

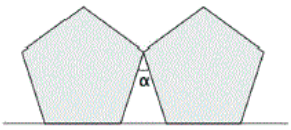
349. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Em uma obra há várias tábuas, todas iguais. Cada tábua pesa 6 kg mais 1/6 de tábua. O peso de 20 tábuas é

a. 120 kg.
b. 132 kg.
c. 140 kg.
d. 144 kg.
e. 150 kg.

350. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Em uma fila de 8 soldados, Pedro é o 5º dessa fila. O sargento modificou a fila colocando, entre cada dois soldados consecutivos, um novo soldado. Essa segunda fila foi ainda modificada, pois o sargento colocou, entre cada dois soldados consecutivos, um novo soldado. A posição de Pedro na terceira fila é

a. 14º.
b. 15º.
c. 16º.
d. 17º.
e. 18º.

351. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) A figura a seguir mostra dois polígonos regulares iguais, com um vértice em comum e apoiados em uma mesma reta.



Sabe-se que a soma dos ângulos internos de um polígono de n lados é dada por S = 180º (n – 2). A medida do ângulo assinalado com a letra α é

a. 32º.
b. 36º.
c. 40º.
d. 48º.
e. 72º.

352. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Quando José tinha 8 anos, seu irmão tinha a metade da idade dele. Hoje, José tem 56 anos; a idade de seu irmão é de

a. 23 anos.
b. 28 anos.
c. 33 anos.
d. 42 anos.
e. 52 anos.

353. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) 50 atletas estão treinando e todos usam bermuda e camiseta do mesmo modelo, mas com cores diversas. Entre esses atletas há 20 com bermudas brancas, 25 com camisetas brancas e 12 com bermudas e camisetas brancas. Assinale a opção que indica o número de atletas que não estão vestindo nenhuma peça branca.

a. 5.
b. 13.
c. 15.
d. 17.
e. 20.

354. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Em um ano não bissexto, quando o primeiro dia do ano cai em um sábado, o último dia de fevereiro cairá em uma

a. segunda-feira.
b. terça-feira.
c. quarta-feira.
d. quinta-feira.
e. sexta-feira.

355. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Um hospital realizou um concurso oferecendo vagas para os cargos de técnico em enfermagem e de administração hospitalar. Inscreveram-se 120 candidatos, sendo que o número de mulheres foi o dobro do número de homens. O quadro incompleto a seguir mostra os números de candidatos aos dois cargos:

	Técnico em enfermagem	Administração hospitalar
Homens	12	
Mulheres		35

O número total de candidatos para técnico em enfermagem era de

a. 57.
b. 59.
c. 61.
d. 63.
e. 65.

356. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Uma queijaria produz 1 kg de queijo curado com 7,5 litros de leite de cabra. A quantidade desse tipo de queijo que pode ser produzida com 360 litros de leite de cabra é

a. 46 kg.
b. 48 kg.
c. 50 kg.
d. 52 kg.
e. 54 kg.

357. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Certo arquiteto planejou colocar no aeroporto da cidade uma faixa muito comprida com as seguintes letras em sequência, mantendo sempre o padrão: SALVADORBAHIA-SALVADORBAHIASALVADORBA... A 500ª letra dessa sequência é

a. A.
b. L.
c. D.
d. S.
e. V.

358. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Os recipientes X, Y e Z contêm, respectivamente, 120, 136 e 98 mililitros de água. Maria manipulou os três recipientes de forma conveniente, para que eles ficassem com as mesmas quantidades de água. Sobre o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

a. X ganhou 2 mililitros de água.
b. Y perdeu 16 mililitros de água.
c. Z ganhou 12 mililitros de água.
d. Y foi o único que perdeu água.
e. Z foi o único que ganhou água.

359. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Júlia está em uma fila que tem, ao todo, 37 pessoas. O número de pessoas à frente de Júlia é o dobro do número de pessoas atrás dela. O tempo máximo de atendimento de cada pessoa da fila é de 3 minutos. Tomando como referência o início do atendimento, Júlia será atendida, no máximo, em

a. 1h15min.
b. 1h12min.
c. 1h10min.
d. 1h9min.
e. 1h6min.

360. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Complete o quadro a seguir.

	Soteropolitano	Não Soteropolitano	Total
Torcedor do Bahia		32	58
Torcedor do Vitória	30	X	
Total	Y		100

O valor de X + Y é

a. 68.
b. 66.
c. 64.
d. 62.
e. 60.

361. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Joana tem 7 figurinhas e Mário tem 19 figurinhas. Para que Joana e Mário fiquem com a mesma quantidade de figurinhas, Mário tem que dar a Joana

a. 13 figurinhas.
b. 12 figurinhas.
c. 9 figurinhas.
d. 6 figurinhas.
e. 5 figurinhas.

362. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Pedro e Mônica estão em uma mesma fila, com um total de 23 pessoas. Há 17 pessoas atrás de Pedro e 13 pessoas na frente de Mônica. O número de pessoas entre Pedro e Mônica é

a. 6.
b. 7.
c. 8.
d. 9.
e. 10.

363. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Márcia e Fátima marcaram um encontro às 13h. Márcia chegou às 12h53 e Fátima chegou às 13h13. Desde a sua chegada, Márcia esperou por Fátima durante

a. 13 minutos.
b. 17 minutos.
c. 20 minutos.
d. 23 minutos.
e. 40 minutos.

364. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Considere a sequência infinita de algarismos: 246802468024680246... A soma dos 2019 primeiros algarismos dessa sequência é

a. 8020.
b. 8040.
c. 8060.
d. 8080.
e. 8100.

365. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) O número de estudantes, de uma determinada classe, que gostam de Matemática é igual ao número de estudantes dessa classe que gostam de Português. Juntando os estudantes que gostam de Matemática com os estudantes que gostam de Português, forma-se um grupo de 24 estudantes. O grupo de estudantes que gostam de Matemática e também de Português tem 6 estudantes. Nessa classe, o número de estudantes que gostam de Matemática e não gostam de Português é

a. 18.
b. 15.
c. 12.
d. 9.
e. 6.

366. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Apolo caminhou em sequência, a partir de um ponto A, 4 metros para Oeste, 7 metros para Leste e 5 metros para Oeste, chegando ao ponto B. Em relação ao ponto B, o ponto inicial A está

a. 2 metros a Leste.
b. 2 metros a Oeste.
c. 1 metro a Leste.
d. 1 metro a Oeste.
e. 3 metros a Oeste.

367. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO) Em uma caixa há somente peças triangulares e peças pentagonais, em um total de 21 peças. Se, para cada peça pentagonal, há duas peças triangulares, o número total de vértices dessas peças é

a. 77.
b. 75.
c. 69.
d. 65.
e. 63.

368. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Dizemos que um número de 3 algarismos é “feliz” quando os 3 algarismos, na ordem centenas, dezenas e unidades, são consecutivos (crescentes ou decrescentes) e o número é divisível pelo algarismo das unidades. Por exemplo, 432 é um número “feliz”, mas 234 não é um número “feliz” pois não é divisível por 4. A quantidade de números “felizes” de 3 algarismos é

a. 10.
b. 11.
c. 12.
d. 13.
e. 14.

369. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Considere as afirmativas a seguir.

I – O número 30 tem 8 divisores positivos.
II – O mínimo múltiplo comum de 12 e 15 é 120.
III – O número 221 é um número primo.

É verdadeiro o que se afirma em
a. I, II e III.
b. I e II, apenas.
c. II e III, apenas.
d. I, apenas.
e. II, apenas.

370. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Sabe-se que o número N é 50% maior do que o número M. É correto afirmar que

a. $M=\frac{N}{2}$.

b. M = 2N.

c. $M=\frac{N}{3}$.

d. $M=\frac{2N}{3}$.

e. $M=\frac{3N}{4}$.

371. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) O resto da divisão do polinômio $x^3 + 2x^2 - 3x + 4$ por $x^2 + 2$ é
a. $-5x$
b. $x + 2$
c. $x + 4$

d. −3x + 1
e. x − 2

372. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Considere o sistema de inequações:

$$\begin{cases} 2x-1<x+3 \\ x+1\leq 3x+4 \end{cases}$$

O número de soluções inteiras desse sistema é
a. 5.
b. 4.
c. 3.
d. 2.
e. 1.

373. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Uma das raízes da equação quadrática $x^2 + 2x - 4 = 0$ é um número real compreendido entre 1 e 2. A outra raiz dessa equação é um número real, compreendido entre
a. −5 e −4.
b. −4 e −3.
c. −3 e −2.
d. −2 e −1.
e. −1 e 0.

374. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Arlindo pagou uma conta após a data de vencimento, com 10% de multa, no valor total de R$ 379,50. Se Arlindo tivesse pago essa conta até o vencimento teria pago a menos
a. R$ 37,95.
b. R$ 37,50.
c. R$ 36,75.
d. R$ 35,50.
e. R$ 34,50.

375. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Uma colônia de bactérias, inicialmente com 10 bactérias, dobra de tamanho a cada hora. A função que expressa o número N(t) de bactérias dessa colônia, t horas após o instante inicial é
a. N(t) = 10t

b. N(t) = 20t
c. N(t) =10 + 2t
d. N(t) = 10. 2t
e. N(t) = 10. t2

376. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Um carro com velocidade média de 80 km/h percorre uma certa distância em 5 horas. Para percorrer a mesma distância com uma velocidade média de 100 km/h o tempo gasto será
a. 6h25min.
b. 6h15min.
c. 4h15min.
d. 4h.
e. 3h.

377. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Em uma rodovia em linha reta, uma árvore foi plantada a 15 metros de um ponto de ônibus. Depois, a cada 10 metros, a partir dessa primeira árvore, no sentido em que se afasta do ponto de ônibus, foram sendo plantadas outras árvores. A distância da sexta árvore ao ponto de ônibus é
a. 75 m.
b. 65 m.
c. 55 m.
d. 50 m.
e. 45 m.

378. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Sabe-se que log3(x) + log3(y) = 4. O valor do produto xy é
a. 12.
b. 24.
c. 36.
d. 54.
e. 81.

379. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Em uma urna há 10 bolas brancas numeradas de 1 a 10 e 5 bolas pretas numeradas de 1 a 5. Retiram-se, em sequência e sem reposição, duas bolas da urna. A probabilidade de a segunda bola retirada ser uma bola preta com um número par é

a. $\frac{1}{7}$.

b. $\frac{3}{14}$.

c. $\frac{2}{15}$.

d. $\frac{4}{15}$.

e. $\frac{2}{7}$.

380. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Considere as matrizes A2x3 e B2x2. Sobre essas matrizes é correto afirmar que

a. Existe a soma A+B e é uma matriz 4x5.
b. Existe o produto AB e é uma matriz 4x6.
c. Existe o produto BA e é uma matriz 4x6.
d. Não existe o produto AB.
e. Não existe o produto BA.

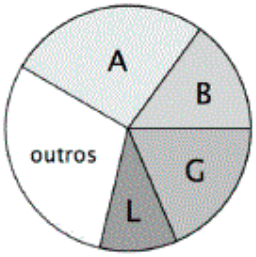
381. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Se 2 atendentes atendem 12 pessoas em 3 horas, então 3 atendentes atenderão 24 pessoas em

a. 4 horas.
b. 3 horas e meia.
c. 3 horas.
d. 2 horas e meia.
e. 2 horas.

382. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) A área do círculo cuja circunferência tem equação $(x - 1)^2 + (y + 3)^2 = 4$ é

a. π
b. 2π.
c. 3π.
d. 4π.
e. 16π.

383. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Em uma cidade, os 4 bairros mais próximos do centro, Aratu, Brotas, Graça e Lapinha, serão representados pelas letras A, B, G, L, respectivamente. Uma pesquisa feita com pessoas que trabalham no centro da cidade mostrou a distribuição dos locais onde elas moram. No gráfico abaixo, cada setor representa a quantidade de pessoas que mora em cada um dos bairros próximos do centro e as que moram em locais mais afastados (outros bairros).



O setor correspondente ao bairro de Brotas tem ângulo central de 54º. Isto significa que a porcentagem das pessoas consultadas que moram em Brotas é de

a. 12%.
b. 15%.
c. 18%.
d. 24%.
e. 27%.

384. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Na expressão

$$\frac{\sqrt{14}+\sqrt{10}}{\sqrt{14}-\sqrt{10}} = a + \sqrt{b}$$

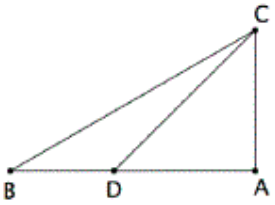
os números a e b são inteiros. Então, b − a é igual a

a. 25.
b. 26.
c. 27.
d. 28.
e. 29.

385. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) O gráfico da função real f é uma reta. Sabe-se que f (6) = 10 e que f (22) = 18. Então, f (88) é igual a

a. 29.
b. 40.
c. 51.
d. 62.
e. 76.

386. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) O triângulo ABC, figura a seguir, é retângulo em A, e D é um ponto do lado AB. Sabe-se que AC = 40 m e que os ângulos CBA e CDA medem, respectivamente, 30º e 45º.



Considerando $\sqrt{3} = 1{,}73$, a medida do segmento BD é de, aproximadamente,

a. 27 m.
b. 29 m.
c. 31 m.
d. 33 m.
e. 35 m.

387. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) O triângulo ABC está inscrito na circunferência de centro O. O ângulo OAB mede 28º e o ângulo ABC mede 65º. O ângulo ACB mede

a. 58º.
b. 60º.
c. 62º.
d. 64º.
e. 66º.

388. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) O caldeirão da figura abaixo tem 40 cm de diâmetro e 36 cm de altura.

A capacidade desse caldeirão é de, aproximadamente,

a. 25 litros.
b. 30 litros.
c. 36 litros.
d. 40 litros.
e. 45 litros.

389. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) O mapa de um loteamento foi construído na escala 1:2500. No centro desse loteamento há uma praça que aparece no mapa como um retângulo de 3 cm por 4 cm. A área real dessa praça é de

a. 300 m².
b. 3000 m².
c. 750 m².
d. 7500 m².
e. 12000 m².

390. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Renato compra, todas as semanas, em um mesmo supermercado, sucos em caixas de 1 litro, e de apenas três sabores: maracujá, uva e manga. Certa semana, comprou 3 caixas de suco de maracujá, 2 de uva e 1 de manga, pagando o total de R$ 36,40. Na semana seguinte comprou 2 caixas de suco de maracujá, 3 de uva e 1 de manga pagando o total de R$ 39,20 e, na semana subsequente, comprou apenas uma caixa de suco de cada sabor pagando o total de R$ 17,40. Sabe-se que os preços desses produtos permaneceram os mesmos durante esse período. Nesse supermercado, o preço da caixa de suco de uva era de

a. R$ 3,80.
b. R$ 5,40.
c. R$ 6,50.
d. R$ 8,20.
e. R$ 8,60.

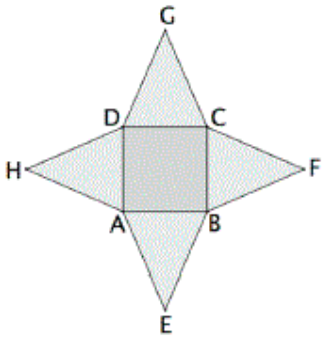
391. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Em um cone de revolução, cada geratriz mede 12 cm e faz 30º com o eixo do cone. A área lateral desse cone em cm^2 é

a. 24π.
b. 36π.
c. 48π.
d. 60π.
e. 72π.

392. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) No plano cartesiano, os pontos (-1, 8), (2, 6) e (11, k) são colineares. O valor de k é

a. 0.
b. 1.
c. -1.
d. 2.
e. -2.

393. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) A figura abaixo mostra um quadrado ABCD e quatro triângulos isósceles iguais. Essa figura é a planificação de uma pirâmide regular de base quadrada.



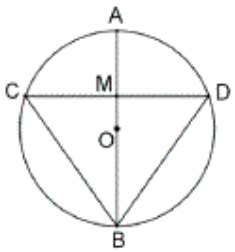
Sabendo que AB = 4 e que AE = EB = 5, a altura dessa pirâmide é igual a

a. $\sqrt{17}$.
b. $\sqrt{18}$.
c. $\sqrt{19}$.
d. $\sqrt{20}$.
e. $\sqrt{21}$.

394. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) Um baralho contém 13 cartas de cada um dos naipes: ouros, copas, espadas e paus. Ao todo, são 52 cartas (13×4). Com as cartas embaralhadas e, sem ver qualquer uma delas, o número mínimo de cartas que devem ser retiradas desse baralho para que se tenha a certeza que existam, entre elas, pelo menos 5 cartas do mesmo naipe é

a. 6.
b. 17.
c. 25.
d. 26.
e. 31.

395. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) A figura a seguir mostra uma circunferência de centro O, um diâmetro AB e uma corda CD, perpendicular em M ao segmento AB.



Sabe-se que OM = 2 cm e que MA = 4 cm. A área em cm^2 do triângulo BCD é

a. $16\sqrt{2}$.
b. $18\sqrt{2}$.
c. $24\sqrt{2}$.
d. $32\sqrt{2}$.
e. $36\sqrt{2}$.

396. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFESSOR – ÁREA: MATEMÁTICA) No triângulo ABC os ângulos de vértices A e C medem, respectivamente, 20º e 40º e o lado AB mede 100 m. Dados: sen 20º = 0,342 cos 20º = 0,940 tg 20º = 0,364 sen 2x = 2 sen x cos x O lado BC mede, aproximadamente,

a. 42 m.
b. 48 m.
c. 53 m.
d. 58 m.
e. 63 m.

397. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Maria, Carla e Daniela marcaram um encontro às 19h. Maria chegou às 18h48, Carla chegou 27 minutos depois de Maria e Daniela chegou às 19h12. É correto afirmar que

a. Carla chegou antes de Daniela.
b. Carla chegou às 19h05.
c. Daniela chegou 7 minutos antes de Carla.
d. Daniela chegou 22 minutos depois de Maria.
e. Daniela chegou 3 minutos antes de Carla.

398. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) O Partido A tinha 9 deputados a mais do que o Partido B. Quatro deputados do Partido A se transferiram para o Partido B. Não houve outras transferências. O Partido A agora tem a mais do que o Partido B

a. 5 deputados.
b. 4 deputados.
c. 3 deputados.
d. 2 deputados.
e. 1 deputado.

399. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Pedro tem 33 moedas e um tabuleiro quadriculado com 5 linhas e 10 colunas. Após Pedro colocar todas as suas moedas no tabuleiro, uma por quadrícula, é verdade que

a. nenhuma linha do tabuleiro ficou vazia.
b. pelo menos uma linha do tabuleiro ficou vazia.
c. alguma linha do tabuleiro ficou com exatamente 3 moedas.
d. alguma linha do tabuleiro ficou com mais de 6 moedas.
e. alguma linha do tabuleiro ficou com exatamente 6 moedas.

400. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Considere a sequência infinita de letras ONDINAONDINAONDINAOND... A 2019ª letra dessa sequência é

a. O.
b. N.
c. D.
d. I.
e. N.

401. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRA-ESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – ARQUITETURA) Tiago fez um empréstimo de R$ 3000,00 para pagar em duas parcelas com vencimento em 30 e 60 dias, com juros de 10% ao mês no regime de juros compostos. Se a primeira parcela foi de R$ 1700,00, o valor da segunda parcela que liquidou a dívida foi de

a. R$ 1430,00.
b. R$ 1680,00.
c. R$ 1760,00.
d. R$ 1900,00.
e. R$ 1930,00.

402. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Assinale a opção que apresenta a frase em que o vocábulo “maior” deveria ser trocado por outro mais adequado.

a. Ônibus maiores foram comprados neste mês.
b. Os maiores prejuízos foram para a indústria.
c. Maiores informações na Secretaria de Fazenda.
d. Maiores lucros foram para os atravessadores.
e. Nunca se viram maiores filas de emprego.

403. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Um caminhão pesado levou uma carga de Salvador a Aracaju, e o tempo de viagem foi de 8 horas e 14 minutos. Na volta, o caminhão vazio foi mais rápido e levou apenas 6 horas e 48 minutos para retornar ao ponto de partida. O tempo de ida foi maior do que o tempo de volta em

a. 1 hora e 26 minutos.
b. 1 hora e 34 minutos.
c. 1 hora e 46 minutos.
d. 2 horas e 26 minutos.
e. 2 horas e 34 minutos.

404. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Um engenheiro calculou que todo o entulho de certa obra poderia ser retirado por 4 caminhões trabalhando durante 6 dias. Os caminhões começaram juntos o trabalho e, no final do segundo dia, um caminhão enguiçou. Os três caminhões restantes trabalharam mais dois dias e, no final do quarto dia, outro caminhão enguiçou. Os dois caminhões restantes terminaram o trabalho. O trabalho inteiro foi realizado em

a. 8 dias.
b. 9 dias.
c. 10 dias.
d. 11 dias.
e. 12 dias.

405. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Em uma caixa, há 7 lâmpadas boas e 3 queimadas. Retirando ao acaso 2 lâmpadas dessa caixa, a probabilidade de que ambas sejam boas é de, aproximadamente,

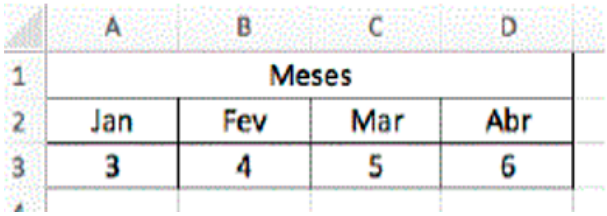
a. 44%.
b. 47%.
c. 50%.
d. 55%.
e. 58%.

GABARITO

290. a
291. b
292. d
293. c
294. e
295. d
296. c
297. c
298. c
299. b
300. a
301. e
302. d
303. e
304. d
305. e
306. d
307. a
308. e
309. e
310. a
311. b
312. c
313. a
314. c
315. c
316. b
317. d
318. d
319. d
320. e
321. a
322. c
323. c
324. b
325. e
326. b
327. d
328. e
329. e
330. d
331. a
332. d
333. a
334. c
335. a
336. c
337. c
338. d
339. a
340. e
341. b
342. d
343. d
344. b
345. e
346. b
347. b
348. b
349. d
350. d
351. b
352. e
353. d
354. a
355. a
356. b
357. c
358. e
359. b
360. a
361. d
362. b
363. c
364. d
365. d
366. a
367. a
368. a
369. d
370. d
371. a
372. a
373. b
374. e
375. d
376. d
377. b
378. e
379. c
380. d
381. a
382. d
383. b
384. e
385. c
386. b
387. c
388. e
389. d
390. d
391. e
392. a
393. a
394. b
395. d
396. c
397. e
398. e
399. d
400. c
401. c
402. c
403. a
404. b
405. b

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

406. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Observe a seguinte planilha elaborada no Microsoft Excel.

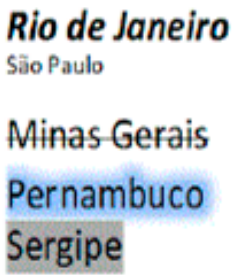


	A	B	C	D
1	Meses			
2	Jan	Fev	Mar	Abr
3	3	4	5	6

O recurso utilizado para combinar diversas células e criar uma nova célula maior, permitindo a descrição do título “Meses”, é:

a. Estilos de células.
b. Formatação condicional.
c. Desenhar tabela.
d. Mesclar células.
e. Margens da célula.

407. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Observe a seguinte lista de Estados elaborada no Microsoft Word.



A alternativa que apresenta corretamente o Estado com a sua respectiva formatação é:

a. Rio de Janeiro, Cor do Realce do Texto.
b. São Paulo, Itálico.
c. Minas Gerais, Sombreamento.
d. Pernambuco, Efeitos de Texto.
e. Sergipe, Tachado.

408. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) No Microsoft Word, o recurso utilizado para desenhar uma figura é a Forma. O recurso que permite alterar as linhas de uma forma e suas respectivas curvaturas é:

a. Mudar forma.
b. Editar pontos.
c. Contorno da forma.
d. Redimensionar imagem.
e. Cortar imagem.

409. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O Coordenador João precisa gravar diversos arquivos em um dispositivo de armazenamento de dados e pediu ajuda a seus colaboradores. Cada colaborador ofereceu um dispositivo com a seguinte capacidade de armazenamento: Lucas, 2TB Lúcia, 256KB Helena, 128GB Arthur, 64MB Thomas, 1024B João queria o dispositivo com maior capacidade de armazenamento, portanto aceitou a oferta de:

a. Lucas.
b. Lúcia.
c. Helena.
d. Arthur.
e. Thomas.

410. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Em sua casa, ao digitar um documento, João manteve a tecla SHIFT pressionada para que todas as letras do título do texto aparecessem em maiúsculas. Quando Maria, sua irmã, viu João fazer isso, deu-lhe a seguinte dica: – João, para que todas as letras do título do seu texto apareçam em maiúsculas, pressione apenas uma vez a tecla:

a. Page Up.
b. Tab.
c. Ctrl.
d. Scroll Lock.
e. Caps Lock.

411. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) No Windows, para se conectar a uma rede Wi-Fi, o ícone da Barra de Tarefas que deve ser clicado é:

a.

b.

c.

d.

e.

412. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Ao registrar sua senha no Sistema do Censo, João recebeu a seguinte mensagem: A senha deve conter no mínimo:

- 12 caracteres,
- 01 letra maiúscula,
- 01 letra minúscula,
- 01 número e
- 01 caractere especial.

De acordo com essas orientações, a senha que João pode criar é:

a. IBGECenso19#
b. I3GECenso19
c. 1BG3C3nso!9
d. IBGECens019
e. ibgecenso19&

413. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O tipo de código malicioso que torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento, usando geralmente criptografia, e que exige pagamento de resgate para restabelecer o acesso ao usuário é o:

a. Backdoor.
b. Cavalo de troia (trojan).
c. Ransomware.
d. Spyware.
e. Keylogger.

414. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Sobre o significado dos termos Internet e Intranet, considere as afirmativas a seguir.

I – São sinônimos em qualquer contexto, tanto tecnológico como de utilização.
II – A Intranet não pode ser acessada remotamente via Internet sem autenticação.
III – A Intranet é usualmente empregada em ambientes corporativos, com acesso limitado.

Está correto somente o que se afirma em:

a. I.
b. II.
c. III.
d. I e II.
e. II e III.

415. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O Chrome é um dos navegadores mais utilizados na Internet, e oferece uma operação pela qual uma página é “adicionada às favoritas”. Considere as seguintes afirmativas sobre essa operação.

I – A página é gravada localmente e, quando resgatada da lista de favoritas, exibe sempre o mesmo conteúdo original. Eventuais alterações ocorridas posteriormente na página de origem não são levadas em consideração.
II – Na lista de favoritas, cada página é identificada pelo seu título original. Não é possível armazená-la sob um nome diferente, escolhido pelo operador.
III – A lista de favoritas pode ser organizada com a ajuda de pastas e subpastas. Está correto somente o que se afirma em:

a. I.
b. II.
c. III.
d. I e II.
e. II e III.

416. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Com relação aos mecanismos de comunicação utilizados nas redes de computadores, considere as siglas de protocolos a seguir.

I – SMTP
II – POP3
III – IMAP
IV – FTP

Os protocolos diretamente associados às configurações de e-mails são somente:

a. I e II.
b. II e III.
c. III e IV.
d. I, II e III.
e. II, III e IV.

417. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) No contexto da resolução da tela de monitores de vídeo e notebooks, a denominação “Full HD” refere-se a uma configuração na qual a quantidade de pixels em cada sentido, horizontal e vertical respectivamente, é:

a. 1366 e 768.
b. 1920 e 1080.
c. 2180 e 1340.
d. 2590 e 3800.
e. 3840 e 2160.

418. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Considere uma planilha MS Excel 2010 BR que contém, nas células A1, B1 e C1, respectivamente, os valores 120, 20 e 45 e, na célula A2, a fórmula”=A$1+$B1”. Considere agora a sequência de ações a seguir.

1. a célula A2 é selecionada e copiada com Ctrl-C;
2. a região compreendendo as células B2 e C2 é selecionada;
3. o conteúdo copiado é colado na seleção com Ctrl-V.

Os valores exibidos nas células B2 e C2, respectivamente, são:

a. 20 e 45.
b. 20 e 65.
c. 40 e 65.

d. 60 e 65.
e. 140 e 45.

419. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Maria preparou um documento no qual o espaçamento entre parágrafos é de 12pt, e o espaçamento entre linhas é simples. Entretanto, Maria precisou incluir um trecho de um poema de Mario Quintana, de linhas bem curtas, como a seguir. Um dia Um mês Um ano Um(a) vida! Para que essas linhas do poema não ficassem separadas como se fossem parágrafos, Maria optou por "quebrá-las" digitando:

a. Alt+Enter
b. Ctrl+End
c. Esc
d. F12
e. Shift+Enter

420. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No Windows, a extensão de um arquivo indica a forma pela qual ele deve ser tratado pelo sistema. Observe a lista de extensões a seguir.

CSV DOCX EXE GIF HTML JPG PDF PNG TXT

Nessa lista, o número de extensões normalmente associadas a imagens é:

a. 2.
b. 3.
c. 4.
d. 5.
e. 6.

421. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No contexto da formatação de um documento MS Word 2010 BR em colunas, é correto afirmar que:

a. o número máximo de colunas é 4 na orientação "retrato" e 6 na orientação "paisagem".
b. todas as colunas devem ter a mesma largura.
c. todos os espaços entre as colunas devem ser iguais.
d. a hifenização automática não é possível quando há mais de uma coluna.
e. é possível exibir uma linha vertical entre as colunas automaticamente.

422. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No contexto do MS Excel 2010 BR, a linguagem de programação empregada na construção de macros é conhecida como:

a. CSS.
b. Java.
c. Python.
d. Script.
e. VBA.

423. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Considere uma planilha do MS Excel 2010 BR cujas células A1, A2 e A3 contêm, respectivamente, os valores 10, 30 e 40. Na célula C1, foi digitada a fórmula =(A1+A2+A3)/4 e todas as demais células da planilha permaneceram intocadas. Sabendo-se que a célula C1 foi copiada por meio da combinação Ctrl-C e colada, com Ctrl-V, na célula E1, o valor exibido nesta última é:

a. 0
b. 5
c. 20
d. 22,5
e. 80

424. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O Pincel de Formatação disponível na guia Página Inicial do MS Word 2010 destina-se a:

a. copiar a formatação de um trecho e aplicá-la a outro.
b. preencher uma forma desenhada com uma determinada cor.
c. colorir o fundo de um parágrafo.
d. criar desenhos a partir do movimento do mouse.
e. colorir as células de uma tabela.

425. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Um professor precisa carregar as notas dos seus setenta alunos numa planilha MS Excel 2010 BR, de modo que ele possa calcular a média dos alunos e imprimir uma lista alfabética com os resultados. Para cada aluno, o professor dispõe do nome e das notas numéricas de quatro avaliações.

Considere os extratos do conteúdo de três arquivos com extensão “txt” exibidos a seguir.

I – Nome;Nota1;Nota2;Nota3;Nota4 Maria;9;10;8;9,8 João;10;7;8;9,5
II – Maria|9;10;8;9,8| João|10;7;8;9|

III – Nome, Nota1, Nota2, Nota3, Nota4 Maria,9,10,8,9,8 João,10,7,8,9,5

Desses arquivos, seria(m) adequado(s) para carga de dados no Excel:

a. somente I.
b. somente II.
c. somente I e III.
d. somente II e III.
e. I, II e III.

426. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O navegador Google Chrome é amplamente utilizado e, como seus similares, oferece a possibilidade de limpar dados de navegação que são acumulados ao longo do uso. Considere a lista a seguir.

I – Arquivos downloaded pelo navegador;
II – Cookies;
III – Histórico de navegação;
IV – Imagens e arquivos armazenados no cache do navegador;
V – Páginas gravadas pelo comando “salvar como...”.

No caso do Chrome, especificamente, as opções oferecidas na limpeza de dados de navegação cobrem, dessa lista, apenas os casos:

a. I, II, IV, V.
b. I, III, V.
c. II, III, IV.
d. II, III, V.
e. III, IV, V.

427. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No Windows, é possível identificar os aplicativos e os processos em segundo plano, correntemente ativos, por meio do:

a. Explorador de Arquivos.
b. Gerenciador de Tarefas.
c. Internet Explorer.
d. Microsoft Visio.
e. Windows Firewall.

428. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Maria recebeu um arquivo PDF e, ao tentar abri-lo no Windows 10 com um duplo clique, notou que o arquivo foi exibido pelo Chrome, e não no Adobe Acrobat Reader (AAR), preferido de Maria. Para que, futuramente, o AAR seja aberto automaticamente numa situação como a descrita, Maria deve:

a. fazer o redirecionamento no menu padrão do Chrome com a opção Configurações.
b. clicar no nome do arquivo e usar a opção "Abrir como..." no Explorador de Arquivos pelo menos uma vez.
c. ajustar a configuração da extensão PDF nas Configurações do Windows na opção Aplicativos.
d. reconfigurar o padrão de exibição de arquivos com o Windows Media Player.
e. configurar o sistema por meio do aplicativo Gerenciamento do Computador nas Ferramentas Administrativas do Windows.

429. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A troca de dados entre sistemas computacionais é normalmente realizada por meio de arquivos que seguem padrões de formato e organização. Desse modo, diferentes agentes com diferentes equipamentos podem enviar e receber dados estruturados muito facilmente. Nesse contexto, analise um trecho do conteúdo de um dado arquivo a seguir.

<nota> <para>Rita</para> <de>Bernardo</de> <titulo>Lembrete</titulo> <texto>O pacote <chegou>...</texto></nota>

Com base nesse trecho, é correto deduzir que a organização desse arquivo segue o padrão conhecido como:

a. CSS
b. CSV
c. ODF
d. PDF
e. XML

430. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Assinale a opção que indica, no MS-Windows 10, a tecla utilizada para abrir (mostrar) o menu Iniciar.

a.

b.

c.

d.

e.

431. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Assinale a opção que indica o aplicativo do MS Office utilizado para ler ou escrever e-mails.

a. Access.
b. Excel.
c. Outlook.
d. PowerPoint.
e. Word.

432. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Assinale a opção que indica o dispositivo semelhante a uma impressora que pode ser utilizado para gerar imagens em folhas de papel de tamanhos grandes.

a. Blu-ray.
b. DVD.
c. HDD.
d. Plotter.
e. Scanner.

433. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Considere as unidades ópticas de 120 mm (120 mm é o tamanho padrão ou mais comum) listadas a seguir.

I – Blu-ray BD-RE.
II – CD-ROM.
III – DVD-RAM.

Com relação à capacidade de armazenamento, da maior para a menor, os dispositivos são, respectivamente,

a. I, II e III.
b. I, III e II.
c. II, I e III.
d. II, III e I.
e. III, II e I.

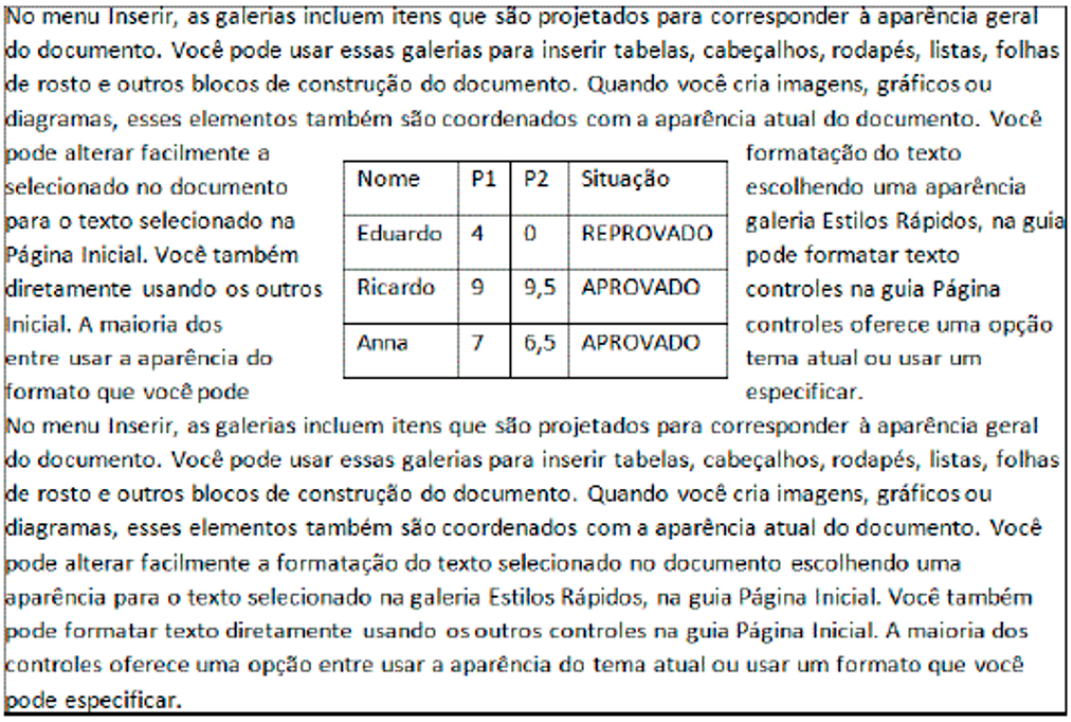
434. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Os alunos de uma escola fazem duas provas durante o período letivo, P1 e P2, e, serão aprovados, se a média dessas notas for superior a cinco. A planilha a seguir foi construída no MS Excel 2016 BR para determinar automaticamente o resultado de cada aluno.

	A	B	C	D
1	Nome	P1	P2	
2	Eduardo	4,0	0,0	REPROVADO
3	Ricardo	9,0	9,5	APROVADO
4	Anna	7,0	6,5	APROVADO

Para isto, uma fórmula foi digitada na célula D2, copiada (Ctrl + C) e colada (Ctrl + V) nas demais células da mesma coluna D. Assinale a opção que indica a fórmula digitada em D2.

a. =SE (B2+C2)/2>5 "APROVADO" SENÃO "REPROVADO"
b. =MÉDIA(B2:C2)>5
c. =ÍNDICE({"APROVADO";"REPROVADO"};(B2+C2)/2>5)
d. =SE((B2+C2)/2>5;"APROVADO";"REPROVADO")
e. =SE B2+C2/2>5 "APROVADO" SENÃO "REPROVADO"

435. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) O texto a seguir foi criado no MS Word 2016 BR.



No menu Inserir, as galerias incluem itens que são projetados para corresponder à aparência geral do documento. Você pode usar essas galerias para inserir tabelas, cabeçalhos, rodapés, listas, folhas de rosto e outros blocos de construção do documento. Quando você cria imagens, gráficos ou diagramas, esses elementos também são coordenados com a aparência atual do documento. Você pode alterar facilmente a formatação do texto selecionado no documento escolhendo uma aparência para o texto selecionado na galeria Estilos Rápidos, na guia Página Inicial. Você também pode formatar texto diretamente usando os outros controles na guia Página Inicial. A maioria dos controles oferece uma opção entre usar a aparência do tema atual ou usar um formato que você pode especificar.

Nome	P1	P2	Situação
Eduardo	4	0	REPROVADO
Ricardo	9	9,5	APROVADO
Anna	7	6,5	APROVADO

No menu Inserir, as galerias incluem itens que são projetados para corresponder à aparência geral do documento. Você pode usar essas galerias para inserir tabelas, cabeçalhos, rodapés, listas, folhas de rosto e outros blocos de construção do documento. Quando você cria imagens, gráficos ou diagramas, esses elementos também são coordenados com a aparência atual do documento. Você pode alterar facilmente a formatação do texto selecionado no documento escolhendo uma aparência para o texto selecionado na galeria Estilos Rápidos, na guia Página Inicial. Você também pode formatar texto diretamente usando os outros controles na guia Página Inicial. A maioria dos controles oferece uma opção entre usar a aparência do tema atual ou usar um formato que você pode especificar.

O texto disposto ao redor da tabela foi obtido

a. formatando-se o texto em colunas.
b. inserindo-se no documento quebras de seções.
c. configurando-se o alinhamento do texto.
d. utilizando-se o AutoAjuste de Conteúdo da tabela.
e. configurando-se as propriedades da tabela.

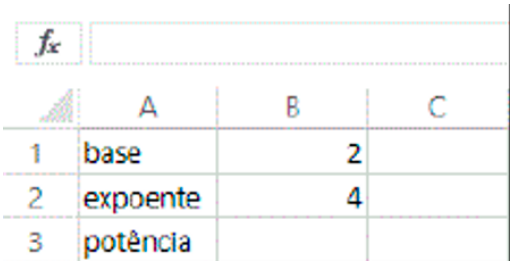
436. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) No Explorador de Arquivos (Windows Explorer) do Windows 10 BR, para remover um arquivo previamente selecionado sem enviá-lo para a lixeira, deve ser usado

a. Alt+Delete.
b. Alt+Shift+Delete.
c. Ctrl+Delete.
d. Ctrl+Shift+Delete.
e. Shift+Delete.

437. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Um usuário tem rodando em sua máquina o Windows 10 BR com somente o pacote de idioma Português (Brasil) instalado. Em viagem aos Estados Unidos, este usuário adquiriu um novo teclado para o computador, mas, ao retornar e instalar o novo teclado, ao pressionar a tecla ponto e vírgula surge na tela uma cedilha. Para solucionar esse problema o usuário deve

a. adicionar o teclado apropriado nas Opções de Idioma do Português (Brasil).
b. alterar o idioma de exibição do Windows.
c. instalar um adaptador de teclado na porta USB.
d. baixar um novo driver para o teclado da página do fabricante.
e. instalar um novo pacote de idiomas e, em seguida, alterar o idioma de exibição do Windows.

438. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Usando o MS Excel 2016 BR, um usuário quer calcular a potência do conteúdo da célula B1 na figura a seguir, elevado ao conteúdo da célula B2, e armazenar o resultado na célula B3.



	A	B	C
1	base	2	
2	expoente	4	
3	potência		

Assinale a opção que indica a fórmula que tem de ser digitada na célula B3.

a. 2^4
b. 2**4
c. =B1^B2
d. B1^B2
e. =2^4

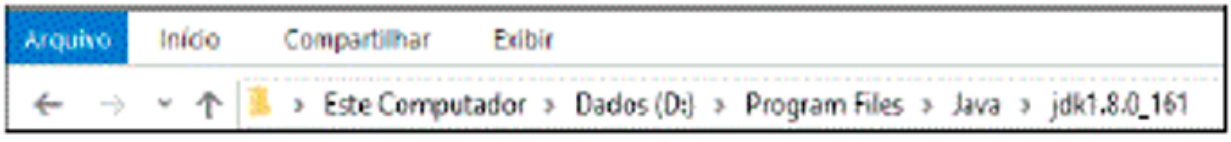
439. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) No Windows 10 BR, é possível criar uma imagem do sistema para restaurar o computador se, por exemplo, o disco rígido parar de funcionar. Usando essa imagem, é possível recuperar I. contas de usuários. II. aplicativos instalados. III. configurações do Windows. Está correto o que se afirma em

a. II, somente.
b. I e II, somente.
c. I e III, somente.
d. II e III, somente.
e. I, II e III.

440. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Assinale a opção que indica, no MS Excel 2016 BR, a tecla (ou a combinação de teclas) utilizada para atualizar os cálculos.

a. Ctrl+<espaço>.
b. Esc.
c. F9.
d. SysRq.
e. Tab.

441. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Observe a figura a seguir extraída do Explorador de Arquivos (Windows Explorer) do MS Windows 10 BR.



Nesse contexto, um clique sobre a pequena seta para cima fará com que o Explorador de Arquivos

a. mostre o conteúdo da última pasta visitada.
b. mostre o conteúdo da pasta “Java”.
c. abra uma lista dos locais recentes.
d. mostre o conteúdo da pasta “Dados (D:)”.
e. faça o upload do conteúdo da pasta atual para a nuvem.

442. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) O uso de estilos no MS Office 2016 BR permite

a. alterar rapidamente a formatação de partes de um documento baseadas em um mesmo estilo.
b. aplicar um conjunto predefinido de cores, fontes e plano de fundo aos slides de um documento do PowerPoint.
c. controlar todas as alterações feitas em um documento.
d. inserir um índice de autoridades no documento.
e. utilizar conteúdo e elementos de design como ponto de partida para criar um documento.

443. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Analise o ícone a seguir extraído da Guia Página Inicial no MS Word 2016 BR:

Assinale a opção que indica a função desse ícone.

a. Cor da Fonte.
b. Estilos.
c. Limpar Formatação.
d. Pincel de Formatação.
e. Realce.

444. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL – ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Uma regra bastante usada entre as editoras de livros diz que um livro contém 25 linhas por página e 60 caracteres por linha. Suponha que você quer armazenar, na forma de texto não compactado, o conteúdo de quatro livros de 500 páginas contendo apenas texto, e que um dos dispositivos a seguir será usado exclusivamente para essa finalidade. Assinale a opção que indica o dispositivo que oferece espaço suficiente para a tarefa com o menor desperdício de espaço livre.

a. Disquete de 360 KB.
b. Disquete de 1.44 MB.
c. CD-R de 650 MB.
d. DVD-R de 4.7 GB.
e. Disco rígido de 1 TB.

445. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) O Windows 10 apresenta uma mensagem pedindo para o usuário escolher o que fazer com unidades removíveis quando um pen drive formatado com FAT-32 é inserido na interface USB do computador. Considerando a configuração padrão, uma das opções válidas é:

a. ejetar dispositivo.
b. formatar pen drive.
c. mudar o nome lógico do drive.
d. abrir pasta para exibir arquivos.
e. trocar letra associada ao dispositivo.

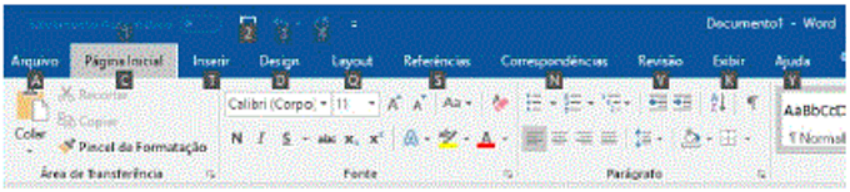
446. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Assinale a opção que contém somente dispositivos que podem ser utilizados para carga do sistema operacional.

a. Disco óptico, disco rígido e pen drive.
b. Disco óptico, pen drive e plotter.
c. Disco óptico, pen drive e scanner.
d. Disco rígido, plotter e scanner.
e. Pen drive, plotter e scanner.

447. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) No Windows 10, o usuário abriu a “Lixeira” e moveu um arquivo de lá para a “Área de Trabalho”. Assinale a opção que indica o resultado dessa operação.

a. O arquivo permanecerá na “Lixeira”, mas o seu “Local Original” passará a ser a “Área de Trabalho”.
b. O arquivo será recuperado e armazenado na “Área de Trabalho”.
c. O arquivo será recuperado e armazenado no “Local Original”.
d. O arquivo será recuperado e o Windows irá perguntar onde armazenar o arquivo.
e. O arquivo será removido definitivamente.

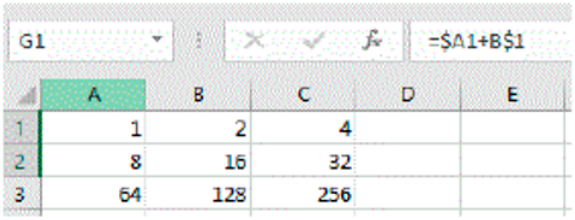
448. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Observe a figura a seguir representando um fragmento de um aplicativo para Windows. Note os números e as letras apresentados junto às opções de menu.



Para fazer com que esses números e letras aparecessem, o usuário precisou

a. apertar a tecla “Windows” (também chamada de “Iniciar”).
b. apertar a tecla Alt.
c. apertar a tecla Ctrl.
d. configurar no “Painel de Controle” a opção de mostrar atalhos nos aplicativos.
e. instalar a última versão do pacote Office com opção de acessibilidade.

449. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Analise a figura a seguir, que mostra algumas células do Excel do MS Office.



Se o conteúdo da célula G1 (mostrado como equação na figura) for copiado por meio de Ctrl+C e Ctrl+V para a célula H2, o valor da célula H2 será

a. 3.
b. 12.
c. 20.
d. 40.
e. 48.

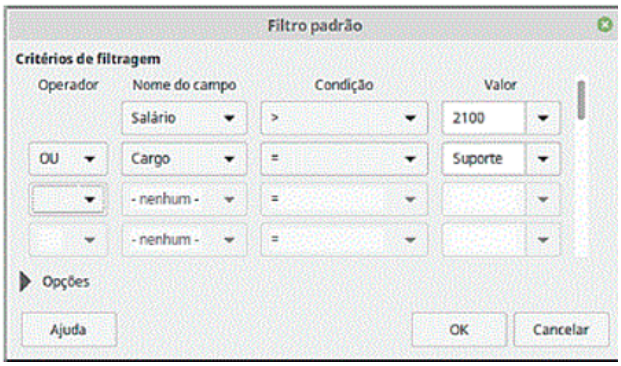
450. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Alguns dispositivos de armazenamento USB, conhecidos como pen drives, possuem uma chave de proteção contra gravação na parte lateral ou inferior. A opção de proteção contra gravação é útil para

a. impedir a leitura dos arquivos deste pen drive.
b. impedir que o dispositivo seja reconhecido pelo computador hospedeiro.
c. impedir que os arquivos do pen drive sejam copiados para o computador hospedeiro.
d. impedir que um aplicativo seja executado a partir deste pen drive.
e. proteger o dispositivo contra a gravação de um vírus ou malware.

451. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) A figura a seguir mostra uma planilha criada no LibreOffice Calc contendo a relação de empregados de uma empresa.

	A	B	C
1	**Nome**	**Cargo**	**Salário**
2	João	Analista	R$ 2.000,00
3	Pedro	Vendedor	R$ 3.000,00
4	Daniel	Suporte	R$ 1.500,00
5	Rafael	Suporte	R$ 1.900,00
6	Thiago	Vendedor	R$ 2.800,00
7	Paula	Analista	R$ 2.200,00
8	Fernanda	Analista	R$ 1.900,00
9	Cláudia	Analista	R$ 3.000,00
10	Henrique	Suporte	R$ 2.350,00
11	Cesar	Vendedor	R$ 5.000,00

A esta tabela foi aplicado o filtro padrão a seguir.



Assinale a opção que indica o número de empregados visíveis na planilha após a aplicação do filtro.

a. 6.
b. 7.
c. 8.
d. 9.
e. 10.

452. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) No Windows 10 BR, com as configurações padrão inalteradas, você mantém a tecla Shift pressionada enquanto exclui um arquivo por meio da tecla Delete. Assinale a opção que indica o resultado desse procedimento.

a. O arquivo será enviado para a lixeira.

b. Será exibida uma caixa de diálogo perguntando se o arquivo deve ser enviado para a lixeira.
c. O arquivo será excluído sem passar pela lixeira.
d. Será exibida uma caixa de diálogo perguntando se o arquivo deve ser excluído permanentemente.
e. O arquivo será excluído temporariamente, passando pela lixeira.

453. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) O texto a seguir foi utilizado no LibreOffice Writer para gerar uma tabela por meio do recurso “Converter de texto para tabela”.

```
Fundo;mar/19;abr/19
Devant Solidus Cash;0,50%;0,48%
AF Invest Geraes 30;0,63%;0,54%
Quasar Advantage FIRF LP;0,53%;0,47%
ARX Hedge Deb Inc;0,52%;0,43%
```

A tabela resultante é mostrada a seguir.

Fundo	mar/19	abr/19
Devant Solidus Cash	0,50%	0,48%
AF Invest Geraes 30	0,63%	0,54%
Quasar Advantage FIRF LP	0,53%	0,47%
ARX Hedge Deb Inc	0,52%	0,43%

A opção do diálogo “Converter texto em tabela” utilizada foi:
a. Separar texto em: Tabulações.
b. Separar texto em: Ponto e vírgula.
c. Separar texto em: Parágrafo.
d. Separar texto em: Outra (espaço em branco).
e. Separar texto automaticamente.

454. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Relacione as teclas de atalho do Windows 10 BR, listadas a seguir, às suas respectivas funções associadas.

1. Tecla do Windows + E
2. Tecla do Windows + Ctrl + D
3. Tecla do Windows + D
4. Tecla do Windows + R

( ) Abre o Explorador de Arquivos

( ) Cria uma nova área de trabalho virtual
( ) Executa um comando
( ) Mostra a área de trabalho

Assinale a opção que mostra a relação correta, na ordem apresentada.

a. 1, 2, 4 e 3.
b. 2, 1, 4 e 3.
c. 4, 1, 3 e 2.
d. 3, 1, 2 e 4.
e. 2, 4, 1 e 3.

GABARITO

406. d
407. d
408. b
409. a
410. e
411. c
412. a
413. c
414. e
415. c
416. d
417. b
418. c
419. e
420. b
421. e
422. e
423. b
424. a
425. a
426. c
427. b
428. c
429. e
430. e
431. c
432. d
433. b
434. d
435. e
436. e
437. a
438. c
439. e
440. c
441. b
442. a
443. c
444. c
445. d
446. a
447. b
448. b
449. b
450. e
451. c
452. d
453. b
454. a

DIREITO ADMINISTRATIVO

455. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) O Prefeito do Município Alfa editou decreto no qual informava que o Poder Público utilizaria, por seis meses, os serviços e as instalações do único hospital privado da região. A decisão decorreu do fato de o nosocômio ter informado que cessaria o atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde, o que comprometeria o serviço de saúde no Município. À luz da sistemática legal, a situação narrada caracteriza:

a. requisição administrativa, que não exige autorização do Poder Judiciário e acarreta o dever de indenização posterior;
b. ocupação temporária, que exige prévia autorização do Poder Judiciário e não demanda indenização;
c. desapropriação, devendo ser antecedida de prévia e justa indenização;
d. servidão administrativa ao direito de propriedade, que exige autorização do Poder Judiciário e reembolso dos gastos;
e. ilegalidade, pois é típica situação de intervenção no domínio econômico, caracterizando desapropriação indireta.

456. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Município Sigma pretende realizar obras de restauração em uma praça e instalar brinquedos fixos de madeira para o lazer das crianças. A obra foi orçada em R$ 100.000,00 (cem mil reais), razão pela qual o ente federativo optou pela modalidade convite, remetendo o respectivo instrumento convocatório para três sociedades cadastradas junto ao registro pertinente e, para uma quarta, não cadastrada. Além disso, a carta-convite foi afixada em local apropriado para o conhecimento dos demais interessados. Na sessão de julgamento, compareceram apenas duas convidadas, certo que a sociedade Alfa apresentou a melhor proposta e preencheu os requisitos para a habilitação. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a. O Município Sigma não poderia ter se utilizado da modalidade convite para a situação descrita.
b. A licitação é inválida, pois o resumo do instrumento convocatório deveria ser publicado em jornal de circulação no Município Sigma.
c. Se o Município Sigma não justificar a presença de apenas duas licitantes, diante da existência de limitações de mercado ou pelo desinteresse dos convidados, deverá repetir o convite.
d. Não é cabível realizar o convite de sociedades que não estejam cadastradas no registro pertinente.

457. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Determinado Município fez publicar decreto de desapropriação por utilidade pública de determinada área, com o objetivo de construir um hospital, o que incluiu o imóvel de Ana. A proprietária aceitou o valor oferecido pelo ente federativo, de modo que a desapropriação se consumou na via administrativa. Após o início das obras, foi constatada a necessidade, de maior urgência, da instalação de uma creche na mesma localidade, de modo que o Município alterou a destinação a ser conferida à edificação que estava sendo erigida. Ana se arrependeu do acordo firmado com o poder público. Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) de Ana, assinale a afirmativa correta.

a. Ana deverá ajuizar ação de retrocessão do imóvel, considerando que o Município não possui competência para atuar na educação infantil, de modo que não poderia alterar a destinação do bem expropriado para esta finalidade.
b. Cabe a Ana buscar a anulação do acordo firmado com o Município, que deveria ter ajuizado a indispensável ação de desapropriação para consumar tal modalidade de intervenção do estado na propriedade.
c. O ordenamento jurídico não autoriza que Ana impugne a desapropriação amigável acordada com o Município, porque a nova destinação conferida ao imóvel atende ao interesse público, a caracterizar a chamada tredestinação lícita.
d. Ana deverá ajuizar ação indenizatória em face do ente federativo, com base na desapropriação indireta, considerando que o Município não pode conferir finalidade diversa da constante no decreto expropriatório.

458. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Virgílio é proprietário de um imóvel cuja fachada foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal, após o devido processo administrativo, diante de seu relevante valor histórico e cultural. O logradouro em que o imóvel está localizado foi assolado por fortes chuvas, que comprometeram a estrutura da edificação, a qual passou a apresentar riscos de desabamento. Em razão disso, Virgílio notificou o Poder Público e comprovou não ter condições financeiras para arcar com os custos da respectiva obra de recuperação. Certo de que a comunicação foi recebida pela autoridade competente, que atestou a efetiva necessidade da realização de obras emergenciais, Virgílio procurou você, como advogado(a), para, mediante orientação jurídica adequada, evitar a imposição de sanção pelo Poder Público.]Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a orientação correta.

a. Virgílio poderá demolir o imóvel.
b. A autoridade competente deve mandar executar a recuperação da fachada tombada, às expensas da União.
c. Somente Virgílio é obrigado a arcar com os custos de recuperação do imóvel.

d. As obras necessárias deverão ser realizadas por Virgílio, independentemente de autorização especial da autoridade competente.

459. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Antônio tomou posse como Prefeito do Município Beta e convidou o seu amigo João, empresário do ramo hoteleiro e pessoa de sua inteira confiança, para chefiar determinada repartição pública. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que João:

a. somente pode ser nomeado caso seja aprovado em concurso público;
b. somente pode ser nomeado para ocupar um cargo em comissão;
c. somente pode ser nomeado para exercer uma função de confiança;
d. pode ser nomeado para ocupar um cargo de provimento efetivo ou um cargo em comissão;
e. pode ser nomeado para ocupar um cargo em comissão ou exercer uma função de confiança.

460. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) A Administração Pública, com o objetivo de tutelar o patrimônio histórico nacional, impôs algumas restrições de ordem parcial ao uso do bem imóvel "A", sem qualquer indenização, impossibilitando o proprietário de alterar as suas características. Além disso, utilizou o bem imóvel "B", em caráter temporário, para atender a necessidade coletiva, decorrente de perigo público iminente, indenizando o proprietário, pelos danos causados, em momento posterior. À luz da sistemática vigente, o bem imóvel "A" foi objeto de:

a. registro, enquanto o "B" foi objeto de tombamento;
b. servidão, enquanto o "B" foi objeto de desapropriação;
c. inventário, enquanto o "B" foi objeto de vigilância;
d. desapropriação, enquanto o "B" foi objeto de servidão;
e. tombamento, enquanto o "B" foi objeto de requisição.

461. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) A Administração Pública contratou a sociedade empresária Alfa para a construção de um edifício em determinado terreno. Apesar disso, por desorganização interna, atrasou em 1 (um) ano a liberação do respectivo local, o que impediu o início das obras durante todo esse período. Considerando a sistemática vigente, o referido atraso configura:

a. fato do príncipe;
b. alteração unilateral;
c. fato da Administração;

d. álea econômica;
e. álea ordinária.

462. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) João, servidor público estadual, foi acusado, em um processo penal, da prática do crime de corrupção. Paralelamente, passou a responder, pela mesma conduta, a um processo administrativo, sob a alegação de que praticara uma infração disciplinar, e a um processo civil por ato de improbidade administrativa. Considerando a sistemática vigente, a simultânea instauração das três relações processuais a respeito do mesmo fato está:

a. correta, pois as instâncias de responsabilização são independentes entre si, influenciando-se nos termos da lei;
b. incorreta, pois a responsabilização administrativa somente pode ser perquirida após o exaurimento da penal e da cível;
c. incorreta, pois a responsabilização administrativa somente pode ser perquirida após o exaurimento da penal;
d. correta, pois as instâncias de responsabilização não têm correlação entre si;
e. incorreta, pois não é possível que João seja responsabilizado em três instâncias distintas pela prática da mesma conduta.

463. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) "Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) identificou 491 consórcios públicos em todo o Brasil. De acordo com o mapeamento inédito, do total de 5.568 municípios, mais de 4 mil participam de pelo menos um consórcio público, pessoa jurídica que executa a gestão de serviços públicos". A notícia, retirada do site da Agência Brasil, faz referência à personalidade jurídica conhecida por consórcio público, disciplinada pela Lei n. 11.107/05. Quanto ao consórcio público, é correto afirmar que:

a. é equivalente aos órgãos públicos, representando parte da Administração Direta de todos os entes participantes;
b. necessita do firmamento de convênios especiais entre os partícipes para o repasse de recursos públicos;
c. seus cargos podem ser preenchidos sem a necessidade de realização de concurso público, desde que respeite regulamento próprio;
d. poderá ser constituído tanto como pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado;
e. pode exonerar os funcionários sem motivação, desde que extinta a atividade geradora da formação do consórcio.

464. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Com o objetivo de retaliação política, o novo prefeito João, tão logo tomou posse, praticou ato administrativo determinando a remoção do servidor público efetivo municipal José, seu antigo desafeto, que não o apoiou na campanha eleitoral. Inconformado, José buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, ocasião em que lhe foi informado que era:

a. inviável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade ou reforma do ato de remoção, eis que está calcado na discricionariedade administrativa;
b. inviável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade ou reforma do ato de remoção, eis que goza do atributo da presunção de legalidade e legitimidade;
c. viável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade do ato de remoção, diante do abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento competência do ato;
d. viável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade do ato de remoção, diante do abuso de poder, na modalidade desvio de poder, por vício no elemento finalidade do ato;
e. viável o ajuizamento de ação judicial visando à revogação do ato de remoção, diante do abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento motivo do ato.

465. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Professores municipais ocupantes de cargo efetivo da rede pública de educação realizaram greve, pelo período de duas semanas, pleiteando aumento salarial. Após o retorno às atividades, o Município propôs aos grevistas a compensação, por acordo, dos dias de paralisação. Um grupo de professores grevistas procurou assistência jurídica na Defensoria Pública, indagando sobre a conveniência de aceitarem o acordo. Tendo em vista que a greve não foi provocada por conduta ilícita do Poder Público, o Defensor Público, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, orientou os professores a:

a. aceitarem o acordo de compensação, pois é cabível a compensação dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos por meio de acordo, sob pena de imediata demissão dos servidores grevistas;
b. aceitarem o acordo de compensação, pois a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo;
c. aceitarem o acordo de compensação, pois é cabível a compensação dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos por meio de acordo, haja vista que o direito de greve não se estende ao serviço público;

d. não aceitarem o acordo de compensação, pois a administração pública não pode proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, independentemente da greve não ter sido provocada por conduta ilícita do Poder Público;
e. não aceitarem o acordo de compensação, pois, apesar de a administração pública dever descontar os dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, não é permitida a compensação por meio de acordo.

GABARITO

455. a	**457.** c	**459.** b	**461.** c	**463.** d	**465.** b
456. c	**458.** b	**460.** e	**462.** a	**464.** d	

DIREITO CONSTITUCIONAL

466. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Pedro, membro do Ministério Público do Estado Alfa, decidiu se inscrever em concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo efetivo WW, afeto ao exercício do magistério em universidade federal. Considerando que Pedro também exercia o magistério em uma universidade estadual, é correto afirmar que ele:

a. poderá tomar posse no cargo efetivo WW, por expressa autorização constitucional;
b. só poderá tomar posse no cargo efetivo WW caso seja posto em disponibilidade no Ministério Público;
c. não poderá tomar posse no cargo efetivo WW, enquanto não for exonerado do outro cargo afeto ao magistério;
d. só poderá acumular o cargo efetivo WW caso os horários sejam compatíveis, observado o teto remuneratório;
e. poderá tomar posse no cargo efetivo WW, mas terá que optar pela remuneração de um dos cargos de magistério.

467. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) O Tribunal de Justiça do Estado Alfa julgou improcedente mandado de segurança de sua competência originária. A ordem postulada foi denegada em acórdão manifestamente contrário à Constituição da República de 1988. Considerando o exaurimento da referida instância e a dicotomia entre os recursos constitucionais de fundamentação livre e os de fundamentação vinculada, o referido acórdão somente pode ser impugnado por meio de recurso de fundamentação:

a. livre, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
b. livre, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
c. vinculada, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
d. vinculada, a ser julgado pelo próprio Tribunal de Justiça;
e. vinculada, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

468. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Agentes da área de segurança pública ingressaram na casa de João, sem autorização judicial, durante a madrugada e contra a sua expressa manifestação de vontade. No local, apreenderam um tablete com 1 kg (um quilograma) de cocaína. À luz dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela ordem constitucional e o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida apreensão foi:

a. ilícita, pois, apesar da apreensão das substâncias entorpecentes, foi realizada durante a madrugada;
b. lícita, pelo só fato de terem sido apreendidas substâncias entorpecentes no local;
c. ilícita, pois o ingresso no domicílio, contra a vontade do morador, deve ser realizado de dia e com mandado judicial;
d. lícita, desde que a entrada forçada tenha sido amparada em fundadas razões, justificadas em momento posterior;
e. ilícita, pois, apesar da apreensão das substâncias entorpecentes, foi realizada sem mandado judicial.

469. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) O Presidente da República delegou ao Ministro de Estado da Pasta WW a competência para editar decreto visando à extinção de cargos públicos, quando vagos. À luz da sistemática constitucional e da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o julgamento de mandados de segurança, é correto afirmar que a delegação foi:

a. irregular, considerando que a matéria era insuscetível de delegação, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ;
b. regular, considerando que a matéria era suscetível de delegação, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ;
c. irregular, considerando que a delegação não foi ratificada pelo Legislativo, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STF;
d. regular, considerando que a extinção de cargos vagos já é de competência dos Ministros, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STF;
e. irregular, considerando que os cargos vagos, criados por lei, devem ser extintos por lei, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ.

470. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) O Tribunal de Contas do Estado Alfa, ao analisar o ato de concessão inicial de aposentadoria do servidor público João, o que ocorreu no ano seguinte à sua prática, entendeu que o tempo de serviço exigido pela ordem jurídica não fora corretamente integralizado. Com isso, sem a prévia oitiva de João, decidiu que o benefício foi irregularmente concedido, comunicando a sua decisão, logo em seguida, ao órgão competente. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

a. a análise do tempo de serviço é ato vinculado, logo, o Tribunal de Contas não poderia revê-lo;

b. o Tribunal de Contas atuou no estrito exercício de suas competências, não sendo necessária a prévia oitiva de João;
c. ao não assegurar o contraditório e a ampla defesa a João, o Tribunal de Contas proferiu decisão nula;
d. uma vez concedido o benefício previdenciário, a sua desconstituição exige decisão judicial;
e. o Tribunal de Contas extrapolou suas competências, pois somente poderia analisar o valor do benefício.

471. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) O Estado Alfa, com o objetivo de desburocratizar a atuação dos órgãos estaduais e fomentar a atividade econômica, editou a Lei n. XX/2019, que simplificou, em seu art. 1º, os requisitos a serem cumpridos, na confecção do respectivo contrato social, pelas sociedades empresárias com sede no Estado. Em seu art. 2º, dispensou-as, inclusive, do registro, caso a sua estrutura fosse unifamiliar e o seu funcionamento ocorresse no domicílio da família.À luz da divisão constitucional de competências, a Lei n. XX/2019 é:
a. integralmente constitucional, pois o Estado Alfa possui competência concorrente com a União para legislar sobre as referidas matérias;
b. parcialmente constitucional, pois o art. 2º incursiona em matéria de competência privativa da União, que é indelegável;
c. integralmente inconstitucional, pois o Estado Alfa legislou sobre matérias de competência legislativa da União e dos Municípios;
d. parcialmente constitucional, pois o art. 1º incursiona em matéria de competência privativa do Município, o que afronta a sua autonomia;
e. integralmente inconstitucional, pois o Estado Alfa legislou sobre matérias de competência da União, ressalvada a anterior edição de lei complementar autorizativa.

472. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com o texto constitucional, em matéria de controle da Administração Pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é exercida:
a. pelo Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Executivo;
b. pelo Tribunal de Contas Estadual, órgão auxiliar do Poder Executivo, mediante controle externo e pelo seu sistema próprio de controle interno;
c. pelo Poder Legislativo, com o auxílio da Controladoria-Geral do Estado, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Executivo;

d. pelo Conselho Nacional do Ministério Público, mediante controle externo, não incidindo outros controles externos em nível estadual diante de sua autonomia administrativa;
e. pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual, mediante controle externo e pelo seu sistema próprio de controle interno.

473. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) João, servidor público estadual estável ocupante de cargo efetivo, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Quatro anos depois, sua demissão foi invalidada por sentença judicial transitada em julgado. De acordo com a Constituição da República de 1988, João será reintegrado e José, servidor estadual estável que estava ocupando a vaga de João no momento de sua reintegração, será:
a. colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
b. exonerado, em razão de extinção superveniente do cargo público então provido pelo servidor, com direito a indenização;
c. reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
d. readaptado em outro cargo similar, com redução ou cometimento de encargos diversos daqueles que o funcionário estava exercendo;
e. aproveitado em cargo de natureza e vencimento hierarquicamente superiores ao anteriormente ocupado, com direito a indenização.

474. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) João, renomado jornalista, recebeu de determinada fonte vídeo contendo imagens e áudio em que José, Prefeito Municipal, aparece recebendo propina para favorecer determinada sociedade empresária em certa licitação. Inconformado, José ingressa com medida judicial pleiteando a proibição de veiculação do vídeo pelo jornalista e a obrigação de fazer para ele indicar o nome da pessoa que lhe entregou o vídeo. De acordo com o texto constitucional, o pleito de José
a. merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado causar repercussão negativa na esfera jurídica de terceiro;
b. merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado envolver agente público no exercício da função;
c. não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, sendo tal sigilo o instrumento de concretização da própria liberdade de informação;

d. não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e garantido o sigilo da fonte, sendo certo que a prova obtida ilicitamente pode servir de fundamento exclusivo para condenação criminal quando se tratar de defesa do patrimônio público;
e. merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação mediante a obtenção de provas por meios legais previstos no ordenamento jurídico, sendo vedado o sigilo da fonte e o anonimato por violação frontal ao devido processo legal.

475. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) Determinado Estado da Federação editou lei ordinária estadual dispondo sobre desapropriação, inclusive estabelecendo normas gerais e abstratas sobre nova modalidade de desapropriação e seu respectivo procedimento. Instado a se manifestar sobre a matéria, o Procurador-Geral de Justiça deve apontar a:

a. constitucionalidade da lei, pois compete concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal legislar sobre desapropriação;
b. constitucionalidade da lei, pois compete concorrentemente a Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre desapropriação;
c. inconstitucionalidade da lei, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre desapropriação, diante de evidente interesse local;
d. inconstitucionalidade da lei, pois compete privativamente à União legislar sobre desapropriação;
e. constitucionalidade da lei, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre desapropriação.

476. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação instaurou, por prazo certo, uma comissão parlamentar de inquéritos, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apurar fato determinado, consistente em eventual esquema de mensalão envolvendo os Secretários de Estado de Fazenda e de Administração. Instado a promover o controle de legalidade do ato do parlamento, em relação à instauração e aos trabalhos a serem desenvolvidos pela CPI, o Ministério Público Estadual deverá consignar a:

a. legalidade formal da instauração da comissão, que, durante seus trabalhos, terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, como a quebra dos sigilos fiscal e bancário, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa Legislativa;
b. ilegalidade formal da instauração da comissão, eis que o requerimento de sua instauração deveria ter sido subscrito pela maioria absoluta dos deputados, por expressa exigência constitucional;

c. ilegalidade formal da instauração da comissão, eis que os investigados deveriam pertencer ao próprio Poder Legislativo, sendo certo que os agentes políticos do Poder Executivo devem ser investigados exclusivamente pelo Ministério Público;
d. legalidade formal da instauração da comissão, que, durante seus trabalhos, terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, como proceder à oitiva de testemunhas e determinar a busca e apreensão domiciliar e a interceptação telefônica;
e. legalidade formal da instauração da comissão, cujas conclusões deverão ser encaminhadas à Procuradoria-Geral do Estado, para que promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

477. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) Tribunal de Contas de um Estado da Federação, ao analisar a legalidade de determinado convênio em nível estadual, concluiu que o Governador do Estado foi responsável por fraude milionária. Assim sendo, o TCE encaminhou cópias de seu processo administrativo, em forma de peças de informação, ao Ministério Público. Em relação a eventual crime comum praticado pelo Governador do Estado em exercício, no caso em tela, a atribuição para oferecer denúncia é do:
a. Procurador-Geral de Justiça, que deverá fazê-lo perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça local;
b. Procurador de Justiça com atribuição criminal, que deverá fazê-lo perante a Secção Criminal do Tribunal de Justiça local;
c. Procurador-Geral da República, que deverá fazê-lo perante o Superior Tribunal de Justiça;
d. Procurador-Geral de Justiça, que deverá fazê-lo perante o Supremo Tribunal Federal;
e. Promotor Criminal, que deverá fazê-lo perante o Juízo Criminal de primeiro grau de jurisdição.

478. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição da República de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:
a. zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, vedada a expedição de atos regulamentares, em respeito ao Poder Legislativo, e de recomendações, em razão da autonomia do Ministério Público da União e dos Estados
b. apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados,

podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

c. receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, vedada a avocação de processos disciplinares em curso;

d. elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no país, bem como elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público da União e dos Estados, dentro dos limites estabelecidos na respectiva lei de diretrizes orçamentárias;

e. rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de cinco anos e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de contribuição e aplicar outras sanções administrativas.

479. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) Para que possam atuar com verdadeira independência funcional, a Constituição da República de 1988 dispôs que leis complementares da União e dos Estados estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros, garantias como:

a. estabilidade, após 3 (três) anos de efetivo exercício, só perdendo o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;

b. estabilidade, após 3 (três) anos de efetivo exercício, só perdendo o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa;

c. inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Procurador-Geral, assegurada a ampla defesa;

d. inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Corregedor-Geral, assegurada a ampla defesa;

e. vitaliciedade, após 2 (dois) anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

480. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição da República de 1988, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, sendo exemplo de sua função institucional promover:

a. a ação penal privada e a ação de inconstitucionalidade, na forma da lei;
b. a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na referida Constituição;
c. a representação da União e dos Estados, para fins de consultoria e assessoramento jurídico do Executivo;
d. a orientação jurídica, de forma integral e gratuita, aos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos financeiros;
e. o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de quaisquer direitos e interesses individuais de índole constitucional.

481. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) João se aposentou há dois anos no cargo de Analista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Em 2019, desejando ocupar outro cargo público, João foi aprovado em novo concurso público para o cargo efetivo de Oficial do MP na mesma instituição e deseja a percepção simultânea dos proventos de aposentadoria do cargo de Analista do MP com a remuneração do novo cargo de Oficial do MP. De acordo com o texto constitucional, João:

a. poderá perceber simultaneamente ambas as remunerações pretendidas, pois já se aposentou no cargo de Analista e atualmente não exerce outra função pública;
b. poderá perceber simultaneamente ambas as remunerações pretendidas, mas deverá ser observado o teto constitucional para remuneração dos servidores públicos;
c. poderá perceber simultaneamente ambas as remunerações pretendidas, mas deverá observar o limite de 80% (oitenta por cento) da remuneração do novo cargo;
d. não poderá receber qualquer percepção simultânea remuneratória do setor público após sua aposentadoria, por expressa vedação legal;
e. não poderá receber a percepção simultânea remuneratória pretendida, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão.

482. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Em matéria de competência não legislativa (administrativa ou material) dos Municípios, o texto constitucional dispõe que lhes compete:

a. promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
b. exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, com a prévia aprovação do Ministério Público;

c. explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei que disporá sobre a organização dos serviços;
d. organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, com interlocução constante com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público;
e. autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico nos limites circunscricionais de seu território e com prévia autorização do Ministério Público.

483. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) O Prefeito Municipal João realizou inauguração de praça pública recém reformada, discursando para a população sobre os benefícios que os novos equipamentos de ginástica podem trazer no âmbito da saúde, bem-estar e lazer dos cidadãos. De acordo com o texto constitucional, diante dos elementos informados, a conduta de João é:
a. lícita, eis que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social;
b. lícita, eis que na publicidade dos atos dos órgãos públicos podem constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal das autoridades públicas responsáveis;
c. ilícita, eis que houve flagrante abuso de poder político, com tentativa de obter vantagem eleitoral, subvertendo o princípio da supremacia do interesse público;
d. ilícita, eis que é vedada a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, a fim de preservar o princípio da impessoalidade;
e. ilícita, eis que houve promoção pessoal, com violação frontal aos princípios da impessoalidade e moralidade, pois a reforma da praça é simples ato de ofício.

484. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) O Ministério Público de determinado Estado da Federação deflagrou ação penal pública incondicionada, mediante o oferecimento de denúncia contra o Prefeito Municipal da Capital do Estado. O MP imputou ao Prefeito em exercício a prática de crime comum, por ter fraudado licitação municipal para beneficiar determinada sociedade empresária, cujo sócio-administrador é seu irmão. Nesse caso, o órgão do Poder Judiciário competente para originariamente processar e julgar o feito é:
a. a Vara Criminal da Capital;
b. o Tribunal de Justiça;
c. o Superior Tribunal de Justiça;
d. o Supremo Tribunal Federal;
e. a Vara de Fazenda Pública da Capital.

485. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Diante do crescimento da demanda de atuação funcional, determinado Ministério Público Estadual, após estudos estratégicos, entendeu que seria necessária a criação de novos cargos efetivos de Oficiais do MP em seu quadro de serviços auxiliares. Nesse contexto, de acordo com o texto da Constituição da República de 1988, ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observados os limites legais com a despesa de pessoal:

a. criar diretamente, por ato do Procurador-Geral, os novos cargos efetivos de Oficiais do MP;
b. criar diretamente, por ato do Órgão Especial do Colégio dos Procuradores, os novos cargos efetivos de Oficiais do MP;
c. criar diretamente, por ato do Conselho Superior do Ministério Público, os novos cargos efetivos de Oficiais do MP;
d. propor ao Poder Legislativo a criação dos novos cargos efetivos de Oficiais do MP;
e. propor ao Poder Executivo a criação dos novos cargos efetivos de Oficiais do MP.

486. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) De acordo com a Constituição da República de 1988, o Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe diversas atribuições, como:

a. rever, mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de 5 (cinco) anos;
b. declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou federal contrário à Constituição Federal que importe violação à garantia dos membros do Ministério Público;
c. receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;
d. promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União, dos Estados e dos Municípios;
e. exercer a representação judicial e extrajudicial, bem como a consultoria jurídica de entidades públicas e associações do Ministério Público da União e dos Estados.

487. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Anastácio, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, a condição de eleitor de Anastácio e*ra imprescind*ível para que ele pude*sse ajuizar*

a. mandado de segurança.

b. mandado de injunção.
c. habeas corpus.
d. ação popular.
e. habeas data.

488. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Ernesto, servidor público federal, requereu e teve deferida sua aposentadoria por tempo de contribuição. Em razão de falhas burocráticas, o Tribunal de Contas da União somente apreciou o caso, para fins de registro, seis anos após a aposentadoria de Ernesto. Por visualizar a existência de equívocos no processo administrativo, já que não teria sido comprovado o tempo de contribuição exigido pela legislação de regência, o Tribunal, sem ouvir Ernesto, negou-se a promover o registro e determinou o retorno dos autos ao órgão de origem, de modo que o referido agente deveria retornar ao serviço público ativo. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o procedimento adotado pelo Tribunal está

a. certo, pois a concessão da aposentadoria é ato complexo, que somente se aperfeiçoa após o registro perante o Tribunal de Contas.
b. errado, pois o registro do ato de concessão da aposentadoria tem natureza meramente declaratória, de modo que o Tribunal de Contas não pode negar-se a fazê-lo.
c. errado, pois o exame do ato de aposentadoria, pelo Tribunal de Contas, seis anos após a sua concessão, exigiria a observância do contraditório e da ampla defesa.
d. errado, pois o decurso de seis anos, desde o ato de aposentadoria, obsta que o Tribunal de Contas profira decisão desfavorável ao beneficiário, salvo comprovada máfé.
e. errado, pois a decisão final a respeito do registro da aposentadoria é de competência do próprio órgão que a concedeu.

489. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) O Prefeito do Município Alfa deseja realizar operação de crédito para fazer face (I) às despesas de investimentos; (II) às inversões financeiras; (III) às transferências de capital; e (IV) às subvenções econômicas. Considere que o chefe do Poder Executivo não conta com o apoio da maioria dos vereadores, o que inviabiliza a abertura de créditos suplementares ou especiais. A receita resultante da referida operação de crédito pode ser direcionada para a despesa referida em

a. I, apenas.
b. I, II e III, apenas.
c. IV, apenas.
d. II e IV, apenas.
e. III, apenas.

490. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) A sociedade empresária Alfa, após ampliar seu parque industrial e aumentar drasticamente sua produção, resolveu oferecer seus produtos pela metade do custo oferecido pelos outros produtores existentes, o que somente foi possível, apesar dos prejuízos, em razão das elevadas reservas de capital que amealhara nos últimos anos. Dois anos após a implementação dessa política, os demais produtores estavam falidos, o que consolidou o domínio da sociedade empresária Alfa no mercado interno.À luz das normas a respeito dessa temática previstas na Constituição de 1988, cuja eficácia será integrada pela legislação infraconstitucional, deve-se afirmar que o proceder da referida sociedade empresária foi

a. correto, pois, nos sistemas de livre iniciativa, cada sociedade empresária pode adotar os meios ao seu alcance para dominar o mercado.
b. incorreto, pois devem ser reprimidas pela legislação as práticas que visem à dominação de mercados e à eliminação da concorrência.
c. correto, pois, no sistema capitalista, compete ao próprio mercado autorregular-se, o que é secundado pelo poder de escolha do consumidor.
d. incorreto, pois a redução de preços deveria ser previamente informada aos concorrentes, de modo que pudessem ajustarse à nova realidade do mercado.
e. correto, pois a preferibilidade da livre concorrência não pode privar o consumidor dos benefícios obtidos com a aquisição de produtos por preços mais baixos.

491. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) O Governador do Estado Alfa expediu decreto, no qual dispensava determinados estabelecimentos industriais de cumprirem as rígidas regras ambientais estatuídas pela Lei federal n. 123 e determinava que os seus comandos não deveriam ser observados pela fiscalização promovida pelos órgãos estaduais. Considerando a recusa na execução de lei federal e a necessidade de decretação de intervenção da União no Estado Alfa, de modo a suspender a execução do decreto estadual, é correto afirmar que tal será possível com

a. o provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal e a edição de decreto de intervenção pelo Presidente da República, a ser apreciado pelo Congresso Nacional.
b. o provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal e a edição de decreto de intervenção pelo Presidente da República, dispensada a aprovação do Congresso Nacional.
c. a edição imediata de decreto de intervenção pelo Presidente da República, a ser apreciado, incontinenti, pelo Congresso Nacional.
d. a edição imediata de decreto de intervenção pelo Presidente da República, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional.

e. a aprovação da intervenção pelo Congresso Nacional e a posterior edição de decreto de intervenção pelo Presidente da República.

492. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Os fatos geradores dos impostos têm suas normas gerais reguladas por

a. Lei Ordinária.
b. Emenda Constitucional.
c. Lei Complementar.
d. Decreto Legislativo.
e. Dispositivo Constitucional.

493. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) A prefeitura do Município Alfa realizou recapeamento asfáltico na rua em que João mora, considerando que a pista estava muito esburacada porque tinha sido asfaltada há longo tempo passado. Em seguida, enviou a João, proprietário do imóvel de número 20, e aos demais proprietários, boleto cobrando contribuição de melhoria. Considerando que a obra teria custado R$ 20.000,00, coube a cada contribuinte (são 40) o valor de R$ 500,00. Neste caso, a cobrança é

a. constitucional, porque basta ao Município provar que realizou a obra e seu custo, partilhando-o com os beneficiários.
b. ilegal, considerando que o recapeamento não é obra, porém serviço, para o qual deveria haver cobrança de tarifa.
c. inconstitucional e ilegal, visto que para a cobrança do tributo é necessário provar o benefício ao contribuinte.
d. anulável, por vício de consentimento prévio por parte dos moradores da rua.
e. nula, por ter transformado a taxa de pavimentação em contribuição de melhoria.

494. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) A fase de avaliação e controle é realizada pelos órgãos internos e externos que apreciam e julgam se a aplicação dos recursos públicos ocorreu nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual. O controle externo é exercido pelo (a)

a. Poder Legislativo.
b. Poder Executivo.
c. Poder Judiciário.
d. Auditoria Independente.
e. Conselho Federal de Contabilidade.

495. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Amed possui um pequeno quiosque na praia do Porto da Barra, em Salvador, onde vende quibes, esfirras e mate, garantindo o sustento de sua esposa e seus nove filhos. Durante uma fiscalização da vigilância sanitária, o fiscal verificou que uma das luvas descartáveis, utilizadas por Amed para o manuseio dos alimentos, estava com um pequeno furo. Em razão disso, o fiscal decidiu pela interdição permanente do estabelecimento, sob a alegação de grave risco à saúde dos clientes. Em relação à situação apresentada, assinale a opção que indica o princípio constitucional violado pelo fiscal.

a. O da razoabilidade, ao aplicar uma penalidade sem proporcionalidade condizente com a situação.
b. O da legalidade, ao instituir sanção sem o devido processo legal.
c. O da eficiência, tendo em vista o dano causado à economia local.
d. O da impessoalidade, dado o fato de que ele puniu o comerciante baseando-se na sua incapacidade contributiva.
e. O da segurança jurídica, afrontando o preceito de que ninguém será punido sem prévia cominação legal.

496. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) O Art. 7º, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal de Salvador estabelece que compete ao Município dispor sobre o uso de logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano. Assim sendo, o Prefeito Municipal editou o Decreto n. 27.862/16, aprovando o regulamento do Serviço de Transporte de Escolares (SETES). O decreto publicado pelo Chefe do Executivo local, do ponto de vista formal,

a. viola o princípio da separação dos Poderes, por conter normas gerais e abstratas, que deveriam ser editadas pelo Poder Legislativo.
b. viola o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, eis que, por conter normas gerais e abstratas, deveria ser previamente ratificado Poder Judiciário.
c. não viola qualquer princípio constitucional, porque decorre do poder hierárquico, que o autoriza a editar atos legislativos em substituição à Câmara Municipal.
d. não viola o princípio da separação dos Poderes, porque decorre do poder regulamentar, que o autoriza a editar atos gerais e abstratos para complementar a lei e permitir a sua efetiva aplicação.
e. não viola o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, porque decorre do poder disciplinar, que o autoriza a editar atos concretos e específicos para disciplinar a vida em sociedade.

497. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Segundo o Art. 144, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, a segurança viária, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compete

a. ao governo federal, pelo seu Departamento Nacional de Trânsito.
b. aos agentes de segurança privados contratados pelas concessionárias das vias públicas.
c. às guardas estadual e municipal, regulamentadas na forma da lei.
d. à polícia estadual, municipal ou do Distrito Federal, conforme o caso.
e. aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito.

498. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Leia o fragmento a seguir. "A doutrina de Direito Administrativo ensina que a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, perseguições, simpatias ou animosidades políticas ou ideológicas". Assinale a opção que indica o princípio da Administração Pública, expresso na Constituição da República, do qual decorre diretamente o fragmento acima.

a. Competitividade, segundo o qual todas as pessoas devem ter as mesmas possibilidades de ingressarem no serviço público, mediante concurso público, independentemente da idade.
b. Publicidade, segundo o qual todos os atos administrativos precisam ser publicados em até quinze dias, para que todos os administrados tenham ciência.
c. Impessoalidade, que se traduz na ideia de que a atuação do agente público visa ao interesse da coletividade, e não a beneficiar ou prejudicar alguém em especial.
d. Continuidade do serviço público, que se traduz na ideia de que os atos administrativos não podem ser interrompidos quando houver mudança na gestão do órgão público.
e. Seletividade, segundo o qual o poder público deve escolher, discricionariamente, as sociedades empresárias e as pessoas mais qualificadas para serem contratadas.

499. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Ednaldo, servidor público, após preencher todos os requisitos exigidos para a aposentadoria por tempo de serviço, requereu o deferimento do benefício junto ao órgão competente, instruindo o requerimento com todos os documentos exigidos pela legislação de regência. O requerimento, no entanto, foi indeferido de modo ilegal e arbitrário. No dia em que tomou conhecimento do indeferimento, Ednaldo solicitou que seu advogado ingressasse com a ação constitucional cabível, de modo que pudesse obter o benefício. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida ação é o

a. Mandado de Segura*nça.*
b. *Manda*do de *Injunção.*

c. Direito de Petição.
d. Habeas Corpus.
e. Habeas Data.

500. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Enquanto Pedro estava praticando um crime de furto em um carro localizado na rua, Antônio, que morava na casa da frente, contatou o seu advogado e perguntou quem poderia prendê-lo. À luz da sistemática afeta aos direitos e garantias constitucionais, o advogado respondeu corretamente que, naquele instante, Pedro
a. apenas poderia ser preso por ordem do Delegado de Polícia.
b. apenas poderia ser preso pelo proprietário do veículo.
c. apenas poderia ser preso se houvesse ordem judicial.
d. poderia ser preso por qualquer do povo.
e. apenas poderia ser preso pela polícia.

501. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Maria, prefeita municipal recém-empossada, solicitou que sua assessoria jurídica esclarecesse quais seriam as providências necessárias para a aquisição de certos bens que seriam utilizados pelas repartições públicas municipais. Sobre o caso apresentado, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.
a. A contratação jamais deveria ser antecedida de licitação.
b. A contratação sempre deveria ser antecedida de licitação.
c. A contratação deveria ser antecedida de licitação, ressalvada autorização do Governador do Estado.
d. A contratação, ressalvados os casos previstos na legislação, deveria ser antecedida de licitação.
e. A contratação poderia ser antecedida de licitação se, na avaliação de Maria, fosse mais vantajoso.

502. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) João, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro de radiação, desejava realizar um novo concurso público, de modo a vir a ocupar dois cargos de provimento efetivo, caso houvesse compatibilidade de horários. À luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.
a. João não pode ocupar outro cargo de provimento efetivo.
b. João somente pode vir a ocupar um cargo de professor.
c. João somente pode vir a ocupar um cargo técnico.
d. João pode vir a ocupar um cargo de professor ou de técnico.
e. João pode vir a ocupar um cargo na área de saúde.

503. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) O Prefeito do Município Beta foi comunicado da subtração de diversos computadores instalados em uma repartição do Município, o que o levou a requisitar a instauração de uma investigação penal pela Guarda Municipal, com o objetivo de identificar os criminosos. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Guarda Municipal

a. somente está autorizada a investigar crimes praticados contra bens, serviços e instalações do Município, a exemplo daquele referido pelo Prefeito.
b. não está autorizada a investigar nenhuma espécie de crime, incluindo aquele informado pelo Prefeito.
c. somente está autorizada a investigar o crime referido pelo Prefeito caso seja autorizada pelo Governador do Estado.
d. está autorizada a realizar a investigação de qualquer crime, incluindo aquele informado pelo Prefeito.
e. somente está autorizada a investigar o crime referido pelo Prefeito caso seja autorizada pela Polícia Judiciária.

504. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) João, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado agente público estava lesando o patrimônio público, o que ocorria com o desvio de vultosos recursos para sua conta particular. Com o objetivo de responsabilizar o agente público, de modo que ele fosse obrigado a devolver os valores desviados, João, por inter*médio de se*u advogado, poderia ajuizar

a. Mandado de Injunção.
b. Habeas Data.
c. Mandado de Segurança.
d. Ação Popular.
e. Reclamação.

505. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) Maria soube da promulgação da Lei n. 123 e ficou preocupada com a possibilidade de que pudesse ser afetada a propriedade de determinado veículo automotor já incorporado à sua esfera jurídica em momento anterior. Seu advogado tranquilizou-a, informando que o seu direito estava protegido pela "coisa julgada", o que significa dizer que

a. houve uma decisão judicial em benefício de Maria, da qual não cabia mais recurso.
b. o direito de Maria estava materializado em uma "coisa", que foi objeto de julgamento.
c. a Lei n. 123 não seria aplicada a "coisas", somente a pessoas.
d. houve um julgamento que afastou as "coisas" do alcance da Lei n. 123.

e. a Lei n. 123 somente poderia modificar a decisão judicial que beneficiou Maria caso o previsse expressamente.

506. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO) A Antônio, servidor público municipal, foi informado que o Município era responsável pelo atendimento de diversos direitos relacionados à seguridade social.Ao questionar seu superior hierárquico sobre que direitos seriam estes, foi-lhe informado corretamente que, à luz da Constituição da República, eles abrangeriam

a. educação, previdência e assistência social.
b. saúde, segurança pública e seguros.
c. previdência, saúde e assistência social.
d. assistência social, seguros e educação.
e. segurança pública, previdência e saúde.

507. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - ARQUITETURA) A República Federativa do Brasil celebrou tratado internacional sobre Direitos Humanos. A respeito da incorporação desse tratado à ordem jurídica interna, é correto afirmar, considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República, que ele equivalerá

a. sempre à lei ordinária.
b. sempre à lei complementar.
c. sempre à emenda constitucional.
d. a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.
e. a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por dois terços dos votos dos membros.

508. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - ARQUITETURA) Antônio, pessoa do povo, percebeu que uma criança de aproximadamente 4 anos estava sendo duramente espancada por um adulto, no interior de uma casa, durante a noite. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que Antônio

a. deve chamar um policial, que deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
b. pode ingressar na casa, contra a vontade do morador, e prendê-lo.
c. deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
d. pode solicitar a interrupção da agressão, mas não ingressar na casa contra a vontade do morador.

e. somente poderia ingressar na casa contra a vontade do morador, para interromper a agressão, caso ainda fosse dia.

509. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Sensível à crise financeira e com o objetivo de promover a austeridade na gestão pública, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa promulgou emenda à Constituição Estadual fixando o número máximo de secretarias passíveis de serem criadas em cada Município. Para tanto, estabeleceu uma correlação entre o montante arrecadado com tributos e transferências obrigatórias e a densidade demográfica. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, a referida emenda é

a. inconstitucional, pois a matéria somente poderia ser disciplinada em lei complementar federal.
b. constitucional, desde que a emenda fosse ratificada por lei federal.
c. inconstitucional, pois a disciplina da matéria pela Constituição Estadual é incompatível com a autonomia municipal.
d. constitucional, já que as Constituições Estaduais devem estabelecer os princípios que regerão os Municípios.
e. inconstitucional, já que a matéria deveria ser disciplinada em decreto do Poder Executivo estadual.

510. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) João, professor de Direito Constitucional, explicou aos seus alunos que a norma constitucional não apresenta uma relação de sobreposição com o texto da Constituição formal. Em verdade, resulta de um processo intelectivo conduzido pelo intérprete, que, sensível às peculiaridades do caso concreto e aos balizamentos do texto, promove a interação deste último com a realidade. Considerando os métodos de interpretação constitucional, a explicação de João pode ser concebida como expressão do

a. realismo jurídico.
b. método clássico.
c. método tópico-problemático.
d. método concretizador.
e. método realístico-formal.

511. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) João, estrangeiro residente no território brasileiro, por entender que a ausência de norma regulamentadora de comando constitucional, que deveria ter sido editada pelo Congresso Nacional, impedia que fruísse certo direito social, resolveu impetrar Mandado de Injunção perante o Supremo Tribunal Federal. Como pedido, seu advogado requereu

fosse deferida a injunção para estabelecer, de imediato, as condições em que se daria o exercício do referido direito, ressaltando a importância da decisão a ser proferida, já que o Tribunal, até então, jamais fora instado a apreciar a respectiva tese. À luz da sistemática estabelecida pela ordem jurídica, a narrativa acima

a. não apresenta qualquer irregularidade.
b. apresenta uma única irregularidade, presente no pedido formulado.
c. apresenta uma única irregularidade, pois João não tem legitimidade para impetrar o Mandado de Injunção
d. apresenta uma única irregularidade, pois um direito social não pode ser tutelado via Mandado de Injunção.
e. apresenta três irregularidades: João não tem legitimidade, um direito social não pode ser tutelado via Mandado de Injunção e o pedido está incorreto.

512. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) O Prefeito do Município X, com o objetivo de realizar uma concessão para a exploração de determinado serviço público de caráter específico e divisível, até então oferecido diretamente, solicitou que sua Assessoria se manifestasse sobre a necessidade de ser realizada licitação e sobre a possibilidade de cobrança do usuário. À luz da sistemática constitucional, a Assessoria respondeu, corretamente, que a realização de licitação era

a. obrigatória, mas o custo do serviço deveria ser integralmente arcado pelo concedente.
b. facultativa e deveria ser realizada a cobrança do usuário.
c. obrigatória e o custo deveria ser suportado, exclusivamente, pelo concedente e pelo concessionário.
d. facultativa e o custo do serviço deveria ser integralmente suportado pelo concedente.
e. obrigatória e deveria ser realizada a cobrança do usuário.

513. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Após a apresentação do projeto de lei orçamentária pelo Prefeito do Município Beta, o vereador Antônio consultou sua assessoria sobre a possibilidade de apresentar emenda, que se mostrava compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. O objetivo era aumentar as dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de certa política pública igualmente amparada pelo projeto, mas que fora contemplada com poucos recursos. À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que, observadas as restrições constitucionais, era possível a apresentação de emenda,

a. desde que os recursos necessários adviessem da diminuição daqueles direcionados ao serviço da dívida.
b. cabendo ao Executivo realocar os recursos disponíveis visando ao seu atendimento

c. cabendo à Câmara Municipal realocar livremente os recursos disponíveis visando ao seu atendimento.
d. desde que os recursos necessários adviessem especificamente de anulação de dotações de pessoal.
e. desde que os recursos necessários adviessem de anulação de despesa.

514. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) As contas do Prefeito do Município Alfa foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado, pois foi detectada a não aplicação do percentual mínimo da receita em saúde e educação. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa manifestação do Tribunal de Contas
a. é definitiva, importando em rejeição das contas apresentadas.
b. será apreciada pela Assembleia Legislativa, que pode acolhêla, ou não, por maioria simples.
c. será apreciada pela Câmara Municipal, que pode acolhê-la, ou não, por maioria simples.
d. será apreciada pela Câmara Municipal, que só pode deixar de acolhê-la pelo voto de dois terços de seus membros.
e. deve ser considerada inexistente, já que a autonomia municipal impede a ingerência do Tribunal nessa temática.

515. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas da entidade.
a. Unidade.
b. Universalidade.
c. Totalidade.
d. Especificação.
e. Exatidão.

516. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) As opções a seguir apresentam vedações orçamentárias previstas no Artigo 167 da Constituição da República, à exceção de uma. Assinale-a.
a. Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
b. Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
c. Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
d. Utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, independente de autorização legislativa específica.

e. Transferência voluntária de recursos e concessão de empréstimos, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados.

517. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista. Em relação ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

a. inexiste a tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.
b. a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando em uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.
c. a administração pública é interpretada de forma subjetiva, considerando-se apenas os órgãos administrativos, em detrimento das ações efetivamente governamentais.
d. o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.
e. a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

518. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) João, servidor público, preencheu todos os requisitos exigidos para o recebimento de determinado benefício pecuniário, mas decidiu que iria requerê-lo somente na semana seguinte. Ocorre que, no dia anterior àquele em que apresentaria o seu requerimento, foi editada a Lei n. XX, que extinguiu o benefício. À luz da sistemática constitucional, a edição da Lei n. XX:

a. impede que João receba o benefício;
b. não impede que João receba o benefício, pois a lei não pode prejudicar a coisa julgada;
c. não impede que João receba o benefício, pois a lei não pode prejudicar o direito adquirido;
d. não impede que João receba o benefício, pois a lei não pode prejudicar o ato jurídico perfeito;
e. somente impedirá que João receba o benefício caso não o requeira no dia imediato à promulgação da lei.

519. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Maria, recém-empossada Ministra de Estado, foi informada por um assessor próximo que lhe competiria (1) expedir instruções para a execução das leis, (2) exercer a coordenação dos órgãos e entidades da Administração Indireta e (3) nomear os membros do Conselho da República. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às competências acima descritas, que:

a. todas devem ser exercidas pelo Ministro de Estado;
b. apenas a referida em (1) não deve ser exercida pelo Ministro de Estado, pois é privativa do Presidente da República;
c. apenas a referida em (2) não deve ser exercida pelo Ministro de Estado, pois é privativa do Presidente da República;
d. apenas a referida em (3) não deve ser exercida pelo Ministro de Estado, pois é privativa do Presidente da República;
e. nenhuma delas deve ser exercida pelo Ministro de Estado, pois são privativas do Presidente da República.

520. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Após tomar conhecimento da prática de determinada conduta, de grande lesividade social, mas que não era considerada crime pela legislação penal, os órgãos competentes da União aprovaram a Lei n. XX/2019, dispondo, ainda, que ela se aplicaria aos fatos ocorridos nos doze meses anteriores à sua vigência. À luz da sistemática constitucional, a Lei n. XX/2019:

a. somente será incompatível com a Constituição da República de 1988 caso não assegure o perdão judicial àqueles que praticaram condutas em momento anterior à sua vigência;
b. é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois somente condutas que configurem crimes inafiançáveis podem ser alcançadas por lei posterior mais gravosa;
c. é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois somente poderia retroagir caso se limitasse a ampliar as penas dos crimes já existentes;
d. é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois não poderia retroagir para considerar crimes condutas anteriores à sua vigência;
e. é compatível com a Constituição da República de 1988, pois compete à lei indicar as condutas que se enquadram em seus comandos.

521. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) O Secretário de Finanças do Município Alfa expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça informando que o setor técnico do Poder Executivo concluíra a elaboração da proposta orçamentária do próximo exercício financeiro, afeta ao Poder Judiciário. Solicitou que fosse informado caso houvesse alguma observação a ser feita em relação à proposta antes do seu encaminhamento ao Poder Legislativo. Considerando a sistemática constitucional, o proceder do Poder Executivo é:

a. correto, pois somente o Poder Executivo pode encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo;
b. correto, pois a proposta elaborada pelo Poder Executivo deve ser aprovada pelo Judiciário, que a encaminhará ao Legislativo;
c. incorreto, pois compete ao Tribunal de Justiça elaborar a sua proposta orçamentária, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
d. incorreto, pois compete ao Poder Legislativo aprovar a proposta orçamentária que será submetida à apreciação dos demais Poderes;
e. correto, pois a receita pública é arrecadada pelo Poder Executivo, daí decorrendo a sua competência para fixar os limites da despesa pública.

522. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) A Deputada Federal Joana e o Vereador Pedro, do Município Beta, participaram de um “ato de desagravo ao povo brasileiro”, na Capital Federal, no qual fizeram severas críticas à atuação de alguns órgãos federais, atribuindo, inclusive, a prática de crimes a diversos agentes públicos neles lotados. Um servidor público federal procurou o seu advogado e solicitou orientação sobre a possibilidade de responsabilizar os referidos parlamentares por suas declarações. À luz da sistemática constitucional, o advogado informou corretamente que:

a. ambos os parlamentares podem ser responsabilizados, já que não possuem qualquer tipo de imunidade;
b. apenas a Deputada Federal pode ser responsabilizada, pois somente ela atua em Brasília;
c. apenas o Vereador pode ser responsabilizado, pois não possui imunidade fora do território do Município Beta;
d. nenhum dos dois parlamentares pode ser responsabilizado, já que ambos possuem imunidade;
e. os parlamentares somente podem ser responsabilizados caso tenham renunciado à imunidade no início da legislatura.

523. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos seus membros. À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado ingressará na ordem jurídica interna com a natureza de:

a. decreto;
b. lei ordinária;
c. lei complementar;
d. medida provisória;
e. emenda constitucional.

524. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) O Governador do Estado Alfa editou decreto dispondo sobre a obrigatoriedade de todos os atos da Secretaria de Estado de Finanças serem previamente analisados pelo Ministério Público Estadual, que deveria emitir parecer, aprovando-os ou rejeitando-os. O objetivo era o de diminuir o quantitativo de fraudes praticadas, de modo a proteger o patrimônio público. À luz da sistemática constitucional, o referido decreto é:

a. válido, pois é compatível com as atribuições constitucionais do Ministério Público;
b. inválido, pois o Ministério Público não pode realizar a consultoria de entidades públicas;
c. válido, pois o Ministério Público está subordinado ao Poder Executivo, devendo seguir as suas determinações;
d. inválido, pois só a lei pode dispor sobre a prestação de consultoria, pelo Ministério Público, a entes públicos;
e. inválido, pois ao Ministério Público compete apenas representar judicialmente o Estado.

525. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Após um golpe de Estado, o líder do movimento armado vitorioso solicitou que uma comissão de apoiadores, sob sua orientação, elaborasse um projeto de Constituição, o qual foi submetido a plebiscito popular, sendo, ao final, aprovado e publicado com força normativa. Essa Constituição dispôs que parte de suas normas exigiria a observância de um processo legislativo mais rigoroso para a sua alteração, com quórum qualificado para a iniciativa e a aprovação, enquanto a outra parte poderia ser alterada conforme o processo legislativo da lei ordinária. Essa Constituição deve ser classificada como:

a. outorgada e rígida;
b. popular e dogmática;
c. bonapartista e flexível;
d. cesarista e semirrígida;
e. promulgada e analítica.

526. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Pedro, após o trâmite do processo judicial de interdição, teve a sua incapacidade civil absoluta reconhecida. Apesar disso, tinha o sonho de infância de concorrer ao cargo eletivo de vereador. Por tal razão, procurou o seu advogado e perguntou se haveria óbice a que se candidatasse nas próximas eleições. À luz da sistemática constitucional, o advogado respondeu corretamente que Pedro:

a. somente poderia concorrer se tivesse autorização expressa do seu curador;
b. poderia concorrer, pois as instâncias civil e política são independentes;
c. embora pudesse votar, não poderia concorrer nas eleições, pois estava inelegível;
d. embora pudesse votar, não poderia concorrer nas eleições, pois estava inabilitado;
e. não poderia concorrer nas eleições, pois não estava no exercício dos seus direitos políticos.

527. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) A Câmara Municipal do Município Alfa aprovou em dois turnos de votação, com interstício de dez dias, pelo voto de dois terços de seus membros, o projeto de lei orgânica que passaria a reger o Município. Ato contínuo, a própria Câmara Municipal a promulgou. À luz da sistemática constitucional, o referido processo legislativo está:

a. incorreto, pois o Município deve ser regido pela Constituição Municipal;
b. correto, desde que o Prefeito Municipal aceite sancionar a lei após a promulgação;
c. correto, pois todas as fases de elaboração da lei orgânica se desenvolvem na Câmara Municipal;
d. incorreto, pois a lei orgânica deveria ser sancionada pelo Prefeito Municipal, que a promulgaria;
e. incorreto, pois o Município deve ser regido nos termos da Constituição Estadual, não por lei orgânica.

528. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) A Constituição da República de 1988 trouxe uma série de disposições aplicáveis não somente ao Direito Penal, mas também ao Direito Processual Penal, em especial buscando impor limites ao exercício do direito estatal de punir e garantir uma série de direitos ao acusado/preso.Sobre o tema, a partir das normas constitucionais, é previsto(a):

a. a assistência da família e de advogado ao acusado, logo a ausência de advogado durante a elaboração de auto de prisão em flagrante, ainda que assegurada essa possibilidade e esclarecido tal direito ao preso, gerará a invalidade do procedimento;
b. o princípio de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si, de forma que não pode o investigado pela prática do crime de conduzir veículo automotor sob influência de álcool ser obrigado a realizar exame de etilômetro (teste do "bafômetro");

c. o princípio da presunção de inocência, de modo que somente cabe decretação de prisão preventiva após sentença condenatória, ainda que sem trânsito em julgado;
d. o direito ao silêncio, que deve ser aplicado tanto ao acusado quanto às testemunhas de defesa e acusação no momento de prestarem suas declarações;
e. a revogação imediata da prisão ilegal, enquanto a desnecessária deverá ser relaxada.

529. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Em relação à elaboração e execução do orçamento público, a Constituição da República de 1988 veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, porém há uma série de ressalvas a essa vedação. Uma dessas ressalvas refere-se à:
a. concessão de transferências voluntárias de recursos por meio de convênios;
b. dedução de valores para apuração da receita corrente líquida;
c. destinação de recursos para realização de atividades da administração tributária;
d. impossibilidade de contingenciamento de despesas que constituem obrigações legais;
e. limitação de recursos para execução impositiva de emendas parlamentares ao orçamento.

530. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) O Deputado Federal João apresentou projeto de lei dispondo sobre a prestação de assistência religiosa em prisões, a ser ofertada pelas confissões religiosas e sem custo para o Poder Público. Após o curso regular do processo legislativo, foi promulgada a Lei n. XX/2019. À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, a referida Lei é:
a. incompatível com a ordem constitucional, pois o caráter laico do Estado impede a assistência religiosa nas prisões;
b. compatível com a ordem constitucional, pois esse tipo de assistência religiosa, nos termos da lei, é um direito fundamental;
c. incompatível com a ordem constitucional, pois o projeto de lei somente poderia ter sido apresentado pelo Presidente da República;
d. compatível com a ordem constitucional, desde que a assistência religiosa seja simultaneamente oferecida, a cada preso, por todas as religiões existentes;
e. incompatível com a ordem constitucional, pois as pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos de internação coletiva não têm direito a assistência religiosa.

531. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Maria, logo após tomar posse no cargo eletivo de Senadora, foi procurada pelas autoridades competentes e informada sobre a existência de provas de que teria praticado um crime contra o patrimônio de João. À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

a. não pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, durante o mandato de Maria;
b. pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja concordância de Maria;
c. pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja autorização do Senado Federal;
d. pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, não dependendo de autorização;
e. pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja autorização do Congresso Nacional.

532. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Por falha humana, ocorreu um grande vazamento de dejetos químicos no Rio Alfa, daí resultando danos de grandes proporções no respectivo ecossistema, com perdas irreparáveis para a fauna e a flora, além de impossibilitar o consumo da água do referido rio. O pescador João, ao tomar conhecimento dos fatos, decidiu representar ao Ministério Público visando à adoção das medidas cabíveis para obrigar os responsáveis a recuperar o ecossistema.À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

a. pode promover o inquérito civil, mas não a ação civil pública, pois o interesse é coletivo;
b. pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois se trata de um interesse difuso;
c. pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois se trata de um interesse coletivo;
d. pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois se trata de um interesse individual homogêneo;
e. não pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois o interesse do pescador é disponível.

533. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) João, Juiz de Direito, respondeu a processo disciplinar no âmbito do Tribunal de Justiça e foi absolvido. Insatisfeito com a absolvição, Pedro, o representante, decidiu levar o caso ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça:

a. não pode reexaminar o caso, em razão da autonomia do Tribunal de Justiça;

b. somente poderia reexaminar o caso se a decisão tivesse sido desfavorável a João;
c. somente poderia reexaminar o caso a pedido do Ministério Público;
d. pode rever o caso até um ano após a decisão do Tribunal de Justiça;
e. pode reexaminar a absolvição de João a qualquer tempo.

534. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Com vistas a permitir que as pessoas se defendam do crescimento vertiginoso da violência na Cidade Alfa, algumas dezenas de pessoas decidem criar, com esse objetivo social, a Associação Beta. Foram estabelecidos como requisitos, para o ingresso na associação, que a pessoa tivesse direito ao porte de arma, que seria usada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e aceitasse vestir o uniforme da associação. Considerando a sistemática constitucional, a Associação Beta:
a. não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
b. só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
c. poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
d. não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação;
e. só poderia funcionar caso fosse previamente editada lei disciplinando o funcionamento de associações como essa.

535. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) João, Prefeito Municipal, foi informado de que deveria realizar duas nomeações, a primeira para um cargo em comissão e a segunda para uma função de confiança.À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:
a. ambas as nomeações devem recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
b. a primeira nomeação deve sempre recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
c. a primeira nomeação pode e a segunda deve recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
d. apenas a segunda nomeação pode recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
e. nenhuma das nomeações deve recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo.

536. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Maria, Juíza de Direito titular há muitos anos da Vara Única da Comarca Alfa, proferiu decisão que desagradou os interesses de diversas pessoas poderosas, as quais propagaram que iriam providenciar a sua retirada forçada da Comarca. À luz da sistemática constitucional, em relação à remoção de Maria da Comarca Alfa, contra a sua vontade, é correto afirmar que:

a. pode ser livremente efetivada, com base no princípio da eficiência;
b. só pode ocorrer por decisão judicial, após o processo ordinário regular;
c. pode ser efetivada apenas por decisão do Presidente do Tribunal de Justiça;
d. não pode ocorrer em hipótese alguma, considerando a garantia da inamovibilidade;
e. só pode ocorrer, por motivo de interesse público, pelo voto da maioria absoluta do colegiado competente.

537. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Maria solicitou a matrícula do seu filho de 8 (oito) anos na Escola Municipal Beta, o que foi indeferido, por escrito, pelo Diretor, sob o argumento de que a requerente, ao preencher o respectivo formulário, declarara ser filiada a um partido político distinto daquele a que estava filiado o Prefeito Municipal. Por entender que o indeferimento era incompatível com a ordem jurídica, Maria solicitou que o seu advogado ajuizasse a ação constitucional cabível para que o juízo com*petente deter*minas*se a matrí*cula de seu filho na escola. Trata-se da seguinte ação:

a. habeas corpus;
b. habeas data;
c. mandado de segurança;
d. mandado de injunção;
e. mandado de educação.

538. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Zélia, Deputada Estadual, após constatar que a União e os Estados tinham competência concorrente para legislar sobre determinada matéria, solicitou que sua assessoria analisasse os limites da atuação da Assembleia Legislativa nessa temática, sendo-lhe respondido corretamente que:

a. caso a União discipline integralmente a matéria, será vedado que o Estado nela incursione;
b. o Estado pode legislar livremente sobre a matéria e, no caso de divergência da lei local com a da União, aquela prevalece;
c. o Estado terá competência plena caso a União não tenha editado lei veiculando normas gerais sobre a matéria;
d. o Estado somente poderá suplementar a lei federal caso esta o autorize expressamente;

e. o Estado pode editar normas gerais sobre a matéria, mas deve observar os pontos específicos disciplinados pela União.

539. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Maria, esposa do Prefeito João, que exercia a chefia do Poder Executivo no Município Gama, foi informada pelo advogado da família que, de acordo com a ordem constitucional, não poderia candidatar-se ao cargo eletivo de Vereador no mesmo Município. Essa vedação é denominada:

a. perda dos direitos políticos;
b. vedação eleitoral;
c. inabilitação;
d. suspensão dos direitos políticos;
e. inelegibilidade.

540. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A população do Estado X, insatisfeita com os rumos da política nacional e os sucessivos escândalos de corrupção que assolam todas as esferas do governo, inicia uma intensa campanha pleiteando sua separação do restante da Federação brasileira. Um plebiscito é então organizado e 92% dos votantes opinaram favoravelmente à independência do Estado. Sobre a hipótese, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

a. Diante do expressivo quórum favorável à separação do Estado X, a Assembleia Legislativa do referido ente deverá encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional que, se aprovada, viabilizará a secessão do Estado X.
b. Para o exercício do direito de secessão, exige-se lei estadual do ente separatista, dentro do período determinado por Lei Complementar federal, dependendo ainda de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos demais Estados, após divulgação dos estudos de viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.
c. Diante da autonomia dos entes federados, admite-se a dissolução do vínculo existente entre eles, de modo que o Estado X poderia formar um novo país, mas, além da aprovação da população local por meio de plebiscito ou referendo, seria necessária a edição de Lei Complementar federal autorizando a separação.
d. A forma federativa de Estado é uma das cláusulas pétreas que norteiam a ordem constitucional brasileira, o que conduz à conclusão de que se revela inviável o exercício do direito de secessão por parte de qualquer dos entes federados, o que pode motivar a intervenção federal.

541. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Numerosas decisões judiciais, contrariando portarias de órgãos ambientais e de comércio exterior, concederam autorização para que sociedades empresárias pudessem importar pneus usados. Diante disso, o Presidente da República ingressa com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sustentando que tais decisões judiciais autorizativas da importação de pneus usados teriam afrontado preceito fundamental, representado pelo direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a. A ADPF não se presta para impugnar decisões judiciais, pois seu objeto está adstrito às leis ou a atos normativos federais e estaduais de caráter geral e abstrato, assim entendidos aqueles provenientes do Poder Legislativo em sua função legislativa.
b. A ADPF tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, ainda que de efeitos concretos ou singulares; logo, pode impugnar decisões judiciais que violem preceitos fundamentais da Constituição, desde que observada a subsidiariedade no seu uso.
c. Embora as decisões judiciais possam ser impugnadas por ADPF, a alegada violação do direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado não se insere no conceito de preceito fundamental, conforme rol taxativo constante na Lei Federal n. 9.882/99.
d. A ADPF não pode ser admitida, pois o Presidente da República, na qualidade de chefe do Poder Executivo, não detém legitimidade ativa para suscitar a inconstitucionalidade de ato proferido por membros do Poder Judiciário, sob pena de vulneração ao princípio da separação dos poderes.

542. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Alisson, cidadão brasileiro, ingressa com requerimento administrativo, perante a Secretaria Fazendária do Município Y, pleiteando a revisão do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), uma vez que não concorda com os cálculos empregados pela autoridade fazendária. Alisson, decorridos 90 dias sem qualquer atualização no andamento do feito, retorna à repartição administrativa indagando o porquê da demora. Ele obtém como resposta que o trâmite do procedimento é sigiloso, mas que seria possível obter uma certidão com as informações postuladas mediante o pagamento de determinada quantia, a título de “taxa”. Diante da situação hipotética apresentada, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

a. A atuação da Secretaria Fazendária revela-se inconstitucional, pois a obtenção de certidões em repartições públicas, contendo informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, é direito de todos, sem o pagamento de taxa, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

b. Para a obtenção de certidão com informações de direito pessoal, como manifestação do direito de petição aos órgãos e poderes públicos, pode ser exigido o pagamento de taxas caso Alisson não demonstre ser hipossuficiente econômico.
c. Embora inexista óbice à cobrança de taxas para cobrir as despesas com a emissão de certidões em repartições públicas, ainda que destinadas à defesa e ao esclarecimento de situações *de interesse* pessoal, Alisson poderá utilizar o habeas data para obter as informações relativas ao procedimento administrativo instaurado.
d. Alisson não pode ter acesso ao feito, porque os procedimentos administrativos que versem sobre matéria tributária são de natureza sigilosa, somente podendo ser acessados, sem autorização judicial, por advogado regularmente constituído pelo contribuinte, bem como por órgãos da administração pública direta e indireta.

543. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Agentes do Ministério do Trabalho, em inspeção realizada em carvoaria situada na zona rural do Estado K, constataram que os trabalhadores locais encontravam-se sob exploração de trabalho escravo, sujeitando-se a jornadas de 16 horas consecutivas de labor, sem carteira assinada ou qualquer outro direito social ou trabalhista, em condições desumanas e insalubres, percebendo, como contraprestação, valor muito inferior ao salário mínimo nacional. Diante da situação narrada, com base na ordem constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

a. Diante da vedação ao confisco consagrada na Constituição de 1988, o descumprimento da função social, agravado pela situação de grave violação aos direitos humanos dos trabalhadores, enseja responsabilização administrativa, cível e criminal do proprietário, mas não autoriza a expropriação da propriedade rural.
b. O uso de mão de obra escrava autoriza a progressividade das alíquotas do imposto sobre a propriedade territorial rural e, caso tal medida não se revele suficiente, será possível que a União promova a expropriação e destinação das terras à reforma agrária e a programas de habitação popular, mediante prévia e justa indenização do proprietário.
c. A hipótese narrada enseja a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, uma vez que o imóvel rural não cumpre a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
d. A exploração de trabalho escravo na referida propriedade rural autoriza sua expropriação pelo Poder Público, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, admitindo-se, até mesmo, o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido na carvoaria.

544. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Pablo, cidadão espanhol, decide passar férias no litoral do Nordeste brasileiro. Durante sua estadia, de modo acidental, corta-se gravemente com o facão que manuseava para abrir um coco verde, necessitando de imediato e urgente atendimento hospitalar. Ocorre que o hospital de emergência da localidade se recusa a atender Pablo, ao argumento de que, por ser estrangeiro, ele não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde, devendo procurar um hospital particular. Com base na situação fictícia narrada, assinale a afirmat*iva c*orreta.

a. A Constituição da República, no caput do Art. 5º, assegura a igualdade de todos os brasileiros natos e naturalizados perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, de modo que Pablo, por ser estrangeiro, não faz jus ao direito social à saúde.
b. A saúde, na qualidade de direito social, apenas pode ser prestada àqueles que contribuem para a manutenção da seguridade social; diante da impossibilidade de Pablo fazêlo, por ser estrangeiro, não pode ser atendido pelos hospitais que integram o Sistema Único de Saúde.
c. O Sistema Único de Saúde rege-se pelo princípio da universalidade da tutela à saúde, direito fundamental do ser humano; logo, ao ingressar no território brasileiro, Pablo, mesmo sendo cidadão espanhol, tem direito ao atendimento médico público e gratuito em caso de urgência.
d. Pablo, apenas pode ser atendido em hospital público que integre o Sistema Único de Saúde caso se comprometa a custear todas as despesas com seu tratamento, salvo comprovação de ser hipossuficiente econômico, circunstância excepcional na qual terá direito ao atendimento gratuito.

545. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou ao Ministro de Estado da Saúde pedido escrito de informações acerca da sua participação na formulação da política pública e na execução das ações de saneamento básico no território nacional. Passados trinta dias do recebimento do documento, não há qualquer resposta por parte do ministério, sendo que o ministro da referida pasta entende que as questões suscitadas não demandam resposta ministerial, por não possuírem caráter técnico, mas apenas político. Indignado, o Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados submete a questão à apreciação de sua assessoria jurídica. Sobre o caso narrado, assinale a opção que apresenta, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a resposta correta.

a. O Ministro de Estado da Saúde, em exercício no âmbito do Poder Executivo, somente está obrigado a responder aos pedidos oriundos do Presidente da República, a quem hierarquicamente se submete.

b. Em razão do princípio da independência entre os poderes da República, a ausência da resposta por parte do Poder Executivo não poderá acarretar sanções jurídicas, embora possa gerar uma crise entre os poderes.
c. A ausência de resposta poderá fazer com que o Ministro responsável pela pasta venha a responder por crime, perante o Superior Tribunal de Justiça, caso seja denunciado pelo Ministério Público.
d. O Ministro de Estado da Saúde poderá vir a responder por crime de responsabilidade, não lhe sendo assegurada discricionariedade para deixar de responder ao pedido de informações formulado pela Mesa da Câmara dos Deputados.

546. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Ante o iminente vencimento do prazo para adimplemento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil perante o Fundo Monetário Internacional, bem como diante da grave crise econômica enfrentada pelo Estado, o Presidente da República, no regular exercício do mandato, edita a Medida Provisória X. A medida dispõe sobre a possibilidade de detenção e sequestro, pelo governo federal, de bens imóveis com área superior a 250 m² situados em zonas urbanas, desde que não se trate de bem de família e que o imóvel esteja desocupado há mais de dois anos. Sobre a Medida Provisória X, com base na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

a. É inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda, expressamente, que tal espécie normativa disponha sobre matéria que vise a detenção ou o sequestro de bens.
b. É inconstitucional, pois trata de matéria já regulamentada pelo legislador ordinário, qual seja, a possibilidade de desapropriação de bens imóveis urbanos por necessidade ou utilidade pública.
c. Ela não se revela adequada ao cumprimento do requisito de urgência porque só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, caso venha a ser convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
d. É constitucional, pois foram respeitados os requisitos de relevância e urgência, desde que seja submetida de imediato ao Congresso Nacional, perdendo eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período.

547. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A União, por meio de lei ordinária, instituiu nova contribuição social (nova fonte de custeio) para financiamento da seguridade social. Para tanto, adotou, além da não cumulatividade, fato gerador e base de cálculo distintos dos discriminados na Constituição da República. A referida lei foi publicada em 1º de outubro de 2018, com entrada em vigor em 1º de fevereiro de 2019, determinando, como data de vencimento da contribuição, o dia 1º de março de

2019. A pessoa jurídica XYZ não realizou o pagamento, razão pela qual, em 10 de março de 2019, foi aconselhada, por seu(sua) advogado(a), a propor uma ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica, em face da União. Assinale a opção que indica o fundamento que poderá ser alegado para contestar a nova contribuição.

a. Ela somente poderia ser instituída por meio de Lei Complementar.
b. Ela violou o princípio da anterioridade anual.
c. Ela violou o princípio da anterioridade nonagesimal.
d. Ela somente poderia ser instituída por Emenda Constitucional.

548. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Os analistas de infraestrutura de determinado Ministério, ocupantes de cargo efetivo, pleiteiam há algum tempo uma completa reestruturação da carreira, com o aumento de cargos e de remunerações. Recentemente, a negociação com o Governo Federal esfriou dado o cenário de crise fiscal severa. Para forçar a retomada das negociações, a categoria profissional decidiu entrar em greve, mantendo em funcionamento apenas os serviços essenciais. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a. Compete à Justiça Federal – e não à Justiça do Trabalho – julgar a abusividade do direito de greve dos analistas de infraestrutura.
b. A Administração Pública não poderá, em nenhuma hipótese, fazer o desconto dos dias não trabalhados em decorrência do exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis.
c. O direito de greve dos servidores públicos civis não está regulamentado em lei, o que impede o exercício de tal direito.
d. O direito de greve é constitucionalmente assegurado a todas as categorias profissionais, incluindo os militares das Forças Armadas, os policiais militares e os bombeiros militares.

549. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Estado Alfa promulgou, em 2018, a Lei Estadual X, concedendo unilateralmente isenção sobre o tributo incidente em operações relativas à circulação interestadual de mercadorias (ICMS) usadas como insumo pela indústria automobilística. O Estado Alfa, com isso, atraiu o interesse de diversas montadoras em ali se instalarem. A Lei Estadual X, no entanto, contraria norma da Constituição da República que dispõe caber a lei complementar regular a forma de concessão de incentivos, isenções e benefícios fiscais relativos ao ICMS, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal. Em razão da Lei Estadual X, o Estado Beta, conhecido polo automobilístico, sofrerá drásticas perdas em razão da redução na arrecadação tributária, com a evasão de indústrias e fábricas para o Estado Alfa. Diante do caso narrado, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

a. O Governador do Estado Beta não detém legitimidade ativa para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, uma vez que, em âmbito estadual, apenas a Mesa da Assembleia Legislativa do respectivo ente está no rol taxativo de legitimados previsto na Constituição.
b. A legitimidade do Governador do Estado Beta restringese à possibilidade de propor, perante o respectivo Tribunal de Justiça, representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.
c. A legitimidade ativa do Governador para a Ação Direta de Inconstitucionalidade vincula-se ao objeto da ação, pelo que deve haver pertinência da norma impugnada com os objetivos do autor da ação; logo, não podem impugnar ato normativo oriundo de outro Estado da Federação.
d. O Governador do Estado Beta é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, a qual, mesmo sendo oriunda de ente federativo diverso, provoca evidentes reflexos na economia do Estado Beta.

550. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Deputado Federal X, defensor de posições políticas estatizantes, convencido de que seria muito lucrativo o fato de o Estado passar a explorar, ele próprio, atividades econômicas, pretende propor projeto de lei que viabilize a criação de diversas empresas públicas. Esses entes teriam, como único pressuposto para sua criação, a possibilidade de alcançar alto grau de rentabilidade. Com isso, seria legalmente inviável a criação de empresas públicas deficitárias. Antes de submeter o projeto de lei à Câmara, o Deputado Federal X consulta seus assistentes jurídicos, que, analisando a proposta, informam, corretamente, que seu projeto é
a. inconstitucional, pois a criação de empresas públicas, sendo ato estratégico da política nacional, é atribuição exclusiva do Presidente da República, que poderá concretizá-la por meio de decreto.
b. constitucional, muito embora deva o projeto de lei seguir o rito complementar, o que demandará a obtenção de um quórum de maioria absoluta em ambas as casas do Congresso Nacional.
c. inconstitucional, pois a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária à segurança nacional ou caracterizado relevante interesse nacional.
d. constitucional, pois a Constituição Federal, ao estabelecer a livre concorrência entre seus princípios econômicos, não criou obstáculos à participação do Estado na exploração da atividade econômica.

551. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes. Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas. Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas. Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas. A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a. A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiem.
b. Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.
c. Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.
d. Assiste razão ao órgão público no que concerne ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

552. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O diretor da unidade prisional de segurança máxima ABC expede uma portaria vedando, no âmbito da referida entidade de internação coletiva, quaisquer práticas de cunho religioso direcionadas aos presos, apresentando, como motivo para tal ato, a necessidade de a Administração Pública ser laica. A partir da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a. A motivação do ato administrativo encontra-se equivocada, uma vez que o preâmbulo da Constituição da República de 1988 faz expressa menção à “proteção de Deus”, também assegurando aos entes federados ampla liberdade para estabelecer e subvencionar os cultos religiosos e igrejas.
b. O ato expedido pelo diretor encontra plena correspondência com a ordem constitucional brasileira, a qual veda, aos entes federados, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou firmar qualquer espécie de colaboração de interesse público.

c. A Constituição da República de 1988 dispõe que, nos termos da lei, é assegurada assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, de modo que a portaria expedida pelo diretor viola um direito fundamental dos internos.
d. Inexiste incompatibilidade entre a portaria e a Constituição da República de 1988, uma vez que a liberdade religiosa apenas se apresenta no ensino confessional, ministrado, em caráter facultativo, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, não sendo tal direito extensível aos presos.

553. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O senador João fora eleito Presidente do Senado Federal. Ao aproximar-se o fim do exercício integral do seu mandato bienal, começa a planejar seu futuro na referida casa legislativa. Ciente do prestígio que goza entre seus pares, discursa no plenário, anunciando a intenção de permanecer na função até o fim de seu mandato como senador, o que ocorrerá em quatro anos. Assim, para que tal desejo se materialize, será necessário que seja reeleito nos dois próximos pleitos (dois mandatos bienais). Sobre a intenção do senador, segundo o sistema jurídicoconstitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a. Será possível, já que não há limites temporais para o exercício da presidência nas casas legislativas do Congresso Nacional.
b. Não será possivel, pois a Constituição proíbe a reeleição para esse mesmo cargo no período bienal imediatamente subsequente.
c. É parcialmente possível, pois, nos moldes da reeleição ao cargo de Presidente da República, ele poderá concorrer à reeleição uma única vez
d. Não é possível, pois o exercício da referida presidência inviabiliza a possibilidade de, no futuro, vir a exercê-la novamente.

554. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em 2005, visando a conferir maior estabilidade e segurança jurídica à fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o Congresso Nacional decidiu disciplinã-las por meio da Lei Complementar X, embora a Constituição Federal não reserve a matéria a essa espécie normativa. Posteriormente, durante o ano de 2017, com os avanços tecnológicos e científicos na área, entrou em vigor a Lei Ordinária Y prevendo novos mecanismos fiscalizatórios a par dos anteriormente estabelecidos, bem como derrogando alguns artigos da Lei Complementar X. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

a. A Lei Ordinária Y é formalmente inconstitucional, não podendo dispor sobre matéria já tratada por Lei Complementar, em razão da superioridade hierárquica desta em relação àquela.

b. Embora admissível a edição da Lei Ordinária Y tratando de novos mecanismos a par dos já existentes, a revogação de dispositivos da Lei Complementar X exigiria idêntica espécie normativa.
c. A Lei Complementar X está inquinada de vício formal, já que a edição dessa espécie normativa encontra-se vinculada às hipóteses taxativamente elencadas pela Constituição Federal de 1988.
d. A Lei Complementar X, por tratar de matéria a respeito da qual não se exige a referida espécie normativa, pode vir a ser revogada por Lei Ordinária posterior que verse sobre a mesma temática.

555. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A União, diante de grave desastre natural que atingiu todos os estados da Região Norte, e considerando ainda a severa crise econômica e financeira do país, edita Medida Provisória, que institui Empréstimo Compulsório, para que as medidas cabíveis e necessárias à reorganização das localidades atingidas sejam adotadas. Sobre a constitucionalidade da referida tributação, assinale a afirmativa correta.
a. O Empréstimo Compulsório não pode ser instituído para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
b. O Empréstimo Compulsório deve ser instituído por meio de Lei Complementar, sendo vedado pela CRFB/88 que Medida Provisória trate desse assunto.
c. Nenhum tributo pode ser instituído por meio de Medida Provisória.
d. A União pode instituir Empréstimo Compulsório para atender às despesas decorrentes de calamidade pública, sendo possível, diante da situação de relevância e urgência, a edição de Medida Provisória com esse propósito.

556. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em decorrência de um surto de dengue, o Município Alfa, após regular procedimento licitatório, firmou ajuste com a sociedade empresária Mata Mosquitos Ltda., pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, visando à prestação de serviços relacionados ao combate à proliferação de mosquitos e à realização de campanhas de conscientização da população local. Nos termos do ajuste celebrado, a sociedade empresarial passaria a integrar, de forma complementar, o Sistema Único de Saúde (SUS). Diante da situação narrada, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.
a. O ajuste firmado entre o ente municipal e a sociedade empresária é inconstitucional, eis que a Constituição de 1988 veda a participação de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde, ainda que de forma complementar.
b. A participação complementar de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde é admitida, sendo apenas vedada a destinação de recursos públicos para fins de auxílio ou subvenção às atividades que desempenhem.

c. O ajuste firmado entre o Município Alfa e a sociedade empresária Mata Mosquito Ltda. encontra-se em perfeita consonância com o texto constitucional, que autoriza a participação de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde e o posterior repasse de recursos públicos.

d. As ações de vigilância sanitária e epidemiológica, conforme explicita a Constituição de 1988, não se encontram no âmbito de atribuições do Sistema Único de Saúde, razão pela qual devem ser prestadas exclusivamente pelo poder público.

557. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) As chuvas torrenciais que assolaram as regiões Norte e Nordeste do país resultaram na paralisação de serviços públicos essenciais ligados às áreas de saúde, educação e segurança. Além disso, diversos moradores foram desalojados de suas residências, e o suprimento de alimentos e remédios ficou prejudicado em decorrência dos alagamentos. O Presidente da República, uma vez constatado o estado de calamidade pública de grande proporção, decretou estado de defesa. Dentre as medidas coercitivas adotadas com o propósito de restabelecer a ordem pública estava o uso temporário de ambulâncias e viaturas pertencentes ao Município Alfa. Diante do caso hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

a. A fundamentação empregada pelo Presidente da República para decretar o estado de defesa viola a Constituição de 1988, porque esta exige, para tal finalidade, a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

b. Embora seja admitida a decretação do estado de defesa para restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza, não pode o Presidente da República, durante a vigência do período de exceção, determinar o uso temporário de bens pertencentes a outros entes da federação.

c. O estado de defesa, no caso em comento, viola o texto constitucional, porque apenas poderia vir a ser decretado pelo Presidente da República caso constatada a ineficácia de medidas adotadas durante o estado de sítio.

d. A União pode determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo pelos danos e custos decorrentes, porque a necessidade de restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza é fundamento idôneo para o estado de defesa.

558. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a periculosidade inerente ao ofício desempenhado pelos agentes penitenciários, por tratar-se de atividade de risco. Contudo, ante a ausência de norma que regulamente a concessão da aposentadoria especial no Estado Alfa, os agentes penitenciários dessa unidade federativa encontram-se privados da concessão do refe-

rido direito constitucional. Diante disso, assinale a opção que apresenta a medida judicial adequada a ser adotada pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado Alfa, organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há mais de 1 (um) ano, em defesa da respectiva categoria profissional.

a. Ele pode ingressar com mandado de injunção coletivo para sanar a falta da norma regulamentadora, dispensada autorização especial dos seus membros.
b. Ele não possui legitimidade ativa para ingressar com mandado de injunção coletivo, mas pode pleitear aplicação do direito constitucional via ação civil pública.
c. Ele tem legitimidade para ingressar com mandado de injunção coletivo, cuja decisão pode vir a ter eficácia ultra partes, desde que apresente autorização especial dos seus membros.
d. Ele pode ingressar com mandado de injunção coletivo, mas, uma vez reconhecida a mora legislativa, a decisão não pode estabelecer as condições em que se dará o exercício do direito à aposentadoria especial, sob pena de ofensa à separação dos Poderes.

559. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Durante campeonato oficial de judô promovido pela Federação de Judô do Estado Alfa, Fernando, um dos atletas inscritos, foi eliminado da competição esportiva em decorrência de uma decisão contestável da arbitragem que dirigiu a luta. Na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Fernando, assinale a opção que apresenta a medida juridicamente adequada para o caso narrado.

a. Fernando poderá ingressar com processo perante a justiça desportiva para contestar o resultado da luta e, uma vez esgotadas as instâncias desportivas e proferida decisão final sobre o caso, não poderá recorrer ao Poder Judiciário.
b. Fernando poderá impugnar o resultado da luta perante o Poder Judiciário, independentemente de esgotamento das instâncias da justiça desportiva, em virtude do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
c. Fernando, uma vez esgotadas as instâncias da justiça desportiva (que terá o prazo máximo de 60 dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final), poderá impugnar o teor da decisão perante o Poder Judiciário.
d. A ordem jurídica, que adotou o princípio da unidade de jurisdição a partir da Constituição de 1988, passou a prever a exclusividade do Poder Judiciário para dirimir todas as questões que venham a ser judicializadas em território nacional, deslegitimando a atuação da justiça desportiva.

560. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Giuseppe, italiano, veio ainda criança para o Brasil, juntamente com seus pais. Desde então, nunca sofreu qualquer tipo de condenação penal, constituiu família, sendo pai de um casal de filhos nascidos no país, possui título de eleitor e nunca deixou de participar dos pleitos eleitorais. Embora tenha se naturalizado brasileiro na década de 1990, não se sente brasileiro. Nesse sentido, Giuseppe afirma que é muito grato ao Brasil, mas que, apesar do longo tempo aqui vivido, não partilha dos mesmos valores espirituais e culturais dos brasileiros. Giuseppe mora em Vitória/ES e descobriu o envolvimento do Ministro de Estado Alfa em fraude em uma licitação cujo resultado beneficiou, indevidamente, a empresa de propriedade de seus irmãos. Indignado com tal atitude, Giuseppe resolveu, em nome da intangibilidade do patrimônio público e do princípio da moralidade administrativa, propor ação popular contra o Ministro de Estado Alfa, ingressando no juízo de primeira instância da justiça comum, não no Supremo Tribunal Federal. Sobre o caso, com base no Direito Constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a. A ação não deve prosperar, uma vez que a competência para processá-la e julgá-la é do Supremo Tribunal Federal, e falta legitimidade ativa para o autor da ação, porque não possui a nacionalidade brasileira, não sendo, portanto, classificado como cidadão brasileiro.
b. A ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela é do juiz de primeira instância da justiça comum, e o autor da ação tem legitimidade ativa porque é cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos, muito embora não faça parte da nação brasileira.
c. A ação não deve prosperar, uma vez que a competência para julgar a mencionada ação popular é do Supremo Tribunal Federal, muito embora não falte legitimidade ad causam para o autor da ação, que é cidadão brasileiro, detentor da nacionalidade brasileira e no pleno gozo dos seus direitos políticos.
d. A ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela tanto pode ser do juiz de primeira instância da justiça comum quanto do Supremo Tribunal Federal, e não falta legitimidade ad causam para o autor da ação, já que integra o povo brasileiro.

561. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Bento ficou surpreso ao ler, em um jornal de grande circulação, que um cidadão americano adquiriu fortuna ao encontrar petróleo em sua propriedade, situada no Estado do Texas. Acresça-se que um amigo, com formação na área de Geologia, tinha informado que as imensas propriedades de Bento possuíam rochas sedimentares normalmente presentes em regiões petrolíferas. Antes de pedir um aprofundado estudo geológico do terreno, Bento buscou

um advogado especialista na matéria, a fim de saber sobre possíveis direitos econômicos que lhe caberiam como resultado da extração do petróleo em sua propriedade. O advogado respondeu que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, caso seja encontrado petróleo na propriedade, Bento

a. poderá, por ser proprietário do solo e, por extensão, do subsolo de sua propriedade, explorar, per se, a atividade, auferindo para si os bônus e ônus econômicos advindos da exploração.
b. receberá indenização justa e prévia pela desapropriação do terreno em que se encontra a jazida, mas não terá direito a qualquer participação nos resultados econômicos provenientes da atividade.
c. terá assegurada, nos termos estabelecidos pela via legislativa ordinária, participação nos resultados econômicos decorrentes da exploração da referida atividade em sua propriedade.
d. não terá direito a qualquer participação no resultado econômico da atividade, pois, embora seja proprietário do solo, as riquezas extraídas do subsolo são de propriedade exclusiva da União.

562. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Uma arbitragem, conduzida na Argentina segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional - CCI, condenou uma empresa com sede no Brasil ao pagamento de uma indenização à sua ex-sócia argentina. Para ser executável no Brasil, esse laudo arbitral

a. dispensa homologação pelo STJ, nos termos da Convenção de Nova York.
b. precisa ser homologado pelo Judiciário argentino e depois, pelo STJ.
c. precisa ser homologado pelo STJ, por ser laudo arbitral estrangeiro.
d. dispensa homologação, por ser laudo arbitral proveniente de país do Mercosul.

563. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

a. indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
b. inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
c. unidade, indivisibilidade e independência funcional;
d. indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
e. irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

564. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Maria procurou atendimento no órgão da Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação de revisão de alimentos, para majorar o valor da pensão alimentícia que seu ex-marido Mário paga para os filhos menores em comum. Para provar que o pai das crianças possui elevada renda não declarada, Maria apresentou ao Defensor Público pen-drive contendo áudio de ligação telefônica interceptada diretamente por ela, no qual Mário conversa com uma mulher, confessando auferir 50 mil reais por mês mediante trabalho informal. No caso em tela, com base no texto constitucional, o Defensor Público:

a. deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, com fundamento no áudio trazido, que será imediatamente juntado aos autos, para fins de comprovação do alegado, diante da indisponibilidade do direito dos filhos menores;
b. deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a interceptação de futuras comunicações telefônicas de Mário, para tentar obter nova prova de sua ampla possibilidade de prestar alimentos aos filhos menores;
c. deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a juntada do áudio contendo a interceptação feita por ela da conversa telefônica em que Mário confessou possuir renda extra não contabilizada;
d. não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de instrução de qualquer tipo de processo;
e. não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

565. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com especialidade em Psicologia, com o objetivo de aumentar sua renda mensal, deseja prestar novo concurso público. Sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, de acordo com as normas constitucionais sobre a matéria, Maria:

a. não pode acumular dois cargos públicos, em qualquer hipótese;
b. não pode acumular dois cargos públicos, exceto se obtiver autorização expressa do Defensor Público-Geral do Estado;

c. pode acumular seu cargo atual com outro de professor, se houver compatibilidade de horários;
d. pode acumular seu cargo atual com outro da área da segurança pública, se houver compatibilidade de horários;
e. pode acumular seu cargo atual com outro da área da educação ou saúde, se houver compatibilidade de horários.

566. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Maria procurou a Defensoria Pública e informou que foi surpreendida, às 12h, com o ingresso de agentes públicos armados em sua residência, contra a sua vontade, sob a alegação de que estavam procurando um criminoso. Considerando a sistemática constitucional, o Defensor Público informou corretamente que a conduta dos agentes públicos era:

a. ilícita, pois os agentes públicos nunca podem ingressar na casa alheia sem o consentimento do morador;
b. lícita, pois os agentes públicos sempre podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso;
c. lícita, pois os agentes públicos podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, sempre que entenderem necessário;
d. ilícita, pois os agentes públicos não podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso, sem ordem judicial;
e. lícita, pois os agentes públicos somente podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, se estiver sendo praticado um crime no local.

567. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Ao tomar conhecimento de que a Defensoria Pública iria adquirir computadores para o aparelhamento dos órgãos da instituição, o Governador do Estado determinou a suspensão do processo licitatório por entender que a aquisição seria inoportuna. À luz da sistemática constitucional, a decisão do Governador deve ser considerada:

a. lícita, desde que haja previsão nesse sentido na lei complementar;
b. ilícita, por violar a autonomia funcional da Defensoria Pública;
c. ilícita, por violar a autonomia administrativa da Defensoria Pública;
d. lícita, pois a Defensoria Pública está subordinada ao Governador do Estado;
e. ilícita, salvo se o próprio Governador tivesse autorizado a realização do processo licitatório em momento anterior.

568. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Determinada associação elaborou alentado anteprojeto de lei contendo a disciplina dos contratos de compra e venda de imóveis, o qual se mostrava plenamente adaptado às peculiaridades do respectivo Estado. Ato contínuo, solicitou que sua assessoria jurídica se manifestasse sobre o ente federado competente para legislar sobre a matéria, tendo sido respondido corretamente que:

a. a União tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito civil;
b. o Estado tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito comercial;
c. a União tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito comercial;
d. o Estado tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito civil;
e. a União e o Estado têm competência concorrente para legislar sobre a temática, pois versa sobre direito comercial.

569. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) O Tribunal de Contas do Estado, ao apreciar as contas apresentadas por determinado Prefeito Municipal, entendeu que apresentavam irregularidade insanável. À luz da sistemática constitucional, o referido entendimento:

a. por si só, importa na rejeição das contas;
b. será apreciado pela Câmara Municipal, que pode acolhê-lo, ou não, pelo voto da maioria de seus membros;
c. será apreciado pelo Governador do Estado, que pode acolhêlo, ou não;
d. será apreciado pelo Conselho de Prefeitos, que pode acolhêlo, ou não;
e. será apreciado pela Câmara Municipal, que somente pode rejeitá-lo por decisão de dois terços dos seus membros.

570. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Pedro, morador de uma área carente, recebeu uma carta informando-o que estava em débito com a anuidade da associação de moradores do seu bairro. Ressalte-se que Pedro, no fim do ano anterior, tinha solicitado o seu desligamento da associação, o que foi indeferido sob o argumento de que a associação atuava em benefício dos moradores. À luz do ocorrido, Pedro procurou a Defensoria Pública e solicitou orientação, sendo-lhe informado, corretamente, que o seu requerimento foi indeferido de:

a. modo correto, pois todos os moradores devem permanecer vinculados à referida associação;
b. forma equivocada, pois ninguém pode ser obrigado a permanecer associado;
c. modo correto, pois, como Pedro se associou de modo voluntário, não poderia desligar-se da associação;

d. forma equivocada, pois a associação de moradores deveria demonstrar que atuou em benefício de Pedro durante o ano;
e. modo correto, pois o pedido de desligamento só teria eficácia 2 (dois) anos depois.

571. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Maria, por intermédio da Defensoria Pública, impetrou mandado de segurança contra ato ilegal de autoridade estatal. A ordem requerida foi indeferida por unanimidade pelo Tribunal de Justiça, órgão competente para conhecer originariamente do pedido. Na avaliação da Defensoria Pública, o acórdão proferido é manifestamente contrário à ordem constitucional. À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, o acórdão proferido, uma vez preenchidos os demais requisitos previstos em lei, pode ser impugnado via:
a. recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
b. recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
c. recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
d. recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
e. recurso especial, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

572. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) O Presidente da República encaminhou projeto de lei ordinária, ao Senado Federal, dispondo sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, sendo sancionado e promulgado pelo Presidente da República. Ao fim desse processo legislativo, foi publicada a Lei n. 123. Considerando a sistemática constitucional, a narrativa acima descrita:
a. não apresenta qualquer irregularidade;
b. apresenta uma única irregularidade, consistente no vício de iniciativa;
c. apresenta uma única irregularidade, consistente na Casa Legislativa iniciadora;
d. apresenta uma única irregularidade, consistente na autoridade responsável pela promulgação;
e. apresenta duas irregularidades, consistentes na autoridade responsável pela promulgação e no vício de iniciativa.

573. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) João, Juiz de Direito da Vara única da Comarca Alfa, vinha causando sérios problemas às partes nos processos judiciais, o que decorria da demora para despachar e para decidir os feitos submetidos à sua apreciação. Considerando esse estado de coisas, um assistido da Defensoria Pública questionou sobre a possibilidade de João ser removido compulsoriamente do órgão em que se encontrava, sendo respondido corretamente que tal:

a. não é possível, por força da garantia da inamovibilidade;
b. é possível, desde que fosse decretada, em caráter prévio, a aposentadoria compulsória de João;
c. é possível, preenchidos os requisitos exigidos, por decisão exclusiva do Conselho Nacional de Justiça;
d. é possível, preenchidos os requisitos exigidos, por decisão exclusiva do tribunal a que João está vinculado;
e. é possível, preenchidos os requisitos exigidos, por decisão do Conselho Nacional de Justiça ou do tribunal a que João está vinculado.

574. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) "Nenhum homem livre será preso, aprisionado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora da lei, ou exilado, ou de maneira alguma destruído, nem agiremos contra ele ou mandaremos alguém contra ele, a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela lei da terra." Essa é a cláusula 39 da Magna Carta que foi aprovada na Inglaterra em 1215 para impedir o exercício do poder absoluto do monarca. O direito consagrado na Constituição da República de 1988, que é a expressão daquilo que está afirmado nessa cláusula, é o:

a. direito à igualdade;
b. direito à não discriminação;
c. direito de petição;
d. direito ao devido processo legal;
e. direito à nacionalidade.

575. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) A comissão externa da Câmara dos Deputados criada para acompanhar as investigações dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes aprovou em dezembro de 2018 o seu relatório final, no qual cobra a federalização do caso. Como é sabido, no Brasil é possível que haja federalização de casos de grave violação de direitos humanos. Segundo a Constituição da República de 1988, qual seria a finalidade desse deslocamento de competência para a justiça federal é:

a. garantir a Lei e a Ordem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem;
b. dar efetividade ao sistema de garantia de direitos fundamentais previstos no âmbito da Constituição e da legislação federal;
c. promover a atuação integrada, no plano estadual e federal, de administradores e responsáveis pelas investigações de casos que envolvam violação de direitos humanos;
d. combater a eventual morosidade dos agentes do sistema de justiça que comprometa a imagem do país junto aos organismos multilaterais de cooperação internacional;
e. assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

576. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA CIÊNCIAS CONTÁBEIS) A Emenda Constitucional (EC) n. 86/2015 criou dispositivos para regular a aprovação e a execução de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. De acordo com os dispositivos da EC n. 86/2015, o limite para aprovação das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária corresponde a 1,2% da receita corrente líquida:
a. prevista no projeto de LOA;
b. prevista no projeto de LOA, corrigida pela meta de inflação;
c. realizada no exercício anterior;
d. realizada no exercício anterior, corrigida pela inflação do período;
e. sendo 50% para ações e serviços públicos de saúde.

577. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA CIÊNCIAS CONTÁBEIS) Uma das inovações da Constituição da República de 1988 em termos de planejamento foi a exigência da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo conteúdo também foi tratado posteriormente na legislação complementar (LRF). Entre as atribuições da LDO está:
a. apresentar o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos;
b. definir as políticas de aplicação e de financiamento das agências governamentais;
c. dispor sobre as alterações na legislação orçamentária;
d. estabelecer critérios e forma de limitação de empenho;
e. orientar a elaboração do plano plurianual.

578. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ECONOMIA) A determinação de que a Lei Orçamentária Anual não deve consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras refere-se ao princípio do(a):

a. exclusividade;
b. especificação;
c. transparência;
d. universalidade;
e. orçamento bruto.

579. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ECONOMIA) No Brasil, a Constituição da República de 1988 concebe duas perspectivas de planejamento. Uma delas refere-se aos planos de desenvolvimento econômico e social, e está a serviço da concepção do Estado intervencionista. As definições desses planos de desenvolvimento econômico e social:
a. colaboraram para restringir a expansão do orçamento fiscal;
b. propõem os critérios de regionalização constantes no Plano Plurianual;
c. indicam as prioridades e metas a serem executadas em cada orçamento anual;
d. assumem papel determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
e. têm foco na programação da administração pública e nas autorizações orçamentárias anuais.

580. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ECONOMIA) A legislação que trata da execução do orçamento pelos entes públicos apresenta autorizações e vedações, tendo em vista garantir o cumprimento dos princípios que regem a administração pública, bem como o equilíbrio financeiro e orçamentário. Uma das autorizações refere-se:
a. à concessão de créditos ilimitados, quando previstos no PPA;
b. à abertura de crédito especial pendente de autorização legislativa;
c. ao início de programas não incluídos na Lei Orçamentária Anual;
d. à assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
e. à vinculação de receita de impostos para ações e serviços públicos de saúde.

581. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ECONOMIA) Em um tribunal de contas há uma equipe técnica responsável por avaliar a qualidade e a adequabilidade do conteúdo das peças orçamentárias dos entes jurisdicionados. Ao analisar a LDO de um ente, um técnico ponderou que um dos conteúdos não era compatível com a legislação pertinente. Um item que pode ter chamado a atenção do técnico refere-se a:
a. condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
b. definição de limites para elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário;
c. parâmetros para fixação das remunerações no âmbito do Poder Legislativo;

d. parâmetros para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
e. proposição de metas de regionalização de despesas relativas aos programas de duração continuada.

582. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ECONOMIA) A receita pública é processada em estágios que contribuem para o controle do fluxo de recursos previstos no orçamento. O primeiro estágio de execução da receita é o lançamento, que tem como característica:
a. ser processado em regime de caixa;
b. ser exclusivo para os impostos diretos e indiretos;
c. ser condição para a arrecadação efetiva dos recursos;
d. referir-se à verificação da procedência do crédito fiscal;
e. referir-se à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores.

583. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ECONOMIA) Sobre a previdência social e suas principais reformas a partir da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:
a. a reforma trazida pela Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998, trouxe o fim da aposentadoria com proventos integrais para os servidores que ingressaram no serviço público após o advento dessa Emenda;
b. a Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, também estabeleceu critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional;
c. o fator previdenciário – uma fórmula matemática aplicada sobre o salário para definir o valor do benefício que leva em conta a idade do trabalhador, além do tempo de contribuição, foi uma regra implantada a partir da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, para desestimular a aposentadoria precoce;
d. a Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998, tem entre suas principais mudanças o estabelecimento da aposentadoria por tempo de contribuição e não mais por tempo de serviço, exigindo-se, assim, trinta e cinco anos de contribuição do homem, e trinta, da mulher;
e. as reformas adotadas durante os dois governos do presidente Lula focaram em grande maioria em mudanças na iniciativa privada.

584. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA SERVIÇO SOCIAL) Conforme consagrado na Constituição da República de 1988, à Defensoria Pública cabe:

a. ampliar os modelos de proteção dos direitos humanos para as populações pobres;
b. funcionar como elemento de controle social, absorvendo tensões e mediando conflitos;
c. propor projetos de lei que amparem os hipossuficientes em seus direitos sociais;
d. orientar aqueles que comprovarem insuficiência de recursos nos seus problemas jurídicos e na defesa de seus direitos;
e. estabelecer normas jurídicas que guardam um arranjo lógico para proteger os direitos dos cidadãos.

585. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Conforme previsto na Constituição da República de 1988, o Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos do planejamento público, que estabelece "de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada". Em relação ao processo orçamentário do PPA e a sua vigência relativamente ao mandato do chefe do Poder Executivo, é correto afirmar que:

a. sua vigência se confunde com o mandato, vigendo durante os quatro anos do governo;
b. entra em vigor no segundo ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do primeiro ano do mandato seguinte;
c. entra em vigor no terceiro ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do segundo ano do mandato seguinte;
d. entra em vigor no quarto ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do terceiro ano do mandato seguinte;
e. tem a vigência prescrita em decreto específico do chefe do Poder Executivo, podendo variar entre dois e quatro anos desde o início do mandato.

586. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Antônio, pessoa hipossuficiente no plano econômico e morador de uma área carente do Estado, procurou a Defensoria Pública e solicitou que fosse ajuizada uma ação judicial para obrigar o Poder Público a lhe fornecer certo medicamento indispensável à sua sobrevivência. À luz da sistemática constitucional, a ação a ser ajuizada buscará tutelar:

a. um direito social;
b. um direito coletivo;
c. uma garantia coletiva;
d. uma garantia individual;
e. uma liberdade individual.

587. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) João requereu a matrícula do seu filho de dez anos em determinada escola pública, o que foi indeferido pelo respectivo diretor, por escrito, de modo arbitrário, ilegal e sem qualquer fundamentação. Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a mat*rícula do f*ilho de *João, que te*ve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

a. o habeas data;
b. o habeas corpus;
c. o mandado de injunção;
d. o mandado de segurança;a
e. a reclamação constitucional.

588. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Clara, pessoa economicamente hipossuficiente, perguntou a um parente, com formação jurídica, se poderia procurar a Defensoria Pública para obter orientações sobre como deveria proceder para vender a casa em que morava. O referido parente informou corretamente que a Defensoria Pública:

a. não atenderia Clara, pois não existe uma ação judicial em curso;
b. somente atenderia Clara se fosse paga a taxa de consulta jurídica;
c. não atenderia Clara, pois a atuação no plano extrajudicial restringe-se à defesa dos direitos humanos;
d. atenderia Clara, pois sua atuação, de modo gratuito, estendese ao plano judicial e ao extrajudicial;
e. teria liberdade para decidir se atenderia, ou não, Clara, por se tratar de atuação extrajudicial.

589. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Joana, Prefeita Municipal, praticou diversos ilícitos em detrimento do respectivo Município, os quais redundaram em dano ao patrimônio público. Maria, cidadã brasileira, economicamente hipossuficiente, procurou a Defensoria Pública e informou que desejava ajuizar a ação constitucional cabível para obter, de Joana, o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público. Essa ação é:

a. a ação penal;
b. a ação popular;
c. o mandado de segurança;
d. a ação coletiva;
e. a ação difusa.

590. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Na sistemática constitucional, existem matérias que podem ser disciplinadas por leis da União, dos Estados e do Distrito Federal. Nesse caso, a União se limita à edição de normas gerais. Trata-se de competência legislativa:

a. concorrente;
b. privativa;
c. exclusiva;
d. livre;
e. partilhada.

591. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela. Essa instituição é:

a. o Ministério Público;
b. a Defensoria Pública;
c. a Procuradoria-Geral do Estado;
d. a Polícia Judiciária;
e. o Poder Judiciário.

592. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Determinado vereador almejava apresentar projeto de lei fixando o subsídio a ser pago aos integrantes da Câmara Municipal, tendo solicitado que sua assessoria se pronunciasse sobre a existência de algum limite constitucional a esse respeito. A assessoria respondeu corretamente que, à luz da sistemática constitucional:

a. não existem limites a serem observados;
b. os limites existentes somente estão relacionados à população do Município;
c. os limites existentes somente estão relacionados ao subsídio dos deputados estaduais;
d. os limites existentes estão relacionados à população do Município e ao subsídio dos deputados estaduais;
e. os limites existentes somente estão relacionados ao subsídio dos deputados federais.

593. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Determinado Prefeito Municipal, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca, que já contava com dez anos de efetivo exercício na magistratura, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça que o "demitisse" por decisão administrativa. À luz da sistemática constitucional, o referido pedido é incompatível com a garantia constitucional da:

a. inamovibilidade;

b. vitaliciedade;
c. irredutibilidade;
d. indisponibilidade;
e. inelegibilidade.

594. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) A Câmara dos Vereadores do Município Alfa aprovou o diploma normativo que regeria o Município, por dois terços dos seus membros, após dois turnos de votação, com o interstício de dez dias entre cada uma delas. O referido diploma normativo, na sistemática constitucional, é:
a. a Constituição Municipal;
b. a Lei Orgânica Municipal;
c. a Lei Complementar Municipal;
d. a Lei Ordinária Municipal;
e. o Estatuto Municipal.

595. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) O Tribunal de Justiça do Estado divulgou edital para a promoção de cinco Juízes de Direito para uma entrância mais elevada da carreira. De acordo com a sistemática constitucional, essas promoções devem observar:
a. alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento;
b. apenas o critério de merecimento;
c. apenas o critério de antiguidade;
d. alternadamente, os critérios de antiguidade, merecimento e sorteio;
e. apenas o critério de sorteio.

596. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Em matéria de controle da Administração Pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, é exercida pelo Poder:
a. Judiciário, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno;
b. Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno;
c. Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno;

d. Executivo, com auxílio da Controladoria-Geral do Estado, mediante controle externo, e o Governador deve repassar os recursos orçamentários à Defensoria até o dia 30 (trinta) de cada mês;
e. Executivo, com auxílio do Defensor Público-Geral do Estado, mediante controle misto, e o Governador deve repassar os recursos orçamentários à Defensoria até o dia 10 (dez) de cada mês.

GABARITO

466. c
467. b
468. d
469. b
470. b
471. e
472. e
473. c
474. c
475. d
476. a
477. c
478. b
479. e
480. b
481. e
482. a
483. a
484. b
485. d
486. c
487. d
488. c
489. b
490. b
491. b
492. c
493. c
494. a
495. a
496. d
497. e
498. c
499. a
500. d
501. d
502. b
503. b
504. d
505. a
506. c
507. d
508. b
509. c
510. d
511. b
512. e
513. e
514. d
515. b
516. d
517. e
518. c
519. d
520. d
521. c
522. c
523. e
524. b
525. d
526. e
527. c
528. b
529. c
530. b
531. d
532. b
533. d
534. a
535. c
536. e
537. c
538. c
539. e
540. d
541. b
542. a
543. d
544. c
545. d
546. a
547. a
548. a
549. d
550. c
551. a
552. c
553. b
554. d
555. b
556. b
557. d
558. a
559. c
560. b
561. c
562. c
563. c
564. e
565. c
566. d
567. c
568. a
569. e
570. b
571. d
572. c
573. e
574. d
575. e
576. a
577. d
578. b
579. d
580. e
581. e
582. d
583. d
584. d
585. b
586. a
587. d
588. d
589. b
590. a
591. a
592. d
593. b
594. b
595. a
596. b

DIREITO CIVIL

597. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Eudora e Janice, primas, namoram há três anos e decidiram levar o relacionamento para um nível mais sério. Por isso, no dia dos namorados, noivaram e iniciaram o procedimento de habilitação para o casamento civil. No ano de 2019, o casamento civil foi celebrado.De acordo com o atual sistema jurídico brasileiro, o casamento é:

a. nulo;
b. inexistente;
c. válido;
d. anulável;
e. ineficaz.

598. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Rejane mora com seu filho menor na comunidade do Milharal, onde vem disputando com seu vizinho parte de um terreno. O vizinho, contudo, ameaçou a integridade de seu filho para que ela assinasse acordo de transação, pelo qual renunciava a direitos sobre o terreno. Diante disso, o referido acordo é:

a. nulo, em razão do objeto ilícito;
b. nulo, em razão da ausência de vontade;
c. anulável, em razão de estado de perigo;
d. anulável, em razão de coação;
e. anulável, em razão de dolo.

599. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Alcebíades encomendou a Jeremias um celular modelo X, pagando-lhe antecipadamente. Dias depois, Jeremias procurou Alcebíades, para ofertar-lhe, em substituição ao modelo X, um aparelho de celular modelo Y. Alcebíades resignou-se e aceitou o telefone ofertado no lugar do devido. Entretanto, pouco depois, foi abordado pela polícia, que apreendeu o celular recebido, pois o aparelho tinha sido roubado por Jeremias. Diante disso, Alcebíades pode exigir de Jeremias:

a. somente perdas e danos;
b. um celular do modelo Y;
c. um celular do modelo X;
d. o equivalente pecuniário de um celular do modelo Y;
e. o equivalente pecuniário de um celular do modelo X.

600. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Enquanto viajavam de férias, o imóvel em que os Silva residiam foi invadido por Pereira. Agora que retornaram, Pereira alega que, tendo reparado a tubulação de água que estourou, colocando em risco o imóvel, enquanto eles viajavam, tem direito a reter o bem até que eles efetuem o ressarcimento pelos gastos que teve. No caso, Pereira:

a. tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, com direito à retenção do imóvel até que isso ocorra;
b. tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, mas sem direito à retenção do imóvel;
c. não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, mas pode levantar a benfeitoria realizada se não houver detrimento à coisa;
d. não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, por se tratar de benfeitoria apenas voluptuária;
e. não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, por ser possuidor de má-fé.

601. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Hélio, empresário bem-sucedido, solteiro, sem filhos, tem um grande patrimônio. Desde 2011, apresenta o hábito de ingerir excessivas quantidades de álcool. No começo de 2018 esta rotina se intensificou e Hélio começou a beber durante os sete dias da semana, não mais administrando as suas atividades comerciais ou vida afetiva. Sobre a situação de Hélio, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a. É absolutamente capaz para prática de todos os atos da vida civil.
b. É absolutamente incapaz para prática de atos da vida civil.
c. É relativamente incapaz em razão da prodigalidade.
d. É relativamente incapaz por ser ébrio habitual.
e. Estende-se, ao menos quanto aos atos civis que digam respeito ao seu patrimônio, a relativa incapacidade de exprimir sua vontade por causa transitória.

602. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Walter, 16 anos, é exímio desenhista e começou a produzir e vender camisetas a pessoas próximas, de seu colégio e de sua família. Em menos de seis meses, o negócio cresceu exponencialmente e ele abriu um sítio eletrônico de vendas. Sua renda é tão alta que lhe permite arcar com suas despesas pessoais, sustentar seus pais e aplicar na poupança. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a. Cessou para Walter, ainda que menor, a incapacidade.
b. Walter é absolutamente incapaz.

c. Walter é relativamente capaz, devendo ser assistido por seus pais em todos os contratos assinados em decorrência de sua atividade negocial.
d. Walter apenas adquirirá a plena capacidade caso seus pais a outorguem.
e. Apenas o exercício de emprego público efetivo gera a cessação da incapacidade, o que não ocorre pelo exercício de atividade privada.

603. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Aurélio é coronel do Exército Brasileiro. Em missão de ajuda humanitária ocorrida em conflito armado em um país estrangeiro, Aurélio desapareceu, não tendo retornado ao país, mesmo após o término da missão, ocorrido há quatro anos. No início do corrente ano, houve o pronunciamento do Presidente do país estrangeiro afirmando o encerramento de busca por pessoas não encontradas na época do conflito. Quanto ao caso concreto, é correto afirmar que Aurélio

a. tornou-se relativamente incapaz para o exercício de alguns atos da vida civil, mais especificamente, aqueles de caráter patrimonial.
b. é considerado falecido por morte natural.
c. será tido como presumidamente morto, para o que será necessária a declaração prévia de ausência.
d. tornou-se absolutamente incapaz.
e. poderá ter a morte presumida declarada, sem decretação de ausência.

604. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Márcia encontra-se grávida de oito meses. Diante dos exames feitos e da constatação de que seu filho pertence ao sexo masculino, escolheu chamá-lo de Miguel. Segundo o que diz o Código Civil quanto ao nascituro, assinale a afirmativa correta.

a. A lei resguarda os direitos de Miguel, ainda que venha a falecer durante a gravidez.
b. A personalidade civil de Miguel começa desde sua concepção.
c. A personalidade civil de Miguel se inicia desde a concepção, a partir de quando a lei também resguarda seus direitos.
d. A personalidade civil de Miguel se inicia a partir do nascimento com vida, mas a lei resguarda seus direitos desde a concepção.
e. A personalidade civil de Miguel começa apenas a partir do nascimento com vida, a partir de quando também são resguardados seus direitos.

605. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Rodrigo e Beth, casados, são os pais de Pedro, que tem dezesseis anos, e moram em Salvador. Ainda com esta idade, Pedro obteve boa nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e foi admitido na Universidade Federal de Minas Gerais. Por essa razão, Rodrigo e Beth pretendem proporcionar ao filho maior liberdade na prática dos atos da vida civil. Diante da situação apresentada, é possível afirmar que, segundo o Direito brasileiro,

a. Pedro é relativamente incapaz até completar os dezoito anos, inexistindo outra possibilidade de adquirir a plena capacidade civil que não a maioridade.
b. Rodrigo e Beth poderão conceder a Pedro a emancipação voluntária mediante instrumento público, adquirindo este último a plena capacidade civil.
c. a concessão da emancipação voluntária por Rodrigo e Beth dependerá de autorização judicial, mesmo que não haja qualquer discordância entre eles.
d. a única hipótese presente na lei que permite a Pedro emancipação e aquisição da plena capacidade será seu eventual casamento.
e. mesmo na hipótese de emancipação, Pedro continuará a ser relativamente incapaz.

606. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Marcos, 29 anos, apresenta um quadro de bipolaridade controlado. Nessa situação, o Direito lhe confere

a. plena capacidade.
b. relativa incapacidade, sendo necessária sua assistência.
c. absoluta incapacidade, sendo necessária sua representação.
d. plena capacidade apenas para atos patrimoniais.
e. incapacidade adstrita a atos que afetem o seu patrimônio.

607. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Heleno, que tem 13 anos, pretende comprar um videogame no valor de R$ 3.000,00. Para isto, celebra contrato de compra e venda com Jorge, que tem 18 anos. Sobre esta situação, quanto a Heleno, é correto afirmar que

a. a contratação é viável, em razão de sua plena capacidade civil.
b. a celebração do contrato apenas seria possível caso ele estivesse assistido por seus pais.
c. ele não pode celebrar este contrato, em razão de sua incapacidade absoluta.
d. ainda que representado por seus pais, ele não pode celebrar este contrato.
e. após os dezesseis anos, ele pode celebrar contratos, independentemente da intervenção de seus pais.

608. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - ÁREA AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE) Bernardo encontrava-se no trânsito durante as chuvas torrenciais ocorridas em Salvador. No momento em que transitava pela avenida litorânea, houve forte deslizamento de terra, que atingiu quatro carros, dentre os quais estava o seu. Todos os veículos foram arrastados para o mar e, posteriormente, localizados pelo Corpo de Bombeiros. O evento resultou na morte dos motoristas de três carros. O corpo de Bernardo, contudo, não foi encontrado, permanecendo desaparecido mesmo após o encerramento das buscas. Diante desta situação, assinale a afirmativa correta.

a. Sem a localização do corpo de Bernardo, não há o fim de sua personalidade, que apenas se encerra com a prova da morte natural.
b. É possível declarar a morte presumida de Bernardo antes do fim das buscas.
c. A declaração de morte de Bernardo apenas poderá se realizar mediante decretação de ausência.
d. Diante do caso apresentado, é possível reconhecer a morte natural de Bernardo.
e. Pode ser declarada a morte presumida de Bernardo sem decreto judicial de ausência, ante a alta probabilidade do falecimento.

609. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Vânia e Luiz são conviventes e genitores de Fabiana, que conta com dezesseis anos. Ante a independência financeira de Fabiana, conquistada em razão do ofício de influenciadora digital, Vânia e Luiz pretendem emancipá-la. Aproveitando a oportunidade, pretendem contrair matrimônio. Para a regular produção de efeitos jurídicos dos atos, afirma-se que:

a. O casamento de Vânia e Luiz deve ser averbado no registro público e a emancipação de Fabiana, averbada.
b. O casamento de Vânia e Luiz deve ser registrado no registro público, assim como o eventual divórcio.
c. O casamento de Vânia e Luiz deverá ser registrado no registro público, diferente do nascimento de Fabiana que foi apenas averbado em registro público.
d. A emancipação de Fabiana ser registrado em registro público, assim como o casamento de Vânia e Luiz.
e. O casamento de Vânia e Luiz deverá ser averbado em registro público, assim como a emancipação de Fabiana.

610. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Giovanna e Carla são filhas gêmeas de Anderson. Após acidente de trânsito, todos são levados ao hospital, mas falecem antes de chegar ao estabelecimento. Durante a realização do laudo médico, para confecção de atestado de óbito, não foi possível declarar quem havia morrido primeiro. Conforme esta situação, é correto afirmar que

a. O Código Civil presume que o pai morreu em momento anterior ao da filha que nasceu primeiro.
b. O Código Civil presume que as filhas morreram em momento anterior ao pai.
c. Sobre os casos em que duas ou mais pessoas morrem ao mesmo tempo, existe uma lacuna legislativa.
d. O Código Civil presume que o pai morreu em momento anterior ao da filha que nasceu primeiro.
e. Em razão do falecimento em uma mesma ocasião, sem que se possa verificar qual óbito precedeu ao outro, presumir-se-á simultaneidade de todos.

611. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Na noite do dia 09 de janeiro de 2019, um forte deslizamento de terra causou grande destruição em região residencial de Salvador. Mariana, seu cônjuge Carlos e as duas filhas, Carla e Paula, estavam em sua casa, a qual foi atingida pelo referido deslizamento e destruída por completo. Após dois meses de buscas, os trabalhos foram encerrados e os corpos não foram encontrados. Desconfia-se que os corpos da família foram levados pela enxurrada para o rio que passava logo abaixo da construção destruída e não foi possível localizá-los. Diante desta situação, é correto afirmar que

a. é viável a declaração de morte natural de todos os membros da família.
b. todos os membros da família, a partir do momento do desaparecimento, podem ser declarados presumidamente mortos pelo Corpo de Bombeiros.
c. poderá ser declarada a morte presumida por sentença, pela extrema probabilidade de morte de todos os membros da família, após findas as buscas e averiguações.
d. a morte presumida, que pode ser declarada por sentença, somente o será após o decreto de ausência.
e. mesmo antes de esgotadas as buscas e averiguações poderá ser declarada a morte presumida.

612. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Rogério, 20 anos, é dependente químico e mantém, como endereço, a residência de seus pais. Nos últimos dois anos foi internado cinco vezes e sempre se retira da clínica após alguns dias de procedimento. Por muitas vezes sai durante semanas e não retorna à sua residência. Quanto a Rogério, o Código Civil o qualifica como

a. relativamente incapaz, em razão de idade.
b. relativamente incapaz, pelo vício em tóxico.
c. plenamente capaz.
d. absolutamente incapaz, por falta de discernimento.
e. pródigo, e, portanto, relativamente incapaz.

613. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Evandro atravessava uma avenida movimentada quando um ônibus em alta velocidade não respeitou o sinal de pedestre e chocou-se contra ele. Após cinco dias de internação, o médico comunicou à família de que o acidentado ficará, provavelmente, em estado de coma permanente, apesar do funcionamento da sua atividade cerebral. Em razão disto, os pais de Evandro optam por transferi-lo para a casa deles, adaptando instalações para que seja possível mantêlo ligado aos aparelhos que lhe mantém a vida. Segundo o Código Civil, Evandro é considerado

a. relativamente incapaz.
b. absolutamente incapaz.
c. plenamente capaz.
d. naturalmente morto.
e. morto presumido.

614. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) O Código Civil conceitua que são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Neste sentido, o mesmo diploma legal estabelece que o uso comum dos bens públicos

a. deve ser necessariamente retribuído, por meio de tarifa por parte dos particulares usuários.
b. deve ser necessariamente gratuito, já que tais bens pertencem a toda a sociedade de forma genérica.
c. deve ser necessariamente oneroso, a fim de que toda a coletividade se beneficie.
d. pode ser gratuito ou retribuído, conforme decidir arbitrariamente o Secretário Municipal de Governo.

e. pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

615. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Fernanda dirigia um automóvel acompanhada de seu cônjuge, Marcelo, quando colidiu frontalmente com outro veículo. Em razão da gravidade do acidente, ambos faleceram antes mesmo de chegar o auxílio médico. Sobre a situação apresentada, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a. Houve a morte presumida de ambos.
b. Será necessária a decretação de ausência de Fernanda e Marcelo.
c. Como ambos morreram em razão do mesmo acidente, presume-se que o de maior idade faleceu primeiro.
d. Diante do falecimento em uma mesma ocasião, ocorre a comoriência.
e. Não há norma no ordenamento brasileiro a respeito de morte simultânea.

616. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Walter é praticante de alpinismo e faz escaladas em encostas de grande altura pelo Brasil. Ao praticar esta atividade em Brotas, as cordas que seguravam Walter acabaram não suportando o peso de seu corpo e ele caiu, chocando a coluna contra uma pedra. Durante a internação, o médico, em contato com a família, explicou que Walter encontrava-se em coma, com todas as funções vitais ativas, e também o sistema nervoso. No entanto, advertiu seus parentes que a possibilidade de falecimento era grande e que, no mínimo, certamente a lesão o deixará paraplégico. Quanto à situação de Walter, conforme o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a. Ocorreu sua morte jurídica.
b. Houve sua morte presumida.
c. Encontra-se, por causa transitória, absolutamente incapaz.
d. Encontra-se plenamente capaz, em razão da atividade de seu sistema nervoso.
e. Manterá a capacidade relativa, enquanto estiver em coma.

617. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Um determinado prédio histórico de Salvador passa por reformas. Para tanto, são retiradas algumas de suas janelas e partes do piso de algumas áreas. Após determinados procedimentos, tais materiais serão reintegrados ao imóvel. Segundo o Código Civil, essas janelas e partes do piso são bens

a. móveis.
b. imóveis.
c. consumíveis.
d. imóveis, mas, durante o período de retirada, móveis.
e. coletivos.

618. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) A concessionária WYZ instalou algumas torres em imóvel concedido pelo Estado, as quais têm utilidade de transmitir energia para as residências de determinado bairro. A energia transmitida, segundo o que dispõe o Código Civil, é considerada

a. bem móvel.
b. bem dominical.
c. bem acessório às torres.
d. bem público de uso comum.
e. bem imóvel.

619. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Gilberto, divorciado, pai de três filhos, faleceu aos 81 anos, deixando três imóveis e dois veículos. Segundo o Código Civil,

a. apenas os imóveis, individualmente considerados, são bens imóveis, diferentemente da totalidade do patrimônio do falecido.
b. todos os bens do patrimônio do falecido, inclusive os imóveis, são considerados bens fungíveis.
c. não se considera o patrimônio total do falecido uma universalidade de direitos dotada de valor econômico.
d. o direito à sucessão aberta, atribuído aos herdeiros de Gilberto em relação à universalidade de patrimônio deste, é considerado bem imóvel.
e. não se pode dizer que os imóveis, considerados em si, são bens singulares.

620. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Mônica, casada pelo regime da comunhão total de bens, descobre que seu marido, Geraldo, alienou um imóvel pertencente ao patrimônio comum do casal, sem a devida vênia conjugal. A descoberta agrava a crise conjugal entre ambos e acaba conduzindo ao divórcio do casal. Tempos depois, Mônica ajuíza ação em face de seu ex-marido, objetivando a invalidação da alienação do imóvel. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a. O juiz pode conhecer de ofício do vício decorrente do fato de Mônica não ter anuído com a alienação do bem.
b. O fato de Mônica não ter anuído com a alienação do bem representa um vício que convalesce com o decurso do tempo.
c. O vício decorrente da ausência de vênia conjugal não pode ser sanado pela posterior confirmação do ato por Mônica.
d. Para que a pretensão de Mônica seja acolhida, ela deveria ter observado o prazo prescricional de dois anos, a contar da data do divórcio.

621. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Eduarda comprou um terreno não edificado, em um loteamento distante do centro, por R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Como não tinha a intenção de construir de imediato, ela visitava o local esporadicamente. Em uma dessas ocasiões, Eduarda verificou que Laura, sem qualquer autorização, havia construído uma mansão com 10 quartos, sauna, piscina, cozinha gourmet etc., no seu terreno, em valor estimado em R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Laura, ao ser notificada por Eduarda, antes de qualquer prazo de usucapião, verificou a documentação e percebeu que cometera um erro: construíra sua mansão no lote "A" da quadra "B", quando seu terreno, na verdade, é o lote "B" da quadra "A". Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

a. Eduarda tem o direito de exigir judicialmente a demolição da mansão construída por Laura, independentemente de qualquer indenização.
b. Laura, apesar de ser possuidora de má-fé, tem direito de ser indenizada pelas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel de Eduarda.
c. Laura, como é possuidora de boa-fé, adquire o terreno de Eduarda e a indeniza, uma vez que construiu uma mansão em imóvel inicialmente não edificado.
d. Eduarda, apesar de ser possuidora de boa-fé, adquire o imóvel construído por Laura, tendo em vista a incidência do princípio pelo qual a superfície adere ao solo.

622. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Flora e Carlos pretendem contrair matrimônio. Flora tem 65 anos e, Carlos, 66. Por se tratar de segundas núpcias do futuro casal e já terem filhos oriundos de relacionamentos anteriores, eles não pretendem se tornar herdeiros um do outro e tampouco comunicar seus patrimônios. Diante do desconhecimento dos efeitos sucessórios do casamento, Flora e Carlos buscam aconselhamento jurídico sobre a possibilidade de sua pretensão. Assinale a opção que indica a resposta correta dada pelo(a) advogado(a) consultado(a).

a. Em razão da idade de Carlos, o regime de bens será o da separação obrigatória, o qual afasta a possibilidade do futuro casal ser herdeiro um do outro.
b. O futuro casal deverá optar pelo regime da separação convencional de bens, que permitirá a exclusão da qualidade de herdeiro de Flora e Carlos.
c. O cônjuge, no ordenamento jurídico brasileiro, sempre será herdeiro necessário, independentemente do regime de bens.
d. O ordenamento brasileiro não oferece alternativa para a pretensão do futuro casal.

623. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Maria decide vender sua mobília para Viviane, sua colega de trabalho. A alienante decidiu desfazer-se de seus móveis porque, após um serviço de dedetização, tomou conhecimento que vários já estavam consumidos internamente por cupins, mas preferiu omitir tal informação de Viviane. Firmado o acordo, 120 dias após a tradição, Viviane descobre o primeiro foco de

cupim, pela erupção que se formou em um dos móveis adquiridos. Poucos dias depois, Viviane, após investigar a fundo a condição de toda a mobília adquirida, descobriu que estava toda infectada. Assim, 25 dias após a descoberta, moveu ação com o objetivo de redibir o negócio, devolvendo os móveis adquiridos, reavendo o preço pago, mais perdas e danos. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a. A demanda redibitória é tempestiva, porque o vício era oculto e, por sua natureza, só podia ser conhecido mais tarde, iniciando o prazo de 30 (trinta) dias da ciência do vício.
b. Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, deveria a adquirente reclamar abatimento no preço, em sendo o vício sanável.
c. O pedido de perdas e danos não pode prosperar, porque o efeito da sentença redibitória se limita à restituição do preço pago, mais as despesas do contrato.
d. A demanda redibitória é intempestiva, pois quando o vício só puder ser conhecido mais tarde, o prazo de 30 (trinta) dias é contado a partir da ciência, desde que dentro de 90 (noventa) dias da tradição.

624. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Os negócios de Clésio vão de mal a pior, e, em razão disso, ele toma uma decisão difícil: tomar um empréstimo de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com Antônia, dando, como garantia de pagamento, o penhor do seu relógio de ouro e diamantes, avaliado em R$ 200.00,00 (duzentos mil reais). Antônia, por sua vez, exige que, no instrumento de constituição do penhor, conste uma cláusula prevendo que, em caso de não pagamento da dívida, o relógio passará a ser de sua propriedade. Clésio aceita a inserção da cláusula, mas consulta seus serviços, como advogado(a), para saber da validade de tal medida. Sobre a cláusula proposta por Antônia, assinale a afirmativa correta.

a. É válida, tendo em vista o fato de que as partes podem, no exercício de sua autonomia privada, estipular esse tipo de acordo.
b. É nula, tendo em vista o fato de que o Código Civil brasileiro proíbe o pacto comissório.
c. É válida, uma vez que Clésio como proprietário do bem, não está impedido de realizar o negócio por um preço muito inferior ao de mercado, não se configurando a hipótese como pacto comissório.
d. É válida, ainda que os valores entre o bem dado em garantia e o empréstimo sejam díspares, nada impede sua inserção, eis que não há qualquer vedação ao pacto comissório no direito brasileiro.

625. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Matheus, sem filhos, casado com Jane, no regime de comunhão parcial de bens, falece após enfarto fulminante. De seu parentesco em linha reta são ainda vivos Carlos, seu pai, e Irene, sua avó materna. A partir da situação acima, assinale a opção que indica a sucessão de Matheus.

a. Serão herdeiros Carlos, Irene e Jane, a última em concorrência, atribuído quinhão de 1/3 do patrimônio para cada um deles.
b. Serão herdeiros Carlos e Jane, atribuído quinhão de 2/3 ao pai e de 1/3 à Jane, cônjuge concorrente.
c. Carlos será herdeiro sobre a totalidade dos bens, enquanto Jane apenas herda, em concorrência com este, os bens particulares do falecido.
d. Serão herdeiros Carlos e Jane, esta herdeira concorrente, atribuído quinhão de metade do patrimônio para cada um destes.

626. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Aline manteve união estável com Marcos durante 5 (cinco) anos, época em que adquiriram o apartamento de 80 m² onde residiam, único bem imóvel no patrimônio de ambos. Influenciado por tormentosas discussões, Marcos abandonou o apartamento e a cidade, permanecendo Aline sozinha no imóvel, sustentando todas as despesas deste. Após 3 (três) anos sem notícias de seu paradeiro, Marcos retornou à cidade e exigiu sua meação no imóvel. Sobre o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

a. Marcos faz jus à meação do imóvel em eventual dissolução de união estável.
b. Aline poderá residir no imóvel em razão do direito real de habitação.
c. Aline adquiriu o domínio integral, por meio de usucapião, já que Marcos abandonou o imóvel durante 2 (dois) anos.
d. Aline e Marcos são condôminos sobre o bem, o que impede qualquer um deles de adquirí-lo por usucapião.

627. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Município X, na tentativa de fazer com que os cofres municipais pudessem receber determinado tributo com mais celeridade, publicou, em maio de 2017, uma lei que alterava a data de recolhimento daquela exação. A lei dispunha que os efeitos das suas determinações seriam imediatos. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

a. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a lei é válida, mas apenas poderia entrar em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.
b. A lei é inconstitucional, uma vez que não respeitou o princípio da anterioridade.
c. A lei é constitucional, uma vez que, nessa hipótese, não se sujeita ao princípio da anterioridade.
d. A lei é válida, mas só poderia vigorar 90 (noventa) dias após a sua publicação.

628. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Arnaldo institui usufruto de uma casa em favor das irmãs Bruna e Cláudia, que, no intuito de garantir uma fonte de renda, alugam o imóvel. Dois anos depois da constituição do usufruto, Cláudia falece, e Bruna, mesmo sem "cláusula de acrescer" expressamente estipulada, passa a receber integralmente os valores decorrentes da locação. Um ano após o falecimento de Cláudia, Arnaldo vem a falecer. Seus herdeiros pleiteiam judicialmente uma parcela dos valores integralmente recebidos por Bruna no intervalo entre o falecimento de Cláudia e de Arnaldo e, concomitantemente, a extinção do usufruto em função da morte de seu instituidor. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

a. Na ausência da chamada "cláusula de acrescer", parte do usufruto teria se extinguido com a morte de Cláudia, mas o usufruto como um todo não se extingue com a morte de Arnaldo
b. Bruna tinha direito de receber a integralidade dos aluguéis independentemente de estipulação expressa, tendo em vista o grau de parentesco com Cláudia, mas o usufruto automaticamente se extingue com a morte de Arnaldo.
c. A morte de Arnaldo só extingue a parte do usufruto que caberia a Bruna, mas permanece em vigor no que tange à parte que cabe a Cláudia, legitimando os herdeiros desta a receberem metade dos valores decorrentes da locação, caso esta permaneça em vigor.
d. A morte de Cláudia extingue integralmente o usufruto, pois instituído em caráter simultâneo, razão pela qual os herdeiros de Arnaldo têm direito de receber a integralidade dos valores recebidos por Bruna, após o falecimento de sua irmã.

629. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Eva celebrou com sua neta Adriana um negócio jurídico, por meio do qual doava sua casa de praia para a neta caso esta viesse a se casar antes da morte da doadora. O ato foi levado a registro no cartório do Registro de Imóveis da circunscrição do bem. Pouco tempo depois, Adriana tem notícia de que Eva não utilizava a casa de praia há muitos anos e que o imóvel estava completamente abandonado, deteriorando-se a cada dia. Adriana fica preocupada com o risco de ruína completa da casa, mas não tem, por enquanto, nenhuma perspectiva de casar-se. De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a. Adriana pode exigir que Eva autorize a realização de obras urgentes no imóvel, de modo a evitar a ruína da casa.
b. Adriana nada pode fazer para evitar a ruína da casa, pois, nos termos do contrato, é titular de mera expectativa de fato.
c. Adriana pode exigir que Eva lhe transfira desde logo a propriedade da casa, mas perderá esse direito se Eva vier a falecer sem que Adriana tenha se casado.

d. Adriana pode apressar-se para casar antes da morte de Eva, mas, se esta já tiver vendido a casa de praia para uma terceira pessoa ao tempo do casamento, a doação feita para Adriana não produzirá efeito.

630. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Mariana e Maurílio são filhos biológicos de Aldo. Este, por sua vez, nunca escondeu ser mais próximo de seu filho Maurílio, com quem diariamente trabalhava. Quando do falecimento de Aldo, divorciado na época, seus filhos constataram a existência de testamento, que destinou todos os bens do falecido exclusivamente para Maurílio. Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

a. O testamento de Aldo deverá ser integralmente cumprido, e, por tal razão, todos os bens do autor da herança serão transmitidos a Maurílio.
b. A disposição de última vontade é completamente nula, porque Mariana é herdeira necessária, devendo os bens ser divididos igualmente entre os dois irmãos.
c. Deverá haver redução da disposição testamentária, respeitando-se, assim, a legítima de Mariana, herdeira necessária, que corresponde a um quinhão de 50% da totalidade herança.
d. Deverá haver redução da disposição testamentária, respeitando a legítima de Mariana, herdeira necessária, que corresponde a um quinhão de 25% da totalidade da herança.

631. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Asdrúbal praticou feminicídio contra sua esposa Ermingarda, com quem tinha três filhos, dois menores de 18 anos e um maior. Nesse caso, quanto aos filhos, assinale a afirmativa correta.

a. Asdrúbal terá suspenso o poder familiar sobre os três filhos, por ato de autoridade policial.
b. Asdrúbal perderá o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.
c. Asdrúbal terá suspenso o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.
d. Asdrúbal perderá o poder familiar sobre os três filhos, por ato de autoridade policial.

632. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Gumercindo, 77 anos de idade, vinha sofrendo os efeitos do Mal de Alzheimer, que, embora não atingissem sua saúde física, perturbavam sua memória. Durante uma distração de seu enfermeiro, conseguiu evadir-se da casa em que residia. A despeito dos esforços de seus familiares, ele nunca foi encontrado, e já se passaram nove anos do seu desaparecimento. Agora, seus parentes lidam com as dificuldades relativas à administração e disposição do seu patrimônio. Assinale a opção que indica o que os parentes devem fazer para receberem a propriedade dos bens de Gumercindo.

a. Somente com a localização do corpo de Gumercindo será possível a decretação de sua morte e a transferência da propriedade dos bens para os herdeiros.

b. Eles devem requerer a declaração de ausência, com nomeação de curador dos bens, e, após um ano, a sucessão provisória; a sucessão definitiva, com transferência da propriedade dos bens, só poderá ocorrer depois de dez anos de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.
c. Eles devem requerer a sucessão definitiva do ausente, pois ele já teria mais de oitenta anos de idade, e as últimas notícias dele datam de mais de cinco anos.
d. Eles devem requerer que seja declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, por ele se encontrar desaparecido há mais de dois anos, abrindo-se, assim, a sucessão.

633. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em 05/05/2005, Aloísio adquiriu uma casa de 500 m2 registrada em nome de Bruno, que lhe vendeu o imóvel a preço de mercado. A escritura e o registro foram realizados de maneira usual. Em 05/09/2005, o imóvel foi alugado, e Aloísio passou a receber mensalmente o valor de R$ 3.000,00 pela locação, por um período de 6 anos. Em 10/10/2009, Aloísio é citado em uma ação reinvindicatória movida por Elisabeth, que pleiteia a retomada do imóvel e a devolução de todos os valores recebidos por Aloísio a título de locação, desde o momento da sua celebração. Uma vez que Elisabeth é judicialmente reconhecida como a verdadeira proprietária do imóvel em 10/10/2011, pergunta-se: é correta a pretensão da autora ao recebimento de todos os aluguéis recebidos por Aloísio?

a. Sim. Independentemente da sentença de mérito, a própria contestação automaticamente transforma a posse de Aloísio em posse de má-fé desde o seu nascedouro, razão pela qual todos os valores recebidos pelo possuidor devem ser ressarcidos.
b. Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, somente após uma sentença favorável ao pedido de Elisabeth, na reivindicatória, é que seus argumentos poderiam ser considerados verdadeiros, o que caracterizaria a transformação da posse de boa-fé em posse de má-fé. Como o possuidor de má-fé tem direito aos frutos, Aloísio não é obrigado a devolver os valores que recebeu pela locação.
c. Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, e uma vez que Elisabeth foi vitoriosa em seu pleito, a posse de Aloísio passa a ser qualificada como de má-fé desde a sua citação no processo – momento em que Aloísio tomou conhecimento dos fatos ao final reputados como verdadeiros –, exigindo, em tais condições, a devolução dos frutos recebidos entre 10/10/2009 e a data de encerramento do contrato de locação.
d. Não. Apesar de Elisabeth ter obtido o provimento judicial que pretendia, Aloísio não lhe deve qualquer valor, pois, sendo possuidor com justo título, tem, em seu favor, a presunção absoluta de veracidade quanto a sua boa-fé.

634. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Márcia transitava pela via pública, tarde da noite, utilizando uma bicicleta que lhe fora emprestada por sua amiga Lúcia. Em certo momento, Márcia ouviu gritos oriundos de uma rua transversal e, ao se aproximar, verificou que um casal discutia violentamente. Ricardo, em estado de fúria e munido de uma faca, desferia uma série de ofensas à sua esposa Janaína e a ameaçava de agressão física. De modo a impedir a violência iminente, Márcia colidiu com a bicicleta contra Ricardo, o que foi suficiente para derrubá-lo e impedir a agressão, sem que ninguém saísse gravemente ferido. A bicicleta, porém, sofreu uma avaria significativa, de tal modo que o reparo seria mais caro do que adquirir uma nova, de modelo semelhante. De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a. Lúcia não poderá ser indenizada pelo dano material causado à bicicleta.
b. Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta, mas não terá qualquer direito de regresso.
c. Apenas Ricardo poderá ser obrigado a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta.
d. Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta e terá direito de regresso em face de Janaína.

635. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Luzia Betim pretende iniciar uma sociedade empresária em nome próprio. Para tanto, procura assessoria jurídica quanto à necessidade de inscrição no Registro Empresarial para regularidade de exercício da empresa. Na condição de consultor(a), você responderá que a inscrição do empresário individual é

a. dispensada até o primeiro ano de início da atividade, sendo obrigatória a partir de então.
b. obrigatória antes do início da atividade.
c. dispensada, caso haja opção pelo enquadramento como microempreendedor individual.
d. obrigatória, se não houver enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

636. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Álvares Florence tem um filho relativamente incapaz e consulta você, como advogado(a), para saber da possibilidade de transferir para o filho parte das quotas que possui na sociedade empresária Redenção da Serra Alimentos Ltda., cujo capital social se encontra integralizado. Apoiado na disposição do Código Civil sobre o assunto, você respondeu que

a. é permitido o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, bastando que esteja assistido por seu pai no instrumento de alteração contratual.
b. não é permitida a participação de menor, absoluta ou relativamente incapaz, em sociedade, exceto nos tipos de sociedades por ações.

c. não é permitida a participação de incapaz em sociedade, mesmo que esteja representado ou assistido, salvo se a transmissão das quotas se der em razão de sucessão causa mortis.
d. é permitido o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, desde que esteja assistido no instrumento de alteração contratual, devendo constar a vedação do exercício da administração da sociedade por ele.

637. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) André de Barros foi desapossado de nota promissória com vencimento à vista no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), pagável em Lagoa Vermelha/RS, que lhe foi endossada em branco pela sociedade empresária Arvorezinha Materiais de Limpeza Ltda. Em relação aos direitos cambiários decorrentes da nota promissória, assinale a afirmativa correta.
a. A sociedade empresária endossante ficará desonerada se o título não for restituído a André de Barros no prazo de 30 (trinta) dias da data do desapossamento.
b. André de Barros poderá obter a anulação do título desapossado e um novo título em juízo, bem como impedir que seu valor seja pago a outrem.
c. A sociedade empresária endossante não poderá opor ao portador atual exceção fundada em direito pessoal ou em nulidade de sua obrigação.
d. O subscritor da nota promissória ficará desonerado perante o portador atual se provar que o título foi desapossado de André de Barros involuntariamente.

638. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Victor, após divorciar-se no Brasil, transferiu seu domicílio para os Estados Unidos. Os dois filhos brasileiros de sua primeira união continuaram vivendo no Brasil. Victor contraiu novo matrimônio nos Estados Unidos com uma cidadã norte-americana e, alguns anos depois, vem a falecer nos Estados Unidos, deixando um imóvel e aplicações financeiras nesse país. A regra de conexão do direito brasileiro estabelece que a sucessão de Victor será regida
a. pela lei bras*ileira,* em razão da nacionalidade brasileir*a do de* cujus.
b. pela lei brasileira, porque o de cujus tem dois filhos brasileiros.
c. pela lei n*orte-ame*ricana, em razão do último domicílio do de cujus.
d. pela lei norte-americana, em razão do local da situação dos bens a serem partilhados.

639. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Joana doou a Renata um livro raro de Direito Civil, que constava da coleção de sua falecida avó, Marta. Esta, na condição de testadora, havia destinado a biblioteca como legado, em testamento, para sua neta, Joana (legatária). Renata se ofereceu para visitar a biblioteca, circunstância na qual se encantou com a coleção de clássicos franceses. Renata, então, ofereceu-se para adquirir, ao preço de R$ 1.000,00 (mil reais), todos os livros da coleção, oportunidade em que foi informada, por Joana, acerca da existência de ação que corria na Vara

de Sucessões, movida pelos herdeiros legítimos de Marta. A ação visava impugnar a validade do testamento e, por conseguinte, reconhecer a ineficácia do legado (da biblioteca) recebido por Joana. Mesmo assim, Renata decidiu adquirir a coleção, pagando o respectivo preço. Diante de tais situações, assinale a afirmativa correta.

a. Quanto aos livros adquiridos pelo contrato de compra e venda, Renata não pode demandar Joana pela evicção, pois sabia que a coisa era litigiosa.
b. Com relação ao livro recebido em doação, Joana responde pela evicção, especialmente porque, na data da avença, Renata não sabia da existência de litígio.
c. A informação prestada por Joana a Renata, acerca da existência de litígio sobre a biblioteca que recebeu em legado, deve ser interpretada como cláusula tácita de reforço da responsabilidade pela evicção.
d. O contrato gratuito firmado entre Renata e Joana classifica-se como contrato de natureza aleatória, pois Marta soube posteriormente do risco da perda do bem pela evicção.

640. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Vilmar, produtor rural, possui contratos de compra e venda de safra com diversos pequenos proprietários. Com o intuito de adquirir novos insumos, Vilmar procurou Geraldo, no intuito de adquirir sua safra, cuja expectativa de colheita era de cinco toneladas de milho, que, naquele momento, estava sendo plantado em sua fazenda. Como era a primeira vez que Geraldo contratava com Vilmar, ele ficou em dúvida quanto à estipulação do preço do contrato. Considerando a natureza aleatória do contrato, bem como a dúvida das partes a respeito da estipulação do preço deste, assinale a afirmativa correta.

a. A estipulação do preço do contrato entre Vilmar e Geraldo pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
b. Se Vilmar contratar com Geraldo a compra da colheita de milho, mas, por conta de uma praga inesperada, para cujo evento o agricultor não tiver concorrido com culpa, e este não conseguir colher nenhuma espiga, Vilmar não deverá lhe pagar nada, pois não recebeu o objeto contratado.
c. Se Vilmar contratar com Geraldo a compra das cinco toneladas de milho, tendo sido plantado o exato número de sementes para cumprir tal quantidade, e se, apesar disso, somente forem colhidas três toneladas de milho, em virtude das poucas chuvas, Geraldo não receberá o valor total, em virtude da entrega em menor quantidade.
d. A estipulação do preço do contrato entre Vilmar e Geraldo poderá ser deixada ao arbítrio de terceiro, que, desde logo, prometerem designar.

641. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Lucas, interessado na aquisição de um carro seminovo, procurou Leonardo, que revende veículos usados. Ao final das tratativas, e para garantir que o negócio seria fechado, Lucas pagou a Leonardo um percentual do valor do veículo, a título de sinal. Após a celebração do contrato, porém, Leonardo informou a Lucas que, infelizmente, o carro que haviam negociado já havia sido prometido informalmente para um outro comprador, velho amigo de Leonardo, motivo pelo qual Leonardo não honraria a avença. Frustrado, diante do inadimplemento de Leonardo, Lucas procurou você, como advogado(a), para orientá-lo. Nesse caso, assinale a opção que apresenta a orientação dada.

a. Leonardo terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, com atualização monetária, juros e honorários de advogado, mas não o seu equivalente.
b. Leonardo terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, mais o seu equivalente, com atualização monetária, juros e honorários de advogado.
c. Leonardo terá de restituir a Lucas apenas metade do valor pago a título de sinal, pois informou, tão logo quanto possível, que não cumpriria o contrato.
d. Leonardo não terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, pois este é computado como início de pagamento, o qual se perde em caso de inadimplemento.

642. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Juliana, Lorena e Júlia são filhas de Hermes, casado com Dóris. Recentemente, em razão de uma doença degenerativa, Hermes tornou-se paraplégico e começou a exigir cuidados maiores para a manutenção de sua saúde. Nesse cenário, Dóris e as filhas Juliana e Júlia se revezavam a fim de suprir as necessidades de Hermes, causadas pela enfermidade. Quanto a Lorena, esta deixou de visitar o pai após este perder o movimento das pernas, recusando-se a colaborar com a família, inclusive financeiramente. Diante desse contexto, Hermes procura você, como advogado(a), para saber quais medidas ele poderá tomar para que, após sua morte, seu patrimônio não seja transmitido a Lorena. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a. A pretensão de Hermes não poderá ser concretizada segundo o Direito brasileiro, visto que o descendente, herdeiro necessário, não poderá ser privado de sua legítima pelo ascendente, em nenhuma hipótese.
b. Não é necessário que Hermes realize qualquer disposição ainda em vida, pois o abandono pelos descendentes é causa legal de exclusão da sucessão do ascendente, por indignidade.
c. Existe a possibilidade de deserdar o herdeiro necessário por meio de testamento, mas apenas em razão de ofensa física, injúria grave e relações ilícitas com madastra ou padrasto atribuídas ao descendente.

d. É possível que Hermes disponha sobre deserdação de Lorena em testamento, indicando, expressamente, o seu desamparo em momento de grave enfermidade como causa que justifica esse ato.

643. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Alberto, adolescente, obteve autorização de seus pais para casar-se aos dezesseis anos de idade com sua namorada Gabriela. O casal viveu feliz nos primeiros meses de casamento, mas, após certo tempo de convivência, começaram a ter constantes desavenças. Assim, a despeito dos esforços de ambos para que o relacionamento progredisse, os dois se divorciaram pouco mais de um ano após o casamento. Muito frustrado, Alberto decidiu reunir algumas economias e adquiriu um pacote turístico para viajar pelo mundo e tentar esquecer o ocorrido. Considerando que Alberto tinha dezessete anos quando celebrou o contrato com a agência de turismo e que o fez sem qualquer participação de seus pais, o contrato é

a. válido, pois Alberto é plenamente capaz.
b. nulo, pois Alberto é absolutamente incapaz.
c. anulável, pois Alberto é relativamente incapaz.
d. ineficaz, pois Alberto não pediu a anuência de Gabriela.

644. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Lucas, um grande industrial do ramo de couro, decidiu ajudar Pablo, seu amigo de infância, na abertura do seu primeiro negócio: uma pequena fábrica de sapatos. Lucas doou 50 prensas para a fábrica, mas Pablo achou pouco e passou a constantemente importunar o amigo com novas solicitações. Após sucessivos e infrutíferos pedidos de empréstimos de toda ordem, a relação entre os dois se desgasta a tal ponto que Pablo, totalmente fora de controle, atenta contra a vida de Lucas. Este, porém, sobrevive ao atentado e decide revogar a doação feita a Pablo. Ocorre que Pablo havia constituído penhor sobre as prensas, doadas por Lucas, para obter um empréstimo junto ao Banco XPTO, mas, para não interromper a produção, manteve as prensas em sua fábrica. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

a. Para a constituição válida do penhor, é necessário que as coisas empenhadas estejam em poder do credor. Como isso não ocorreu, o penhor realizado por Pablo é nulo.
b. Tendo em vista que o Banco XPTO figura como terceiro de má-fé, a realização do penhor é causa impeditiva da revogação da doação feita por Lucas.
c. Como causa superveniente da resolução da propriedade de Pablo, a revogação da doação operada por Lucas não interfere no direito de garantia dado ao Banco XPTO.
d. Em razão da tentativa de homicídio, a revogação da doação é automática, razão pela qual os direitos adquiridos pelo Banco XPTO resolvem-se junto com a propriedade de Pablo.

645. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Arnaldo, publicitário, é casado com Silvana, advogada, sob o regime de comunhão parcial de bens. Silvana sempre considerou diversificar sua atividade profissional e pensa em se tornar sócia de uma sociedade empresária do ramo de tecnologia. Para realizar esse investimento, pretende vender um apartamento adquirido antes de seu casamento com Arnaldo; este, mais conservador na área negocial, não concorda com a venda do bem para empreender. Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

a. Silvana não precisa de autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, pois destina-se ao incremento da renda familiar.
b. A autorização de Arnaldo para alienação por Silvana é necessária, por conta do regime da comunhão parcial de bens.
c. Silvana não precisa de autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, pois se trata de bem particular.
d. A autorização de Arnaldo para alienação por Silvana é necessária e decorre do casamento, independentemente do regime de bens.

646. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Nos contratos de comissão, corretagem e agência, é dever do corretor, do comissário e do agente atuar com toda diligência, atendo-se às instruções recebidas da parte interessada. Apesar dessa característica comum, cada contrato conserva sua tipicidade em razão de seu modus operandi. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

a. O agente pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do proponente; o comissário não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados em razão de sua intermediação; o corretor pode receber poderes do cliente para representá-lo na conclusão dos contratos.
b. O comissário pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do comitente; o corretor não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados em razão de sua mediação; o agente pode receber poderes do proponente para representá-lo na conclusão dos contratos.
c. O corretor pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do cliente; o agente não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados no interesse do proponente; o comissário pode receber poderes do comitente para representá-lo na conclusão dos contratos.
d. Tanto o comissário quanto o corretor praticam, em nome próprio, os atos a eles incumbidos pelo comitente ou cliente, mas o primeiro tem sua atuação restrita à zona geográfica fixada no contrato; o agente deve atuar com exclusividade tão somente na mediação para realização de negócios em favor do proponente.

647. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Marcos e Joana são casados sob o regime de separação total de bens. Marcos é pai de Felipe, e Joana, mãe de Carolina, ambos os filhos concebidos com outros genitores, antes de seu casamento. O casal possui, ainda, uma filha em comum, Patrícia. Em razão do temperamento agressivo de Marcos, o casal se separa de fato e, após 6 (seis) meses de tal evento, mas antes de tomarem medidas voltadas para a dissolução conjugal, Marcos falece, deixando vasto patrimônio. Quanto à sucessão do patrimônio de Marcos, é correto afirmar que:

a. Joana haverá um quarto e o restante será dividido igualmente entre Felipe e Patrícia;
b. Patrícia haverá três quartos dos bens, e Felipe, um quarto;
c. Joana, Felipe e Patrícia receberão os bens igualmente;
d. Joana e Felipe receberão, cada qual, metade do patrimônio deixado;
e. Joana receberá metade dos bens, sendo o restante partilhado entre Felipe e Patrícia.

648. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Marcela adquiriu seu automóvel mediante financiamento bancário. Obrigou-se a pagar, ao Banco Z, 60 (sessenta) parcelas de R$ 300,00 (trezentos reais), cuja obrigação foi garantida pela alienação fiduciária do automóvel. Em razão de uma crise financeira pessoal, Marcela vendeu o carro a Carmen, quando ainda faltavam 30 (trinta) parcelas, que seriam assumidas por Carmen. Embora as partes não tenham estipulado a alteração do devedor junto ao Banco Z, Carmen, por precaução, solicitou à instituição financeira a transferência do débito para si. O pleito, contudo, foi negado, em razão de restrições creditícias que pendiam sobre Carmen. Diante desse quadro, é correto afirmar que:

a. a venda do automóvel a Carmen é nula, cujo vício pode ser suscitado pelo Banco Z;
b. houve a assunção de dívida por Carmen perante o Banco Z, independentemente da anuência da instituição financeira;
c. a venda se mantém sem a anuência do Banco Z, com promessa de liberação da dívida entre Carmen e Marcela;
d. ocorreu a cessão de crédito, sendo desnecessária a anuência do Banco Z;
e. correu a cessão de crédito, sendo desnecessária a anuência do Banco Z;

649. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Marta, locadora, alugou seu imóvel a João, locatário. Ao contrato, compareceu como fiador Ricardo, pai de João, que não renunciou ao benefício de ordem. Em razão de atrasos no pagamento, Marta informou a João que ajuizaria ação para reaver o imóvel. Com receio, João propõe a devolução do imóvel mediante distrato,

com extinção da dívida em parcelas exigíveis após 03 (três) meses de sua saída do imóvel. Marta aceita e ambos assinam o distrato, sem a participação de Ricardo. João, contudo, não paga a Marta os valores devidos por força do distrato. Diante desses fatos, é correto afirmar que:

a. Marta poderá cobrar a dívida decorrente do inadimplemento do distrato de João e Ricardo, solidariamente;
b. Ricardo é devedor de Marta em razão dos valores não pagos no contrato de locação;
c. João nada deve a Marta, pois o distrato é anulável em razão da coação exercida por Marta, que ameaçou processá-lo;
d. Marta poderá cobrar o crédito existente de João, não podendo exigi-lo de Ricardo;
e. Ricardo poderá ser cobrado subsidiariamente pela dívida decorrente do distrato.

650. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Por meio de instrumento particular, Ruth prometeu vender a Juliana imóvel no valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Ajustaram, ainda, que o respectivo instrumento público de compra e venda seria assinado após o pagamento total do preço. Com o recebimento integral do valor ajustado, Ruth, que estava prestes a mudar de cidade, outorga, por instrumento público, poderes para Juliana representá-la, em causa própria, na compra e venda definitiva. Contudo, minutos após entregar o instrumento de procuração a Juliana, Ruth falece em acidente automobilístico. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a. a compra e venda não pode ser celebrada, ante a invalidade da promessa anterior, que não observou a forma pública;
b. os negócios jurídicos são válidos e eficazes, e Juliana poderá subscrever o instrumento definitivo, representando Ruth;
c. a procuração assinada por Ruth tornou-se ineficaz com o seu falecimento;
d. caso Juliana subscreva a escritura de compra e venda, os herdeiros de Ruth poderão buscar a sua anulabilidade;
e. os poderes conferidos a Juliana são inexistentes, pois o direito brasileiro não admite o denominado “autocontrato”.

GABARITO

597. c
598. d
599. c
600. b
601. d
602. a
603. e
604. d
605. b
606. a
607. c
608. e
609. d
610. e
611. c
612. b
613. a
614. e
615. d
616. e
617. b
618. a
619. d
620. b
621. c
622. d
623. a
624. b
625. d
626. c
627. c
628. a
629. a
630. d
631. b
632. c
633. c
634. d
635. b
636. d
637. b
638. c
639. a
640. d
641. b
642. d
643. a
644. c
645. b
646. b
647. c
648. c
649. d
650. b

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

651. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Determinada Procuradora de Justiça foi intimada para a emissão de parecer, em processo individual envolvendo pessoa incapaz para os atos da vida civil, no qual se discutia a juridicidade da tarifa cobrada pelo fornecimento de água potável. Ao analisar os autos e realizar as pesquisas necessárias, constatou o equívoco no último reajuste promovido na tarifa, o qual estava lastreado em um ato administrativo de caráter geral manifestamente ilegal, indicativo de que inúmeros outros processos poderiam ser instaurados pela mesma causa. Considerando a sistemática vigente, a relevância da matéria e a repercussão social, poderia ser proposta ao relator, pela Procuradora de Justiça, para a imediata definição da matéria de direito pelo Tribunal de Justiça, vinculando os juízes de direito e os órgãos fracionários do Tribunal, a seguinte medida:

a. reclamação;
b. embargos de divergência;
c. incidente de assunção de competência;
d. incidente de uniformização de jurisprudência;
e. incidente de resolução de demandas repetitivas.

652. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Ariovaldo, 80 anos, aposentado com apenas um salário mínimo, não consegue comprar remédios, pagar o aluguel, fazer as compras do mês e ter o necessário para se vestir e manter a casa limpa com o valor que percebe mensalmente. Entre seus quatro filhos, Pedro e Ivo têm renda mensal baixa e a terceira, Vera, tem um salário melhor, mas tem uma família grande para sustentar juntamente com seu marido, que não dispõe de muitos recursos. Por isso, Ariovaldo procurou Jorge, seu quarto filho, que tem um salário muito bom e uma vida confortável, além de não ter família para sustentar. Ariovaldo pretende, então, propor Ação de Alimentos em face exclusivamente de Jorge, demandando-lhe a integralidade da pensão.Nesse caso, o pleito de Ariovaldo deve ser julgado:

a. improcedente, porque não há obrigação alimentar de filhos perante os pais;
b. improcedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é conjunta;
c. procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é divisível;
d. procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é proporcional;
e. procedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é solidária.

653. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) O Ministério Público ajuizou ação civil pública para compelir determinada operadora de planos de saúde a autorizar procedimento cirúrgico sem previsão legal e contratual. O pedido foi julgado improcedente. No Tribunal de Justiça, constatando-se a existência de múltiplos processos envolvendo a mesma questão unicamente de direito, mas com julgamentos em sentido contrário, pode o Ministério Público:

a. apresentar embargos de divergência;
b. requerer o reexame necessário;
c. ajuizar ação rescisória diretamente no Tribunal de Justiça;
d. requerer ao relator a conversão do feito em diligência, solicitando nova remessa dos autos para o juiz sentenciante;
e. requerer a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça.

654. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Depois de seis meses de turbação da posse praticada por um grupo de pessoas em uma fazenda, foi proposta ação de manutenção de posse, com pedido de liminar, para compelir o grupo a cessar o ilícito. Porém, antes de o juiz apreciar o pedido liminar, tal grupo efetivamente invadiu o local, ocupando as terras. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

a. como a situação fática mudou entre a propositura da ação e o exame da liminar, deverá o juiz intimar o autor para emendar a petição inicial, na forma do art. 321 do Código de Processo Civil, corrigindo o vício e adequando o procedimento;
b. por se tratar de litígio coletivo pela posse de imóvel, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá o juiz designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias;
c. o juiz deverá receber a ação de manutenção como reintegração de posse e analisar o pedido de liminar. Em caso de deferimento, será expedido o mandado liminar de manutenção ou de reintegração; caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada;
d. por se tratar de litígio coletivo pela posse de imóvel, o juiz deverá examinar o pedido de liminar e, em seguida, determinar a citação dos réus, que, por se tratar de ato solene, deverá ser pessoal a todos os ocupantes, devendo o oficial de justiça promover tantas diligências quantas forem necessárias até a citação das referidas pessoas;
e. estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; caso contrário, determinará a citação do réu para apresentar sua resposta.

655. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Sobre a substituição processual, é correto afirmar que:

a. havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial;
b. em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado não poderá assumir a titularidade ativa, devendo ser ajuizada nova demanda;
c. em caso de assistência simples, o assistente não poderia ser substituto processual do assistido, na hipótese de revelia ou omissão;
d. compete ao Ministério Público acompanhar as ações de alimentos em favor de crianças e adolescentes, não possuindo, porém, legitimidade para promovê-las;
e. em caso de reconvenção, se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

656. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) De acordo com o art. 3º, § 3º, do Código de Processo Civil, “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”. Sobre a temática, é correto afirmar que:

a. o não comparecimento injustificado do autor ou réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e ensejará a aplicação de multa, revertida em favor da União ou do Estado;
b. a audiência de conciliação/mediação não será realizada quando a natureza do litígio não admitir autocomposição ou quando uma das partes manifestar expressamente seu desinteresse;
c. não sendo a audiência de conciliação/mediação exitosa, o juiz não poderá tentar mais a autocomposição das partes, à luz do princípio da duração razoável do processo;
d. a audiência de conciliação/mediação não será designada se a parte não requerer expressamente na petição inicial. Porém, se o Ministério Público ou a Defensoria Pública forem partes, a audiência será agendada independentemente de requerimento;
e. havendo litisconsórcio unitário, basta que um dos litisconsortes manifeste seu desinteresse na audiência de conciliação/mediação para que o ato não seja realizado.

657. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Em ação coletiva proposta pelo Ministério Público, a sentença julgou improcedente o pedido e o tribunal confirmou a decisão. Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados pelo colegiado. Nesse momento, o representante do Ministério Público detectou que outro tribunal do país decidiu a questão de direito de forma distinta, atribuindo interpretação divergente ao mesmo dispositivo de lei federal. Nessa hipótese, será cabível:

a. recurso extraordinário, com repercussão geral presumida, por se tratar de ação coletiva ajuizada pelo Ministério Público;
b. incidente de resolução de demandas repetitivas direcionado ao STJ, com a finalidade de uniformizar o entendimento divergente dos tribunais locais;
c. embargos de divergência direcionado ao STJ, com a finalidade de uniformizar o entendimento divergente dos tribunais locais;
d. recurso especial, fundado em dissídio jurisprudencial, devendo o representante do Ministério Público comprovar a divergência, além de mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados;
e. incidente de assunção de competência.

658. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Sobre a formação do processo, é correto afirmar que:

a. não é considerada válida a citação ordenada por juízo incompetente e deixa de produzir seus regulares efeitos, como induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor;
b. não é considerada válida a citação ordenada por juízo incompetente, mas produz os efeitos de induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor;
c. considera-se proposta a ação com a formalização da relação processual entre as partes, materializada pela citação;
d. considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz efeitos quanto ao réu depois que for validamente citado;
e. considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz efeitos quanto ao réu depois que apresentar a contestação.

659. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Sobre as tutelas provisórias, é correto afirmar que:

a. a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo;
b. efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 60 (sessenta) dias, devendo ser formulado nos mesmos autos;

c. se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, poderá a parte renovar o pedido, independentemente de novo fundamento;
d. a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia;
e. a tutela de evidência pode ser concedida de ofício.

660. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Sobre os conciliadores e mediadores judiciais, é correto afirmar que:
a. a conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da imperatividade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada;
b. a mediação e a conciliação observarão regras procedimentais rígidas e preestabelecidas pelo respectivo tribunal;
c. caberá ao juiz a escolha do conciliador, do mediador ou da câmara privada de conciliação e de mediação para solucionar o litígio;
d. o conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 1 (um) ano, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes;
e. a mediação e a conciliação não podem ser realizadas como trabalho voluntário, em razão da legislação pertinente e da regulamentação do tribunal.

661. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) No que se refere às regras de competência adotadas pelo CPC/15, é correto afirmar que:
a. a decisão sobre a alegação de incompetência independe da manifestação prévia da parte contrária;
b. a incompetência absoluta gera a automática invalidação dos atos decisórios praticados;
c. a arguição de incompetência deve ser manejada via exceção de incompetência;
d. a competência territorial pode ser modificada por foro de eleição;
e. determina-se a competência no momento de citação do réu.

662. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Sobre o instituto da conexão, é correto afirmar que:
a. reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando as partes e os pedidos forem comuns;
b. a prevenção dos processos de ações conexas será do juízo em que houver a primeira citação válida;
c. os processos de ações conexas devem ser reunidos para decisão conjunta, mesmo quando um deles já tiver sido sentenciado;

d. reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais;
e. serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

663. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) O juiz e os auxiliares da justiça estão submetidos às regras de conduta especificadas no CPC/15, podendo ser responsabilizados ou sancionados na seguinte hipótese:
a. o perito quando, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte;
b. o depositário infiel, quando dilapidar o bem deixado sob sua responsabilidade, admitindo-se, inclusive, a pena de prisão;
c. o juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos, quando demorar mais de 10 (dez) dias para apreciar qualquer requerimento urgente;
d. o mediador, quando atuar em procedimento de mediação ou conciliação, apesar de impedido ou suspeito, será excluído do cadastro, independentemente de processo administrativo;
e. o escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça são responsáveis, civil e regressivamente, quando se recusarem a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou por qualquer juiz, ainda que de outro tribunal.

664. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Em ação de alimentos, o réu alegou em contestação que não era pai do alimentante. Diante dessa questão, o juiz, após a dilação probatória e o efetivo contraditório, reconheceu a paternidade. Ao final, proferiu sentença condenando o réu a pagar alimentos. Nessa situação, é correto afirmar que:
a. fará coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;
b. a questão envolvendo a paternidade não fará coisa julgada por se tratar de questão prejudicial;
c. não fará coisa julgada a questão da paternidade, pois de sua resolução não depende o julgamento do mérito;
d. eventuais restrições probatórias não impedirão a formação de coisa julgada sobre a questão da paternidade, tendo em vista a existência de contraditório;
e. a questão envolvendo a paternidade fará coisa julgada se o juiz sentenciante tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

665. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Tendo transitado em julgado sentença que condenara o réu a pagar ao autor determinada soma pecuniária, este requereu, a juízo situado em foro diverso do da condenação, o cumprimento do julgado. Sem que tivesse satisfeito voluntariamente a obrigação, o réu, pretendendo arguir a incompetência relativa do foro em que a execução foi deflagrada, deve ofertar:

a. embargos à execução;
b. exceção de incompetência;
c. impugnação;
d. objeção de pré-executividade;
e. contestação.

666. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Helena, domiciliada em Fortaleza, recebeu a informação de que um imóvel de sua propriedade, situado em Sobral, havia sido invadido pelo ex-namorado, Menelau. Apurada a veracidade da notícia, Helena propôs ação de reintegração de posse em face do invasor, tendo distribuído a sua petição inicial na Comarca de Fortaleza. Nesse cenário, é correto afirmar que a demanda foi proposta no:

a. foro competente;
b. foro relativamente incompetente, podendo a sua competência ser prorrogada caso a parte ré não suscite o vício;
c. foro relativamente incompetente, devendo tal vício ser reconhecido de ofício pelo juiz;
d. foro absolutamente incompetente, podendo a sua competência ser prorrogada caso a parte ré não suscite o vício;
e. foro absolutamente incompetente, devendo tal vício ser reconhecido de ofício pelo juiz.

667. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere à citação, é correto afirmar que:

a. é o ato pelo qual o réu e o executado são convocados para que ofereçam contestação;
b. o comparecimento espontâneo do demandado não supre a sua falta, devendo o ato ser ratificado por Oficial de Justiça;
c. o ato citatório válido só induzirá à litispendência caso seja ordenada por juízo competente;
d. transitada em julgado a sentença de improcedência antes da citação do réu, este deverá ser comunicado de seu teor;
e. o novo Código de Processo Civil aboliu a modalidade citatória da hora certa.

668. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Pólux é filho biológico de Zeus, que não figura no assento do registro de nascimento daquele. Embora tenha documentos que poderiam ser decisivos para a comprovação da filiação, Pólux não tem a menor intenção de ajuizar ação de investigação de paternidade em face de Zeus. Inconformado com o desinteresse de Pólux, Castor, seu irmão, decidiu propor a demanda em nome próprio, pleiteando, na petição inicial, a declaração do vínculo de parentesco entre Pólux e Zeus. Proferido juízo positivo de admissibilidade da ação, Zeus foi validamente citado, não tendo ofertado contestação, o que deu azo à decretação de sua revelia. Nesse cenário, deve o juiz:

a. julgar procedente o pedido;
b. julgar improcedente o pedido;
c. extinguir o feito sem resolução do mérito;
d. determinar que Castor especifique provas;
e. anular o processo, a partir da realização da citação.

669. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No curso de determinado processo, a parte autora veio a falecer. Cumpridos os requisitos legais, o juiz deferiu a habilitação requerida pelo único herdeiro do autor primitivo, ordenando a efetivação das anotações cabíveis. O fenômeno processual delineado na espécie é:

a. substituição processual;
b. sucessão processual;
c. nomeação à autoria;
d. assistência litisconsorcial;
e. litisconsórcio passivo superveniente.

670. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Assinale a alternativa pertinente à modalidade de intervenção de terceiros classificada como forçada e somente concretizável pela iniciativa de quem ocupe o polo passivo da relação processual:

a. assistência;
b. oposição;
c. recurso de terceiro prejudicado;
d. denunciação da lide;
e. chamamento ao processo.

671. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Vencida e não cumprida determinada obrigação contratual, o credor ajuizou ação em que pleiteava a condenação do devedor a pagá-la. Depois de contestada a demanda, e encerrada a fase instrutória, o juiz reputou configurados os fatos constitutivos do direito alegado pelo autor, vindo a acolher a sua pretensão. Além do pagamento da obrigação contratual, foi o réu condenado a pagar juros moratórios legais, correção monetária e honorários de sucumbência, itens que não haviam sido objeto de pedido na inicial. Nesse quadro, a sentença proferida foi:

a. nula, por ultra petita;
b. nula, por extra petita;
c. nula, por citra petita;
d. válida;
e. válida, embora o seu excesso deva ser podado pelo tribunal.

672. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Tendo ajuizado uma ação que versa sobre direito real imobiliário, o seu autor deixou de apresentar o consentimento do cônjuge, que estava hospitalizado e inconsciente. Sendo ambos casados pelo regime da comunhão universal de bens, deve o juiz:

a. proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, não sendo exigível a vênia conjugal para a propositura da ação;
b. suprir o consentimento faltante, dada a impossibilidade física do cônjuge de concedê-lo;
c. determinar a suspensão do processo até que o cônjuge possa oferecer o consentimento;
d. extinguir o feito sem análise do mérito, pois a ausência da vênia conjugal inviabiliza o regular exercício do direito de ação;
e. determinar o encaminhamento do feito ao Ministério Público para exercer a curatela especial.

673. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Menor absolutamente incapaz, regularmente representado por sua mãe, ajuizou ação em foro relativamente incompetente, o que, todavia, deixou de ser arguido pelo réu na primeira oportunidade de que dispunha. Todavia, ao ser intimado para atuar no feito, o Ministério Público suscitou o vício de incompetência, no prazo legal. Nesse cenário:

a. a incompetência relativa se prorrogará, pois o Ministério Público não pode suscitá-la;
b. a incompetência relativa pode ser arguida pelo réu a qualquer tempo e grau de jurisdição;
c. caso a arguição de incompetência relativa seja acolhida, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito;
d. o juiz da causa pode pronunciar de ofício a incompetência relativa, remetendo os autos ao juízo competente;

e. a incompetência relativa pode ser arguida pelo Ministério Público, nas causas em que atuar.

674. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Proposta ação de execução em face de uma sociedade empresária, com base em nota promissória vencida e não paga, o exequente requereu, além da citação da pessoa jurídica, a de seu sócio majoritário, por entender ser cabível, no caso, a desconsideração da personalidade jurídica. Nesse contexto, deve o juiz:

a. indeferir de plano a petição inicial, diante do descabimento do pleito de desconsideração da personalidade jurídica em sede de processo de execução fundada em título extrajudicial;
b. determinar que o exequente emende a petição inicial, a fim de que dela conste o requerimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
c. proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda executiva, determinando a realização da citação requerida, caso entenda cabível a desconsideração pleiteada;
d. determinar a suspensão do feito até que seja aferida, na via processual própria, a solvabilidade da pessoa jurídica executada;
e. determinar que o exequente emende a petição inicial, a fim de nela incluir todos os sócios da pessoa jurídica executada, eis que se trata de litisconsórcio passivo necessário.

675. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Amauri ingressou com ação ordinária em face de Mercadinho dos Suínos Ltda., em decorrência do consumo de alimento inapropriado vendido pelo réu. O pedido foi julgado procedente em decisão transitada em julgado, condenando a pessoa jurídica ré a indenizar o autor em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Na fase de cumprimento de sentença, não foram encontrados bens penhoráveis pertencentes à sociedade, razão pela qual o juízo competente decretou, de ofício, a desconsideração da personalidade jurídica, penhorando um automóvel pertencente a Flávio, sócio majoritário da sociedade ré. Diante de tal cenário, assinale a afirmativa correta.

a. A decisão está correta, pois o CPC admite a desconsideração da personalidade jurídica, independentemente de requerimento da parte interessada.
b. A decisão está incorreta, diante da necessidade de requerimento da parte para que haja a desconsideração da personalidade jurídica, a qual possui natureza jurídica de processo autônomo.
c. A decisão está incorreta, pois a desconsideração da personalidade jurídica exige, cumulativamente, o requerimento da parte interessada e a instauração do incidente, nos termos do CPC.
d. Não é admissível a desconsideração da personalidade jurídica à luz do CPC.

676. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) As irmãs Odete e Nara celebraram contrato bancário, com cláusula de solidariedade, com uma pequena instituição financeira, com o objetivo de constituir uma empresa na cidade de Campos. Depois de sete anos, a instituição financeira, sem receber o valor que lhe era devido, propôs ação judicial em face das duas irmãs. Ocorre que a empresa familiar teve suas atividades encerradas por má gestão e as irmãs, há alguns anos, não mais se falam e, por isso, contrataram advogados(as) de escritórios de advocacia distintos para realizar a defesa judicial. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a. Caso o(a) advogado(a) de Nara perca o prazo do recurso de apelação, a alegação de prescrição no apelo interposto pelo advogado(a) de Odete, se acolhida, beneficiará Nara.
b. O litisconsórcio formado pelas irmãs pode ser classificado como litisconsórcio passivo, necessário e unitário.
c. Caberá à parte interessada alegar a prescrição, sendo vedado ao magistrado reconhecer a prescrição de ofício.
d. Os prazos para as manifestações dos litisconsortes com advogados(as) de diferentes escritórios de advocacia serão contados em dobro, ainda quando os autos do processo forem eletrônicos.

677. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) João Paulo faleceu em Atibaia (SP), vítima de um ataque cardíaco fulminante. Empresário de sucesso, domiciliado na cidade de São Paulo (SP), João Paulo possuía inúmeros bens, dentre os quais se incluem uma casa de praia em Búzios (RJ), uma fazenda em Lucas do Rio Verde (GO) e alguns veículos de luxo, atualmente estacionados em uma garagem em Salvador (BA). Neste cenário, assinale a opção que indica o foro competente para o inventário e a partilha dos bens deixados por João Paulo.

a. Os foros de Búzios (RJ) e de Lucas do Rio Verde (GO), concorrentemente.
b. O foro de São Paulo (SP).
c. O foro de Salvador (BA).
d. O foro de Atibaia (SP).

678. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Mariana ajuizou ação de cobrança em face do Banco Racional S/A, para buscar a restituição de valores pagos a título de “Tarifa de Manutenção de Conta”, cobrados durante o período em que era titular de conta corrente perante tal Banco. O juízo de primeiro grau, após a apresentação de contestação pelo Banco Racional S/A, determinou que, em razão de o Superior Tribunal de Justiça ter afetado para julgamento, sob o rito de “Recursos Especiais Repetitivos”, a questão concernente à legalidade da “Tarifa de Abertura de Conta”, o processo ajuizado por Mariana deveria ficar suspenso até a publicação do acórdão paradigma.

Após ser intimado da decisão de suspensão, o(a) advogado(a) de Mariana analisou o processo afetado para julgamento pelo STJ, e entendeu que a questão debatida sob o rito de Recursos Repetitivos não era a mesma debatida no processo ajuizado por Mariana, porque discutia outra tarifa bancária. Diante disso, pretende insurgir-se contra a suspensão do processo, para que ele volte a tramitar regularmente. Sobre o procedimento a ser adotado por Mariana, assinale a afirmativa correta.

a. Deverá peticionar ao Superior Tribunal de Justiça, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo Interno.
b. Deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo de Instrumento.
c. Deverá impetrar Mandado de Segurança em face da decisão de suspensão.
d. Deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo Interno.

679. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Pedro propõe execução de alimentos, fundada em título extrajudicial, em face de Augusto, seu pai, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Regularmente citado, Augusto não efetuou o pagamento do débito, não justificou a impossibilidade de fazê-lo, não provou que efetuou o pagamento e nem ofertou embargos à execução. Pedro, então, requereu a penhora do único bem pertencente a Augusto que fora encontrado, qual seja, R$ 10.000,00 (dez mil reais), que estavam depositados em caderneta de poupança. O juiz defere o pedido. Sobre a decisão judicial, assinale a afirmativa correta.

a. Ela foi equivocada, pois valores depositados em caderneta, em toda e qualquer hipótese, são impenhoráveis.
b. Ela foi correta, pois o Código de Processo Civil permite a penhora de quaisquer valores depositados em aplicações financeiras.
c. Ela foi equivocada, na medida em que o Código de Processo Civil assegura a impenhorabilidade da caderneta de poupança até o limite de cem salários-mínimos, independentemente da natureza do débito.
d. Ela foi correta, pois o Código de Processo Civil admite a penhora de valores depositados em caderneta de poupança para o cumprimento de obrigações alimentícias.

680. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O fornecimento de energia elétrica à residência de Vicente foi interrompido em 2 de janeiro de 2018, porque, segundo a concessionária de serviço público, haveria um "gato" no local, ou seja, o medidor de energia teria sido indevidamente adulterado. Indignado, Vicente, representado por um(a) advogado(a), propôs, aproximadamente um mês depois, demanda em face da fornecedora e pediu o restabelecimento do serviço, pois o medidor estaria hígido. A fim de provar os fatos alegados, o autor requereu a produção de prova pericial. Citado poucos meses depois da propositura da demanda, a ré defendeu a correção de sua conduta, ratificou a existência de irregularidade no medidor de energia e, tal qual o autor, requereu a produção de perícia. Em dezembro de 2018, após arbitrar o valor dos honorários periciais e antes da realização da perícia, o juiz atribuiu apenas ao autor, que efetivamente foi intimado para tanto, o pagamento de tal verba. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a. A decisão judicial está correta, uma vez que, se ambas as partes requererem a produção de perícia, apenas o autor deve adiantar o pagamento.
b. O juiz decidiu de modo incorreto, pois se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais.
c. A decisão está equivocada, na medida em que os honorários periciais são pagos apenas ao final do processo.
d. A decisão está correta, pois o magistrado tinha a faculdade de atribuir a apenas uma das partes o pagamento do montante.

681. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Maria, ao perceber que o seu bem imóvel foi arrematado por preço vil, em processo de execução de título extrajudicial, procurou você, como advogado(a), para saber que defesa poderá invalidar a arrematação. Você verifica que, no 28º dia após o aperfeiçoamento da arrematação, a carta de arrematação foi expedida. Uma semana depois, você prepara a peça processual. Assinale a opção que indica a peça processual correta a ser proposta.

a. Impugnação à execução.
b. Petição simples nos próprios autos do processo de execução.
c. Ação autônoma de invalidação da arrematação.
d. Embargos do executado.

682. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em virtude do rompimento de uma represa, o Ministério Público do Estado do Acre ajuizou ação em face da empresa responsável pela sua construção, buscando a condenação pelos danos materiais e morais sofridos pelos habitantes da região atingida pelo incidente. O pedido foi julgado procedente, tendo sido fixada a responsabilidade da ré pelos danos causados,

mas sem a especificação dos valores indenizatórios. Em virtude dos fatos narrados, Ana Clara teve sua casa destruída, de modo que possui interesse em buscar a indenização pelos prejuízos sofridos. Na qualidade de advogado(a) de Ana Clara, assinale a orientação correta a ser dada à sua cliente.

a. Considerando que Ana Clara não constou do polo ativo da ação indenizatória, não poderá se valer de seus efeitos.
b. Ana Clara e seus sucessores poderão promover a liquidação e a execução da sentença condenatória.
c. A sentença padece de nulidade, pois o Ministério Público não detém legitimidade para ajuizar ação no lugar das vítimas.
d. A prolatação de condenação genérica, sem especificar vítimas ou valores, contraria disposição legal.

683. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, José ajuizou ação contra Luíza, postulando uma indenização de R$ 100.000,00 (cem mil reais), tendo o pedido formulado sido julgado integralmente procedente, por meio de sentença transitada em julgado. Diante disso, José deu início ao procedimento de cumprimento de sentença, tendo Luíza (executada) apresentado impugnação, a qual, no entanto, foi rejeitada pelo respectivo juízo, por meio de decisão contra a qual não foi interposto recurso no prazo legal. Prosseguiu-se ao procedimento do cumprimento de sentença para satisfação do crédito reconhecido em favor de José. Ocorre que, após o trânsito em julgado da sentença exequenda e a rejeição da impugnação, o Supremo Tribunal Federal proferiu acórdão, em sede de controle de constitucionalidade concentrado, reconhecendo a inconstitucionalidade da lei que fundamentou o título executivo judicial que havia condenado Luíza na fase de conhecimento. Diante da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a situação hipotética, Luiza poderá

a. interpor recurso de agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou sua impugnação, mesmo já tendo se exaurido o prazo legal para tanto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença exequenda.
b. interpor recurso de apelação contra a decisão que rejeitou sua impugnação, mesmo já tendo se exaurido o prazo legal para tanto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença exequenda.
c. oferecer nova impugnação ao cumprimento de sentença, alegando a inexigibilidade da obrigação, tendo em vista que, após o julgamento de sua primeira impugnação, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença proferida na fase de conhecimento, que serviu de título executivo judicial.

d. ajuizar ação rescisória, em virtude de a sentença estar fundada em lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

684. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Maria ajuizou ação em face de José, sem mencionar, na inicial, se pretendia ou não realizar audiência de conciliação ou mediação. Assim, o juiz designou a referida audiência, dando ciência às partes. O réu informou ter interesse na realização de tal audiência, enquanto Maria, devidamente intimada, quedou-se silente. Chegado o dia da audiência de conciliação, apenas José, o réu, compareceu. A respeito do caso narrado, assinale a opção que apresenta possível consequência a ser suportada por Maria.

a. Não existem consequências previstas na legislação pela ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação.
b. Caso não compareça, nem apresente justificativa pela ausência, Maria será multada em até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
c. Diante da ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação, o processo deverá ser extinto.
d. Diante da ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação, as alegações apresentadas pelo réu na contestação serão consideradas verdadeiras.

685. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Tribunal de Justiça do Estado X, em mandado de segurança de sua competência originária, denegou a ordem em ação dessa natureza impetrada por Flávio. Este, por seu advogado, inconformado com a referida decisão, interpôs recurso especial. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

a. O Superior Tribunal de Justiça poderá conhecer do recurso especial, por aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
b. O recurso especial não é cabível na hipótese, eis que as decisões denegatórias em mandados de segurança de competência originária de Tribunais de Justiça somente podem ser impugnadas por meio de recurso extraordinário.
c. O recurso especial não deve ser conhecido, na medida em que o recurso ordinário é que se mostra cabível no caso em tela.
d. As decisões denegatórias de mandados de segurança de competência originária de Tribunais são irrecorríveis, razão pela qual o recurso não deve ser conhecido.

686. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Carolina foi citada para comparecer com seu advogado ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da comarca da capital, para Audiência de Mediação (Art. 334 do CPC), interessada em restabelecer o diálogo com Nestor, seu ex-marido. O fato de o advogado de seu ex-cônjuge conversar intimamente com o mediador Teófilo, que asseverava ter celebrado cinco acordos na qualidade de mediador na última semana, retirou sua concentração e a deixou desconfiada da lisura daquela audiência. Não tendo sido possível o acordo nessa primeira oportunidade, foi marcada uma nova sessão de mediação para buscar a composição entre as partes, quinze dias mais tarde. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a. Carolina pode comparecer sem seu advogado na próxima sessão de mediação.
b. O advogado só pode atuar como mediador no CEJUSC se realizar concurso público específico para integrar quadro próprio do tribunal.
c. Pode haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessária(s) à composição das partes.
d. O mediador judicial pode atuar como advogado da parte no CEJUSC, pois o CPC apenas impede o exercício da advocacia nos juízos em que desempenhe suas funções.

687. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) João dirigia seu carro a caminho do trabalho quando, ao virar em uma esquina, foi atingido por Fernando, que seguia na faixa ao lado. Diante dos danos ocasionados a seu veículo, João ingressou com ação, junto a uma Vara Cível, em face de Fernando, alegando que este trafegava pela faixa que teria como caminho obrigatório a rua para onde aquele seguiria. Realizada a citação, Fernando procurou seu advogado, alegando que, além de oferecer sua defesa nos autos daquele processo, gostaria de formular pedido contra João, uma vez que este teria invadido a faixa sem antes acionar a “seta”, sendo, portanto, o verdadeiro culpado pelo acidente. Considerando o caso narrado, o advogado de Fernando deve

a. instruí-lo a ajuizar nova ação, uma vez que não é possível formular pedido contra quem deu origem ao processo.
b. informar-lhe que poderá, na contestação, propor reconvenção para manifestar pretensão própria, sendo desnecessária a conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa, bastando a identidade das partes.
c. informar-lhe sobre a possibilidade de propor a reconvenção, advertindo-o, porém, que, caso João desista da ação, a reconvenção restará prejudicada.
d. informar-lhe que poderá, na contestação, propor reconvenção para manifestar pretensão própria, desde que conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

688. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Um advogado, com estudos apurados em torno das regras do CPC, resolve entrar em contato com o patrono da parte adversa de um processo em que atua. Sua intenção é tentar um saneamento compartilhado do processo. Diante disso, acerca das situações que autorizam a prática de negócios jurídicos processuais, assinale a afirmativa correta.

a. As partes poderão apresentar ao juiz a delimitação consensual das questões de fato e de direito da demanda litigiosa.
b. As partes não poderão, na fase de saneamento, definir a inversão consensual do ônus probatório, uma vez que a regra sobre produção de provas é matéria de ordem pública.
c. As partes poderão abrir mão do princípio do contraditório consensualmente de forma integral, em prol do princípio da duração razoável do processo.
d. As partes poderão afastar a audiência de instrução e julgamento, mesmo se houver provas orais a serem produzidas no feito e que sejam essenciais à solução da controvérsia.

689. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Daniel, sensibilizado com a necessidade de Joana em alugar um apartamento, disponibiliza-se a ser seu fiador no contrato de locação, fazendo constar nele cláusula de benefício de ordem. Um ano e meio após a assinatura do contrato, Daniel é citado em ação judicial visando à cobrança de aluguéis atrasados. Ciente de que Joana possui bens suficientes para fazer frente à dívida contraída, Daniel consulta você, como advogado(a), sobre a possibilidade de Joana também figurar no polo passivo da ação. Diante do caso narrado, assinale a opção que apresenta a modalidade de intervenção de terceiros a ser arguida por Daniel em sua contestação.

a. Assistência.
b. Denunciação da lide.
c. Chamamento ao processo.
d. Nomeação à autoria.

690. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Cláudio, em face da execução por título extrajudicial que lhe moveu Daniel, ajuizou embargos à execução, os quais foram julgados improcedentes. O advogado de Cláudio, inconformado, interpõe recurso de apelação. Uma semana após a interposição do referido recurso, o advogado de Daniel requer a penhora de um automóvel pertencente a Cláudio. Diante do caso concreto e considerando que o juízo não concedeu efeito suspensivo aos embargos, assinale a afirmativa correta.

a. A penhora foi indevida, tendo em vista que os embargos à execução possuem efeito suspensivo decorrente de lei.

b. O recurso de apelação interposto por Cláudio é dotado de efeito suspensivo por força de lei, tornando a penhora incorreta.
c. A apelação interposta em face de sentença que julga improcedentes os embargos à execução é dotada de efeito meramente devolutivo, o que não impede a prática de atos de constrição patrimonial, tal como a penhora.
d. O recurso de apelação não deve ser conhecido, pois o pronunciamento judicial que julga os embargos do executado tem natureza jurídica de decisão interlocutória, devendo ser impugnada por meio de agravo de instrumento.

691. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A Associação "X", devidamente representada por seu advogado, visando à proteção de determinados interesses coletivos, propôs ação civil pública, cujos pedidos foram julgados improcedentes. Ademais, a associação foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Diante de tal quadro, especificamente sobre os honorários advocatícios, a sentença está
a. correta no que se refere à possibilidade de condenação ao pagamento de honorários e, incorreta, no que tange ao respectivo valor, porquanto fixado fora dos parâmetros estabelecidos pelo Art. 85 do CPC.
b. incorreta, pois as associações não podem ser condenadas ao pagamento de honorários advocatícios, exceto no caso de litigância de ma-fé, no âmbito da tutela individual e coletiva.
c. correta, pois o juiz pode fixar os honorários de acordo com seu prudente arbítrio, observados os parâmetros do Art. 85 do CPC.
d. incorreta, pois as associações são isentas do pagamento de honorários advocatícios em ações civis públicas, exceto no caso de má-fé, hipótese em que também serão condenadas ao pagamento do décuplo das custas.

692. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Determinado Defensor Público foi informado de que um processo judicial de interesse de seu assistido tinha sido despachado pelo juízo. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, a Defensoria Pública tem prazo:
a. em dobro para se manifestar, que começa a fluir com a intimação pessoal;
b. em quádruplo para se manifestar, que começa a fluir com a intimação pessoal;
c. idêntico ao de qualquer parte, que começa a fluir com a sua intimação pessoal;
d. em dobro para se manifestar, que começa a fluir com a publicação da intimação no diário oficial;
e. em quádruplo para se manifestar, que começa a fluir com a publicação da intimação no diário oficial.

693. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) José, hipossuficiente econômico, assistido pela Defensoria Pública, ajuizou ação de cobrança em face de Fábio e requereu, na petição inicial, a gratuidade de justiça. O requerimento, no entanto, foi indeferido, tendo o juízo determinado o recolhimento das custas. Considerando a sistemática estabelecida no Código de Processo Civil, contra a referida decisão cabe:

a. apelação, sendo necessário recolher as respectivas custas;
b. agravo de instrumento, sendo necessário recolher as respectivas custas;
c. reclamação, não sendo necessário recolher as respectivas custas até decisão do relator sobre a questão;
d. agravo de instrumento, não sendo necessário recolher as custas até a sentença que aprecie o mérito do processo;
e. agravo de instrumento, não sendo necessário recolher as respectivas custas até a decisão do relator sobre a questão.

694. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

a. ação possessória tendo por objeto bem público;
b. habeas data;
c. restauração de autos;
d. ação popular;
e. mandado de injunção.

695. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Anastácia intentou determinada demanda em face de Otto, que, regularmente citado, aduziu em contestação que a autora não havia observado o prazo decadencial, o qual, na ótica do réucontestante, era de três anos. O juiz da causa, concluindo, equivocadamente, que o prazo da decadência era o trienal, em vez do quinquenal, como previsto na lei civil, acabou por acolher a tese defensiva, pondo fim à fase cognitiva do procedimento. Por lapso de seu advogado, Anastácia perdeu o prazo para interpor recurso, assim permitindo que a sentença transitasse em julgado. Três meses depois disso, procurou ela a Defensoria Pública, solicitando orientação jurídica. A medida judicial adequada para se lograr a desconstituição da sentença proferida em desfavor de Anastácia é:

a. mandado de segurança;
b. ação rescisória;
c. querela nullitatis;
d. reclamação;

e. nenhuma, já que o fato de a sentença não ter sido impugnada pelo recurso próprio a torna insuscetível de qualquer revisão.

696. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) No que concerne à apelação, é correto afirmar que:

a. é o recurso cabível para impugnar sentenças e decisões interlocutórias de mérito;
b. caso não se observe pelo menos um de seus requisitos de admissibilidade, o juízo a quo poderá deixar de recebê-la;
c. em regra, é espécie recursal desprovida de efeito suspensivo;
d. é insuscetível de interposição na modalidade adesiva, caso haja sucumbência recíproca;
e. inserem-se no seu efeito devolutivo todos os fundamentos do pedido, ainda que o juiz tenha acolhido apenas um deles.

697. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Ao apreciar uma petição inicial, para fins de exame positivo ou negativo de admissibilidade da demanda, o juízo percebeu ser relativamente incompetente para a causa e, ainda, que era equivocado o valor que lhe fora atribuído pelo autor. Nesse cenário, poderá o juízo, de ofício e imediatamente:

a. determinar a remessa do feito para o órgão competente;
b. retificar o valor atribuído à causa;
c. extinguir o feito, dada a ausência de um dos pressupostos processuais de validade;
d. determinar a intimação do réu para que ofereça impugnação ao valor da causa;
e. suscitar o conflito de competência.

698. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Fernando, tendo sofrido turbação na posse de imóvel de sua propriedade, propôs ação de manutenção de posse, em cujo polo passivo figura um grande número de pessoas. Nesse cenário, é possível que:

a. o juiz conheça do pedido como reintegração de posse, caso entenda que já ocorreu o esbulho, e não a turbação da posse;
b. seja feita a citação dos réus que se encontrarem no imóvel objeto da lide, sem a necessidade de citação por edital daqueles que ali não forem localizados;
c. haja intimação da Defensoria Pública, ainda que não envolva pessoas em situação de hipossuficiência econômica;
d. qualquer réu demande o reconhecimento do domínio em face do autor;
e. o juiz conheça do pedido como reivindicatória, caso entenda que a causa de pedir envolve o reconhecimento do domínio.

699. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) O Novo Código de Processo Civil de 2015 estabelece que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Nesse contexto, de acordo com o citado diploma legal:

a. a gratuidade da justiça compreende, dentre outras, as despesas com a realização de exame de código genético DNA e de outros exames considerados essenciais;
b. a insuficiência financeira deve ser provada pela parte que requerer a gratuidade de justiça, não cabendo a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural;
c. o direito à gratuidade da justiça é inerente ao polo ocupado pela parte (autor ou réu), se estendendo ao litisconsorte e ao sucessor do beneficiário, independentemente de novo requerimento e deferimento expressos;
d. a concessão de gratuidade afasta automaticamente a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
e. a gratuidade, quando deferida, o será integralmente, sendo vedada a concessão parcial em relação a algum ato processual ou a redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

700. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) João foi assistido pela Defensoria Pública em ação indenizatória, na qual obteve gratuidade de justiça. Ocorre que João restou vencido na demanda e, de acordo com o Novo Código de Processo Civil de 2015, as obrigações decorrentes de sua sucumbência:

a. serão automaticamente extintas em razão da inexigibilidade de adimplemento da obrigação pelo princípio do acesso à justiça, desde que a gratuidade de justiça tenha sido deferida e mantida durante todo o curso do processo, até o seu trânsito em julgado;
b. serão automaticamente extintas em razão da invalidade da obrigação de pagar quantia certa pela sucumbência, sob pena de violação ao princípio da isonomia, desde que a gratuidade de justiça tenha estado em vigor na data em que ocorreu o trânsito em julgado do processo;
c. ficarão sob condição suspensiva de validade e somente poderão ser executadas se, nos 3 (três) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;

d. ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;
e. poderão ser imediatamente executadas pelo credor, independentemente da demonstração de que a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade deixou de existir, eis que a gratuidade de justiça consiste em benefício concedido pelo poder público a seus próprios atos, não alcançando direitos de particulares.

701. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Quanto ao benefício da gratuidade de justiça, é correto afirmar que:
a. só pode ser requerido na petição inicial ou na contestação, sob pena de preclusão;
b. a alegação de hipossuficiência econômica, formulada por pessoa física, é dotada de presunção absoluta de veracidade;
c. a decisão que o indeferir é irrecorrível, podendo ensejar o ajuizamento de mandado de segurança;
d. a circunstância de a parte requerente ser patrocinada por advogado particular configura óbice à sua concessão;
e. pode consistir na redução percentual das despesas que ao beneficiário caiba adiantar no curso do feito.

702. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) São condições genéricas para o regular exercício da ação:
a. partes capazes e demanda regularmente formulada;
b. pedido e causa de pedir;
c. legitimidade ad causam e interesse de agir;
d. juízo competente e capacidade postulatória;
e. capacidade para estar em juízo e representação processual.

703. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Uma vez transitada em julgado, dá azo à formação da coisa julgada material a decisão que:
a. homologar a desistência da ação;
b. acolher a arguição de prescrição formulada pelo réu;
c. extinguir o feito, em razão do abandono da causa pelo autor;
d. concluir pela intransmissibilidade do direito em disputa, no caso de morte da parte;
e. reconhecer a ocorrência do fenômeno da litispendência.

704. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) No que concerne aos pronunciamentos dos órgãos jurisdicionais, é correto afirmar que:

a. todas as decisões interlocutórias são impugnáveis por meio de agravo de instrumento;
b. sentença é o ato por meio do qual se põe fim ao procedimento comum, desde que resolvido o mérito do feito;
c. os acórdãos não precisam ser assinados pelos magistrados, por se proferirem na própria sessão de julgamento;
d. atos meramente ordinatórios, como a vista ao órgão da Defensoria Pública, independem de despacho;
e. decisão interlocutória não é apta a versar sobre o mérito do processo.

705. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) No tocante aos recursos, é correto afirmar que:

a. visam à invalidação, reforma, esclarecimento ou integração do pronunciamento jurisdicional impugnado;
b. a sua interposição rende ensejo à instauração de um novo processo;
c. são interponíveis pelas partes e por terceiros prejudicados, mas não pelo Parquet como fiscal da ordem jurídica;
d. devem ser interpostos, como regra geral, no prazo de vinte dias;
e. a sua desistência, pelo recorrente, só é eficaz caso haja a concordância do recorrido.

706. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) No âmbito do processo civil, a Defensoria Pública:

a. dispõe do prazo em quádruplo para contestar, em dobro para interpor recursos e simples para contra-arrazoá-los;
b. tem a prerrogativa da intimação pessoal, mediante carga, remessa ou meio eletrônico;
c. não pode propor ação civil pública, embora possa ajuizar a ação cautelar que lhe seja preparatória;
d. não pode requerer a intimação pessoal da parte patrocinada, ainda que o ato processual pendente dependa de providência somente por ela realizável;
e. caso perca, por negligência, o prazo para recorrer de sentença desfavorável à parte patrocinada, o Defensor Público poderá ser civil e regressivamente responsabilizado.

707. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Tendo percebido que um dos litisconsortes ativos era parte ilegítima, o juiz reconheceu ser ele carecedor do direito de ação, tendo determinado o prosseguimento do feito em relação às demais partes. A natureza desse pronunciamento judicial é de:

a. sentença;
b. decisão interlocutória;
c. despacho;
d. decisão monocrática;
e. ato meramente ordinatório.

708. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Pedro propôs demanda em face de João, imputando-lhe o fato de tê-lo agredido fisicamente, o que, alegadamente, lhe gerou danos materiais e morais, cujas indenizações pleiteia. Está-se diante de cumulação de pedidos:
a. sucessiva;
b. alternativa;
c. subsidiária;
d. simples;
e. imprópria.

709. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Ana, pessoa civilmente capaz, procurou a Defensoria Pública para que esta lhe patrocinasse a causa, voltada para a obtenção de decisão judicial de reconhecimento de seu direito à percepção de pensão previdenciária em razão da morte de seu companheiro, já que, por ora, apenas Fernando, filho de ambos, com doze anos de idade, seria o único beneficiário. Na sequência, Ana, por meio da Defensoria Pública, propôs a medida judicial cabível em face da autarquia previdenciária e do herdeiro Fernando. Nesse cenário, deverá o julgador:
a. nomear curador especial ao segundo réu, tocando à Defensoria Pública tal munus;
b. nomear curador especial ao segundo réu, tocando ao Ministério Público tal munus;
c. nomear Ana como representante legal do segundo réu, pois ela já figura no processo;
d. determinar o prosseguimento do processo, sem nomeação de curador especial ao segundo réu;
e. extinguir o processo em razão da ausência de capacidade processual do segundo réu.

710. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA) Segundo o vigente Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, e independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência. Trata-se de regras processuais que encerram a aplicação do princípio constitucional do(a):
a. livre acesso à justiça;

b. juiz natural;
c. isonomia;
d. ampla defesa;
e. duração razoável do processo.

GABARITO

651. c	**661.** d	**671.** d	**681.** c	**691.** d	**701.** e
652. e	**662.** e	**672.** b	**682.** b	**692.** a	**702.** c
653. e	**663.** a	**673.** e	**683.** d	**693.** e	**703.** b
654. c	**664.** e	**674.** c	**684.** b	**694.** c	**704.** d
655. e	**665.** c	**675.** c	**685.** c	**695.** b	**705.** a
656. a	**666.** e	**676.** a	**686.** c	**696.** e	**706.** b
657. d	**667.** d	**677.** b	**687.** d	**697.** b	**707.** b
658. d	**668.** c	**678.** b	**688.** a	**698.** a	**708.** d
659. d	**669.** b	**679.** d	**689.** c	**699.** a	**709.** a
660. d	**670.** e	**680.** b	**690.** c	**700.** d	**710.** e

DIREITO PENAL

711. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Diego, 20 anos, reincidente, foi denunciado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, tendo em vista que trazia consigo 300g de Cannabis Sativa L., popularmente conhecida como maconha. No curso da instrução, por ocasião de seu interrogatório, Diego confirmou que estava portando as drogas mencionadas na denúncia, mas assegurou que o material seria destinado ao seu próprio consumo e não para comercialização. Considerando apenas as informações narradas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, no momento da análise de aspectos relacionados à dosimetria da pena em alegações finais, o promotor de justiça deverá destacar que a:

a. atenuante da confissão espontânea deverá ser reconhecida, podendo ser compensada com a agravante da reincidência, mas não caberá reconhecimento da atenuante da menoridade relativa;
b. atenuante da menoridade relativa e a atenuante da confissão espontânea devem ser reconhecidas, não podendo, porém, a pena intermediária ser fixada abaixo do mínimo legal;
c. quantidade de drogas poderá ser considerada na fixação da pena base, devendo ser reconhecida a atenuante da menoridade relativa, mas não a da confissão espontânea;
d. atenuante da menoridade relativa e a atenuante da confissão espontânea devem ser reconhecidas, podendo a pena intermediária ser fixada abaixo do mínimo legal;
e. causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado poderá ser reconhecida, possibilitando a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

712. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Renato, Bruno e Diego praticaram diferentes crimes de roubo com emprego de armas brancas. Renato, no ano de 2017, foi condenado definitivamente pelo crime de roubo majorado pelo emprego de arma, pois, em 2015, teria, com grave ameaça exercida com emprego de faca, subtraído um celular. Bruno foi condenado, em primeira instância, em março de 2018, também pelo crime de roubo majorado pelo emprego de arma, já que teria utilizado um canivete para ameaçar a vítima e subtrair sua bolsa. A decisão ainda está pendente de confirmação diante de recurso do Ministério Público, apenas. Diego, por sua vez, responde à ação penal pela suposta prática de crime de roubo majorado pelo emprego de arma, que seria um martelo, por fatos que teriam ocorrido em fevereiro de 2018, estando o processo ainda em fase de instrução probatória. Ocorre que, em abril de 2018, entrou em vigor lei alterando o art.

157 do CP, sendo revogado o inciso I do parágrafo 2º, e passando a prever que apenas o crime de roubo com emprego de arma de fogo funcionaria como causa de aumento de pena. Considerando apenas as informações expostas e que a inovação legislativa não teria inconstitucionalidades, as novas previsões:

a. seriam aplicáveis a Diego, que ainda não possui sentença condenatória em seu desfavor, com base no princípio da retroatividade da lei penal benéfica, mas não seriam aplicáveis a Renato e Bruno;
b. não seriam aplicáveis a Renato, que já possui condenação com trânsito em julgado, aplicando-se o princípio da irretroatividade da lei penal, mas deveriam ser aplicadas a Bruno e Diego;
c. não seriam aplicáveis a Renato, Bruno nem a Diego, já que os fatos imputados teriam ocorrido antes de sua entrada em vigor, aplicando-se o princípio da irretroatividade da lei penal;
d. seriam aplicáveis a Renato, Bruno e Diego, em razão do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica;
e. seriam aplicáveis apenas a Bruno e Diego, mas não a Renato, diante do princípio do tempus regit actum.

713. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Hugo estava em via pública com seu currículo na mão, considerando o fato de estar desempregado. Ao observar aquela situação, Carlos apresentou-se como funcionário da sociedade empresária que funcionava naquela rua e afirmou que teria um emprego para oferecer a Hugo. Para isso, Hugo precisaria inicialmente apresentar seus documentos. Posteriormente, Carlos solicitou que Hugo lhe entregasse seu aparelho de telefonia celular, afirmando que iria ao interior do estabelecimento comercial para registrar o wi-fi no aparelho. Hugo, então, entregou a Carlos seu celular e permitiu que ele fosse ao estabelecimento, combinando de aguardá-lo em via pública. Uma hora depois, entendendo que Carlos estava demorando, Hugo o procurou no estabelecimento, descobrindo que, na verdade, Carlos nunca trabalhara no local e que deixara a localidade na posse do seu telefone assim que o recebeu.Os fatos são informados ao Ministério Público. Com base apenas nas informações expostas, a conduta de Carlos condiz com a figura típica do crime de:

a. apropriação indébita majorada em razão do ofício, emprego ou profissão;
b. furto qualificado pelo emprego de fraude;
c. apropriação indébita simples;
d. furto simples;
e. estelionato.

714. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) No dia 3 de junho de 2019, Vitor, revoltado com a intenção de sua companheira Rosa de terminar o relacionamento, faz um grande buraco no quintal da residência e surpreende sua companheira com um forte golpe de pá na sua cabeça. Em seguida, apesar de saber que aquele golpe não seria suficiente para causar a morte de Rosa, a joga no interior do buraco, com a intenção de persistir nos golpes, causar sua morte e, em seguida, esconder o corpo. Ocorre que Rosa começa a chorar e implora para que Vitor pense na filha do casal. Vitor, então, cessa sua conduta, ajuda Rosa a sair do buraco e permite que ela vá se limpar, ocasião em que a vítima pula pela janela do banheiro e informa os fatos a policiais militares que passavam pela localidade. É constatada a existência de lesões de natureza leve na vítima. Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Vitor configura:

a. tentativa de homicídio qualificado por ser contra a mulher, por condição do sexo feminino;
b. lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão do arrependimento eficaz;
c. lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão da desistência voluntária;
d. fato atípico, em razão do arrependimento eficaz;
e. fato atípico, em razão da desistência voluntária.

715. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Tício, padrasto de Lourdes, criança de 11 anos de idade, praticou, mediante violência consistente em diversos socos no rosto, atos libidinosos diversos da conjunção carnal com sua enteada. A vítima contou o ocorrido à sua mãe, apresentando lesões no rosto, de modo que a genitora de Lourdes, de imediato, compareceu com a filha em sede policial e narrou o ocorrido. Recebidos os autos do inquérito policial, o promotor de justiça com atribuição deverá oferecer denúncia imputando a Tício o crime de:

a. estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), podendo o emprego de violência real ser considerado na pena base para fins de aplicação da sanção penal, bem como cabendo reconhecimento da causa de aumento de pena pelo fato de o autor ser padrasto da ofendida;
b. estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), não podendo o emprego de violência real ser considerado na pena base por já funcionar como elementar do delito, mas cabendo reconhecimento da causa de aumento de pena pelo fato de o autor ser padrasto da ofendida;
c. estupro qualificado pela idade da vítima (art. 213, §1º do CP), diante da violência real empregada, de modo que a idade da vítima não poderá funcionar como agravante, apesar de presente a causa de aumento pelo fato de o autor ser padrasto da ofendida;

d. estupro simples (art. 213 do CP), diante da violência real empregada, funcionando a idade da vítima como agravante da pena, não havendo previsão de causa de aumento de pena, que somente seria aplicável se o autor fosse pai da ofendida;
e. estupro qualificado pela idade da vítima (art. 213, §1º do CP), sem causa de aumento por ser o autor padrasto da ofendida, diante da violência real empregada, podendo a idade da vítima funcionar também como agravante da pena.

716. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL) Antony, estrangeiro que reside no Brasil há dois meses, inicia em seu quintal uma plantação de maconha, com a intenção de utilizar aquele material para fins medicinais, já que sua doença respiratória melhora com o uso da droga. Ao tomar conhecimento de que seu vizinho, João, possui a mesma doença, decide transportar o material até a residência de João, mas vem a ser abordado por policiais civis. Após denúncia pela prática do crime de tráfico, durante seu interrogatório, Antony esclarece que tinha conhecimento de que transportar maconha no Brasil era crime, mas acreditava na licitude de sua conduta diante da intenção de utilizar o material para fins medicinais, esclarecendo, ainda, que essa conduta seria válida em seu país de origem. Com base apenas nas informações expostas, Antony agiu

a. em erro de proibição, podendo gerar reconhecimento de causa de redução de pena ou afastamento da culpabilidade;
b. em erro de tipo, o que gera o reconhecimento de causa de diminuição de pena;
c. com desconhecimento da lei, o que não afasta a culpabilidade;
d. em erro de proibição, afastando a tipicidade da conduta;
e. em erro de tipo, afastando a tipicidade da conduta.

717. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Determinado vereador faz uso de sua secretária parlamentar, paga pelo Erário Público, para tratar, entre outras atividades vinculadas ao seu cargo e função, dos seus interesses particulares. Neste caso, pratica

a. fato penalmente atípico.
b. crime de corrupção passiva.
c. crime de corrupção ativa.
d. crime de peculato.
e. fato penalmente imune.

718. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) O Código Penal, em seu Título VIII da Parte Especial, traz os chamados Crimes contra a Incolumidade Pública, que podem ser de perigo comum; contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; ou crimes contra a saúde pública. Dentre os crimes contra a saúde pública destaca-se o crime de epidemia. Em relação ao crime de epidemia, assinale a afirmativa correta.

a. Poderá ser praticado na forma dolosa e, caso resulte morte a título de culpa, poderá a pena ser aplicada em dobro.
b. É classificado pela doutrina como próprio em relação ao sujeito ativo, somente podendo ser praticado por pessoas com determinadas características.
c. É punível apenas na forma dolosa, não havendo tipificação da conduta de causar epidemia de forma culposa, ou seja, a partir de violação do dever objetivo de cuidado.
d. Restará configurado com a transmissão de qualquer moléstia, ainda que não infecciosa.
e. Tem como sujeito passivo pessoa determinada.

719. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Com relação ao crime de desabamento, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa. ( ) O crime de desabamento é classificado pela doutrina como de dano, exigindo que cause efetivo dano à vida, integridade física ou patrimônio de outrem. ( ) O crime de desabamento pode ser punido na modalidade dolosa ou na culposa. ( ) Ao crime de desabamento culposo, com resultado morte, se aplica a pena do homicídio culposo aumentada de 1/3. As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

a. F – V – F.
b. V – F – F.
c. F – V – V.
d. V – V – V.
e. V – V – F.

720. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Hugo, estudante de enfermagem, com o conhecimento já adquirido no curso, presta, em determinada data, atendimento médico a um casal de moradores da comunidade em que residia, realizando diagnóstico e receitando medicamentos. Para garantir a confiança do casal, Hugo esclareceu que tinha conhecimentos em razão de cursos na área da saúde, mas admitiu que era a primeira vez que praticava conduta típica do

exercício da medicina. Ademais, informou que não cobraria qualquer valor do casal, já que seu objetivo era verificar se teria prazer em realizar atendimentos a pessoas com problemas de saúde. Considerando apenas as informações expostas, assinale a afirmativa correta.

a. Não foi praticado crime de exercício ilegal da medicina, tendo em vista que o fato foi praticado a título gratuito.
b. Foi praticado crime de exercício ilegal da medicina, já que dispensável a intenção de lucro, que, se presente, apenas permite que seja também aplicada pena de multa.
c. Somente restará praticado o crime de exercício ilegal da medicina, se a conduta do agente causar dano direto às pessoas atendidas.
d. Foi praticado crime de exercício ilegal da medicina, que poderá ser tipificado a parte de conduta dolosa ou culposa do agente.
e. Não foi praticado crime de exercício ilegal da medicina, que exige a presença de habitualidade para sua tipificação.

721. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Após ingerir intencionalmente bebida alcoólica, Jorge arremessa, contra um ônibus destinado ao transporte coletivo de passageiros, que estava estacionado e parado dentro do terminal, uma garrafa de vidro vazia. O objeto atinge o vidro do coletivo, mas não chega a quebrar o vidro ou causar lesão nos três passageiros que estavam em seu interior, aguardando o horário de saída do veículo. Ocorre que agentes públicos presenciaram os fatos e encaminharam Jorge para Delegacia. Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de Jorge

a. não configura crime de “arremesso de projétil”, tendo em vista que o veículo não estava em movimento.
b. não configura crime de “arremesso de projétil”, uma vez que havia três passageiros no interior do coletivo, o que é insuficiente para configuração da elementar “transporte público”.
c. configura crime de “arremesso de projétil”, sendo aplicável causa de aumento de pena pelo fato de haver pessoas no interior do coletivo.
d. Não configura crime de “arremesso de projétil”, tendo em vista que a garrafa de cerveja não pode ser considerada “projétil”.
e. configura crime de “arremesso de projétil”, que é punível tanto diante da conduta culposa como dolosa do agente.

722. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Caio, proprietário de uma farmácia, com o intuito de auferir lucro, adquiriu de Gilberto produtos cosméticos adulterados e os colocou à venda em seu estabelecimento. Considerando os fatos acima, acerca do crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, assinale a afirmativa correta.

a. Gilberto poderá responder pelo crime em questão, mas não Caio, uma vez que foi aquele o único responsável pela adulteração do produto.
b. Caio e Gilberto poderão responder pelo crime em questão, ambos na modalidade dolosa, sendo aplicável, além da pena privativa de liberdade, pena de multa.
c. Caio e Gilberto não poderão ser punidos pelo crime, pois os produtos adulterados não se destinavam a fins terapêuticos ou medicinais.
d. Caio e Gilberto poderão responder pelo crime, sendo o primeiro na modalidade culposa e o segundo na modalidade dolosa.
e. Gilberto, ao realizar a venda para Caio, praticou o crime em questão, mas Caio apenas responderá pelo mesmo delito se algum cliente adquirir o produto adulterado de seu estabelecimento.

723. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ÁREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS) Com relação ao crime de incêndio, analise as afirmativas a seguir. I. Não admite a forma tentada. II. A pena será aumentada se o crime for cometido com o intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio e se o incêndio for em casa efetivamente habitada, sendo insuficiente, porém, para o aumento da pena, a casa ser apenas destinada a habitação. III. Se for colocado em perigo apenas patrimônio próprio, sem causar risco ao patrimônio alheio, não se caracteriza o crime de incêndio. Está correto o que afirma em

a. I, apenas.
b. II, apenas.
c. III, apenas.
d. I e III, apenas.
e. II e III, apenas.

724. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Carlos, guarda municipal, durante seu horário de trabalho, verifica que Joana, declarando-se vendedora de roupas, aproxima-se de Marta e passa a lhe mostrar as saias que teria para venda. Enquanto Marta analisava as roupas apresentadas, Joana, aproveitando-se da situação criada, pega o telefone celular de Marta, que estava em cima do banco. Em seguida, Joana tenta deixar o local dos fatos, levando o telefone e as saias, pois, na verdade, não era vendedora, mas vem a ser presa em flagrante por Carlos. Encaminhada à Delegacia e confirmados os fatos, Joana deverá ser responsabilizada pelo crime de

a. furto simples.
b. furto mediante fraude.
c. estelionato simples.
d. apropriação indébita simples.
e. apropriação indébita majorada pela fraude.

725. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Rogério, funcionário público municipal, no exercício de cargo em comissão, por ser pessoa de confiança dentro da estrutura da Administração Pública Direta, subtraiu, fora do horário de serviço, o laptop da repartição em que trabalhava. Para tanto, ele contou com a ajuda do primo João, que não tinha qualquer vínculo com o Poder Público, mas que, certamente, tinha conhecimento do cargo que Rogério exercia e da facilidade que teriam em razão do acesso ao local dos fatos. Ocorre que a conduta dos primos foi registrada pelas câmeras de segurança, sendo as imagens encaminhadas para a autoridade policial. Com base apenas nas informações narradas, é correto afirmar que a conduta de Rogério configura crime de

a. peculato, sendo aplicável a ele causa de aumento de pena, em razão do cargo em comissão que exercia, respondendo João também pelo crime contra Administração Pública, apesar de este ser classificado como próprio.
b. peculato simples, sem qualquer causa de aumento, já que o exercício de função de confiança é inerente à definição de funcionário público, respondendo João também pelo crime contra a Administração Pública, apesar da natureza própria do delito.
c. peculato simples, sem qualquer causa de aumento, já que o exercício de função de confiança é inerente à definição de funcionário público, respondendo João pelo crime de furto, diante da natureza própria do delito.
d. peculato, sendo aplicável a ele causa de aumento de pena em razão do cargo em comissão que exercia, respondendo João, porém, pelo crime de furto, diante da natureza própria do delito.
e. furto qualificado pelo concurso de agentes, assim como João, já que os fatos ocorreram fora do horário de serviço.

726. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Enquanto Larissa estudava para prova de concurso público, Tatiana, sua vizinha, realizava uma festa em sua residência, com música em alto volume. Incomodada com o barulho que vinha da casa da vizinha, Larissa se dirigiu ao local para reclamar, iniciando-se uma intensa discussão. Durante a discussão, Tatiana se alterou e jogou a garrafa de cerveja que segurava em sua mão na direção dos braços de Larissa, com a intenção de causar-lhe lesão. Larissa se abaixou e a garrafa acabou atingindo sua cabeça, causando-lhe grave ferimento, que, embora não gerasse risco à sua vida, fez com que ficasse internada no hospital por dois meses. Descobertos os fatos, Tatiana deverá ser indiciada pela prática do(s) crime(s) de

a. tentativa de homicídio culposo, apenas.
b. lesão corporal de natureza gravíssima e tentativa de homicídio doloso, em razão do dolo eventual.
c. tentativa de homicídio doloso, apenas, absorvendo o crime de lesão corporal, em razão do dolo direto de segundo grau, porque, embora não desejasse o resultado, assumiu seu risco com sua conduta.
d. lesão corporal de natureza leve, apenas, pois a vida de Larissa não foi colocada em risco.
e. lesão corporal de natureza grave, apenas, em razão da incapacidade de Larissa para exercer suas ocupações habituais durante o período de internação.

727. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Antônio, para desviar de um caminhão que bloqueava a rua, decidiu passar com seu carro sobre a calçada, vindo, porém, a atropelar Joaquim, que saía da portaria de seu prédio para caminhar. Após ajudar a vítima a se levantar e constatar a natureza leve dos ferimentos por ela sofridos, Antônio comunicou por telefone o ocorrido a uma autoridade policial e acionou uma ambulância para prestar o socorro, seguindo seu caminho antes que as autoridades chegassem ao local, pois teria que buscar sua filha na escola. Considerando as informações narradas, é correto afirmar que Antônio

a. responderá pelo crime de omissão de socorro previsto no Código de Trânsito Brasileiro, pois não prestou diretamente socorro à vítima, em concurso com o crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor de natureza simples.
b. não responderá por crime previsto no Código Brasileiro de Trânsito, pois, apesar da violação do dever objetivo de cuidado, o fato foi praticado sobre a calçada, e não na via de tráfego, como exige esse diploma legal.
c. responderá por crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor, podendo ter sua pena aumentada em razão de o fato ter sido praticado sobre a calçada.
d. responderá pelo crime de tentativa de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, com a causa de aumento por não ter prestado socorro à vítima.

e. poderá ter sua habilitação suspensa por um período de até 10 anos, caso seja condenado por crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

728. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Douglas foi condenado pela prática de duas tentativas de roubo majoradas pelo concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas (Art. 157, § 2º, incisos II e V, c/c. o Art. 14, inciso II, por duas vezes, na forma do Art. 70, todos do CP). No momento de fixar a sanção penal, o juiz aplicou a pena base no mínimo legal, reconhecendo a confissão espontânea do agente, mas deixou de diminuir a pena na segunda fase. No terceiro momento, o magistrado aumentou a pena do máximo, considerando as circunstâncias do crime, em especial a quantidade de agentes (5 agentes) e o tempo que durou a restrição da liberdade das vítimas. Ademais, reduziu, ainda na terceira fase, a pena do mínimo legal em razão da tentativa, novamente fundamentando na gravidade do delito e naquelas circunstâncias de quantidade de agentes e restrição da liberdade. Após a aplicação da pena dos dois delitos, reconheceu o concurso formal de crimes, aumentando a pena de um deles de acordo com a quantidade de crimes praticados. O Ministério Público não recorreu. Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, o(a) advogado(a) de Douglas, quanto à aplicação da pena, deverá buscar

a. a redução da pena na segunda fase diante do reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.
b. a redução do quantum de aumento em razão da presença das majorantes, que deverá ser aplicada de acordo com a quantidade de causas de aumento.
c. o aumento do quantum de diminuição em razão do reconhecimento da tentativa, pois a fundamentação apresentada pelo magistrado foi inadequada.
d. a redução do quantum de aumento em razão do reconhecimento do concurso de crimes, devido à fundamentação inadequada.

729. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Frederico, de maneira intencional, colocou fogo no jardim da residência de seu chefe de trabalho, causando perigo ao patrimônio deste e dos demais vizinhos da região, já que o fogo se alastrou rapidamente, aproximando-se da rede elétrica e de pessoas que passavam pelo local. Ocorre que Frederico não se certificou, com as cautelas necessárias, que não haveria ninguém no jardim, de modo que a conduta por ele adotada causou a morte de uma criança, queimada, que brincava no local. Desesperado, Frederico procura você, como advogado(a), e admite os fatos, indagando sobre eventuais consequências penais de seus atos. Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Frederico deverá esclarecer que a conduta praticada configura crime de

a. homicídio doloso qualificado pelo emprego de fogo.

b. incêndio doloso simples.
c. homicídio culposo.
d. incêndio doloso com aumento de pena em razão do resultado morte.

730. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Fabrício cumpria pena em livramento condicional, em razão de condenação pela prática de crime de lesão corporal grave. Em 10 de janeiro de 2018, quando restavam 06 meses de pena a serem cumpridos, ele descobre que foi novamente condenado, definitivamente, por crime de furto que teria praticado antes dos fatos que justificaram sua condenação pelo crime de lesão. A pena aplicada em razão da nova condenação foi de 02 anos e 06 meses de pena privativa de liberdade em regime inicial semiaberto. Apesar disso, somente procura seu(sua) advogado(a) em 05 de agosto de 2018, esclarecendo o ocorrido. Ao consultar os autos do processo de execução, o(a) advogado(a) verifica que, de fato, existe a nova condenação, mas que, até o momento, não houve revogação ou suspensão do livramento condicional. Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Fabrício, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, deverá esclarecer que

a. poderá haver a revogação do livramento condicional, tendo em vista que a nova condenação por crime doloso, aplicada pena privativa de liberdade, é causa de revogação obrigatória do benefício.
b. não poderá haver a revogação do livramento condicional, tendo em vista que a nova condenação é apenas prevista como causa de revogação facultativa do benefício e não houve suspensão durante o período de prova.
c. não poderá haver a revogação do livramento condicional, tendo em vista que a nova condenação não é prevista em lei como causa de revogação do livramento condicional, já que o fato que a justificou é anterior àquele que gerou a condenação em que cumpre o benefício.
d. não poderá haver a revogação do livramento condicional, pois ultrapassado o período de prova, ainda que a nova condenação seja prevista no Código Penal como causa de revogação obrigatória do benefício.

731. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) David, em dia de sol, levou sua filha, Vivi, de 03 anos, para a piscina do clube. Enquanto a filha brincava na piscina infantil, David precisou ir ao banheiro, solicitando, então, que sua amiga Carla, que estava no local, ficasse atenta para que nada de mal ocorresse com Vivi. Carla se comprometeu a cuidar da filha de David. Naquele momento, Vitor assumiu o posto de salva-vidas da piscina. Carla, que sempre fora apaixonada por Vitor, começou a conversar com ele e ambos ficam de costas para a piscina, não atentando para as crianças que lá estavam. Vivi começa a brincar com o filtro da piscina e acaba sofrendo uma

sucção que a deixa embaixo da água por tempo suficiente para causar seu afogamento. David vê quando o ato acontece através de pequena janela no banheiro do local, mas o fecho da porta fica emperrado e ele não consegue sair. Vitor e Carla não veem o ato de afogamento da criança porque estavam de costas para a piscina conversando. Diante do resultado morte, David, Carla e Vitor ficam preocupados com sua responsabilização penal e procuram um advogado, esclarecendo que nenhum deles adotou comportamento positivo para gerar o resultado. Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que:

a. Carla e Vitor, apenas, poderão responder por homicídio culposo, já que podiam atuar e possuíam obrigação de agir na situação.
b. David, apenas, poderá responder por homicídio culposo, já que era o único com dever legal de agir por ser pai da criança.
c. David, Carla, Vitor poderão responder por homcídio culposo, já que os três tinham o dever de agir.
d. Vitor, apenas, poderá responder pelo crime de omissão de socorro.

732. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Inconformado com o comportamento de seu vizinho, que insistia em importunar sua filha de 15 anos, Mário resolve dar-lhe uma "lição" e desfere dois socos no rosto do importunador, nesse momento com o escopo de nele causar diversas lesões. Durante o ato, entendendo que o vizinho ainda não havia sofrido na mesma intensidade do constrangimento de sua filha, decide matá-lo com uma barra de ferro, o que vem efetivamente a acontecer. Descobertos os fatos, o Ministério Público oferece denúncia em face de Mário, imputando-lhe a prática dos crimes de lesão corporal dolosa e homicídio, em concurso material. Durante toda a instrução, Mário confirma os fatos descritos na denúncia. Considerando apenas as informações narradas e confirmada a veracidade dos fatos expostos, o(a) advogado(a) de Mário, sob o ponto de vista técnico, deverá buscar o reconhecimento de que Mário pode ser responsabilizado

a. apenas pelo crime de homicídio, por força do princípio da consunção, tendo ocorrido a chamada progressão criminosa.
b. apenas pelo crime de homicídio, por força do princípio da alternatividade, sendo aplicada a regra do crime progressivo.
c. apenas pelo crime de homicídio, com base no princípio da especialidade.
d. pelos crimes de lesão corporal e homicídio, em concurso formal.

733. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em 05/10/2018, Lúcio, com o intuito de obter dinheiro para adquirir uma moto em comemoração ao seu aniversário de 18 anos, que aconteceria em 09/10/2018, sequestra Danilo, com a ajuda de um amigo ainda não identificado. No mesmo dia, a dupla entra em contato com a família da vítima, exigindo o pagamento da quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para sua liberação. Duas semanas após a restrição da liberdade da vítima, período durante o qual os autores permaneceram em constante contato com a família da vítima exigindo o pagamento do resgate, a polícia encontrou o local do cativeiro e conseguiu libertar Danilo, encaminhando, de imediato, Lúcio à Delegacia. Em sede policial, Lúcio entra em contato com o advogado da família. Considerando os fatos narrados, o(a) advogado(a) de Lúcio, em entrevista pessoal e reservada, deverá esclarecer que sua conduta

a. não permite que seja oferecida denúncia pelo Ministério Público, pois o Código Penal adota a Teoria da Ação para definição do tempo do crime, sendo Lúcio inimputável para fins penais.
b. não permite que seja oferecida denúncia pelo órgão ministerial, pois o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir o tempo do crime, e, sendo este de natureza formal, sua consumação se deu em 05/10/2018.
c. configura fato típico, ilícito e culpável, podendo Lúcio ser responsabilizado, na condição de imputável, pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado na forma consumada.
d. configura fato típico, ilícito e culpável, podendo Lúcio ser responsabilizado, na condição de imputável, pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado na forma tentada, já que o crime não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, pois não houve obtenção da vantagem indevida.

734. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Após discussão em uma casa noturna, Jonas, com a intenção de causar lesão, aplicou um golpe de arte marcial em Leonardo, causando fratura em seu braço. Leonardo, então, foi encaminhado ao hospital, onde constatou-se a desnecessidade de intervenção cirúrgica e optou-se por um tratamento mais conservador com analgésicos para dor, o que permitiria que ele retornasse às suas atividades normais em 15 dias. A equipe médica, sem observar os devidos cuidados exigidos, ministrou o remédio a Leonardo sem observar que era composto por substância à qual o paciente informara ser alérgico em sua ficha de internação. Em razão da medicação aplicada, Leonardo sofreu choque anafilático, evoluindo a óbito, conforme demonstrado em seu laudo de exame cadavérico. Recebidos os autos do inquérito, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Jonas, imputando-lhe o crime de homicídio doloso. Diante dos fatos acima narrados e considerando o estudo da teoria da equivalência, o(a) advogado(a) de Jonas deverá alegar que a morte de Leonardo decorreu de causa superveniente

a. absolutamente independente, devendo ocorrer desclassificação para que Jonas responda pelo crime de lesão corporal seguida de morte.
b. relativamente independente, devendo ocorrer desclassificação para o crime de lesão corporal seguida de morte, já que a morte teve relação com sua conduta inicial.
c. relativamente independente, que, por si só, causou o resultado, devendo haver desclassificação para o crime de homicídio culposo.
d. relativamente independente, que, por si só, produziu o resultado, devendo haver desclassificação para o crime de lesão corporal, não podendo ser imputado o resultado morte.

735. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Sandra, mãe de Enrico, de 4 anos de idade, fruto de relacionamento anterior, namorava Fábio. Após conturbado término do relacionamento, cujas discussões tinham como principal motivo a criança e a relação de Sandra com o ex-companheiro, Fábio comparece à residência de Sandra, enquanto esta trabalhava, para buscar seus pertences. Na ocasião, ele encontrou Enrico e uma irmã de Sandra, que cuidava da criança. Com raiva pelo término da relação, Fábio, aproveitando-se da distração da tia, conversa com a criança sobre como seria legal voar do 8º andar apenas com uma pequena toalha funcionando como paraquedas. Diante do incentivo de Fábio, Enrico pula da varanda do apartamento com a toalha e vem a sofrer lesões corporais de natureza grave, já que cai em cima de uma árvore. Descobertos os fatos, a família de Fábio procura advogado para esclarecimentos sobre as consequências jurídicas do ato. Considerando as informações narradas, sob o ponto de vista técnico, deverá o advogado esclarecer que a conduta de Fábio configura
a. conduta atípica, já que não houve resultado de morte a partir da instigação ao suicídio.
b. crime de instigação ao suicídio consumado, com pena inferior àquela prevista para quando há efetiva morte.
c. crime de instigação ao suicídio na modalidade tentada.
d. crime de homicídio na modalidade tentada.

736. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) João, por força de divergência ideológica, publicou, em 03 de fevereiro de 2019, artigo ofensivo à honra de Mário, dizendo que este, quando no exercício de função pública na Prefeitura do município de São Caetano, desviou verba da educação em benefício de empresa de familiares. Mário, inconformado com a falsa notícia, apresentou queixa-crime em face de João, sendo a inicial recebida em 02 de maio de 2019. Após observância do procedimento adequado, o juiz designou data para a realização da audiência de instrução e julgamento, sendo as partes regularmente intimadas. No dia da audiência, apenas o querelado João e sua defesa técnica compareceram. Diante da ausência injustificada do querelante, poderá a defesa de João requerer ao juiz o reconhecimento

a. da decadência, que é causa de extinção da punibilidade.
b. do perdão do ofendido, que é causa de extinção da punibilidade.
c. do perdão judicial, que é causa de exclusão da culpabilidade.
d. da perempção, que é causa de extinção da punibilidade.

737. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Durante a madrugada, Lucas ingressou em uma residência e subtraiu um computador. Quando se preparava para sair da residência, ainda dentro da casa, foi surpreendido pela chegada do proprietário. Assustado, ele o empurrou e conseguiu fugir com a coisa subtraída. Na manhã seguinte, arrependeu-se e resolveu devolver a coisa subtraída ao legítimo dono, o que efetivamente veio a ocorrer. O proprietário, revoltado com a conduta anterior de Lucas, compareceu em sede policial e narrou o ocorrido. Intimado pelo Delegado para comparecer em sede policial, Lucas, preocupado com uma possível responsabilização penal, procura o advogado da família e solicita esclarecimentos sobre a sua situação jurídica, reiterando que já no dia seguinte devolvera o bem subtraído. Na ocasião da assistência jurídica, o(a) advogado(a) deverá informar a Lucas que poderá ser reconhecido(a)

a. a desistência voluntária, havendo exclusão da tipicidade de sua conduta.
b. o arrependimento eficaz, respondendo o agente apenas pelos atos até então praticados.
c. o arrependimento posterior, não sendo afastada a tipicidade da conduta, mas gerando aplicação de causa de diminuição de pena.
d. a atenuante da reparação do dano, apenas, não sendo, porém, afastada a tipicidade da conduta.

738. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Gabriel foi condenado pela prática de um crime de falso testemunho, sendo-lhe aplicada a pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana). Após cumprir o equivalente a 01 ano da pena aplicada, Gabriel deixa de cumprir a prestação de serviços à comunidade. Ao ser informado sobre tal situação pela entidade beneficiada, o juiz da execução, de imediato, converte a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, determinando o cumprimento dos 03 anos da pena imposta em regime semiaberto, já que Gabriel teria demonstrado não preencher as condições para cumprimento de pena em regime aberto. Para impugnar a decisão, o(a) advogado(a) de Gabriel deverá alegar que a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade

a. foi válida, mas o regime inicial a ser observado é o aberto, fixado na sentença, e não o semiaberto.
b. foi válida, inclusive sendo possível ao magistrado determinar a regressão ao regime semiaberto, restando a Gabriel cumprir apenas 02 anos de pena privativa de liberdade, pois os serviços à comunidade já prestados são considerados pena cumprida.

c. não foi válida, pois o descumprimento da prestação de serviços à comunidade não é causa a justificar a conversão em privativa de liberdade.
d. não foi válida, pois, apesar de possível a conversão em privativa de liberdade pelo descumprimento da prestação de serviços à comunidade, deveria o apenado ser previamente intimado para justificar o descumprimento.

739. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Enquanto assistia a um jogo de futebol em um bar, Francisco começou a provocar Raul, dizendo que seu clube, que perdia a partida, seria rebaixado. Inconformado com a indevida provocação, Raul, que estava acompanhado de um cachorro de grande porte, atiça o animal a atacar Francisco, o que efetivamente acontece. Na tentativa de se defender, Francisco desfere uma facada no cachorro de Raul, o qual vem a falecer. O fato foi levado à autoridade policial, que instaurou inquérito para apuração. Francisco, então, contrata você, na condição de advogado(a), para patrocinar seus interesses. Considerando os fatos narrados, com relação à conduta praticada por Francisco, você, como advogado(a), deverá esclarecer que seu cliente

a. não poderá alegar qualquer excludente de ilicitude, em razão de sua provocação anterior.
b. atuou escorado na excludente de ilicitude da legítima defesa.
c. praticou conduta atípica, pois a vida do animal não é protegida penalmente.
d. atuou escorado na excludente de ilicitude do estado de necessidade.

740. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Mário trabalhava como jardineiro na casa de uma família rica, sendo tratado por todos como um funcionário exemplar, com livre acesso a toda a residência, em razão da confiança estabelecida. Certo dia, enfrentando dificuldades financeiras, Mário resolveu utilizar o cartão bancário de seu patrão, Joaquim, e, tendo conhecimento da respectiva senha, promoveu o saque da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais). Joaquim, ao ser comunicado pelo sistema eletrônico do banco sobre o saque feito em sua conta, efetuou o bloqueio do cartão e encerrou sua conta. Sem saber que o cartão se encontrava bloqueado e a conta encerrada, Mário tentou novo saque no dia seguinte, não obtendo êxito. De posse das filmagens das câmeras de segurança do banco, Mário foi identificado como o autor dos fatos, tendo admitido a prática delitiva. Preocupado com as consequências jurídicas de seus atos, Mário procurou você, como advogado(a), para esclarecimentos em relação à tipificação de sua conduta. Considerando as informações expostas, sob o ponto de vista técnico, você, como advogado(a) de Mário, deverá esclarecer que sua conduta configura

a. os crimes de furto simples consumado e de furto simples tentado, na forma continuada.
b. os crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança consumado e de furto qualificado pelo abuso de confiança tentado, na forma continuada.

c. um crime de furto qualificado pelo abuso de confiança consumado, apenas.
d. os crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança consumado e de furto qualificado pelo abuso de confiança tentado, em concurso material.

741. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Ao final das comemorações da noite de Natal com sua família, Paulo, quando deixava o local, acabou por levar consigo o presente do seu primo Caio, acreditando ser o seu, tendo em vista que as caixas dos presentes eram idênticas. Após perceber o sumiço do seu presente e acreditando ter sido vítima de crime patrimonial, Caio compareceu à Delegacia para registrar o ocorrido, ocasião em que foram ouvidas testemunhas presenciais, que afirmaram ter visto Paulo sair com aquele objeto. Paulo, ao tomar conhecimento da investigação, compareceu em sede policial e indicou onde o objeto estava, sendo o bem apreendido no dia seguinte em sua residência. Preocupado com sua situação jurídica, Paulo procurou a Defensoria Pública. Sob o ponto de vista jurídico, sua conduta impõe o reconhecimento de que:

a. ocorreu erro de proibição, afastando a culpabilidade ou gerando causa de redução de pena, a depender de ser considerado vencível ou invencível;
b. foi praticado crime de furto, mas deverá ser reconhecida a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior;
c. houve erro sobre a pessoa, devendo ser consideradas as características daquele que se pretendia atingir;
d. ocorreu erro de tipo, o que faz com que, no caso concreto, sua conduta seja considerada atípica;
e. houve erro na execução (aberratio ictus), logo a conduta deverá ser considerada atípica.

742. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Lúcio, reincidente em razão de condenação definitiva anterior pela prática de crime de uso de documento falso, foi denunciado pela suposta prática de dois crimes de furto simples tentados, em concurso formal. Encerrada a instrução, após confissão do réu em interrogatório, e estando o processo com o juiz para a sentença, Lúcio procura o Defensor Público para esclarecimentos acerca do processo dosimétrico e da forma como será executada a pena no caso de procedência da pretensão punitiva, esclarecendo que os fatos ocorreram dois anos antes e que, atualmente, encontra-se casado, com filho bebê e trabalhando com carteira assinada. Considerando apenas as informações expostas, na oportunidade, deverá ser esclarecido por sua defesa técnica que:

a. o aumento da pena em razão do concurso formal de crimes deve ocorrer antes da redução realizada pela tentativa, e a definição do quantum a ser majorado em razão dessa causa de aumento deve ter por base as circunstâncias judiciais do Art. 59 do Código Penal;

b. a aplicação da pena privativa de liberdade e de multa, em não havendo desígnios autônomos, no concurso formal de crimes, de acordo com as previsões do Código Penal, se dará com base no princípio da exasperação;
c. a sua condição de tecnicamente reincidente, por si só, não impede de forma absoluta a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos;
d. a presença de uma circunstância agravante e de uma causa de diminuição da pena faz com que o juiz deva compensá-las na segunda fase do processo dosimétrico;
e. a reincidência, como circunstância agravante preponderante, não poderá ser compensada com eventual confissão.

743. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Reconhecida a prática de um fato típico, ilícito e culpável, o Estado tem o poder/dever de punir o seu infrator. Todavia, há situações que fazem desaparecer o poder punitivo estatal, sendo correto afirmar, de acordo com o Código Penal, que:
a. os prazos das prescrições da pretensão punitiva e da pretensão executória serão reduzidos pela metade nos casos em que o agente era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou maior de 60 na data da sentença;
b. a sentença que conceder o perdão judicial, após reconhecimento da materialidade e autoria, não será considerada para efeitos de reincidência;
c. a anistia, concedida através de decreto presidencial, afasta os efeitos penais, primários e secundários, e extrapenais da condenação;
d. a prescrição, a decadência e a perempção são causas de extinção da punibilidade do agente nos crimes de ação penal pública;
e. o curso do prazo prescricional interrompe-se com o oferecimento da denúncia.

744. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Em 07 de julho de 2017, Márcio, primário e de bons antecedentes, subtraiu a carteira de Antônio, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma faca. Ainda na execução, para assegurar que Antônio não fugisse durante o ato de subtração, Márcio segurou a vítima pelo braço por cerca de 1 min, impedindo-a de deixar o local dos fatos. Logo após a subtração, policiais militares passaram pelo local e foram informados por Antônio sobre o ocorrido, iniciando uma perseguição ao autor do fato na direção apontada pela vítima, vindo Márcio a ser preso, cerca de 10 min depois, ainda na posse da coisa subtraída e com a faca utilizada na ação criminosa. Foi constatado que a res furtiva constante no interior da carteira era de aproximadamente R$ 20,00 (vinte reais). Após seu curso regular, com integral confirmação dos fatos, em 13 de fevereiro de 2019, o processo foi encaminhado ao magistrado para sentença. Considerando a situação narrada e a jurisprudência que prevalece nos Tribunais Superiores, Márcio deverá ser:

a. condenado pelo crime de roubo majorado apenas pelo emprego de arma, podendo, porém, haver redução da pena em razão da tentativa;
b. condenado pelo crime de roubo majorado apenas pela restrição da liberdade da vítima, na forma consumada;
c. absolvido em razão do reconhecimento da atipicidade da conduta, com fundamento no princípio da insignificância;
d. condenado pelo crime de roubo simples, na forma tentada;
e. condenado pelo crime de roubo simples, na forma consumada.

GABARITO

711. c	**717.** a	**723.** c	**729.** d	**735.** d	**741.** d
712. d	**718.** a	**724.** b	**730.** d	**736.** d	**742.** c
713. e	**719.** c	**725.** a	**731.** a	**737.** d	**743.** b
714. c	**720.** e	**726.** e	**732.** a	**738.** d	**744.** e
715. a	**721.** a	**727.** c	**733.** c	**739.** b	
716. a	**722.** b	**728.** c	**734.** d	**740.** c	

DIREITO PROCESSUAL PENAL

745. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Renato foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes conexos de lesão corporal seguida de morte (Pena: reclusão, de 04 a 12 anos), ocultação de cadáver (Pena: reclusão, de 01 a 03 anos, e multa) e dois delitos de furto qualificado em razão do rompimento de obstáculo (Pena: reclusão, de 02 a 08 anos, e multa). De acordo com as informações obtidas, na cidade de Niterói, Renato, mediante rompimento de obstáculo, subtraiu bens de duas residências, sem emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. Já quando estava com os bens dentro de um caminhão, na cidade de São Gonçalo, veio a ser encontrado por uma das vítimas, iniciando-se uma discussão. Durante a discussão, Renato desferiu um golpe na cabeça da vítima, com intenção de lesioná-la, mas acabou por causar o resultado morte de maneira culposa. Temendo pelas consequências de seus atos, Renato enterrou o corpo da vítima em Itaboraí, evadindo-se, em seguida, para se esconder em sua residência, localizada em Silva Jardim. Ocorre que o autor do fato foi localizado e preso em flagrante por policiais, em Rio Bonito, antes de chegar em sua casa. Considerando apenas as informações narradas, terá atribuição para oferecimento da denúncia de todos os crimes conexos pelos quais Renato foi indiciado, o promotor de justiça da comarca de:

a. Niterói;
b. São Gonçalo;
c. Itaboraí;
d. Rio Bonito;
e. Silva Jardim.

746. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Através do oferecimento de denúncia, o Ministério Público inicia um processo em que se imputa a determinada pessoa um crime de ação penal pública. Com base nas previsões do Código de Processo Penal, existem formalidades legais que devem ser observadas pelo Promotor de Justiça no momento de apresentar a inicial acusatória. A denúncia deverá conter:

a. a classificação do crime, a qual não vincula o magistrado, que poderá dar nova classificação jurídica no momento da sentença com base em novos fatos descobertos durante a instrução, ainda que sem qualquer alteração da inicial acusatória;
b. a qualificação do acusado, mas, caso sua identificação através do nome seja desconhecida, poderão constar esclarecimentos pelos quais possa ser identificado, tornando certa a identidade física;
c. a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, não podendo a agravante da reincidência ser reconhecida se não imputada na inicial acusatória;

d. a classificação do crime, que vinculará o magistrado no momento da sentença, ainda que não haja necessidade de alteração dos fatos narrados;
e. o rol de testemunhas, computando-se no limite máximo as testemunhas referidas.

747. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Promotor de Justiça ofereceu denúncia em face de Luiz, imputando-lhe a prática do crime de estelionato (Pena: reclusão, de 01 a 05 anos, e multa). Em que pese a pena mínima de um ano, deixou de oferecer proposta de suspensão condicional do processo, sob o fundamento de que deveriam ser observados os requisitos da suspensão condicional da pena e que Luiz responderia a três outras ações penais pela suposta prática de crimes contra o patrimônio. No momento de avaliar o recebimento da denúncia, o magistrado competente não concordou com o não oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo. Considerando as informações narradas, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o promotor de justiça, ao não oferecer o benefício despenalizador, está:

a. equivocado, já que somente o réu reincidente não faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo, apesar de os requisitos da suspensão condicional da pena realmente terem de ser observados;
b. equivocado, pois os requisitos da suspensão condicional da pena não se confundem com os da suspensão condicional do processo e somente o réu tecnicamente reincidente não faz jus ao benefício;
c. correto, mas, discordando o magistrado, deverá este submeter a questão ao Procurador-Geral de Justiça, aplicando-se, por analogia, as previsões do art. 28 do CPP;
d. correto, mas, diante da discordância, o magistrado poderá oferecer diretamente a proposta de suspensão condicional do processo, já que se trata de direito subjetivo do réu;
e. correto e, ainda que o magistrado discorde, nada poderá ser feito, tendo em vista que o Ministério Público é o titular da iniciativa das ações penais públicas.

748. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Bartolomeu foi denunciado pela prática dos crimes de estupro (Pena: reclusão, de 06 a 10 anos) e corrupção de menores (Pena: reclusão, de 01 a 04 anos). Em primeira instância, Bartolomeu foi condenado nos termos da denúncia, sendo fixada a pena base em 07 anos do crime de estupro pelo grande trauma causado à vítima, que precisou de tratamento psicológico por anos. A defesa apresentou apelação e o Tribunal, por ocasião do julgamento, decidiu pela redução da pena base do crime de estupro para o mínimo legal, de maneira unânime. Bartolomeu foi, ainda, absolvido do crime de corrupção de menores por maioria de votos. No momento da publicação

do acórdão, foi verificado que, apesar de constar que a sanção penal estava sendo acomodada no mínimo legal, foi fixada pena de 06 anos e 06 meses de reclusão em relação ao crime de estupro. Considerando apenas as informações expostas, o Procurador de Justiça, ao ser intimado do teor do acórdão, poderá apresentar:

a. (A) embargos de declaração e, após o esclarecimento, embargos infringentes para questionar apenas a redução da pena aplicada ao crime de estupro, mas não a absolvição do crime de corrupção de menores;
b. embargos de declaração e, após o esclarecimento, embargos infringentes para questionar apenas a absolvição do crime de corrupção de menores, mas não a redução da pena aplicada ao crime de estupro;
c. embargos de declaração e, após o esclarecimento, embargos infringentes para questionar a redução da pena aplicada ao crime de estupro e a absolvição do crime de corrupção de menores;
d. embargos de declaração, mas, mesmo após o esclarecimento, não poderá interpor embargos infringentes;
e. recurso especial, mas não embargos de declaração ou embargos infringentes.

749. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Durante execução penal, foi constatada, após regular procedimento administrativo, a prática de falta grave por parte do apenado Marcos, que cumpria sua pena em regime fechado. O promotor de justiça com atribuição, informado do fato, requereu ao juízo da execução a perda de parte dos dias remidos, além da interrupção da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena. O juízo deferiu apenas a perda de parte dos dias remidos, indeferindo o reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena. Intimado da decisão, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o promotor de justiça poderá apresentar recurso de agravo, que:

a. não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
b. permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
c. não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
d. permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;

e. permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo da comutação de pena, mas não do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção da progressão de regime.

750. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Em matéria Penal, através das provas, as partes pretendem influenciar o convencimento do julgador, além de demonstrar a veracidade de determinado fato. O Código de Processo Penal disciplina o tema, trazendo previsões gerais e regras próprias para as provas em espécie. Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

a. em razão do livre convencimento motivado, ao Ministério Público, assim como ao acusado, é facultado apresentar quesitos e indicar assistente técnico por ocasião da prova pericial, mas o laudo elaborado não vincula o juiz, que poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte;
b. em razão do direito de presença do acusado, o Código de Processo Penal não admite o interrogatório por videoconferência com fundamento no risco para segurança pública com fundada suspeita de fuga do preso durante o deslocamento para audiência;
c. no procedimento do Tribunal do Júri, durante o interrogatório do réu em sessão plenária, as perguntas deverão ser feitas diretamente pelas partes e pelos jurados, cabendo ao juiz apenas complementá-las;
d. com base no princípio da inércia, o sistema a ser observado quando da oitiva das testemunhas é o cross examination, não podendo o magistrado complementar as perguntas das partes;
e. diante do caráter inquisitório do inquérito policial, os elementos informativos não poderão ser mencionados na sentença, nem mesmo para corroborar a decisão do juiz fundamentada em provas.

751. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Ao longo do tempo, os sistemas processuais penais, tradicionalmente, vêm sendo classificados como inquisitivo, acusatório e misto. A definição da classificação considera as principais características do Processo Penal e os princípios que o informam.

a. inquisitivo no momento do inquérito policial, de modo que não pode o advogado do indiciado ter acesso ao inquérito e aos elementos informativos produzidos, ainda que já documentados, antes de sua conclusão;
b. acusatório, primordialmente, razão pela qual não se aplica o sistema de prova tarifada, podendo a infração penal que deixa vestígios ser comprovada por qualquer meio de prova, inclusive, unicamente, a confissão;

c. inquisitivo no momento do inquérito policial, admitindo-se que seja decretada a prisão temporária, ainda durante as investigações, pelo prazo inicial de 10 (dez) dias, em sendo investigada a prática do crime de roubo simples;
d. misto, podendo o magistrado, no momento da sentença, considerar fatos não narrados na denúncia, mas identificados durante a instrução, para dar nova capitulação jurídica, em respeito ao instituto da mutatio libelli;
e. acusatório, primordialmente, de modo que não pode o magistrado decretar prisão preventiva, antes do início da ação penal, de ofício, sem representação do Ministério Público ou da autoridade policial.

752. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática de crime de estelionato. Após 120 (cento e vinte) dias de investigação e adotadas todas as medidas disponíveis, a autoridade policial verifica a inexistência de justa causa para o oferecimento de denúncia, já que a autoria não foi identificada. Diante da constatação da autoridade policial, é correto afirmar que:

a. o promotor de justiça poderá promover pelo arquivamento do inquérito policial, que dependerá de homologação do magistrado, que, discordando, deve encaminhar os autos a outro promotor de justiça para imediato oferecimento de denúncia;
b. o promotor de justiça poderá arquivar diretamente o inquérito policial, independentemente de homologação do magistrado, diante da previsão constitucional de titularidade do Ministério Público na iniciativa da ação penal pública;
c. o promotor de justiça poderá promover pelo arquivamento do inquérito policial, devendo a questão ser submetida à homologação do magistrado, que, discordando, encaminhará os autos ao Procurador-Geral de Justiça para decisão;
d. a própria autoridade policial poderá arquivar diretamente o inquérito policial, mas o promotor de justiça, discordando, poderá oferecer denúncia, diante da dispensabilidade característica dos procedimentos investigatórios;
e. a própria autoridade policial poderá arquivar diretamente o inquérito policial, cabendo ao promotor de justiça, em caso de discordância, submeter a questão à decisão final da chefia da Polícia Civil.

753. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) João ofereceu queixa-crime em face de José, imputando-lhe a prática do crime de calúnia majorada. No curso da instrução, após recebimento da queixa-crime, João não compareceu para dar prosseguimento ao feito, sendo certificado pelo oficial de justiça que não foi possível intimar João pelo fato de a área de sua residência ser de risco. O Ministério Público, na qualidade de custos legis, através de seus próprios ser-

vidores, auxiliou o Oficial de Justiça e foi realizada a intimação do querelante para dar prosseguimento ao feito e informando sobre a data da audiência designada. Passados 30 (trinta) dias, João manteve-se inerte e não compareceu à audiência de instrução e julgamento. Considerando apenas os fatos narrados, é correto afirmar que:

a. o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão do perdão do ofendido ocorrido depende de requerimento do Ministério Público, não podendo ser declarada de ofício pelo magistrado;
b. a perempção restou configurada, gerando a extinção da punibilidade do agente, aplicando-se o princípio da disponibilidade das ações penais privadas;
c. a renúncia restou configurada, gerando a extinção da punibilidade do querelado, em respeito ao princípio da oportunidade das ações penais privadas;
d. o perdão do ofendido restou configurado, gerando a extinção da punibilidade do querelado, independentemente de sua concordância;
e. o procedimento deve prosseguir, cabendo ao Ministério Público assumir o polo ativo diante da omissão do querelante.

754. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Gabriel, 19 anos, juntamente com o adolescente David, 16 anos, receberam, mediante fraude, vantagem indevida da vítima Joana, fato que se adequaria à figura típica do crime de estelionato. Durante as investigações, restou constatado que todos os envolvidos (executores e vítima) eram brasileiros, que Gabriel e David seriam os autores do fato e que a execução do delito, em território nacional, iniciou-se em Niterói, mas que o último ato de execução fora praticado na cidade do Rio de Janeiro. Apesar disso, o crime se consumou fora do país. Com base apenas nas informações expostas, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

a. o promotor de justiça criminal da comarca de Niterói terá atribuição para o oferecimento de denúncia em face de Gabriel, atraindo, ainda, a competência da justiça comum para julgamento da ação socioeducativa em face de David;
b. o promotor de justiça criminal da comarca do Rio de Janeiro terá atribuição para o oferecimento de denúncia em face de Gabriel, atraindo, ainda, a competência da justiça comum para julgamento da ação socioeducativa em face de David;
c. o promotor de justiça criminal da comarca de Niterói terá atribuição para o oferecimento de denúncia em face de Gabriel, devendo ocorrer a separação entre a jurisdição comum e o juízo de menores;
d. o promotor de justiça criminal da comarca do Rio de Janeiro terá atribuição para o oferecimento de denúncia em face de Gabriel, devendo ocorrer a separação entre a jurisdição comum e o juízo de menores;

e. os Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não têm atribuição para o oferecimento de denúncia ou oferecimento de representação, já que o crime se consumou fora do país.

755. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Caio, técnico de notificações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, compareceu à residência de Lúcia para entregar uma notificação para comparecer ao Ministério Público para oitiva em procedimento em que se investigava a prática do crime de lesão corporal qualificada no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Quando estava no local, Caio foi surpreendido por presenciar o exato momento em que Matheus, marido de Lúcia, desferia golpes contra a cabeça da esposa, causando-lhe lesões graves. Vizinhos informaram o ocorrido a policiais, que realizaram a prisão do autor do fato. Matheus foi denunciado pela prática do crime de lesão corporal grave praticada no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja pena máxima em abstrato ultrapassa 6 (seis) anos de reclusão. Foram arroladas na denúncia, pelo Ministério Público, oito testemunhas de acusação, inclusive Caio, além da vítima Lúcia, que continua convivendo com o denunciado. Com base apenas nas informações expostas, é correto afirmar que:

a. não poderá o Ministério Público ouvir todas as testemunhas arroladas, tendo em vista que Lúcia deverá ser computada no número máximo de testemunhas a serem incluídas no rol oferecido quando da denúncia;
b. poderá Caio ser obrigado a prestar declarações, mas não será firmado compromisso de dizer a verdade, uma vez que só teve conhecimento dos fatos quando exercia sua função pública;
c. poderá Caio ser obrigado a prestar declarações e será firmado compromisso de dizer a verdade, devendo sua oitiva ser realizada antes das testemunhas de defesa;
d. não poderá Caio ser obrigado a prestar declarações, tendo em vista que só teve conhecimento dos fatos no exercício da sua função pública;
e. poderá Lúcia se recusar a depor, mas, uma vez aceitando prestar declarações, será firmado compromisso de dizer a verdade.

756. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Lucas, oficial do Ministério Público, enquanto cumpria sua função em via pública, por volta de 15h, depara-se com Antônio conduzindo uma motocicleta com simulacro de arma de fogo na cintura e se surpreende com aquela situação, tendo em vista que identificou, pela placa, que aquela moto era de propriedade de seu colega de traba-

lho. Diante disso, Lucas entra em contato com seu colega, que confirma que fora vítima de um crime de roubo que teria sido praticado 30 min antes, descrevendo as características do autor do fato, que coincidiam com as de Antônio. Considerando as informações expostas, em sendo confirmada a autoria, é correto afirmar que Lucas:

a. não poderá realizar a prisão captura de Antônio, tendo em vista que, apesar da situação de flagrante, o ato somente pode ser realizado por agentes de segurança pública;
b. não poderá realizar a prisão captura de Antônio, uma vez que inexiste situação de flagrante prevista em lei, apesar da identificação da autoria;
c. poderá realizar a prisão captura de Antônio, pois constatada a situação de flagrante próprio prevista em lei;
d. poderá realizar a prisão captura de Antônio, uma vez constatada a situação de flagrante presumido;
e. poderá realizar a prisão captura de Antônio, já que há situação de flagrante esperado.

757. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Buscando concretizar a ideia de que a prisão preventiva somente deve ser decretada em situações excepcionais, o legislador previu uma série de medidas cautelares alternativas à prisão, que devem ser analisadas no momento de se apreciar a necessidade ou não da imposição da medida cautelar extrema. Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

a. a suspensão do exercício da função pública poderá ser aplicada como cautelar alternativa diante de justo receio de sua utilização na prática de crimes, mas não da atividade de natureza econômica, sob pena de violação da livre concorrência;
b. a internação provisória poderá ser aplicada se constatado o risco de reiteração e a inimputabilidade do agente, mas somente nos crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa;
c. a monitoração eletrônica poderá ser aplicada como condição para concessão de prisão albergue domiciliar na execução penal, mas não como medida cautelar alternativa;
d. o descumprimento das medidas cautelares alternativas e medidas protetivas de urgência não é fundamento para justificar a necessidade da prisão preventiva;
e. a proibição de se ausentar da comarca sem informar ao juízo poderá ser aplicada pelo magistrado, mas não poderá haver retenção do passaporte do denunciado.

758. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Bruno foi denunciado como incurso nas sanções penais previstas no art. 215-A do Código Penal, sendo deferida sua liberdade provisória por ocasião da audiência de custódia. O denunciado foi citado e apresentou resposta à acusação, não sendo oferecida proposta de suspensão condicional do processo por responder a outras ações penais pelo mesmo tipo penal. Ocorre que, no momento da intimação para realização

da audiência de instrução e julgamento, Bruno não foi localizado pelo oficial de justiça no endereço informado. O Ministério Público diligenciou e buscou a intimação de Bruno em todos os endereços obtidos, inclusive através de seus oficiais, não sendo o réu localizado, tendo apenas a irmã do acusado informado aos oficiais que ele tinha mudado de endereço, apesar de essa informação não ter sido prestada por Bruno ao juízo. Considerando apenas as informações expostas, após todas as diligências realizadas pelo Ministério Público, o magistrado:

a. (A) poderá decretar a revelia do réu, persistindo ao Ministério Público a obrigação de comprovar a autoria e materialidade do crime, mas Bruno não mais precisará ser intimado pessoalmente para eventuais próximas audiências;
b. poderá decretar a revelia do réu, que não gera presunção de veracidade dos fatos imputados, devendo Bruno continuar sendo intimado dos demais atos processuais que venham a ocorrer;
c. não poderá decretar a revelia do réu, devendo a instrução prosseguir até o momento do interrogatório, quando a presença do acusado é indispensável;
d. não poderá decretar a revelia do réu, devendo o processo, imediatamente, ficar suspenso, assim como o curso do prazo prescricional;
e. poderá decretar a revelia do réu, gerando presunção de veracidade dos fatos imputados.

759. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Fernando foi denunciado pela suposta prática do crime de aborto sem o consentimento da gestante. Em que pese no curso da instrução tenha sido deferida a revogação da prisão preventiva, Fernando permaneceu preso em razão de outro processo onde é imputada a prática de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma. Após a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, o juiz profere decisão pronunciando Fernando nos termos da denúncia. Considerando apenas as informações expostas, é correto afirmar que Fernando:

a. poderá, diante das alterações legislativas ocorridas no ano de 2008 no Código de Processo Penal, ser intimado da decisão de pronúncia através de edital, cabendo a interposição de recurso em sentido estrito para questionar a decisão do magistrado;
b. poderá, diante das alterações legislativas ocorridas no ano de 2008 no Código de Processo Penal, ser intimado da decisão de pronúncia através de edital, cabendo a interposição de recurso de apelação para questionar a decisão do magistrado;
c. poderá, diante das alterações legislativas ocorridas no ano de 2008 no Código de Processo Penal, ser intimado da decisão de pronúncia através de edital, cabendo a interposição de recurso de agravo para questionar a decisão do magistrado;
d. deverá ser intimado pessoalmente da decisão de pronúncia, podendo esta ser questionada através de recurso de apelação;

e. deverá ser intimado pessoalmente da decisão de pronúncia, podendo esta ser questionada através de recurso em sentido estrito.

760. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Guilherme foi denunciado pela prática do crime de corrupção ativa. Após recebimento da denúncia, foi o réu citado por edital, apesar de estar em local certo e sabido. Ao tomar conhecimento por terceiros sobre a existência da ação penal, Guilherme compareceu em juízo, leu o teor da inicial acusatória, contratou advogado e foi apresentada resposta à acusação. No momento da audiência, em razão de um problema particular, uma testemunha de defesa foi ouvida antes das testemunhas de acusação, sem que as partes consignassem qualquer inconformismo. O réu foi interrogado e, após alegações finais, Guilherme foi absolvido. Inconformado com a decisão do magistrado, o Promotor de Justiça apresentou apelação. No momento das razões de apelação, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, o Promotor de Justiça:

a. não poderá requerer o reconhecimento da nulidade decorrente da inversão da ordem de oitiva das testemunhas, já que só interessaria ao réu e não impugnada em momento adequado, mas poderá requerer a nulidade da citação por ser de natureza absoluta;
b. poderá requerer o reconhecimento da nulidade decorrente da inversão da ordem de oitiva das testemunhas, que é de natureza absoluta, independentemente de impugnação das partes em audiência, mas não da irregularidade da citação;
c. não poderá requerer a nulidade decorrente da irregularidade na citação, diante do comparecimento do réu em juízo, e nem da inversão da ordem na oitiva das testemunhas, já que só interessaria ao réu e não impugnada em momento adequado;
d. poderá requerer o reconhecimento da nulidade decorrente da inversão da ordem de oitiva das testemunhas, que é de natureza relativa, ainda que só beneficie a parte contrária, mas não da irregularidade da citação;
e. poderá requerer o reconhecimento da nulidade decorrente da citação irregular e da inversão da ordem de oitiva das testemunhas, tendo em vista que ambas são de natureza absoluta e independem de prejuízo.

761. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Gabriel, funcionário público do Tribunal de Justiça do Ceará, foi vítima de um crime de injúria, sendo a ofensa relacionada ao exercício de sua função pública. Optou, porém, por nada fazer em desfavor do autor da ofensa. Ocorre que a chefia imediata de Gabriel, informada sobre o ocorrido, e revoltada com o desrespeito, compareceu à delegacia e narrou o fato para autoridade policial, que instaurou procedimento e fixou prazo inicial de 20 dias para investigações. Após 19 dias, concluídas as investigações, o Delegado se prepara para apresentar relatório final. Ao tomar conhecimento dos fatos, Gabriel procura seu advogado para assistência jurídica. Considerando as informações

narradas e o Enunciado 704 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções), o advogado de Gabriel deverá esclarecer que:

a. a denúncia por parte do Ministério Público depende de representação do ofendido, a ser oferecida no prazo de 06 (seis) meses a contar do conhecimento da autoria, ainda que o inquérito policial possa ser instaurado independentemente da manifestação de vontade de Gabriel;
b. as investigações em inquérito policial não poderiam ocorrer pelo prazo inicial de 20 (vinte) dias, considerando a previsão legislativa de que o inquérito deve ter prazo máximo de 10 (dez) dias, apenas podendo ser prorrogado por igual prazo;
c. o inquérito policial não poderia ter sido instaurado pela autoridade policial sem a concordância do ofendido, considerando a natureza da ação penal do crime investigado;
d. a queixa, caso Gabriel opte por apresentá-la, deverá ser oferecida no prazo máximo de 06 (seis) meses a contar da data do fato, ainda que outra data seja a do conhecimento da autoria;
e. a autoridade policial poderá, entendendo pela ausência de materialidade delitiva, arquivar diretamente o inquérito policial.

762. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Após concluir investigações, a autoridade policial encaminha relatório conclusivo ao Ministério Público, indiciando Jorge pela suposta prática do crime de estelionato, crime esse de ação penal pública incondicionada. Recebidos os autos, o Promotor de Justiça com atribuição se manteve inerte no prazo previsto para oferecimento de denúncia. Considerando a inércia do Ministério Público e a existência de justa causa, o lesado, através de sua defesa técnica, poderá:

a. oferecer representação administrativa em desfavor do Promotor de Justiça, mas nada poderá fazer em relação ao início da ação penal, já que a previsão do Código de Processo Penal de ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988, que previu que o Ministério Público é o titular das ações penais públicas;
b. oferecer representação administrativa em desfavor do Promotor de Justiça, mas nada poderá fazer em relação ao início da ação penal, em razão da natureza de ação penal pública incondicionada, já que a queixa subsidiária somente é aplicável em ações penais de natureza pública condicionada à representação;
c. dar início à ação penal privada subsidiária da pública, não podendo o Ministério Público fornecer elementos de prova, mas caberá ao órgão retomar a ação como parte principal em caso de negligência do querelante;

d. apresentar queixa, iniciando ação penal privada subsidiária da pública, podendo, porém, o Ministério Público repudiar a queixa e oferecer denúncia substitutiva;
e. apresentar queixa subsidiária da pública, não cabendo mais ao Ministério Público realizar qualquer intervenção no processo.

763. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Hugo foi vítima de crime de dano simples, tendo ele identificado que a autora do fato seria sua ex-namorada Joana. Acreditando que a ex-namorada adotou o comportamento em um momento de raiva, demonstra seu desinteresse em vê-la processada criminalmente. Ocorre que os fatos chegaram ao conhecimento da autoridade policial e do Ministério Público. Considerando que o crime de dano simples é de ação penal privada, se aplica, ao caso, o princípio da:

a. indivisibilidade, de modo que Hugo tem obrigação de apresentar queixa-crime em desfavor de todos os autores do fato, a partir da identificação da autoria;
b. disponibilidade, podendo, porém, o Ministério Público oferecer denúncia em caso de omissão do ofendido pelo prazo de 06 (seis) meses;
c. obrigatoriedade, devendo Hugo apresentar queixa-crime em desfavor de Joana, sob pena de intervenção do Ministério Público;
d. disponibilidade, de modo que deve ser reconhecido que houve, na hipótese, perempção;
e. oportunidade, de modo que cabe a Hugo decidir por apresentar ou não queixa-crime em desfavor de Joana.

764. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Alan, funcionário público de determinado Tribunal de Justiça, estava sendo investigado, em inquérito policial, pela suposta prática dos crimes de associação criminosa e corrupção passiva. Decorrido o prazo das investigações, a autoridade policial encaminhou os autos ao Poder Judiciário solicitando novo prazo para prosseguimento dos atos investigatórios. O Ministério Público apenas concordou com o requerimento de prorrogação do prazo, não apresentando qualquer outro requerimento. O magistrado, por sua vez, ao receber os autos, concedeu mais 15 (quinze) dias para investigações e, na mesma decisão, decretou a prisão temporária de Alan pelo prazo de 05 (cinco) dias, argumentando que a cautelar seria imprescindível para as investigações do inquérito policial. Alan foi preso temporariamente e mantido separado dos demais detentos da unidade penitenciária. Ao final do 4º dia de prisão, a autoridade judicial prorrogou por mais 05 (cinco) dias a prisão temporária, esclarecendo que os motivos que justificaram a decisão permaneciam inalterados, ainda sendo necessária a medida drástica para as investigações. Procurado pela família do preso, o advogado de Alan deverá esclarecer que:

a. a prisão temporária foi decretada e prorrogada de maneira válida, mas houve ilegalidade na sua execução, tendo em vista que os presos temporários não podem ser mantidos separados dos demais detentos;
b. a prisão temporária não poderia ter sido prorrogada pelo prazo de 05 (cinco) dias, já que essa cautelar somente tem prazo máximo total de 05 (cinco) dias, que foi o período inicialmente fixado;
c. a prisão temporária, mesmo que presentes os requisitos legais, não poderia ter sido decretada de ofício pela autoridade judicial;
d. a prisão temporária foi decretada e prorrogada de maneira válida, não havendo também qualquer ilegalidade em sua execução;
e. o crime de associação criminosa não admite a decretação da prisão temporária por não estar previsto no rol da Lei n. 7.960/89.

765. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Mariana, tecnicamente primária e com endereço fixo, foi identificada, a partir de câmeras de segurança, como autora de um crime de furto simples (Pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa) em um estabelecimento comercial. O inquérito policial com relatório conclusivo, acompanhado da Folha de Antecedentes Criminais com apenas uma outra anotação referente à ação penal em curso, sem decisão definitiva, foi encaminhado ao Poder Judiciário e, posteriormente, ao Ministério Público. Entendendo que existe risco de reiteração delitiva, já que testemunhas indicavam que Mariana, que se encontrava solta, já teria praticado delitos semelhantes, no mesmo local, em outras ocasiões, poderá o Promotor de Justiça com atribuição requerer que seja:
a. fixada cautelar alternativa de comparecimento mensal em juízo, proibição de contato com as testemunhas, mas não o recolhimento domiciliar no período noturno por ausência de previsão legal;
b. fixada cautelar alternativa de proibição de frequentar, por determinado período, o estabelecimento lesado, mas não a decretação da prisão preventiva ou temporária;
c. fixada a cautelar alternativa de internação provisória, que gera detração da pena, mas não a prisão preventiva ou temporária;
d. decretada a prisão temporária da indiciada;
e. decretada a prisão preventiva da indiciada.

766. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Com base em ofício recebido no cartório da Vara Criminal onde exercia suas funções, Luiz deveria separar todos os processos de pessoas presas que possivelmente teriam direito à substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar. Diante disso, separou quatro procedimentos para análise de prisões preventivas: no primeiro, Clara encontrava-se presa pelo crime de roubo com emprego de arma de fogo e violência real,

possuindo filho de 12 anos de idade; no segundo, o preso era Antônio, senhor de 81 anos de idade respondendo à ação penal em que se imputava a prática de três crimes de estelionato; no terceiro, João estava preso pelo crime de corrupção, sendo o único responsável pelos cuidados de seu filho de 11 anos; no quarto, Larissa estava presa como acusada dos crimes de uso de documento falso e moeda falsa, possuindo filha de 5 anos, mas não era a única responsável pela criança, que também morava com o pai. Com base nas previsões do Código de Processo Penal, em especial dos artigos 318 e 318-A, Luiz deveria separar, pela possibilidade, em tese, de ser admitida prisão domiciliar, os processos em que figuram como acusados(as):

a. Clara, Antônio, João e Larissa;
b. Antônio, João e Larissa, apenas;
c. Clara e Larissa, apenas;
d. Antônio e Larissa, apenas;
e. Antônio, apenas.

767. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Francisco, primário e de bons antecedentes, vem a tomar conhecimento da existência de procedimento investigatório administrativo, presidido por autoridade policial, em que figura como indiciado pela suposta prática de crime punido exclusivamente com pena de multa. Revoltado com a situação, acreditando não ter qualquer relação com o fato criminoso investiga*do e que esta*ria havendo abuso por parte do Delegado de Polícia, apresenta habeas corpus, elaborado por ele próprio, sem assistência de advogado, e escrito à mão, em folha de papel de caderno, perante o juízo de primeira instância competente, figurando como autoridade coatora a autoridade policial. Com base nas informações expostas, a medida apresentada por Francisco:

a. não é admitida, pois somente é prevista quando a autoridade coatora for responsável pela prática de ato judicial, mas não administrativo;
b. é admitida, cabendo à autoridade policial prestar informações antes da decisão judicial, não havendo, porém, prioridade no julgamento;
c. não é admitida, tendo em vista que o delito investigado é punido apenas com pena de multa;
d. é admitida, devendo a autoridade judicial assegurar prioridade no processamento e julgamento;
e. não é admitida, diante da inexistência de representação jurídica por advogado.

768. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) José, funcionário público, foi denunciado pela prática do crime de peculato após análise pelo Ministério Público de procedimento administrativo disciplinar em que foi imposta sanção ao acusado. Encaminhados os autos à autoridade judicial para análise da inicial acusatória, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

a. o acusado, após o recebimento da denúncia, será notificado para apresentação de resposta preliminar, ocasião em que deverá ser apresentado rol de testemunhas de defesa, mas não caberá instrução com documentos e justificações;
b. o rito comum ordinário, com recebimento da denúncia e citação imediata do acusado, deverá ser observado, já que não existe previsão legal de procedimento especial para crimes próprios praticados por funcionários públicos;
c. o oferecimento de denúncia não foi válido, tendo em vista que era indispensável a prévia existência de inquérito policial para acompanhar a exordial acusatória;
d. a análise do recebimento ou não da denúncia somente será realizada após notificação do acusado para apresentação de defesa preliminar no prazo de 15 (quinze) dias;
e. o acusado, considerando a exigência de notificação para apresentação de defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias, não precisará ser formalmente citado.

769. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Lauro figura como indiciado em inquérito policial em que se investiga a prática do crime de concussão. Intimado a comparecer na Delegacia para prestar declarações, fica preocupado com as medidas que poderiam ser determinadas pela autoridade policial, razão pela qual procura seu advogado. Com base nas informações expostas, a defesa técnica de Lauro deverá esclarecer que:

a. a reprodução simulada dos fatos poderá ser determinada pela autoridade policial, não podendo, contudo, ser Lauro obrigado a participar contra sua vontade;
b. a defesa técnica do indiciado não poderá ter acesso às peças de informação constantes do inquérito, ainda que já documentadas, em razão do caráter sigiloso do procedimento;
c. o indiciado e o eventual ofendido, diante do caráter inquisitivo do inquérito policial, não poderão requerer a realização de diligências durante a fase de investigações;
d. o procedimento investigatório, caso venha a ser arquivado com base na falta de justa causa, não poderá vir a ser desarquivado, ainda que surjam novas provas;
e. a autoridade policial, em sendo de interesse das investigações, poderá determinar a incomunicabilidade do indiciado pelo prazo de 10 (dez) dias.

770. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Gabriel, nascido em 31 de maio 1999, filho de Eliete, demonstrava sua irritação em razão do tratamento conferido por Jorge, namorado de sua mãe, para com esta. Insatisfeito, Jorge, no dia 1º de maio de 2017, profere injúria verbal contra Gabriel. Após a vítima contar para sua mãe sobre a ofensa sofrida, Eliete comparece, em 27 de maio de 2017, em sede policial e, na condição de representante do seu filho, renuncia ao direito de queixa. No dia 02 de agosto de 2017, porém, Gabriel, contra a vontade da mãe, procura auxílio de advogado, informando que tem interesse em ver Jorge responsabilizado criminalmente pela ofensa realizada. Diante da situação narrada, o(a) advogado(a) de Gabriel deverá esclarecer que

a. Jorge não poderá ser responsabilizado criminalmente, em razão da renúncia do representante legal do ofendido, sem prejuízo de indenização no âmbito cível.
b. poderá ser proposta queixa-crime em face de Jorge, mas, para que o patrono assim atue, precisa de procuração com poderes especiais.
c. Jorge não poderá ser responsabilizado criminalmente em razão da decadência, tendo em vista que ultrapassados três meses desde o conhecimento da autoria.
d. poderá ser proposta queixa-crime em face de Jorge, pois, de acordo com o Código de Processo Penal, ao representante legal é vedado renunciar ao direito de queixa.

771. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Marcus, advogado, atua em duas causas distintas que correm perante a Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Na primeira ação penal, Renato figura como denunciado em ação penal por crime de natureza tributária, enquanto, na segunda ação, Hélio consta como denunciado por crime de peculato. Entendendo pela a*tipicidade da* conduta de Renato, Marcus impetra habeas corpus, perante o Tribunal de Justiça, em busca do "trancamento" da ação penal. Já em favor de Hélio, impetra mandado de segurança, também perante o Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que o magistrado de primeira instância, de maneira recorrente, não estava permitindo o acesso aos *autos do proc*esso. Na mesma data são julgados o habeas corpus e o mandado de segurança por Câmara Criminal do Tri*bunal de Just*iça do Ceará, sendo que a ordem de habeas corpus não foi concedida por maioria de votos, enquanto o mandado de segurança foi denegado po*r unanimidade*. Intimado da decisão proferida no habeas corpus e no mandado de segurança, caberá a Marcus apresentar, em busca de combatê-las,

a. Recurso Ordinário Constitucional, nos dois casos.
b. Recurso em Sentido Estrito e Recurso Ordinário Constitucional, respectivamente.
c. Embargos infringentes, nos dois casos.
d. Embargos infringentes e Recurso Ordinário Constitucional, respectivamente.

772. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Miguel foi denunciado pela prática de um crime de extorsão majorada pelo emprego de arma e concurso de agentes, sendo a pretensão punitiva do Estado julgada inteiramente procedente e aplicada sanção penal, em primeira instância, de 05 anos e 06 meses de reclusão e 14 dias multa. A defesa técnica de Miguel apresentou recurso alegando: (i) preliminar de nulidade em razão de violação ao princípio da correlação entre acusação e sentença; (ii) insuficiência probatória, já que as declarações da vítima, que não presta compromisso legal de dizer a verdade, não poderiam ser consideradas; (iii) que deveria ser afastada a causa de aumento do emprego de arma, uma vez que o instrumento utilizado era um simulacro de arma de fogo, conforme laudo acostado aos autos. A sentença foi integralmente mantida. Todos os desembargadores que participaram do julgamento votaram pelo não acolhimento da preliminar e pela manutenção da condenação. Houve voto vencido de um desembargador, que afastava apenas a causa de aumento do emprego de arma. Intimado do teor do acórdão, o(a) advogado(a) de Miguel deverá interpor

a. embargos infringentes e de nulidade, buscando o acolhimento da preliminar, sua absolvição e o afastamento da causa de aumento de pena reconhecida.
b. embargos infringentes e de nulidade, buscando o acolhimento da preliminar e o afastamento da causa de aumento do emprego de arma, apenas.
c. embargos de nulidade, buscando o acolhimento da preliminar, apenas.
d. embargos infringentes, buscando o afastamento da causa de aumento do emprego de arma, apenas.

773. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Jucilei foi preso em flagrante quando praticava crime de estelionato (Art. 171 do CP), em desfavor da Petrobras, sociedade de economia mista federal. De acordo com os elementos informativos, a fraude teria sido realizada na cidade de Angra dos Reis, enquanto a obtenção da vantagem ilícita ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, sendo Jucilei preso logo em seguida, mas já na cidade de Niterói. Ainda em sede policial, Jucilei entrou em contato com seu(sua) advogado(a), que compareceu à Delegacia para acompanhar seu cliente, que seria imediatamente encaminhado para a realização de audiência de custódia perante autoridade judicial. Considerando as informações narradas, o(a) advogado(a) deverá esclarecer ao seu cliente que será competente para processamento e julgamento de eventual ação penal pela prática do crime do Art. 171 do Código Penal, o juízo junto à

a. Vara Criminal Estadual da Comarca do Rio de Janeiro.
b. Vara Criminal Estadual da Comarca de Angra dos Reis.
c. Vara Criminal Federal com competência sobre a cidade do Rio de Janeiro.
d. Vara Criminal Federal com competência sobre a cidade de Angra dos Reis.

774. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A autoridade policial recebeu denúncia anônima informando que Gabriel seria autor de um crime de apropriação indébita (Art. 168 do CP. Pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa). Realizou, então, diligências para verificar a relevância daquela informação e, após constatar que havia motivos para justificar o início de investigação, instaurou inquérito para apurar a infração penal antes mencionada, indiciando Gabriel. O primeiro ato da investigação foi requerer, ao juízo competente, interceptação das comunicações telefônicas de Gabriel, pedido esse que foi deferido. Após a interceptação, a autoridade policial buscou obter outros elementos informativos, ouvindo a vítima e testemunhas que tinham conhecimento dos fatos e da autoria delitiva. Após o fim do prazo de 15 dias fixado para interceptação, com nova representação da autoridade policial e requerimento do Ministério Público, o juiz deferiu a prorrogação da medida, reiterando os termos da decisão que autorizou a medida inicial e destacando que aqueles fundamentos persistiam e foram confirmados pelo teor das transcrições das conversas já obtidas. Gabriel, no curso das investigações, foi intimado para prestar esclarecimentos, momento em que entrou em contato com seu advogado, que obteve acesso ao procedimento. Considerando as informações narradas, o(a) advogado(a) de Gabriel poderá questionar a interceptação telefônica realizada, porque

a. a primeira notícia do crime foi oriunda de denúncia anônima, o que impede que seja instaurada investigação, ainda que a autoridade policial realize diligências para confirmar a necessidade de iniciar procedimento investigatório.
b. o crime investigado é punido com pena de reclusão que não ultrapassa 04 anos de pena privativa de liberdade.
c. a prova da infração poderia ter sido obtida por outros meios disponíveis.
d. a decisão de prorrogação do prazo da medida utilizou-se de fundamentação per relationem, o que não é admitido no Processo Penal brasileiro.

775. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Adolfo e Arnaldo são irmãos e existe a informação de que estão envolvidos na prática de crimes. Durante investigação da suposta prática de crime de tráfico de drogas, foi deferida busca e apreensão na residência de Adolfo, em busca de instrumentos utilizados na prática delitiva. O oficial de justiça, com mandado regularmente expedido, compareceu à residência de Adolfo às 03.00h, por ter informações de que às 07.00h ele deixaria o local. Apesar da não autorização para ingresso na residência por parte do proprietário, ingressou no local para cumprimento do mandado de busca e apreensão, efetivamente apreendendo um caderno com anotações que indicavam a prática do crime investigado. Quando deixavam o local, os policiais e o oficial de justiça se depararam, na rua ao lado, com Arnaldo, sendo que imediatamente uma senhora o apontou como autor de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma, que teria ocorrido momentos antes. Diante

disso, os policiais realizaram busca pessoal em Arnaldo, localizando um celular, que era produto do crime de acordo com a vítima, razão pela qual efetuaram a apreensão desse bem. Ao tomar conhecimento dos fatos, a mãe de Adolfo e Arnaldo procurou você, como advogado(a), para a adoção das medidas cabíveis. Assinale a opção que apresenta, sob o ponto de vista técnico, a medida que você poderá adotar.

a. Pleitear a invalidade da busca e apreensão residencial de Adolfo e a da busca e apreensão pessoal em Arnaldo.
b. Pleitear a invalidade da busca e apreensão residencial de Adolfo, mas não a da busca e apreensão pessoal de Arnaldo.
c. Não poderá pleitear a invalidade das buscas e apreensões.
d. Pleitear a invalidade da busca e apreensão pessoal de Arnaldo, mas não a da busca e apreensão residencial de Adolfo.

776. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Glauber foi denunciado pela prática de um crime de roubo majorado. Durante a audiência de instrução e julgamento, que ocorreu na ausência do réu, em razão do temor da vítima e da impossibilidade de realização de videoconferência, o Ministério Público solicitou que a vítima descrevesse as características físicas do autor do fato. Após a vítima descrever que o autor seria branco e baixo e responder às perguntas formuladas pelas partes, ela foi conduzida à sala especial, para a realização de reconhecimento formal. No ato de reconhecimento, foram colocados, com as mesmas roupas, lado a lado, Glauber, branco e baixo, Lucas, branco e alto, e Thiago, negro e baixo, apesar de a carceragem do Tribunal de Justiça estar repleta de presos para a realização de audiências, inclusive com as características descritas pela ofendida. A vítima reconheceu Glauber como o autor dos fatos, sendo lavrado auto subscrito pelo juiz, pela vítima e por duas testemunhas presenciais. Considerando as informações narradas, o advogado de Glauber, em busca de futuro reconhecimento de nulidade da instrução ou absolvição de seu cliente, de acordo com o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, deverá consignar, na assentada da audiência, seu inconformismo em relação ao reconhecimento realizado pela vítima,

a. em razão da oitiva da vítima na ausência do réu, já que o direito de autodefesa inclui o direito de presença em todos os atos do processo.
b. tendo em vista que, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, ela não poderia ter descrito as características do autor dos fatos antes da realização do reconhecimento.
c. em razão das características físicas apresentadas pelas demais pessoas colocadas ao lado do réu quando da realização do ato, tendo em vista a possibilidade de participarem outras pessoas com características semelhantes.

d. tendo em vista que o auto de reconhecimento deveria ter sido subscrito pelo juiz, pelo réu, por seu defensor e pelo Ministério Público, além de três testemunhas presenciais.

777. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Vanessa foi condenada pela prática de um crime de furto qualificado pela 1ª Vara Criminal de Curitiba, em razão de suposto abuso de confiança que decorreria da relação entre a vítima e Vanessa. Como as partes não interpuseram recurso, a sentença de primeiro grau transitou em julgado. Apesar de existirem provas da subtração de coisa alheia móvel, a vítima não foi ouvida por ocasião da instrução por não ter sido localizada. Durante a execução da pena por Vanessa, a vítima é localizada, confirma a subtração por Vanessa, mas diz que sequer conhecia a autora dos fatos antes da prática delitiva. Vanessa procura seu advogado para esclarecimento sobre eventual medida cabível. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Vanessa deve esclarecer que

a. não poderá apresentar revisão criminal, tendo em vista que a pena já está sendo executada, mas poderá ser buscada reparação civil.
b. caberá apresentação de revisão criminal, sendo imprescindível a representação de Vanessa por advogado, devendo a medida ser iniciada perante o próprio juízo da condenação.
c. não poderá apresentar revisão criminal em favor da cliente, tendo em vista que a nova prova não é apta a justificar a absolvição de Vanessa, mas tão só a redução da pena.
d. caberá apresentação de revisão criminal, podendo Vanessa apresentar a ação autônoma independentemente de estar assistida por advogado, ou por meio de procurador legalmente habilitado.

778. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Vitor foi denunciado pela prática de um crime de peculato. O magistrado, quando da análise da inicial acusatória, decide rejeitar a denúncia em razão de ausência de justa causa. O Ministério Público apresentou recurso em sentido estrito, sendo os autos encaminhados ao Tribunal, de imediato, para decisão. Todavia, Vitor, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, toma conhecimento da existência do recurso ministerial, razão pela qual procura seu advogado e demonstra preocupação com a revisão da decisão do juiz de primeira instância. Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o advogado de Vitor deverá esclarecer que

a. o Tribunal não poderá conhecer do recurso apresentado, tendo em vista que a decisão de rejeição da denúncia é irrecorrível.
b. o Tribunal não poderá conhecer do recurso apresentado, pois caberia recurso de apelação, e não recurso em sentido estrito.
c. ele deveria ter sido intimado para apresentar contrarrazões, apesar de ainda não figurar como réu, mas tão só como denunciado.

d. caso o Tribunal dê provimento ao recurso, os autos serão encaminhados para o juízo de primeira instância para nova decisão sobre recebimento ou não da denúncia.

779. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Luiz foi denunciado pela prática de um crime de estelionato. Durante a instrução, o ofendido apresentou, por meio de assistente de acusação, documento supostamente assinado por Luiz, que confirmaria a prática delitiva. Ao ter acesso aos autos, Luiz informa ao patrono ter certeza de que aquele documento seria falso, pois não foi por ele assinado. Com base nas informações narradas, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, o advogado de Luiz poderá

a. alegar apenas a insuficiência de provas e requerer a extração de cópias para o Ministério Público, mas não poderá, neste processo, verificar a veracidade do documento.
b. alegar, desde que seja procurador com poderes especiais, a falsidade do documento para fins de instauração de incidente de falsidade.
c. arguir, com procuração com poderes gerais, a falsidade do documento, gerando incidente de falsidade em autos em apartado.
d. alegar, oralmente, a falsidade do documento, devendo o incidente ser decidido nos autos principais.

780. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Tomás e Sérgio foram denunciados como incursos nas sanções penais do crime do Art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável), narrando a acusação que, no delito, teria ocorrido ato libidinoso diverso da conjunção carnal, já que os denunciados teriam passado as mãos nos seios da criança, e que teria sido praticado em concurso de agentes. Durante a instrução, foi acostado ao procedimento laudo elaborado por um perito psicólogo oficial, responsável pela avaliação da criança apontada como vítima, concluindo que o crime teria, de fato, ocorrido. As partes tiveram acesso posterior ao conteúdo do laudo, apesar de intimadas da realização da perícia anteriormente. O magistrado responsável pelo julgamento do caso, avaliando a notícia concreta de que Tomás e Sérgio, durante o deslocamento para a audiência de instrução e julgamento, teriam um plano de fuga, o que envolveria diversos comparsas armados, determinou que o interrogatório fosse realizado por videoconferência. No momento do ato, os denunciados foram ouvidos separadamente um do outro pelo magistrado, ambos acompanhados por defesa técnica no estabelecimento penitenciário e em sala de audiência durante todo ato processual. Insatisfeitos com a atuação dos patronos e acreditando na existência de ilegalidades no procedimento, Tomás e Sérgio contratam José para assistência técnica. Considerando apenas as informações narradas, José deverá esclarecer que

a. o interrogatório dos réus não poderia ter sido realizado separadamente, tendo em vista que o acusado tem direito a conhecer todas as provas que possam lhe prejudicar.

b. não poderia ter sido realizado interrogatório por videoconferência, mas tão só oitiva das testemunhas na ausência dos acusados, diante do direito de presença do réu e ausência de previsão legal do motivo mencionado pelo magistrado.
c. o laudo acostado ao procedimento foi válido em relação à sua elaboração, mas o juiz não ficará adstrito aos termos dele, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
d. o laudo deverá ser desentranhado dos autos, tendo em vista que elaborado por apenas um perito oficial, sendo certo que a lei exige que sejam dois profissionais e que seja oportunizada às partes apresentação de quesitos complementares.

781. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Anderson, Cláudio e Jorge arquitetam um plano para praticar crime contra a agência de um banco, empresa pública federal, onde Jorge trabalhava como segurança. Encerrado o expediente, em 03/12/2017, Jorge permite a entrada de Anderson e Cláudio no estabelecimento e, em conjunto, destroem um dos cofres da agência e subtraem todo o dinheiro que estava em seu interior. Após a subtração do dinheiro, os agentes roubam o carro de Júlia, que trafegava pelo local, e fogem, sendo, porém, presos dias depois, em decorrência da investigação realizada. Considerando que a conduta dos agentes configura os crimes de furto qualificado (pena: 2 a 8 anos e multa) e roubo majorado (pena: 4 a 10 anos e multa, com causa de aumento de 1/3 até metade), praticados em conexão, após solicitação de esclarecimentos pelos envolvidos, o(a) advogado(a) deverá informar que
a. a Justiça Federal será competente para julgamento de ambos os delitos conexos.
b. a Justiça Estadual será competente para julgamento de ambos os delitos conexos.
c. a Justiça Federal será competente para julgamento do crime de furto qualificado e a Justiça Estadual, para julgamento do crime de roubo majorado, havendo separação dos processos.
d. tanto a Justiça Estadual quanto a Federal serão competentes, considerando que não há relação de especialidade entre estas, prevalecendo o critério da prevenção.

782. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Regina dá à luz seu primeiro filho, Davi. Logo após realizado o parto, ela, sob influência do estado puerperal, comparece ao berçário da maternidade, no intuito de matar Davi. No entanto, pensando tratar-se de seu filho, ela, com uma corda, asfixia Bruno, filho recém-nascido do casal Marta e Rogério, causando-lhe a morte. Descobertos os fatos, Regina é denunciada pelo crime de homicídio qualificado pela asfixia com causa de aumento de pena pela idade da vítima. Diante dos fatos acima narrados, o(a) advogado(a) de Regina, em alegações finais da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, deverá requerer
a. o afastamento da qualificadora, devendo Regina responder pelo crime de homicídio simples com causa de aumento, diante do erro de tipo.

b. a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro sobre a pessoa, não podendo ser reconhecida a agravante pelo fato de quem se pretendia atingir ser descendente da agente.
c. a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro na execução (aberratio ictus), podendo ser reconhecida a agravante de o crime ser contra descendente, já que são consideradas as características de quem se pretendia atingir.
d. a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro sobre a pessoa, podendo ser reconhecida a agravante de o crime ser contra descendente, já que são consideradas as características de quem se pretendia atingir.

783. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Durante ação penal em que Guilherme figura como denunciado pela prática do crime de abandono de incapaz (Pena: detenção, de 6 meses a 3 anos), foi instaurado incidente de insanidade mental do acusado, constatando o laudo que Guilherme era, na data dos fatos (e permanecia até aquele momento), inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, em razão de doença mental. Não foi indicado, porém, qual seria o tratamento adequado para Guilherme. Durante a instrução, os fatos imputados na denúncia são confirmados, assim como a autoria e a materialidade delitiva. Considerando apenas as informações expostas, com base nas previsões do Código Penal, no momento das alegações finais, a defesa técnica de Guilherme, sob o ponto de vista técnico, deverá requerer

a. a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial, podendo a sentença ser considerada para fins de reincidência no futuro.
b. a absolvição própria, sem aplicação de qualquer sanção, considerando a ausência de culpabilidade.
c. a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial, não sendo a sentença considerada posteriormente para fins de reincidência.
d. a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de internação pelo prazo máximo de 02 anos, não sendo a sentença considerada posteriormente para fins de reincidência.

784. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O advogado de Josefina, ré em processo criminal, entendendo que, entre o recebimento da denúncia e o término da instrução, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva estatal, apresentou requerimento, antes mesmo do oferecimento de alegações finais, de reconhecimento da extinção da punibilidade da agente, sendo o pedido imediatamente indeferido pelo magistrado. Intimado, caberá ao(à) advogado(a) de Josefina, discordando da decisão, apresentar

a. recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
b. recurso de apelação, no prazo de 5 dias.

c. carta testemunhável, no prazo de 48h.
d. reclamação constitucional, no prazo de 15 dias.

785. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Rogério foi denunciado pela prática de um crime de homicídio qualificado por fatos que teriam ocorrido em 2017. Após regular citação e apresentação de resposta à acusação, Rogério decide não comparecer aos atos do processo, apesar de regularmente intimado, razão pela qual foi decretada sua revelia. Em audiência realizada na primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, sem a presença de Rogério, mas tão só de sua defesa técnica, foi proferida decisão de pronúncia. Rogério mudou-se e não informou ao juízo o novo endereço, não sendo localizado para ser pessoalmente intimado dessa decisão, ocorrendo, então, a intimação por edital. Posteriormente, a ação penal teve regular prosseguimento, sem a participação do acusado, sendo designada data para realização da sessão plenária. Ao tomar conhecimento desse fato por terceiros, Rogério procura seu advogado para esclarecimentos, informando não ter interesse em comparecer à sessão plenária. Com base apenas nas informações narradas, o advogado de Rogério deverá esclarecer que

a. o processo e o curso do prazo prescricional, diante da intimação por edital, deveriam ficar suspensos.
b. a intimação da decisão de pronúncia por edital não é admitida pelo Código de Processo Penal.
c. o julgamento em sessão plenária do Tribunal do Júri, na hipótese, poderá ocorrer mesmo sem a presença do réu.
d. a revelia gerou presunção de veracidade dos fatos e a intimação foi válida, mas a presença do réu é indispensável para a realização da sessão plenária do Tribunal do Júri.

786. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Fred foi denunciado e condenado, em primeira instância, pela prática de crime de corrupção ativa, sendo ele e seu advogado intimados do teor da sentença no dia 05 de junho de 2018, terça-feira. A juntada do mandado de intimação do réu ao processo, todavia, somente ocorreu em 11 de junho de 2018, segunda-feira. Considerando as informações narradas, o prazo para interposição de recurso de apelação pelo advogado de Fred, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, será iniciado

a. no dia seguinte à juntada do mandado de intimação (12/06/18), devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.
b. no dia da juntada do mandado de intimação (11/06/18), devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.

c. no dia da intimação (05/06/18), independentemente da data da juntada do mandado, devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.
d. no dia seguinte à intimação (06/06/18), independentemente da data da juntada do mandado, devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.

787. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Enquanto cumpria pena em regime fechado, Antônio trabalhava na unidade prisional de maneira regular. Após progressão para o regime semiaberto, o apenado passou a estudar por meio de metodologia de ensino a distância, devidamente certificado pelas autoridades educacionais. Com a obtenção de livramento condicional, passou a frequentar curso de educação profissional. Ocorre que havia contra Antônio procedimento administrativo disciplinar em que se investigava a prática de falta grave durante o cumprimento da pena em regime semiaberto, sendo, após observância de todas as formalidades legais, reconhecida a prática da falta grave. Preocupado, Antônio procura seu advogado para esclarecimentos sobre o tempo de pena que poderá ser remido e as consequências do reconhecimento da falta grave. Considerando as informações narradas, o advogado de Antônio deverá esclarecer que

a. o trabalho na unidade prisional e o estudo durante cumprimento de pena em regime semiaberto justificam a remição da pena, mas não o curso frequentado durante livramento condicional, sendo certo que a falta grave permite perda de parte dos dias remidos.
b. o trabalho somente quando realizado em regime fechado ou semiaberto justifica a remição de pena, mas o estudo a distância e a frequência ao curso poderão gerar remição mesmo no regime aberto ou durante livramento condicional, podendo a punição por falta grave gerar perda de parte dos dias remidos.
c. o reconhecimento de falta grave não permite a perda dos dias remidos com o trabalho na unidade e a frequência a curso em regime semiaberto, mas tão só a regressão do regime de cumprimento da pena.
d. o tempo remido exclusivamente com o trabalho em regime fechado, mas não com o estudo, será computado como pena cumprida, para todos os efeitos, mas, diante da falta grave, poderá haver perda de todos os dias remidos anteriormente.

788. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Após uma partida de futebol amador, realizada em 03/05/2018, o atleta André se desentendeu com jogadores da equipe adversária. Ao final do jogo, dirigiu-se ao estacionamento e encontrou, em seu carro, um bilhete anônimo, em que constavam diversas ofensas à sua honra. Em 28/06/2018, André encontrou um dos jogadores da equipe adversária, Marcelo, que lhe

confessou a autoria do bilhete, ressaltando que Luiz e Rogério também estavam envolvidos na ofensa. André, em 17/11/2018, procurou seu advogado, apresentando todas as provas do crime praticado, manifestando seu interesse em apresentar queixa-crime contra os três autores do fato. Diante disso, o advogado do ofendido, após procuração com poderes especiais, apresenta, em 14/12/2018, queixa-crime em face de Luiz, Rogério e Marcelo, imputando-lhes a prática dos crimes de calúnia e injúria. Após o recebimento da queixa-crime pelo magistrado, André se arrependeu de ter buscado a responsabilização penal de Marcelo, tendo em vista que somente descobriu a autoria do crime em decorrência da ajuda por ele fornecida. Diante disso, comparece à residência de Marcelo, informa seu arrependimento, afirma não ter interesse em vê-lo responsabilizado criminalmente e o convida para a festa de aniversário de sua filha, sendo a conversa toda registrada em mídia audiovisual. Considerando as informações narradas, é correto afirmar que o(a) advogado(a) dos querelados poderá

a. questionar o recebimento da queixa-crime, com fundamento na ocorrência de decadência, já que oferecida a inicial mais de 06 meses após a data dos fatos.
b. buscar a extinção da punibilidade dos três querelados, diante da renúncia ao exercício do direito de queixa realizado por André, que poderá ser expresso ou tácito.
c. buscar a extinção da punibilidade de Marcelo, mas não de Luiz e Rogério, em razão da renúncia ao exercício do direito de queixa realizado por André.
d. buscar a extinção da punibilidade dos três querelados, caso concordem, diante do perdão oferecido a Marcelo por parte de André, que deverá ser estendido aos demais coautores.

789. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Carlos, advogado, em conversa com seus amigos, na cidade de Campinas, afirmou, categoricamente, que o desembargador Tício exigiu R$ 50.000,00 para proferir voto favorável para determinada parte em processo criminal de grande repercussão, na Comarca em que atuava. Ao tomar conhecimento dos fatos, já que uma das pessoas que participavam da conversa era amiga do filho de Tício, o desembargador apresentou queixa-crime, imputando a Carlos o crime de calúnia majorada (Art. 138 c/c. o Art. 141, inciso II, ambos do CP. Pena: 06 meses a 2 anos e multa, aumentada de 1/3). Convicto de que sua afirmativa seria verdadeira, Carlos pretende apresentar exceção da verdade, com a intenção de demonstrar que Tício realmente havia realizado a conduta por ele mencionada. Procura, então, seu advogado, para adoção das medidas cabíveis. Com base apenas nas informações narradas, o advogado de Carlos deverá esclarecer que, para julgamento da exceção da verdade, será competente

a. a Vara Criminal da Comarca de Campinas, órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.

b. o Juizado Especial Criminal da Comarca de Campinas, órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada
c. o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apesar de não ser o órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.
d. o Superior Tribunal de Justiça, apesar de não ser o órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.

790. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Foi apresentada denúncia em face de Marcelo, sendo imputada a prática do crime de receptação, por ter sido apreendido pela polícia militar na posse de uma moto que era produto de roubo pretérito. Ao longo da instrução, a proprietária da moto é localizada e reconhece Marcelo como autor da subtração do veículo. Diante da situação narrada, é correto afirmar que:

a. não será possível ao Ministério Público alterar a imputação no curso do processo, após apresentação da resposta à acusação, seja para imputar crime mais grave ou menos grave, devendo Marcelo ser, de imediato, absolvido;
b. poderá o promotor oferecer imputação alternativa, aplicando-se o instituto da emendatio libelli, permitindo ao juízo condenar Marcelo pelo delito originalmente imputado ou objeto da alteração;
c. não será possível o aditamento da denúncia, em razão do princípio da non reformatio in pejus, impedindo que a alteração se dê para crime mais grave que o originalmente imputado;
d. poderá o juiz, na hipótese, atribuir nova definição jurídica ao fato, independentemente de aditamento, aplicando-se o instituto da mutatio libelli, e condenar Marcelo, de plano, pelo crime de roubo;
e. poderá o Ministério Público, por se tratar de hipótese de mutatio libelli, aditar a denúncia no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.

791. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Insatisfeita com eventual decisão proferida pelo magistrado, poderá a parte impugná-la através de diversas espécies recursais, sendo fundamental que a defesa técnica tenha conhecimento sobre as hipóteses de cabimento de cada recurso e suas principais características. Sobre o tema, é correto afirmar que:

a. o Tribunal, câmara ou turma, no julgamento das apelações, de acordo com o Código de Processo Penal, não poderá proceder a novo interrogatório do acusado ou reinquirir testemunhas, devendo decidir de acordo com as provas até então apresentadas;

b. a renúncia do réu ao direito de recorrer da sentença condenatória, ainda que manifestada sem o conhecimento do seu defensor constituído, impede o conhecimento da apelação interposta pelo seu patrono;
c. o ofendido somente poderá interpor recurso em caso de omissão do Ministério Público, se anteriormente habilitado como assistente de acusação;
d. o recurso de agravo em execução, segundo entendimento dos Tribunais Superiores, deve seguir o rito procedimental do recurso em sentido estrito, havendo, então, efeito regressivo;
e. o recurso em sentido estrito poderá ser apresentado para combater a decisão de impronúncia do réu durante a primeira fase do procedimento no Tribunal do Júri.

792. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Foi oferecida denúncia em face de Roberto, imputando-lhe o crime previsto no Art. 217-A do Código Penal, em razão da suposta prática de estupro de vulnerável contra a vítima Maria, de 13 anos, por fato ocorrido em 12 de junho de 2016, quando foi preso em flagrante delito. Após o devido trâmite processual, Roberto veio a ser condenado nos termos da denúncia. Sua pena base foi fixada em 8 (oito) anos de reclusão, ou seja, no mínimo legal. Na segunda fase da dosimetria, foi reconhecida a agravante da reincidência, já que o réu possuía condenação definitiva por crime anterior também de estupro de vulnerável, sendo elevada a pena para 9 (nove) anos, a qual restou definitiva ante a ausência de outras circunstâncias incidentes sobre a pena intermediária. O regime inicial fixado foi o inicialmente fechado e foi negado a Roberto o direito de recorrer em liberdade, tendo permanecido preso preventivamente ao longo de todo o processo. Considerando a situação narrada, quanto à execução da pena de Roberto, é correto afirmar que:

a. deverá Roberto, de acordo com jurisprudência dos Tribunais Superiores, aguardar o trânsito em julgado para a acusação para requerer os benefícios previstos na Lei de Execuções Penais;
b. poderá, diante da ausência de vedação legal, ser concedido indulto da pena para Roberto após o implemento dos requisitos previstos em decreto presidencial de indulto;
c. será indispensável a realização de exame criminológico de cessação da periculosidade diante da previsão legal do referido exame como requisito subjetivo obrigatório;
d. será necessário o cumprimento de 3/5 da pena imposta para que Roberto tenha direito à progressão ao regime semiaberto;
e. poderá Roberto requerer o livramento condicional com o cumprimento de 2/3 da pena a ele fixada.

793. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) A prática da Justiça Restaurativa tem se expandido pelo país e vem sendo utilizada na área criminal, sobretudo em crimes de menor potencial ofensivo. São objetivos da Justiça Restaurativa na área criminal, EXCETO:

a. trabalhar em prol da reparação dos danos decorrentes do crime;
b. restaurar as relações sociais afetadas pelo crime;
c. difundir a cultura da paz e da não violência nas comunidades afetadas pelo crime;
d. dar condição de sustentabilidade para os acordos celebrados no âmbito do direito penal;
e. desresponsabilizar o infrator através da humanização da atuação da Justiça.

794. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Com relação à Justiça Restaurativa, analise as afirmativas a seguir. I. É uma técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores. II. O mediador determina a melhor solução do litígio a partir de prévia escuta das partes envolvidas. III. Não pode ser aplicada em crimes mais graves. Está correto o que se afirma em:

a. somente I;
b. somente II;
c. somente I e II;
d. somente II e III;
e. I, II e III.

GABARITO

745. b
746. b
747. c
748. d
749. b
750. a
751. e
752. c
753. b
754. d
755. c
756. d
757. b
758. a
759. e
760. c
761. c
762. d
763. e
764. c
765. b
766. b
767. c
768. d
769. a
770. b
771. a
772. d
773. a
774. c
775. b
776. c
777. d
778. c
779. b
780. c
781. a
782. b
783. c
784. a
785. c
786. d
787. b
788. d
789. d
790. e
791. d
792. d
793. e
794. a

DIREITO DO TRABALHO

795. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ANALISTA EM SAÚDE OCUPACIONAL E PERÍCIA MÉDICA – MÉDICO PERITO) Sobre insalubridade, analise as afirmativas a seguir. I. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social, o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. II. O MTE deverá aprovar o quadro das atividades e operações insalubres e adotar normas sobre critérios de caracterização de insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes. III. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância. Está correto o que se afirma em

a. I, apenas.
b. II, apenas.
c. III, apenas.
d. I e III, apenas.
e. I, II e III.

796. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A sociedade empresária Beta Ltda. está passando por grave crise econômica e financeira e, em razão disso, resolveu reduzir drasticamente suas atividades, encerrando unidades e terceirizando grande parte dos seus serviços. Por conta disso, a empresa, que possuía 500 empregados, dispensou 450 deles no dia 23 de janeiro de 2018. Diante do caso apresentado e dos preceitos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Trata-se de dispensa em massa, sendo nula porque não autorizada em norma coletiva.
b. Equivocou-se a empresa, porque para realizar a dispensa coletiva ela é obrigada a oferecer antes adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV).
c. A ordem de antiguidade obrigatoriamente deve ser respeitada, pelo que os 50 empregados mais antigos não poderão ser dispensados.
d. A dispensa ocorreu validamente, pois a dispensa coletiva é equiparada à dispensa individual.

797. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Alaor, insatisfeito com o pequeno lucro do restaurante do qual era sócio, retirou-se da sociedade empresária e averbou, na respectiva junta comercial, novo contrato social, onde constava sua retirada. O empresário, 36 meses após esse fato, foi surpreendido com sua citação em uma reclamação trabalhista ajuizada dias antes. Sobre a hipótese apresentada, considerando a atual redação da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Alaor responde solidariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.
b. Alaor responde subsidiariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.
c. Alaor não mais responde, na ação trabalhista em referência, pelos débitos da sociedade.
d. No caso, primeiro responde a empresa devedora, depois, os sócios atuais e, em seguida, os sócios retirantes, que é o caso de Alaor.

798. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Gerson Filho é motorista rodoviário e trabalha na sociedade empresária Viação Canela de Ouro Ltda. No dia 20 de agosto de 2018, ele se envolveu em grave acidente automobilístico, sendo, ao final da investigação, verificado que Gerson foi o responsável pelo sinistro, tendo atuado com dolo no evento danoso. Em razão disso, teve a perda da sua habilitação determinada pela autoridade competente. O empregador procura você, como advogado(a), afirmando que não há vaga disponível para Gerson em outra atividade na empresa e desejando saber o que deverá fazer para solucionar a questão da maneira mais econômica e em obediência às normas de regência. Diante desta situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. O contrato de Gerson deverá ser suspenso.
b. O empregador deverá interromper o contrato de Gerson.
c. O contrato do empregado deverá ser rompido por justa causa.
d. A empresa deverá dispensar Gerson sem justa causa.

799. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Rita de Cássia é enfermeira em um hospital desde 10/01/2018, no qual trabalha em regime de escala de 12x36 horas, no horário das 7.00 às 19.00 horas. Tal escala encontrase prevista na convenção coletiva da categoria da empregada. Alguns plantões cumpridos por Rita de Cássia coincidiram com domingos e outros, com feriados. Em razão disso, a empregada solicitou ao seu gestor que as horas cumpridas nesses plantões fossem pagas em dobro. Sobre a pretensão da empregada, diante do que preconiza a CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Ela fará jus ao pagamento com adicional de 100% apenas nos feriados.
b. Ela não terá direito ao pagamento em dobro nem nos domingos nem nos feriados.
c. Ela terá direito ao pagamento em dobro da escala que coincidir com o domingo.
d. Ela receberá em dobro as horas trabalhadas nos domingos e feriados.

800. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Você, como advogado(a), foi procurado por Pedro para ajuizar ação trabalhista em face da ex-empregadora deste. Pedro lhe disse que após encerrar o expediente e registrar o efetivo horário de saída do trabalho, ficava na empresa em razão de eventuais tiroteios que ocorriam na região. Nos meses de verão, ocasionalmente, permanecia na empresa para esperar o escoamento da água decorrente das fortes chuvas. Diariamente, após o expediente, havia culto ecumênico de participação voluntária e, dada sua atividade em setor de contaminação radioativa, era obrigado a trocar de uniforme na empresa, o que levava cerca de 20 min. Considerando o labor de Pedro, de 10/12/2017 a 20/09/2018, e a atual legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a. Apenas o período de troca de uniforme deve ser requerido como horário extraordinário.
b. Todo o tempo que Pedro ficava na empresa gera hora extraordinária, devendo ser pleiteado como tal em sede de ação trabalhista.
c. Nenhuma das hipóteses gera labor extraordinário.
d. Como apenas a questão religiosa era voluntária, somente essa não gera horário extraordinário.

801. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Determinada sociedade empresária ampliou os benefícios de seus empregados para fidelizá-los e evidenciar sua responsabilidade social. Dentre outras medidas, aderiu voluntariamente ao programa de empresa cidadã e, assim, aumentou o período de licença maternidade e o de licença paternidade de seus empregados. Marcondes, empregado da referida empresa, que será pai em breve, requereu ao setor de recursos humanos a ampliação do seu período de licença paternidade, e agora deseja saber quanto tempo ficará afastado. Assinale a opção que, de acordo com a Lei, indica o período total da licença paternidade que Marcondes aproveitará.

a. 5 dias.
b. 10 dias.
c. 15 dias.
d. 20 dias.

802. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A sociedade empresária Ômega Ltda. deseja reduzir em 20% o seu quadro de pessoal, motivo pelo qual realizou um acordo coletivo com o sindicato de classe dos seus empregados, prevendo um Programa de Demissão Incentivada (PDI), com vantagens econômicas para aqueles que a ele aderissem. Gilberto, empregado da empresa havia 15 anos, aderiu ao referido Programa em 12/10/2018, recebeu a indenização prometida sem fazer qualquer ressalva e, três meses depois, ajuizou reclamação trabalhista contra o exempregador. Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. A adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) não impede a busca, com sucesso, por direitos lesados.
b. A quitação plena e irrevogável pela adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) somente ocorreria se isso fosse acertado em convenção coletiva, mas não em acordo coletivo.
c. O empregado não terá sucesso na ação, pois conferiu quitação plena.
d. A demanda não terá sucesso, exceto se Gilberto previamente devolver em juízo o valor recebido pela adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI).

803. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Rogério foi admitido, em 08/12/2017, em uma locadora de automóveis, como responsável pelo setor de contratos, razão pela qual não necessitava comparecer diariamente à empresa, pois as locações eram feitas on-line. Rogério comparecia à locadora uma vez por semana para conferir e assinar as notas de devolução dos automóveis. Assim, Rogério trabalhava em sua residência, com todo o equipamento fornecido pelo empregador, sendo que seu contrato de trabalho previa expressamente o trabalho remoto a distância e as atividades desempenhadas. Após um ano trabalhando desse modo, o empregador entendeu que Rogério deveria trabalhar nas dependências da empresa. A decisão foi comunicada a Rogério, por meio de termo aditivo ao contrato de trabalho assinado por ele, com 30 dias de antecedência. Ao ser dispensado em momento posterior, Rogério procurou você, como advogado(a), indagando sobre possível ação trabalhista por causa desta situação. Sobre a hipótese de ajuizamento, ou não, da referida ação, assinale a afirmativa correta.

a. Não se tratando da modalidade de teletrabalho, deverá ser requerida a desconsideração do trabalho em domicílio, já que havia comparecimento semanal nas dependências do empregador.
b. Não deverá ser requerido o pagamento de horas extras pelo trabalho sem limite de horário, dado o trabalho em domicílio, porém poderá ser requerido trabalho extraordinário em virtude das ausências de intervalo de 11h entre os dias de trabalho, bem como o intervalo para repouso e alimentação.
c. Em vista da modalidade de teletrabalho, a narrativa não demonstra qualquer irregularidade a ser requerida em eventual demanda trabalhista.
d. Deverá ser requerido que os valores correspondentes aos equipamentos usados para o trabalho em domicílio sejam considerados salário-utilidade.

804. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Fábio trabalha em uma mineradora como auxiliar administrativo. A sociedade empresária, espontaneamente, sem qualquer previsão em norma coletiva, fornece ônibus para o deslocamento dos funcionários para o trabalho, já que ela se situa em local cujo transporte público modal passa apenas em alguns horários, de forma regular, porém insuficiente para a demanda.

O fornecimento do transporte pela empresa é gratuito, e Fábio despende cerca de uma hora para ir e uma hora para voltar do trabalho no referido transporte. Além do tempo de deslocamento, Fábio trabalha em uma jornada de 8 horas, com uma hora de pausa para repouso e alimentação. Insatisfeito, ele procura você, como advogado(a), a fim de saber se possui algum direito a reclamar perante a Justiça do Trabalho. Considerando que Fábio foi contratado em dezembro de 2017, bem como a legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a. Fábio faz jus a duas horas extras diárias, em razão do tempo despendido no transporte.
b. Fábio não faz jus às horas extras, pois o transporte fornecido era gratuito.
c. Fábio faz jus às horas extras, porque o transporte público era insuficiente, sujeitando o trabalhador aos horários estipulados pelo empregador.
d. Fábio não faz jus a horas extras, porque o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador.

805. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em uma grande empresa que atua na prestação de serviços de telemarketing e possui 250 funcionários, trabalham as empregadas listadas a seguir:Alice, que foi contratada a título de experiência, e, um pouco antes do término do seu contrato, engravidou;Sofia, que foi contratada a título temporário, e, pouco antes do termo final de seu contrato, sofreu um acidente do trabalho;Larissa, que foi indicada pelo empregador para compor a CIPA da empresa;Maria Eduarda, que foi eleita para a comissão de representantes dos empregados, na forma da CLT alterada pela Lei n. 13.467/17 (reforma trabalhista).Diante das normas vigentes e do entendimento consolidado do TST, assinale a opção que indica as empregadas que terão garantia no emprego.

a. Sofia e Larissa, somente.
b. Alice e Maria Eduarda, somente.
c. Alice, Sofia e Maria Eduarda, somente.
d. Alice, Sofia, Larissa e Maria Eduarda.

806. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Plínio foi contratado, em 30/11/2017, como auxiliar administrativo de uma fábrica de motores. Graças ao seu ótimo desempenho, foi promovido, passando a gerente de operações, cargo dispensado do registro de horário, com padrão salarial cinco vezes mais elevado que o cargo efetivo imediatamente abaixo. Plínio era o responsável pela empresa, apenas enviando relatório mensal à diretoria. Em razão da nova função, Plínio passou a receber uma gratificação equivalente a 50% do salário básico recebido na função anteriormente exercida. O ren-

dimento de Plínio, oito meses após a promoção, deixou de ser satisfatório, por questões pessoais. Em decorrência disso, a empresa retirou de Plínio a função gerencial e ele voltou à função que exercia antes, deixando de receber a gratificação de função. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

a. O cargo que Plínio passou a ocupar não era de confiança, razão pela qual a alteração contratual equivale a rebaixamento, sendo, portanto, ilícita.
b. O cargo que Plínio passou a ocupar era de confiança, porém não poderia haver o retorno ao cargo anterior com a perda da gratificação de função, razão pela qual a alteração contratual equivale a rebaixamento, sendo, portanto, ilícita.
c. O cargo que Plínio passou a ocupar era de confiança, e a reversão ao cargo efetivo foi lícita, mas não a perda da remuneração, pois equivale a diminuição salarial, o que é constitucionalmente vedado.
d. O cargo que Plínio passou a ocupar era de confiança, razão pela qual se admite a reversão ao cargo anterior, sendo lícita a perda da gratificação de função.

807. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Os empregados de uma sociedade empresária do setor metalúrgico atuavam em turnos ininterruptos de revezamento, cumprindo jornada de 6 horas diárias, conforme previsto na Constituição Federal, observado o regular intervalo. O sindicato dos empregados, provocado pela sociedade empresária, convocou assembleia no ano de 2018, e, após debate e votação, aprovou acordo coletivo para que a jornada passasse a ser de 8 horas diárias, com o respectivo acréscimo salarial, observado o regular intervalo, mas sem que houvesse qualquer vantagem adicional para os trabalhadores. Diante da situação apresentada e de acordo com a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. É nulo o acordo coletivo em questão, e caberá ao interessado nessa declaração ajuizar ação de cumprimento.
b. A validade de tal estipulação, por não prever benefício para os trabalhadores, depende de homologação da Justiça do Trabalho.
c. É obrigatório que a contrapartida seja a estabilidade de todos os funcionários na vigência do acordo coletivo.
d. O acordo coletivo é válido, porque sua estipulação não depende da indicação de vantagem adicional para os empregados.

808. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Reinaldo é empregado da padaria Cruz de Prata Ltda., na qual exerce a função de auxiliar de padeiro, com jornada de segunda a sexta-feira, das 12h às 17h, e pausa alimentar de 15 min. Aproxima-se o final do ano, e Reinaldo aguarda ansiosamente pelo pagamento do 13º salário, pois pretende utilizá-lo para comprar uma televisão. A respeito do 13º salário, assinale a afirmativa correta.

a. Com a reforma da CLT, a gratificação natalina poderá ser paga em até três vezes, desde que haja concordância do empregado.
b. A gratificação natalina deve ser paga em duas parcelas, sendo a primeira entre os meses de fevereiro e novembro e a segunda, até o dia 20 de dezembro de cada ano.
c. Atualmente é possível negociar a supressão do 13º salário em convenção coletiva de trabalho.
d. O empregado tem direito a receber a primeira parcela do 13º salário juntamente com as férias, desde que a requeira no mês de março.

809. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) João e Maria são casados e trabalham na mesma empresa, localizada em Fortaleza/CE. Maria ocupa cargo de confiança e, por absoluta necessidade do serviço, será transferida para Porto Alegre/RS, lá devendo fixar residência, em razão da distância. Diante da situação retratada e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a. A transferência não poderá ser realizada, porque o núcleo familiar seria desfeito, daí ser vedada por Lei.
b. A transferência poderá ser realizada, mas, como o casal ficará separado, isso deverá durar, no máximo, 1 ano.
c. João terá direito, pela CLT, a ser transferido para o mesmo local da esposa e, com isso, manter a família unida.
d. Não há óbice para a transferência, que poderá ser realizada sem que haja obrigação de a empresa transferir João.

810. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Vera Lúcia tem 17 anos e foi contratada como atendente em uma loja de conveniência, trabalhando em escala de 12x36 horas, no horário de 19 às 7h, com pausa alimentar de 1 hora. Essa escala é prevista no acordo coletivo assinado pela loja com o sindicato de classe, em vigor. A empregada teve a CTPS assinada e tem, como atribuições, auxiliar os clientes, receber o pagamento das compras e dar o troco quando necessário. Diante do quadro apresentado e das normas legais, assinale a afirmativa correta.

a. A hipótese trata de trabalho proibido.
b. O contrato é plenamente válido.
c. A situação retrata caso de atividade com objeto ilícito.
d. Por ter 17 anos, Vera Lúcia fica impedida de trabalhar em escala 12x36 horas, devendo ser alterada a jornada.

811. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O sindicato dos empregados X entabulou, com o sindicato dos empregadores Y, uma convenção coletiva de trabalho para vigorar de julho de 2019 a junho de 2021. Nela ficou acertado que a jornada seria marcada pelos trabalhadores por meio de um aplicativo desenvolvido pelos sindicatos; que haveria instituição de banco de horas anual; que, nas jornadas de trabalho de até 7 horas diárias, haveria intervalo para refeição de 20 min; e que a participação nos lucros seria dividida em 4 parcelas anuais. Considerando o teor da norma coletiva e suas cláusulas, e considerando o disposto na CLT, assinale a afirmativa correta.

a. A convenção é nula quanto à participação nos lucros, que não pode ser dividida em mais de 2 parcelas anuais.
b. É nula a fixação de pausa alimentar inferior a 30 min para jornadas superiores a 6 horas, mesmo que por norma coletiva.
c. Inválida a cláusula referente à modalidade de registro da jornada de trabalho, que não pode ser feito por meio de um aplicativo.
d. Inválido o banco de horas estipulado, pois, em norma coletiva, ele somente pode ser realizado para compensação semestral.

812. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Edimilson é vigia noturno em um condomínio residencial de apartamentos. Paulo é vigilante armado de uma agência bancária. Letícia é motociclista de entregas de uma empresa de logística. Avalie os três casos apresentados e, observadas as regras da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Paulo e Letícia exercem atividade perigosa e fazem jus ao adicional de periculosidade. A atividade de Edimilson não é considerada perigosa, e, por isso, ele não deve receber adicional.
b. Considerando que os três empregados não lidam com explosivos e inflamáveis, salvo por disposição em norma coletiva, nenhum deles terá direito ao recebimento de adicional de periculosidade.
c. Os três empregados fazem jus ao adicional de periculosidade, pois as profissões de Edimilson e Paulo estão sujeitas ao risco de violência física e, a de Letícia, a risco de vida.
d. Apenas Paulo e Edimilson têm direito ao adicional de periculosidade por conta do risco de violência física.

GABARITO

795. e	**798.** c	**801.** d	**804.** d	**807.** d	**810.** a
796. d	**799.** b	**802.** c	**805.** c	**808.** b	**811.** b
797. c	**800.** a	**803.** c	**806.** d	**809.** d	**812.** a

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

813. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Prolatada a sentença em uma reclamação trabalhista, o autor opõe embargos de declaração no 3º dia contado da publicação e afirma que existe erro material no julgado, pois o número do processo encontra-se equivocado, assim como o nome das partes. Diante da situação retratada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. O juiz não precisará dar vista dos embargos à parte contrária, diante da natureza do erro.
b. A Lei é omissa a respeito, daí porque o juiz usará da equidade para ver se é o caso de conferir vista à parte adversa.
c. Havendo, no caso em exame, possibilidade de efeito modificativo do julgado, a parte contrária poderá se manifestar em 8 dias.
d. Independentemente do recurso e seu efeito perante o julgado, é direito da parte contrária se manifestar sobre os embargos em 10 dias.

814. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) No curso de uma ação trabalhista que se encontra em fase de execução de sentença, a executada, citada para pagar e garantir o juízo, apresentou exceção de pré-executividade almejando a nulidade de todos os atos, uma vez que não havia sido regularmente citada. Após regular trâmite, o juiz julgou procedente a exceção de pré-executividade e anulou todos os atos processuais praticados desde a citação, concedendo ainda prazo para a reclamada contestar a reclamação trabalhista. Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o recurso cabível, a ser manejado pelo exequente, contra a decisão da exceção de pré-executividade.

a. Apelação.
b. Recurso Ordinário.
c. Agravo de Instrumento.
d. Agravo de Petição.

815. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Uma sociedade empresária consultou você, como advogado(a), para encontrar uma maneira de, periodicamente, firmar com seus empregados uma quitação de direitos, de modo a prevenir conflitos trabalhistas. Diante disso, na qualidade de advogado(a) da empresa, assinale a opção que indica a solução proposta.

a. Poderá ser firmado termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato da categoria dos empregados.
b. Os termos de quitação firmados entre empregados e empregadores nada valem, apenas sendo válidos os acordos judiciais; logo, a empresa nada pode fazer.
c. Poderá ser firmado termo anual de quitação de obrigações trabalhistas no sindicato profissional ou no sindicato patronal.

d. Basta firmar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas por mútuo consentimento.

816. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em uma greve ocorrida há dois dias dentro de uma indústria metalúrgica, o dirigente sindical, que é empregado da referida empresa, agrediu fisicamente o diretor com tapas e socos, sendo a agressão gravada pelo sistema de segurança existente no local. O dono da empresa, diante dessa prática, pretende dispensar o empregado por justa causa. Em razão disso, ele procura você, como advogado(a), no dia seguinte aos fatos narrados, para obter sua orientação. De acordo com o disposto na CLT, assinale a opção que apresenta sua recomendação jurídica e a respectiva justificativa.

a. Dispensar imediatamente o empregado por justa causa e ajuizar ação de consignação em pagamento dos créditos porventura devidos.
b. Apresentar notícia-crime e solicitar da autoridade policial autorização para dispensar o empregado por justa causa.
c. Suspender o empregado e, em até 30 dias, ajuizar inquérito para apuração de falta grave.
d. Não fazer nada, porque a justa causa teria de ser aplicada no dia dos fatos, ocorrendo então perdão tácito.

817. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Francisco trabalhou em favor de uma empresa em Goiânia/GO. Após ser dispensado, mudou-se para São Paulo e neste Estado ajuizou reclamação trabalhista contra o exempregador. Este, após citado em Goiânia/GO, apresentou petição de exceção de incompetência territorial logo no segundo dia. Em razão disso, o juiz suspendeu o processo e conferiu vista ao excepto. Em seguida, proferiu decisão acolhendo a exceção e determinando a remessa dos autos ao juízo distribuidor de Goiânia/GO, local onde os serviços de Francisco foram prestados e que, no entendimento do magistrado, seria o juízo competente para julgar a reclamação trabalhista. Diante da situação retratada e do entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

a. O reclamante nada poderá fazer por se tratar de decisão interlocutória.
b. Francisco poderá interpor de imediato Recurso Ordinário no prazo de 8 dias.
c. Sendo as decisões interlocutórias irrecorríveis, Pedro deverá impetrar Mandado de Segurança.
d. O recurso cabível para tentar reverter a decisão é o Agravo de Petição.

818. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em sede de impugnação à sentença de liquidação, o juiz julgou improcedente o pedido, ocorrendo o mesmo em relação aos embargos à execução ajuizados pela executada. A princípio, você, na qualidade de advogado(a) da executada, entendeu por bem não apresentar recurso. Contudo, foi apresentado o recurso cabível pelo exequente. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

a. A parte exequente interpôs agravo de petição, e a executada poderá interpor agravo de petição na modalidade de recurso adesivo.
b. Ambas as partes poderiam interpor agravo de petição na hipótese, porém não mais existe essa possibilidade para a executada, pois esta não apresentou o recurso no prazo próprio.
c. A parte autora interpôs recurso de revista, e não resta recurso para a parte executada.
d. A parte autora apresentou recurso ordinário, e a executada poderá apresentar agravo de petição.

819. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em março de 2019, durante uma audiência trabalhista que envolvia a sociedade empresária ABC S/A, o juiz indagou à pessoa que se apresentou como preposto se ela era empregada da empresa, recebendo como resposta que não. O juiz, então, manifestou seu entendimento de que uma sociedade anônima deveria, obrigatoriamente, fazerse representar por empregado, concluindo que a sociedade empresária não estava adequadamente representada. Decretou, então, a revelia, excluiu a defesa protocolizada e sentenciou o feito na própria audiência, julgando os pedidos inteiramente procedentes. Diante desse quadro e do que prevê a CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Nada há a ser feito, porque uma S/A, por exceção, precisa conduzir um empregado para representá-la.
b. O advogado da ré deverá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias, buscando anular a sentença, pois o preposto não precisa ser empregado da reclamada.
c. O advogado da ré deverá impetrar mandado de segurança, porque a exigência de que o preposto seja empregado, por não ser prevista em Lei, violou direito líquido e certo da empresa.
d. Uma vez que a CLT faculta ao juiz aceitar ou não como preposto pessoa que não seja empregada, o advogado deverá formular um pedido de reconsideração judicial.

820. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O réu, em sede de reclamação trabalhista, ajuizada em 20/04/2018, apresentou defesa no processo eletrônico, a qual não foi oferecida sob sigilo. Feito o pregão, logo após a abertura da audiência, a parte autora manifestou interesse em desistir da ação. Sobre a desistência da ação pela parte autora, assinale a afirmativa correta.

a. O juiz deverá, imediatamente, homologar a desistência.
b. Não é possível desistir da ação após a propositura desta.
c. Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.
d. O oferecimento da defesa pelo réu em nada se relaciona à questão da desistência de pedidos ou da demanda.

821. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Augusto foi empregado de uma lavanderia por 2 anos, tendo sido desligado em setembro de 2018. Após receber as verbas da ruptura, procurou um advogado com a intenção de ajuizar reclamação trabalhista para postular horas extras não recebidas durante o pacto laboral. Após a entrevista e colheita de todas as informações, o advogado de Augusto entrou em contato com a exempregadora na tentativa de formular um acordo, que, após debatido e negociado, teve sucesso e foi reduzido a termo. Então, as partes ajuizaram uma homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, em petição conjunta assinada pelo advogado de cada requerente, mas que não foi homologado pelo juiz, por este entender que o valor da conciliação era desfavorável ao trabalhador. Desse modo, o magistrado extinguiu o feito sem resolução do mérito. Diante da situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Agiu corretamente o juiz, porque não há previsão desse tipo de demanda na Justiça do Trabalho.
b. As partes poderão interpor recurso ordinário da decisão que negou a homologação desejada.
c. Augusto e seu ex-empregador deverão propor novamente a ação, que deverá ser levada à livre distribuição para outro juízo.
d. Nada poderá ser feito na ação proposta, porque o juiz não é obrigado a homologar acordo.

822. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Considere as situações a seguir.I. Victor é um artista mirim e precisa de autorização judicial para poder participar de uma peça cinematográfica como ator coadjuvante.II. A empresa FFX Ltda. foi multada por um auditor fiscal do trabalho e deseja anular judicialmente o auto de infração, alegando vícios e nulidades.III. O empregado Regis teve concedido pelo INSS auxíliodoença comum, mas entende que deveria receber auxílio-doença acidentário, daí porque pretende a conversão judicial do benefício.IV. Jonilson, advogado, foi contratado por um cliente para o ajuizamento de uma ação de despejo, mas esse cliente não pagou os honorários contratuais que haviam sido acertados.Diante da norma de regência acerca da competência, assinale a opção que indica quem deverá ajuizar ação na Justiça do Trabalho para ver seu pleito atendido.

a. Victor e Jonilson
b. Regis e a empresa FFX Ltda.
c. Victor e Regis
d. Apenas a empresa FFX Ltda.

823. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O juiz, em sede de execução trabalhista, intimou a parte para cumprir despacho, determinando que o exequente desse seguimento à execução, indicando os meios de prosseguimento na execução, já que não foram encontrados bens no patrimônio do réu. Com fundamento na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a. O processo ficará parado aguardando a manifestação do exequente por período indefinido de tempo.
b. A declaração de prescrição somente poderá ocorrer por requerimento da parte contrária.
c. A prescrição intercorrente ocorrerá após dois anos, se a parte não cumprir com o comando judicial.
d. O juiz deverá intimar novamente a parte, a fim de dar início ao curso do prazo prescricional.

824. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Em sede de reclamação trabalhista proposta por Sávio, os pedidos liquidados somaram valor inferior a 40 salários mínimos nacionais. A ação foi movida em face do exempregador e da União, em razão de alegação de responsabilidade subsidiária. Sobre o caso apresentado, assinale a opção que indica o procedimento a ser seguido.

a. A ação correrá sob o rito sumaríssimo, pois cabível o rito especial para qualquer parte na Justiça do Trabalho, desde que o valor da causa seja compatível.
b. A ação correrá sob o rito ordinário, porque, em que pese o valor da causa, figura ente de direito público no polo passivo.
c. A ação correrá no rito ordinário, mas, caso a primeira ré não seja encontrada, não será possível realizar a citação por edital, em vista de a segunda ré ser a União.
d. A ação correrá no rito sumaríssimo, e, em caso de prova testemunhal, cada parte terá direito a ouvir até três testemunhas.

825. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) No decorrer de uma reclamação trabalhista, que transitou em julgado e que se encontra na fase executória, o juiz intimou o autor a apresentar os cálculos de liquidação respectivos, o que foi feito. Então, o juiz determinou que o cálculo fosse levado ao setor de Contadoria da Vara para conferência, tendo o calculista confirmado que os cálculos estavam adequados e em consonância com a coisa julgada. Diante disso, o juiz homologou a conta e determinou que o executado depositasse voluntariamente a quantia, sob pena de execução forçada. Diante dessa narrativa e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a. Equivocou-se o juiz, porque ele não poderia homologar o cálculo sem antes conceder vista ao executado pelo prazo de 8 dias.
b. Correta a atitude do magistrado, porque as contas foram conferidas e foi impressa celeridade ao processo do trabalho, observando a duração razoável do processo.
c. A Lei não fixa a dinâmica específica para a liquidação, daí porque cada juiz tem liberdade para criar a forma que melhor atenda aos anseios da justiça.
d. O juiz deveria conceder vista dos cálculos ao executado e ao INSS pelo prazo de 5 dias úteis, pelo que o procedimento adotado está errado.

826. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Wilma foi dispensada sem justa causa e recebeu a indenização correspondente do ex-empregador. Ela, no entanto, alega ter direito a uma equiparação salarial com um colega que realizava as mesmas atividades. Em razão disso, Wilma procura você, como advogado(a), e, com sua assessoria, dá início a um acordo extrajudicial com o ex-empregador. O acordo é materializado em documento, especificando o valor e a identificação da parcela, sendo assinado pelas partes e seus respectivos advogados, e levado à Justiça do Trabalho para homologação. Contudo, a juíza do caso nega-se a homologar o acordo, argumentando que ele seria lesivo à trabalhadora, proferindo decisão nesse sentido. Diante disso, e de acordo com a norma legal, assinale a opção que indica a medida processual adequada para buscar a reforma da decisão proferida.

a. Não há medida cabível, por se tratar de decisão interlocutória.
b. Recurso Ordinário.
c. Mandado de Segurança.
d. Novo pedido de homologação de acordo extrajudicial idêntico, mas agora dirigido para outra Vara.

827. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Considere as quatro situações jurídicas a seguir. (i) A Instituição ABCD é uma entidade sem fins lucrativos. (ii) Rosemary é uma empregadora doméstica. (iii) O Instituto Sonhar é uma entidade filantrópica. (iv) Mariana é uma microempreendedora individual. Considere que todas essas pessoas são empregadoras e têm reclamações trabalhistas ajuizadas contra si

e que nenhuma delas comprovou ter as condições para ser beneficiária de justiça gratuita. Assinale a opção que indica, nos termos da CLT, quem estará isento de efetuar o depósito recursal para recorrer de uma sentença desfavorável proferida por uma Vara da Justiça do Trabalho.

a. A Instituição ABCD e o Instituto Sonhar, somente.
b. Todos estarão dispensados
c. Instituto Sonhar, somente.
d. Mariana e Rosemary, somente.

GABARITO

813. a	**816.** c	**819.** b	**822.** d	**825.** a
814. d	**817.** b	**820.** c	**823.** c	**826.** b
815. a	**818.** a	**821.** b	**824.** b	**827.** c

DIREITO DO CONSUMIDOR

828. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) A sociedade cooperativa Alfa desenvolveu um grande empreendimento habitacional e promoveu a sua comercialização com os cooperativados. Apesar disso, não entregou as unidades no prazo avençado, o que resultou no ajuizamento de uma ação coletiva pela associação dos cooperativados, ente muito respeitado e regularmente constituído há dois anos, sendo postulado o reconhecimento da mora e a fixação de multa por dia de atraso. À luz da narrativa acima, o Código de Defesa do Consumidor:

a. é aplicável ao caso e a associação tem legitimidade para ajuizar a ação coletiva;
b. não é aplicável ao caso, mas isto não obsta o ajuizamento da ação com base na Lei n. 7.347/1985;
c. não é aplicável ao caso, sendo possível o litisconsórcio passivo plúrimo, não a ação coletiva;
d. não é aplicável ao caso, mas isto não obsta o ajuizamento da ação com base na Lei n. 8.078/1990;
e. é aplicável ao caso, mas a associação não tem legitimidade para ajuizar a ação em face da ausência de hipossuficiência.

829. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Mara adquiriu, diretamente pelo site da fabricante, o creme depilatório Belle et Belle, da empresa Bela Cosméticos Ltda. Antes de iniciar o uso, Mara leu atentamente o rótulo e as instruções, essas unicamente voltadas para a forma de aplicação do produto. Assim que iniciou a aplicação, Mara sentiu queimação na pele e removeu imediatamente o produto, mas, ainda assim, sofreu lesões nos locais de aplicação. A adquirente entrou em contato com a central de atendimento da fornecedora, que lhe explicou ter sido a reação alérgica provocada por uma característica do organismo da consumidora, o que poderia acontecer pela própria natureza química do produto. Não se dando por satisfeita, Mara procurou você, como advogado(a), a fim de saber se é possível buscar a compensação pelos danos sofridos. Nesse caso de clara relação de consumo, assinale a opção que apresenta a orientação a ser dada a Mara.

a. Poderá ser afastada a responsabilidade civil da fabricante, se esta comprovar que o dano decorreu exclusivamente de reação alérgica da consumidora, fator característico daquela destinatária final, não havendo, assim, qualquer ilícito praticado pela ré.
b. Existe a hipótese de culpa exclusiva da vítima, na medida em que o CDC descreve que os produtos não colocarão em risco a saúde e a segurança do consumidor, excetuando aqueles de cuja natureza e fruição sejam extraídas a previsibilidade e a possibilidade de riscos perceptíveis pelo homem médio.

c. O fornecedor está obrigado, necessariamente, a retirá-lo de circulação, por estar presente defeito no produto, sob pena de prática de crime contra o consumidor.
d. Cuida-se da hipótese de violação ao dever de oferecer informações claras ao consumidor, na medida em que a periculosidade do uso de produto químico, quando composto por substâncias com potenciais alergênicos, deve ser apresentada em destaque ao consumidor.

830. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) João da Silva, idoso, ingressou com ação judicial para revisão de valores de reajuste do plano de saúde, contratado na modalidade individual. Alega que houve alteração do valor em decorrência da mudança de faixa etária, o que entende abusivo. Ao entrar em contato com a fornecedora, foi informado que o reajuste atendeu ao disposto pela agência reguladora, que é um órgão governamental, e que o reajuste seria adequado. Sobre o reajuste da mensalidade do plano de saúde de João, de acordo com entendimento do STJ firmado em Tema de Recurso Repetitivo, bem como à luz do Código do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a. Somente seria possível se o plano fosse coletivo, mesmo que isso não estivesse previsto em contrato, mas se encontrasse em acordo com percentual que não seja desarrazoado ou aleatório, portanto, não sendo abusivo.
b. Poderia ser alterado por se tratar de plano individual, mesmo que em razão da faixa etária, desde que previsto em contrato, observasse as normas dos órgãos governamentais reguladores e o percentual não fosse desarrazoado, o que tornaria a prática abusiva.
c. É possível o reajuste, ainda que em razão da faixa etária, sendo coletivo ou individual, mesmo que não previsto em contrato e em percentual que não onere excessivamente o consumidor ou discrimine o idoso.
d. Não poderia ter sido realizado em razão de mudança de faixa etária, mesmo se tratando de plano individual, sendo correto o reajuste apenas com base na inflação, não havendo interferência do órgão governamental regulador nesse tema.

831. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Inocência adquiriu um aparelho de jantar para sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque cruzado emitido pela compradora e, se comprometeu, a não o apresentar ao sacado antes de 10 de janeiro de 2019. Em 13 de dezembro de 2018, exatamente uma semana após a compra, Inocência verificou, no extrato de sua conta-corrente bancária, que o cheque em referência havia

sido apresentado a pagamento e devolvido por insuficiência de fundos, em decorrência da apresentação antecipada ao sacado. Sobre a apresentação de cheque pós-datado antes da data indicada como sendo a de emissão, com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

a. Caracteriza dano moral.
b. Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.
c. Pode ensejar apenas dano material.
d. Pode ensejar indenização apenas se o cheque não estiver cruzado.

832. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Antônio é deficiente visual e precisa do auxílio de amigos ou familiares para compreender diversas questões da vida cotidiana, como as contas de despesas da casa e outras questões de rotina. Pensando nessa dificuldade, Antônio procura você, como advogado(a), para orientá-lo a respeito dos direitos dos deficientes visuais nas relações de consumo. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

a. O consumidor poderá solicitar às fornecedoras de serviços, em razão de sua deficiência visual, o envio das faturas das contas detalhadas em Braille.
b. As informações sobre os riscos que o produto apresenta, por sua própria natureza, devem ser prestadas em formatos acessíveis somente às pessoas que apresentem deficiência visual.
c. A impossibilidade operacional impede que a informação de serviços seja ofertada em formatos acessíveis, considerando a diversidade de deficiências, o que justifica a dispensa de tal obrigatoriedade por expressa determinação legal.
d. O consumidor poderá solicitar as faturas em Braille, mas bastará ser indicado o preço, dispensando-se outras informações, por expressa disposição legal.

833. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) A concessionária de veículo X adquiriu, da montadora, trinta unidades de veículo do mesmo modelo e de cores diversificadas, a fim de guarnecer seu estoque, e direcionou três veículos desse total para uso da própria pessoa jurídica. Ocorre que cinco veículos apresentaram problemas mecânicos decorrentes de falha na fabricação, que comprometiam a segurança dos passageiros. Desses automóveis, um pertencia à concessionária e os outros quatro, a particulares que adquiriram o bem na concessionária. Nesse caso, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

a. Entre os consumidores particulares e a montadora inexiste relação jurídica, posto que a aquisição dos veículos se deu na concessionária.

b. Entre os consumidores particulares e a montadora, por se tratar de falha na fabricação, há relação jurídica protegida pelo CDC; a relação jurídica entre a concessionária e a montadora, no que se refere à unidade adquirida pela pessoa jurídica para uso próprio, é de direito comum civil.
c. Existe, entre a concessionária e a montadora, relação jurídica regida pelo CDC, mesmo que ambas sejam pessoas jurídicas, no que diz respeito ao veículo adquirido pela concessionária para uso próprio, e não para venda.
d. Somente há relação jurídica protegida pelo CDC entre o consumidor e a concessionária, que deverá ingressar com ação de regresso contra a montadora, caso seja condenada em ação judicial, não sendo possível aos consumidores demandarem diretamente contra a montadora.

834. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Durante período de intenso calor, o Condomínio do Edifício X, por seu representante, adquiriu, junto à sociedade empresária Equipamentos Aquáticos, peças plásticas recreativas próprias para uso em piscinas, produzidas com material atóxico. Na primeira semana de uso, os produtos soltaram gradualmente sua tinta na vestimenta dos usuários, o que gerou apenas problema estético, na medida em que a pigmentação era atóxica e podia ser removida facilmente das roupas dos usuários por meio de uso de sabão. O Condomínio do Edifício X, por seu representante, procurou você, como advogado(a), buscando orientação para receber de volta o valor pago e ser indenizado pelos danos morais suportados. Nesse caso, cuida-se de

a. fato do produto, sendo excluída a responsabilidade civil da sociedade empresária, respondendo pelo evento o fabricante das peças; não cabe indenização por danos extrapatrimoniais, por ser o Condomínio pessoa jurídica, que não sofre essa modalidade de dano.
b. inaplicabilidade do CDC, haja vista a natureza da relação jurídica estabelecida entre o Condomínio e a sociedade empresária, cabendo a responsabilização civil com base nas regras gerais de Direito Civil, e incabível pleitear indenização por danos morais, por ter o Condomínio a qualidade de pessoa jurídica.
c. aplicabilidade do CDC somente por meio de medida de defesa coletiva dos condôminos, cuja legitimidade será exercida pelo Condomínio, na defesa dos interesses a título coletivo.
d. vício do produto, sendo solidária a responsabilidade da sociedade empresária e do fabricante das peças; o Condomínio do Edifício X é parte legítima para ingressar individualmente com a medida judicial por ser consumidor, segundo a teoria finalista mitigada.

835. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) O Ministério Público ajuizou ação coletiva em face de Vaquinha Laticínios, em função do descumprimento de normas para o transporte de alimentos lácteos. A sentença condenou a ré ao pagamento de indenização a ser revertida em favor de um fundo específico, bem como a indenizar os consumidores genericamente considerados, além de determinar a publicação da parte dispositiva da sentença em jornais de grande circulação, a fim de que os consumidores tomassem ciência do ato judicial. João, leitor de um dos jornais, procurou você como advogado(a) para saber de seus direitos, uma vez que era consumidor daqueles produtos. Nesse caso, à luz do Código do Consumidor, trata-se de hipótese

a. de interesse difuso; por esse motivo, as indenizações pelos prejuízos individuais de João perderão preferência no concurso de crédito frente às condenações decorrentes das ações civis públicas derivadas do mesmo evento danoso.
b. de interesses individuais homogêneos; nesses casos, temse, por inviável, a liquidação e execução individual, devendo João aguardar que o Ministério Público, autor da ação, receba a verba indenizatória genérica para, então, habilitar-se como interessado junto ao referido órgão.
c. de interesses coletivos; em razão disso, João poderá liquidar e executar a sentença individualmente, mas o mesmo direito não poderia ser exercido por seus sucessores, sendo inviável a sucessão processual na hipótese.
d. de interesses individuais homogêneos; João pode, em legitimidade originária ou por seus sucessores, por meio de processo de liquidação, provar a existência do seu dano pessoal e do nexo causal, a fim de quantificá-lo e promover a execução.

GABARITO

828. a
829. d
830. b
831. a
832. a
833. c
834. d
835. d

LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

836. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto. Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:

a. o crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato;
b. o crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo;
c. a retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei n. 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia;
d. a pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei n. 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos;
e. os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena aplicada, não admitem suspensão condicional da pena.

837. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

a. garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;
b. comparecimento dos filhos como testemunhas da violência doméstica cometida. No caso de filhos menores, estes testemunharão utilizando-se do Depoimento sem Dano;
c. preparação emocional da mulher em situação de violência e suas testemunhas (quando houver), por equipe multidisciplinar, para a confrontação dos fatos com o agressor;
d. atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados;

e. integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública e assistência social, a partir do relatado pela vítima e suas testemunhas.

838. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) Adelaide e Walter vivem juntos há oito anos. Possuem uma filha dessa união, e Adelaide está no 4º mês de gestação de outra criança. Desempregado, Walter começa a beber, chegando, um dia, à casa, extremamente agressivo com a filha. Temendo uma agressão física contra a filha, Adelaide tenta conter o companheiro, mas este a empurra violentamente, passando a espancá-la. Como consequência, Adelaide sofre um aborto. De acordo com a Lei Maria da Penha, com base no Código Penal brasileiro, a atitude de Walter é qualificada como:

a. tentativa de homicídio;
b. agressão qualificada;
c. violência injustificada;
d. lesão corporal grave;
e. homicídio culposo.

839. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO – PSICÓLOGO) Carlos e Ana são casados há dois anos e não possuem filhos por opção de Ana, que não deseja ser mãe. Carlos, entretanto, considera que Ana mudará de ideia após engravidar e está impedindo a esposa de fazer uso de métodos contraceptivos. Segundo a Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a conduta de Carlos é uma forma de violência

a. moral.
b. estrutural.
c. sexual.
d. patrimonial.
e. religiosa.

840. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO – PSICÓLOGO) Sobre as medidas integradas de proteção, previstas pela Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), analise as afirmativas a seguir. I. Destacar, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. II. Implementar o atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher. III. Promover estu-

dos e pesquisas com a perspectiva de gênero e de etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados e a avaliação periódica das medidas adotadas. Está correto o que se afirma em

a. I, apenas.
b. II, apenas
c. III, apenas.
d. II e III, apenas.
e. I, II e III.

841. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Bernardo foi preso em flagrante e indiciado pela prática do crime do art. 24-A da Lei n. 11.340/06 (Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos). O auto de prisão em flagrante foi encaminhado para os órgãos competentes, sendo determinada a realização, de imediato, da audiência de custódia. Foi acostada a Folha de Antecedentes Criminais, indicando que Bernardo, de fato, havia sido intimado da aplicação de medidas protetivas de urgência em favor de sua ex-companheira, mas que não possuía condenação definitiva em seu desfavor.Considerando as informações narradas, a prisão em flagrante a ser analisada em audiência de custódia é:

a. legal, cabendo conversão da prisão em flagrante em preventiva para garantia das medidas protetivas de urgência aplicadas, mesmo diante da pena em abstrato inferior a 4 (quatro) anos e da primariedade do custodiado;
b. legal, mas considerando a pena em abstrato prevista e a primariedade técnica do indiciado, não será possível a conversão da prisão em flagrante em preventiva por ausência dos pressupostos legais;
c. legal, mas diante da pena em abstrato prevista, poderia a autoridade policial ter arbitrado fiança;
d. ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos e Bernardo é primário, devendo a prisão ser relaxada;
e. ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos e Bernardo é primário, devendo a prisão ser revogada.

842. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Maria Helena aposentou-se aos 60 anos, após 35 anos de trabalho. Dois anos depois, Maria Helena sentiu falta da rotina de atividades que tinha e decidiu se candidatar a uma vaga como professora em um curso de Inglês de seu bairro. De acordo com o Estatuto do Idoso:

a. Maria Helena não poderá ter vínculo empregatício formal em virtude da aposentadoria;

b. Maria Helena dependerá da autorização de seu tutor para exercer atividades profissionais;
c. Maria Helena poderá exercer atividade profissional formal de acordo com suas aptidões intelectuais e físicas;
d. a idosa deverá exercer atividades recreativas não remuneradas compatíveis com sua condição especial;
e. as empresas privadas deverão manter uma cota de vagas destinadas à contratação de idosos sob pena de multa e outras sanções.

843. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Etelvina, 81 anos, acometida de súbito mal-estar, buscou ajuda médica em um Posto de Saúde. Lá chegando, o médico que a recepcionou disse que, antes de atendê-la, deveria prestar atendimento a Teresa, 61 anos, que chegara primeiro ao serviço médico e estava com leve febre gripal. De acordo com o Estatuto do Idoso, a conduta do médico foi:
a. correta, pois todos os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos gozam da mesma garantia de prioridade no atendimento à saúde;
b. errada, pois segundo previsão constitucional, todos são iguais, e o atendimento diferenciado permite que discriminações e favorecimentos aconteçam;
c. errada, pois ele deveria esclarecer que o atendimento só poderia ser realizado com o agendamento prévio no SISREG (Sistema Nacional de Regulação);
d. correta, pois um mal -estar súbito em uma idosa de 81 (oitenta e um) anos deve ser avaliado em um hospital de emergência, e não em um Posto de Saúde;
e. errada, pois dentre os idosos é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, preferencialmente em relação aos demais idosos.

844. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Ulisses, de 75 anos, réu em determinado processo, foi intimado a comparecer para audiência em uma vara judicial. Ocorre que o idoso encontra-se acamado há 5 anos. Diante de sua ausência, o Juiz determinou que o Oficial de Justiça procedesse à condução coercitiva do idoso para a audiência. Em consonância com o Estatuto do Idoso, o juízo procedeu de forma:
a. correta, pois o idoso deve estar presente para exercer sua defesa na audiência;
b. errada, pois é vedado exigir o comparecimento de idoso enfermo perante os órgãos públicos;
c. errada, já que o idoso poderia ser representado por qualquer Defensor, mesmo sem ser este constituído para defendê-lo;
d. correta, já que o idoso é réu no processo e só poderia deixar de ir se fosse o autor da ação;

e. errada, pois o juiz deveria esperar a segunda falta para determinar a condução coercitiva.

845. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) Segundo o Estatuto do Idoso, as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de:

a. profissionalização;
b. graduação;
c. aperfeiçoamento;
d. especialização;
e. extensão.

846. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) De acordo com o Estatuto do Idoso, a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de: I. reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde; II. cadastramento da população idosa em base nacional; III. pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social nos hospitais de urgência e emergência. Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

a. somente I;
b. somente II;
c. somente I e III;
d. somente II e III;
e. I, II e III.

847. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Em razão de grave violação de direitos praticada por seus pais no Município de Búzios, onde a família reside, Wesley, de 9 anos de idade, e Michael, de 5 anos de idade, são encaminhados para entidade pública de acolhimento institucional no Município de Araruama, na medida em que Búzios não possui serviço de acolhimento. Depois de esgotadas as possibilidades de reintegração familiar das crianças, conforme estudo social e psicológico elaborados pela equipe técnica da entidade, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Araruama propõe ação de destituição do poder familiar em face dos pais, perante a Vara de Família, Infância e Juventude daquela Comarca. Considerando a regra de competência prevista na Lei n. 8.069/90 (ECA) nesse caso hipotético, o Promotor de Justiça atuou:

a. corretamente, pois a competência é determinada pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente;

b. corretamente, pois a competência é determinada pelo local do dano;
c. de forma equivocada, pois a competência é determinada pelo domicílio dos pais ou responsável;
d. de forma equivocada, pois o Conselho Tutelar é o órgão legitimado para ajuizar a ação;
e. de forma equivocada, pois a competência é da Vara de Fazenda Pública, por se tratar de demanda referente à entidade de acolhimento municipal.

848. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Jefferson, adolescente de 17 anos, pratica ato infracional análogo ao crime de furto, subtraindo para si um aparelho de celular, que se encontrava no bolso traseiro da calça de Aparecida, enquanto ambos viajavam em transporte coletivo. Após ser apreendido, Jefferson é levado à delegacia e apresentado ao Ministério Público na mesma data. Concluída a oitiva informal, o Promotor constata que Jefferson não possui passagem anterior pela prática de ato infracional, não está estudando há 2 anos e encontra-se em situação de rua, sendo certo que não foi possível localizar os seus pais. O Promotor de Justiça oferece Representação pela prática do ato infracional análogo a furto em face de Jefferson, requerendo a decretação de sua internação provisória, sendo o pedido acolhido pelo Juiz da Infância e Juventude, durante a audiência de apresentação. Decorridos dois meses da data da apreensão de Jefferson, a audiência em continuação é realizada e o Juiz aplica a medida de internação socioeducativa ao adolescente.À luz da Lei n. 8.069/90 (ECA) e tendo em vista o caso apresentado, conclui-se que:

a. a medida socioeducativa adequada ao caso é a internação, pois Jefferson não estuda, está em situação de rua e os seus pais encontram-se em local incerto e não sabido;
b. a medida socioeducativa de internação não poderia ser aplicada, por se tratar de ato infracional praticado sem grave ameaça ou violência a pessoa e por ser a primeira passagem do adolescente;
c. a decretação da internação provisória pelo Juiz foi medida adequada, tendo em vista o perfil do adolescente e a observância do prazo legal para a aplicação da medida;
d. o Promotor de Justiça não poderia oferecer Representação em face do adolescente, por se tratar de ato infracional praticado sem grave ameaça ou violência a pessoa e por ser a primeira passagem do adolescente;
e. o Promotor de Justiça não poderia conceder a remissão ao adolescente, por se tratar de ato infracional análogo a crime contra o patrimônio.

849. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Ezequiel e Maria, devidamente habilitados, propõem ação de adoção de Paulo Henrique, de 8 anos. O casal é entrevistado pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, no curso do estágio de convivência iniciado com a criança, e ratifica o interesse na adoção, pois já consideram Paulo Henrique como seu filho, nutrindo muito afeto pela criança. O estudo técnico conclui que a adoção apresenta reais vantagens para o adotando, sendo favorável ao deferimento do pedido. Antes da realização da audiência de instrução e julgamento, Ezequiel sofre grave acidente de trânsito e vem a falecer. Maria se mantém firme no propósito de adotar Paulo Henrique e deseja que a adoção seja julgada procedente inclusive em relação a Ezequiel, para que o nome deste conste do novo registro de nascimento que será efetuado para Paulo Henrique, após o trânsito em julgado da sentença de adoção. Tendo em vista o disposto na Lei n. 8.069/90 (ECA) e as peculiaridades do caso ora apresentado:

a. a ação deve ser obrigatoriamente extinta em relação a Ezequiel, em virtude de seu falecimento, prosseguindo em relação a Maria, que poderá adotar a criança;
b. a sentença de adoção tem natureza constitutiva, motivo pelo qual o pedido formulado por Ezequiel não poderia prevalecer após o seu falecimento, em razão de impossibilidade jurídica;
c. a morte do adotante Ezequiel restabelece o poder familiar do pai biológico da criança, razão pela qual seu nome não poderá constar do novo registro de nascimento da criança;
d. a adoção produz efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença, exceto na hipótese narrada, caso em que retroage à data do óbito;
e. a manifestação de vontade de Ezequiel no estudo técnico realizado pela equipe da Vara da Infância não é válida, pois a Lei n. 8.069/90 exige escritura pública para essa finalidade.

850. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Um Promotor de Justiça recebe denúncia, por meio da Ouvidoria do MPRJ, noticiando que o dirigente da entidade de acolhimento municipal "Casa da Criança" tem aplicado castigos imoderados e proferido ofensas verbais contra os acolhidos. Após a realização de inspeção in loco para apuração da denúncia, o Promotor de Justiça constata que existem indícios da prática das condutas narradas e expede Recomendação ao Secretário Municipal de Assistência Social, visando ao afastamento do dirigente. A Recomendação não é atendida pelo gestor e o Promotor de Justiça propõe em Juízo Representação para Apuração de Irregularidade em Entidade de Atendimento. Considerando o procedimento previsto na Lei n. 8.069/90 (ECA), é correto afirmar que:

a. o Promotor de Justiça pode realizar a intervenção na entidade de acolhimento, nomeando interventor, por intermédio de portaria específica para essa finalidade;
b. o procedimento poderia ter sido iniciado mediante portaria da autoridade judicial, não tendo o Conselho Tutelar legitimidade para oferecer Representação em Juízo na hipótese;
c. antes da aplicação de qualquer medida, na hipótese de serem sanadas as irregularidades verificadas, o processo será extinto, sem julgamento de mérito;
d. na hipótese de afastamento liminar ou definitivo do dirigente da entidade, a autoridade judiciária intimará o Promotor de Justiça, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para indicar substituto do dirigente;
e. não há a previsão legal de penalidade pecuniária a ser imposta ao dirigente da entidade, mas somente a previsão de seu afastamento liminar ou definitivo.

851. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Célio é casado com Justina há dez anos e com ela tem dois filhos, de oito e dez anos de idade. Na última semana, desconfiou que a esposa o traía. Consumido pela raiva, Célio agrediu Justina e causou-lhe a morte. No que concerne aos dois filhos, Célio sofrerá a sanção conhecida como:
a. inversão da guarda;
b. suspensão da guarda;
c. perda da tutela dos filhos;
d. suspensão do poder familiar;
e. perda do poder familiar.

852. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO – ASSISTENTE SOCIAL) Assinale a opção que indica um dos objetivos das medidas socioeducativas.
a. A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando sua reparação.
b. Possibilitar o atendimento aos indivíduos e às famílias e potencializar estratégias para a inclusão social do adolescente infrator.
c. O tratamento do adolescente e de sua família, a fim de conscientizá-los das normas de convivência em sociedade.
d. Padronizar procedimentos a partir de um fluxo de informações em comum para o atendimento dos adolescentes.
e. Desenvolver ações para a capacitação dos adolescentes por meio do aprendizado de uma profissão.

853. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO – PSICÓLOGO) William, 13 anos, foi apreendido após quebrar o vidro da janela e invadir uma casa de veraneio, cujos donos estavam ausentes, para pegar um videogame.De acordo com o disposto na legislação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), assinale a afirmativa correta.

a. A família do adolescente será responsabilizada pelo ato infracional praticado por William, por ter falhado em seu dever de educação e vigilância.
b. Tratando-se de crime cometido sem grave ameaça ou violência, William receberá uma pena alternativa, a ser cumprida em meio aberto, no CREAS.
c. A medida socioeducativa privilegiará o ressarcimento dos prejuízos materiais e a indenização por danos morais às vítimas do delito praticado por William.
d. O Plano Individual de Assistência (PIA) incluirá as intervenções nas áreas de educação, saúde e ressocialização, que contemplarão William durante a internação.
e. Medidas restaurativas devem ser aplicadas, atendendo às necessidades das vítimas e incentivando a reparação por William do dano cometido.

854. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO – PSICÓLOGO) Michel, de 15 anos, foi baleado na perna quando “trabalhava” em uma boca de fumo, o que o levou à internação hospitalar em estado grave. A mãe do rapaz se prontificou a permanecer junto ao filho durante o período de hospitalização, mas o hospital se recusou, alegando que se tratava de adolescente autor de ato infracional. Sobre a conduta do hospital, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a afirmativa correta.

a. Correta, porque os hospitais só precisam garantir condições para permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação de criança.
b. Correta, já que o adolescente cometeu ato infracional, devendo ser acompanhado, no período de internação hospitalar, por agente de segurança, que zelará por sua permanência no local.
c. Incorreta, pois o estabelecimento de atendimento à saúde deve proporcionar condições para a permanência em tempo integral de pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
d. Incorreta, pois os hospitais devem comunicar a internação hospitalar de crianças e adolescentes para o Conselho Tutelar, pedindo a autorização para permanência de familiar no local.
e. Correta, já que o estado de saúde do adolescente era grave, e a permanência de acompanhante representaria um estresse desnecessário à família.

855. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO – PSICÓLOGO) Joel é conselheiro tutelar e recebeu uma denúncia de que a menina Milena, de 4 anos, foi deixada sozinha em casa pela mãe, durante 3 dias. Diante da constatação do fato, Joel deliberou que o mais acertado seria o acolhimento institucional da menina, expedindo Guia de Acolhimento para ingresso da criança na Casa das Irmãs Amorosas. De acordo com a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o procedimento do conselheiro foi

a. correto em realizar o acolhimento e também em emitir a Guia de Acolhimento, que deve ser feita por quem estiver acolhendo.
b. errado em realizar o acolhimento, mas correto com relação à sua responsabilidade de expedir a Guia de Acolhimento, que é tarefa do Conselho Tutelar.
c. adequado em fazer a institucionalização, mas inadequado em fazer a Guia de Acolhimento, que deve ser expedida pelo Ministério Público.
d. acertado em acolher a criança, mas errado em expedir a Guia de Acolhimento, que só pode ser feita pela autoridade judicial.
e. inadequado em realizar o acolhimento e também em expedir a Guia de Acolhimento, que só pode ser feita pelo Ministério Público.

856. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Carla, de 11 anos de idade, com os pais destituídos do poder familiar, cresce em entidade de acolhimento institucional faz dois anos, sem nenhum interessado em sua adoção habilitado nos cadastros nacional ou internacional. Sensibilizado com a situação da criança, um advogado, que já possui três filhos, sendo um adotado, deseja acompanhar o desenvolvimento de Carla, auxiliando-a nos estudos e, a fim de criar vínculos com sua família, levando-a para casa nos feriados e férias escolares. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que forma o advogado conseguirá obter a convivência temporária externa de Carla com sua família?

a. Acolhimento familiar.
b. Guarda estatutária.
c. Tutela.
d. Apadrinhamento.

857. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Bruno, com quase doze anos de idade, morador de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi aprovado em um processo de seleção de jogadores de futebol, para a categoria de base de um grande clube, sediado no Rio de Janeiro, capital – cidade contígua à de sua residência. Os treinamentos na nova equipe implicam deslocamento de Niterói ao Rio

de Janeiro todos os dias, ida e volta. Ocorre que os pais de Bruno trabalham em horário integral, e não poderão acompanhá-lo. Os pais, buscando orientação, consultam você, como advogado(a), sobre qual seria a solução jurídica para que Bruno frequentasse os treinos, desacompanhado. Assinale a opção que apresenta sua orientação.

a. Bruno precisará de um alvará judicial, que pode ter validade de até dois anos, para poder se deslocar sozinho entre as comarcas.
b. Bruno pode, simplesmente, ir aos treinos sozinho, não sendo necessária qualquer autorização judicial para tanto.
c. Não é possível a frequência aos treinos desacompanhado, pois o adolescente não poderá se deslocar entre comarcas sem a companhia de, ao menos, um dos pais ou do responsável legal.
d. Bruno poderá ir aos treinos desacompanhado dos pais, mas será necessário obter autorização judicial ou a designação de um tutor, que poderá ser um representante do clube.

858. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Júlio, após completar 17 anos de idade, deseja, contrariando seus pais adotivos, buscar informações sobre a sua origem biológica junto à Vara da Infância e da Juventude de seu domicílio. Lá chegando, a ele é informado que não poderia ter acesso ao seu processo, pois a adoção é irrevogável. Inconformado, Júlio procura um amigo, advogado, a fim de fazer uma consulta sobre seus direitos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que apresenta a orientação jurídica correta para Júlio.

a. Ele poderá ter acesso ao processo, desde que receba orientação e assistência jurídica e psicológica.
b. Ele não poderá ter acesso ao processo até adquirir a maioridade.
c. Ele poderá ter acesso ao processo apenas se assistido por seus pais adotivos.
d. Ele não poderá ter acesso ao processo, pois a adoção é irrevogável.

859. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Gabriel, adolescente com 17 anos de idade, entrou armado em uma loja de conveniência na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, exigindo que o operador de caixa entregasse todo o dinheiro que ali existisse. Um dos clientes da loja, policial civil em folga, reagiu ao assalto, atirando em Gabriel, mas não acertando. Assustado, Gabriel empreendeu fuga, correndo em direção a Betim, comarca limítrofe a Belo Horizonte e onde residem seus pais, lá sendo capturado por policiais que se encontravam em uma viatura. Sobre o caso, assinale a opção que indica quem será competente para as medidas judiciais necessárias, inclusive a eventual estipulação de medida socioeducativa, desconsiderando qualquer fator de conexão, continência ou prevenção.

a. O Juiz da Infância e da Juventude da comarca de Belo Horizonte, ou o juiz que exerce essa função, por ser a capital do estado.
b. O Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, da comarca de Belo Horizonte, por ser o foro onde ocorreu o ato infracional cometido por Gabriel.
c. O Juiz Criminal da comarca de Betim, por ser onde residem os pais do adolescente.
d. O Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, da comarca de Betim, por ser onde residem os pais do adolescente.

860. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Roberta produziu, em seu computador, vídeo de animação em que se percebe a simulação de atos pornográficos entre crianças. O vídeo não mostra nenhuma imagem reconhecível, nenhuma pessoa identificável, mas apresenta, inequivocamente, figuras de crianças, e bem jovens. Sobre o fato apresentado, sob a perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

a. Não é ilícito penal: o crime ocorre quando se simula a atividade pornográfica com imagens reais de crianças.
b. É crime, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a conduta típica de simular a participação de criança ou adolescente em cena pornográfica por meio de qualquer forma de representação visual.
c. É crime se houver a divulgação pública do filme, pois a mera produção de filme envolvendo simulacro de imagem de criança ou adolescente em situação pornográfica não é reprovada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
d. Não é ilícito penal, pois a animação somente se afigura como simulação suficientemente apta a despertar a reprovabilidade criminal se reproduzir a imagem real de alguma criança diretamente identificável.

861. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Pedro, 16 anos, foi apreendido em flagrante quando subtraía um aparelho de som de uma loja. Questionado sobre sua família, disse não ter absolutamente nenhum familiar conhecido. Encaminhado à autoridade competente, foi-lhe designado defensor dativo, diante da completa carência de pessoas que por ele pudessem responder. Após a prática dos atos iniciais, Pedro requereu ao juiz a substituição do seu defensor por um advogado conhecido, por não ter se sentido bem assistido tecnicamente, não confiando no representante originariamente designado. Com base nessa narrativa, assinale a afirmativa correta.

a. É direito do adolescente ter seu defensor substituído por outro de sua preferência, uma vez que não deposita confiança no que lhe foi designado.
b. A defesa técnica deve permanecer incumbida ao defensor atualmente designado, pois não é facultado ao adolescente optar por sua substituição.

c. O processo deve ser suspenso, adiando-se os atos até que seja solucionada a questão da representação do adolescente.
d. A substituição somente deverá ser realizada se evidenciada imperícia técnica, não podendo a mera preferência do adolescente ser motivo para a substituição.

862. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Michelle, 20 anos, presa em flagrante com grande quantidade de drogas escondida nas roupas de sua filha Ana Júlia, 3 anos, foi, posteriormente, condenada a 5 anos de reclusão. Assim que a mãe foi presa, a criança foi encaminhada para uma entidade de acolhimento. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a reintegração familiar da menina poderá ser feita na forma de:
a. adoção simples por pessoa com comprovados laços de consanguinidade e parentesco;
b. adoção plena pelos progenitores maternos ou por tutores indicados pela genitora;
c. guarda temporária por pretendentes habilitados do Cadastro Nacional de Adoção;
d. permanência no abrigo no aguardo do cumprimento integral da pena de reclusão pela mãe;
e. inserção em família extensa com quem ela tenha convivência e vínculos de afinidade e afetividade.

863. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Solteira, desempregada e mãe de três meninos, Kelly desesperouse com a quarta gravidez e decidiu que abandonaria o bebê no hospital. Então uma amiga apresentou-lhe uma conhecida, Vera, e Kelly concordou em entregar a criança para ela. Vera decorou o quarto e fez um enxoval para o bebê, uma menina. Na maternidade, Kelly se arrependeu e decidiu ficar com a filha recém-nascida. Inconformada, Vera procurou a Defensoria Pública. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente:
a. Kelly não será obrigada a entregar a filha para Vera, mas caberá ação contra a genitora de indenização à pretendente por danos morais e materiais;
b. a situação deverá ser informada à Justiça da Infância e da Juventude, que imediatamente encaminhará o bebê para adoção por adotantes habilitados;
c. o Conselho Tutelar providenciará o acolhimento institucional do bebê no aguardo do resultado da audiência de conciliação entre Vera e Kelly;
d. a menina será mantida com a mãe e caberá o encaminhamento da hipótese à Justiça da Infância e da Juventude, que determinará o acompanhamento familiar;
e. Kelly será destituída do poder familiar por abandono de incapaz e Vera terá preferência para consumar a adoção combinada na gestação.

864. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) A medida de retirada compulsória de bebês de mães usuárias de drogas e moradoras de rua em Belo Horizonte (MG) provocou polêmicas e protestos da Defensoria Pública, do CONANDA e de outras entidades de defesa dos direitos humanos. Uma abordagem dessa questão em consonância com o respeito aos direitos do cidadão deve considerar que:

a. nascituros e recém-nascidos são sujeitos de direitos e alvos preferenciais de medidas higienistas que garantam sua integridade física e psicológica;
b. o uso de drogas é uma psicopatologia que determina a inaptidão para o exercício da maternidade, sendo a adoção a medida que melhor atende ao interesse da criança;
c. as gestantes e as mães usuárias de substâncias entorpecentes têm direito à internação compulsória para tratamento e ao alojamento conjunto com seus bebês;
d. pessoas em situação de rua devem ser alvo de políticas educativas de prevenção terciária para evitar a gravidez indesejada e a iniciação no uso de entorpecentes;
e. medidas protetivas como oferta de tratamento de saúde e programas de moradia e de transferência de renda podem evitar a ruptura do vínculo entre a criança e sua família.

865. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Maria Lúcia, mãe de Paulo, 9 anos, procurou o Conselho Tutelar após ter sido chamada pela Escola Municipal ABC, onde o menino cursa o 4º ano do Ensino Fundamental. Paulo é cadeirante e, segundo relato da mãe, a diretora solicitou sua transferência para outra unidade escolar, alegando que as necessidades do menino e a cadeira de rodas traziam transtornos para a turma de alunos e para a equipe escolar. Considerando o disposto no ECA e na lei que trata dos direitos da pessoa com deficiência, a diretora da escola está:

a. correta, porque apenas a rede particular está obrigada a garantir atendimento aos portadores de necessidades especiais físicas ou intelectuais;
b. correta, porque Paulo deverá preferencialmente ser inserido em unidade de ensino especial adequada às suas reais necessidades como deficiente físico;
c. errada, porque Paulo tem direito à educação pública em sistema educacional inclusivo com condições de acesso e permanência na escola;
d. errada, porque a própria escola deve prover tanto a escolaridade regular quanto a assistência na área de reabilitação e saúde para alunos com deficiência;
e. correta, porque a atenção demandada por um aluno portador de necessidades especiais prejudica o aproveitamento dos alunos com autonomia.

866. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Fernando e Raquel viviam em união estável, mas se separaram há cerca de um ano. Depois de algumas discussões sobre pagamento de pensão e cuidados com os filhos, ele decidiu ajuizar uma ação de guarda compartilhada, alegando impedimento dela à convivência familiar. Com base na lei que dispõe sobre esse tema no Brasil, é correto afirmar que:

a. a guarda compartilhada é aplicada sempre que possível, em havendo acordo entre as partes;
b. a guarda compartilhada não é aplicada se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor;
c. a guarda compartilhada implica a divisão idêntica dos dias e finais de semana de convivência familiar;
d. a guarda deve ser unilateral quando um dos genitores reúne melhores condições para exercê-la;
e. a depender da situação conjugal, os pais não detêm o pleno exercício do poder familiar.

867. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) Verificou-se que a menina Maria Luísa, de 4 anos, estava sendo submetida a maus-tratos, o que ensejou seu acolhimento institucional. Segundo o ECA (Lei n. 8.069/90), a permanência em programa de acolhimento, exceto se comprovada necessidade fundamentada pela autoridade judiciária, NÃO se prolongará por mais de:

a. 6 meses;
b. 12 meses;
c. 18 meses;
d. 24 meses;
e. 30 meses.

868. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA PSICOLOGIA) A jovem Débora, de 20 anos, ficou grávida de um namorado que não quis assumir o filho. Considerando-se muito jovem, a gestante decidiu entregar o filho para adoção. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), a jovem deverá ser obrigatoriamente encaminhada sem constrangimento para:

a. o Conselho Tutelar;
b. o Ministério Público;
c. o CREAS;
d. o CRAS;
e. a Justiça da Infância.

869. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) O ECA estabelece que as seguintes medidas socioeducativas podem ser aplicadas aos adolescentes envolvidos em ato infracional: I. obrigação de reparar o dano; II. inclusão em programa de acolhimento familiar; III. liberdade assistida. Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

a. somente I;
b. somente II;
c. somente I e III;
d. somente II e III;
e. I, II e III.

870. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) Em uma instituição destinada à execução de medidas socioeducativas, a assistente social Irene recebe um adolescente que relata estar sendo constantemente humilhado e ameaçado por um dos agentes que trabalha na instituição. Irene imediatamente entra em contato com o Conselho Tutelar, que pode aplicar a seguinte medida ao agente, sem prejuízo de outras providências legais:

a. advertência;
b. multa;
c. demissão;
d. transferência;
e. suspensão.

871. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) Adriana tem 15 anos e deu entrada em um serviço de acolhimento institucional no final de sua gestação. Após o nascimento, a criança:

a. por determinação judicial, será colocada em família substituta;
b. terá garantida a convivência integral com a mãe;
c. será entregue aos avós maternos, caso existam;
d. deverá ser entregue para a adoção;
e. ficará sob os cuidados de uma entidade religiosa.

872. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇO SOCIAL) Maurício e Rita residem no Uruguai, mas desejam adotar uma criança brasileira, como eles. Entram com o pedido de adoção no Brasil. Depois de todos os trâmites legais, o casal é chamado para iniciar o processo de estágio de convivência com uma criança. Nesse sentido, o ECA determina que esse estágio:

a. realizar-se-á no país de residência dos postulantes à adoção, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, retornando ao Brasil para avaliação;
b. inicialmente se dará no Brasil por 30 (trinta) dias, sob a supervisão diária de uma instituição de acolhimento;
c. ocorrerá no país de residência dos postulantes à adoção, desde que este seja signatário da Convenção de Haia;
d. será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência da criança ou adolescente;
e. acontecerá na capital do estado de nascimento da criança, de modo que a Vara da Infância ou a Defensoria Pública possam acompanhar o processo.

873. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público, o juiz acolhe o pedido de prova oral formulado pelas partes e designa audiência de instrução e julgamento para ouvir as testemunhas. O Ministério Público arrola 12 (doze) testemunhas, enquanto o réu indica 5 (cinco) testemunhas. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

a. compete ao juiz oportunizar ao réu a indicação de outras testemunhas, à luz da isonomia e da paridade de armas;
b. o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato;
c. de acordo com os princípios do contraditório, da ampla defesa, da boa-fé e da cooperação, compete ao juiz ouvir todas as testemunhas;
d. se as testemunhas forem servidores públicos ou militares, devem ser intimadas por carta com aviso de recebimento para comparecer à audiência;
e. cabe ao representante do Ministério Público e ao advogado do réu informar ou intimar as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, sendo dispensada a intimação do juízo.

874. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, o juiz verificou que os pedidos formulados já são objeto de outra ação civil pública em curso e ajuizada anteriormente. Nessa hipótese, deverá o juiz:

a. indeferir a petição inicial, julgando extinto o feito com resolução de mérito;
b. julgar extinto o feito, sem resolução de mérito, reconhecendo a existência de litispendência;
c. julgar extinto o feito, sem resolução de mérito, reconhecendo a existência de coisa julgada;
d. julgar extinto o feito, com resolução de mérito, reconhecendo a existência de litispendência;
e. julgar extinto o feito, com resolução de mérito, reconhecendo a existência de coisa julgada.

875. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO – RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL) Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que:

a. cabe a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé;
b. em casos de risco grave, poderá ser concedida liminar no mandado de segurança coletivo antes da audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá ser ratificada ou revogada após a manifestação do impetrado;
c. não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens *ou pagamento* de qualquer natureza;
d. terá prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive habeas corpus;
e. a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

876. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) Plínio foi flagrado enquanto transportava 10 (dez) “sacolés” de maconha. Na ocasião, admitiu para os policiais que a droga destinava-se a seu consumo pessoal e também de sua esposa, que não estava com ele na oportunidade, sendo que ele adotaria essa conduta de transportar o material para usar com sua esposa recorrentemente. Os policiais, nas suas declarações, disseram que alguns usuários próximos a Plínio conseguiram se evadir antes da abordagem. Diante das declarações, o Ministério Público ofere*ceu d*enúncia imputando a Plínio a prática do crime de tráfico de drogas (Art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06). Finda a instrução, com a juntada do laudo definitivo confirmando que o material era entorpecente, sendo apresentadas em juízo as mesmas versões colhidas na fase policial e restando certo que Plínio era primário e de bons ante-

cedentes, os autos foram conclusos para a sentença. Preocupado com sua situação jurídica, e as consequências no caso de condenação, Plínio procura a Defensoria Pública. Considerando as informações expostas, deverá a defesa técnica esclarecer, com base na jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, que:

a. a condenação por tráfico com incidência da causa de diminuição da pena prevista no Art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, retira a hediondez do crime, mas não se mostra possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, ainda que a pena seja inferior a 4 (quatro) anos;
b. a condenação pelo crime de tráfico de drogas, ainda que não reconhecida a causa de diminuição do Art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, admitirá a aplicação de regime diverso do fechado de acordo com a sanção aplicada, mesmo que a pena não permita a substituição por restritiva de direitos;
c. o descumprimento injustificado da medida imposta, no caso de condenação pelo crime de porte de droga para consumo próprio (Art. 28 da Lei n. 11.343/06), torna possível a aplicação de pena privativa de liberdade apenas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses;
d. a prog*ressã*o de regime, no caso de condenação por um dos crimes previstos nos Arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 da Lei n. 11.343/06, dar-se-á após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico;
e. o denunciado que in*duz,* instiga ou auxilia alguém ao uso indevido de drogas incorre na mesma pena do caput do Art. 33 da Lei n. 11.343/06.

877. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO) João foi denunciado pela prática de injusto previsto na Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas) por fato ocorrido em setembro de 2017. O processo transcorreu com diversos incidentes, sendo inicialmente rejeitada a denúncia, mas depois esta foi recebida em recurso manejado pelo Ministério Público, acreditando o acusado que seu advogado particular não atentou para várias nulidades ocorridas em prejuízo à ampla defesa. Ao final da instrução, João foi condenado, mas demonstrou interesse em apresentar recurso de apelação. Já em liberdade e buscando ser esclarecido em relação às diversas nulidades que entendeu terem ocorrido, não mais querendo ser assistido por advogado particular, João procurou a Defensoria Pública. Examinando o processo, o Defensor Público, apesar de saber que os Tribunais têm exigido prova do prejuízo para reconhecer eventual nulidade, constatou: I. que João não foi intimado para combater o recurso interposto da rejeição da denúncia, sendo logo nomeado defensor dativo; II. que, quando da prisão em flagrante, os policiais acessaram as conversas privadas de WhatsApp, que estavam no celular do acusado, sem a sua expressa autorização, sendo o conteúdo utilizado ao longo do processo; III. que a defesa foi intimada da expedição da

carta precatória, mas não o foi da data da audiência no juízo deprecado. Analisando os itens acima, atento à jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, considerando a existência de eventual prejuízo, caberá ao Defensor Público, em sede de recurso, alegar a nulidade do(s) item(ns):

a. I, somente;
b. I e II, somente;
c. I e III, somente;
d. II e III, somente;
e. I, II e III.

878. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – BR/ADVOGADO) Gabriela, senhora de 60 anos, é surpreendida com a notícia de que seus dois netos, Pedro e Luiz, ambos com 18 anos de idade, foram presos em flagrante na mesma data, qual seja o dia 05 de setembro de 2018. Pedro foi preso e indiciado pela suposta prática de crime de racismo, enquanto Luiz foi abordado com um fuzil municiado, sendo indiciado pelo crime de porte de arma de fogo de uso restrito (Art. 16 da Lei n. 10.826/03). Gabriela, sem compreender a exata extensão da consequência dos atos dos netos, procurou a defesa técnica deles para esclarecimentos quanto às possibilidades de prescrição e concessão de indulto em relação aos delitos imputados. Considerando as informações narradas, a defesa técnica de Pedro e Luiz deverá esclarecer que

a. ambos os crimes são insuscetíveis de indulto e imprescritíveis.
b. somente o crime de porte de arma de fogo é imprescritível, enquanto ambos os delitos são insuscetíveis de indulto.
c. somente o crime de racismo é imprescritível, enquanto apenas o porte do fuzil é insuscetível de indulto.
d. somente o crime de racismo é imprescritível, não sendo nenhum deles insuscetível de indulto.

GABARITO

836. c
837. a
838. d
839. c
840. e
841. a
842. c
843. e
844. b
845. e
846. a
847. c
848. b
849. d
850. c
851. e
852. a
853. e
854. c
855. d
856. d
857. b
858. a
859. b
860. b
861. a
862. e
863. d
864. e
865. c
866. b
867. c
868. e
869. c
870. a
871. b
872. d
873. b
874. b
875. c
876. b
877. b
878. c

879. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Leia o fragmento a seguir. “O orçamento não deve incluir em seu projeto de lei assuntos estranhos à previsão de receitas e à fixação de despesas”. Assinale a opção que indica o princípio orçamentário a que o fragmento se refere.

a. Programação.
b. Equilíbrio.
c. Legalidade.
d. Especificação.
e. Exclusividade.

880. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) O Ciclo Orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário. Assinale a opção que indica a fase em que a arrecadação de receita pública e a realização da despesa pública são efetivadas.

a. Elaboração.
b. Discussão.
c. Aprovação.
d. Execução.
e. Avaliação e controle.

881. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) A receita pode ser classificada em receita corrente e receita de capital. Com base nessas categorias, assinale a afirmativa correta.

a. As operações de crédito e as receitas industriais são receitas correntes.
b. A alienação de bens e as receitas de contribuições são receitas correntes.
c. As receitas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos e as receitas patrimoniais são receitas de capital.
d. As receitas tributárias e os recursos recebidos de outras pessoas de direito público destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital são receitas de capital.
e. As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e a amortização de empréstimos são receitas de capital.

882. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são créditos adicionais. Sobre os créditos adicionais, assinale a afirmativa correta.

a. Os suplementares são destinados a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica.
b. Os especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas.
c. Os extraordinários são destinados ao reforço da dotação orçamentária.
d. Sua abertura indicará a importância, a espécie e a classificação da despesa, quando possível.
e. A vigência dos créditos adicionais independe do exercício financeiro em que são abertos.

Considere as informações do Quadro I a seguir, com valores expressos em milhares de reais, originados da execução orçamentária de um ente da Federação.

Órgão/Unidade Orçamentária	Secretaria Estadual de Saúde	
Função	Saúde	
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	Saúde para todos	
Atividade/Projeto/Operação Especial	Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde no Estado do Ceará	
Despesas de capital/Investimentos	Obras e Instalações	1.750.000,00
	Material Permanente	980.000,00
Despesas correntes/Outras Despesas Correntes	Material de Consumo	310.000,00
	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.000,00
Modalidade de Aplicação	Aplicação Direta	
Fonte	Recursos do Tesouro	

883. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) A partir das informações da programação orçamentária apresentada no Quadro I, é correto afirmar que:

a. a ação orçamentária dispensa previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
b. a ação orçamentária, por suas características, deve ser classificada como um projeto;
c. a ação orçamentária foi autorizada mediante abertura de crédito adicional suplementar;
d. refere-se a um programa com características de apoio administrativo;
e. trata-se de uma despesa realizada por meio de convênio com o governo federal, mediante destaque de crédito.

884. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Considerando isoladamente as informações sobre despesas correntes e despesas de capital apresentadas no Quadro I, o montante de recursos aplicado no programa que representa despesa efetiva corresponde a:

a. 310.000,00;
b. 585.000,00;
c. 1.565.000,00;
d. 2.730.000,00;
e. 3.315.000,00.

885. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Considerando os instrumentos e normas aplicáveis ao orçamento público e as informações da programação orçamentária apresentada no Quadro I, é correto afirmar que:

a. a dotação atribuída ao crédito orçamentário corresponde a 2.730.000,00;
b. o limite de empenho para a execução das ações programadas corresponde a 3.315.000,00;
c. os créditos orçamentários correspondem a uma única natureza de despesa;
d. os créditos orçamentários devem ser executados na modalidade de empenho estimativo;
e. os valores correspondem à descentralização de crédito entre órgãos do mesmo orçamento.

886. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Em geral entende-se receita pública como todo ingresso de recurso nos cofres públicos, mas nem todo ingresso corresponde a uma receita orçamentária que pode ser utilizada como fonte de financiamento das ações públicas. Uma das características dos chamados ingressos extraorçamentários é que:

a. constituem dívida fundada do ente;
b. possuem caráter compensatório e não devolutivo;
c. podem ser destinados à cobertura de créditos extraordinários;
d. são registrados como excesso de arrecadação;
e. suas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

887. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) As receitas orçamentárias são codificadas para possibilitar melhor controle e gestão dos recursos arrecadados pelos entes públicos. De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, na classificação da receita por natureza, o último dígito corresponde ao tipo, que tem a finalidade de identificar

o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, conforme quadro a seguir.

1	1	1	3.01.1	1
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo
Receita Corrente	Tributária	Impostos	Impostos sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	

Nesse caso, o dígito correspondente ao tipo indica que se trata do valor referente a:

a. receita principal;
b. dívida ativa da receita principal;
c. multa e juros da receita principal;
d. multa e juros da dívida ativa da receita principal;
e. montante da receita principal acrescido de multa e juros da respectiva receita.

888. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) No processo de registro dos estágios da receita orçamentária, os procedimentos que envolvem a verificação da procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e a inscrição do débito desta corresponde a:

a. previsão;
b. liquidação;
c. lançamento;
d. arrecadação;
e. inscrição em dívida ativa.

889. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Ao iniciar o exercício financeiro, o orçamento de um ente era de R$ 15 milhões, conforme dados do quadro a seguir, em milhares de reais.

	Dotação Inicial	Créditos Adicionais
Despesas Correntes	11.000,00	800,00
Despesas de Capital	4.000,00	500,00

Sabe-se que 10% da dotação atualizada para despesa de capital foi contingenciada no início do segundo semestre. Ao final do exercício financeiro, apurou-se que 90% das despesas correntes e a dotação disponível de despesas de capital foram empenhadas; além disso, 90% dos empenhos foram liquidados e 15% desses ficou pendente de pagamento. Considerando as informações fornecidas, o valor total, em milhares de reais, das despesas a serem inscritas em restos a pagar não processados corresponde a:

a. 1.390,00;

b. 1.467,00;
c. 1.512,00;
d. 1.980,45;
e. 3.447,45.

890. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma importante inovação trazida pela Constituição da República de 1988 ao ordenamento político brasileiro, estipulando metas e prioridades da Administração Pública. Trata-se de uma de suas atribuições constitucionais:

a. conter reserva de contingência com a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos;
b. fixar prazos para elaboração das leis orçamentárias, enquanto não houver a edição de lei ordinária específica para a matéria;
c. modificar e atualizar elementos materiais da legislação tributária;
d. dispor sobre alterações nas despesas de capital no exercício corrente;
e. estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

891. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) A situação deficitária das contas públicas do governo federal fez com que candidatos à presidência nas eleições de 2018 propusessem mudanças drásticas na técnica de elaboração do orçamento utilizada pelo governo. Uma dessas propostas apresentava a necessidade de que os gestores públicos justificassem anualmente de forma detalhada cada gasto público empregado, sem compromisso com qualquer montante inicial de dotação. Trata-se de técnica conhecida como orçamento:

a. clássico;
b. programa;
c. base-zero;
d. por desempenho;
e. de teto móvel.

GABARITO

879. e	**882.** d	**885.** b	**888.** c	**891.** c
880. d	**883.** b	**886.** e	**889.** b	
881. e	**884.** b	**887.** a	**890.** e	

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

892. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, ao (à)

a. pagamento dos salários de servidores públicos.
b. auxílio alimentação de servidores públicos.
c. regime de previdência social de servidores públicos.
d. manutenção de patrimônio público.
e. amortização da dívida pública.

893. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Assinale a opção que indica a correta classificação contábil da amortização da dívida pública e dos juros da dívida pública, respectivamente.

a. Transferência corrente e despesa financeira.
b. Transferência de capital e transferência corrente.
c. Inversões financeiras e despesa de custeio.
d. Investimentos e inversões financeiras.
e. Investimentos e despesa financeira.

894. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) A Lei de Responsabilidade Fiscal trata de vedações relacionadas às operações de crédito. As opções a seguir indicam vedações, com exceção de uma. Assinale-a.

a. Operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
b. Compra no mercado de títulos da dívida pública por instituição financeira controlada, para atender investimentos de seus clientes.
c. Captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição, cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
d. Assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
e. Recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.

895. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, fica a cargo do (da)

a. Tribunal de Contas da União.
b. Ministério Público.
c. Ministério da Fazenda.
d. Advocacia Geral da União.
e. Câmara de Deputados.

896. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ÁREA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Em relação à atividade financeira do Estado, analise as funções a seguir. I. Obtenção de recursos por meio de receitas públicas. II. Criação de crédito público por meio de endividamento público. III. Gestão e planejamento da aplicação dos recursos, por meio do orçamento público. Está correto o que se afirma em

a. I, somente.
b. II, somente.
c. III, somente.
d. I e II, somente.
e. I, II e III.

897. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Os estágios da despesa pública são empenho, liquidação e pagamento. Em relação a esses estágios, assinale a afirmativa correta.

a. A despesa, cujo montante não se pode determinar, não poderá ser empenhada.
b. O empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento é proibido.
c. A liquidação da despesa representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente.
d. O pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
e. O pagamento da despesa será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação.

898. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) A despesa pública é classificada como despesa corrente e despesa de capital. Assinale a opção que indica despesas correntes.

a. Inversões financeiras e investimentos
b. Inversões financeiras e despesas de custeio.
c. Investimentos e despesas de custeio.

d. Inversões financeiras e transferências correntes.
e. Despesas de custeio e transferências correntes.

899. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Leia o fragmento a seguir. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os títulos da dívida pública escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos pelo valor _____. Assinale a opção cujo termo completa corretamente a lacuna.
a. recuperável.
b. financeiro.
c. econômico.
d. histórico.
e. histórico, corrigido pela inflação.

900. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) A Lei Complementar editada para evitar desequilíbrios financeiros, criando regras estruturadas capazes de incluir melhores práticas de gestão pelos entes públicos e inibindo gastos superiores à arrecadação, ficou conhecida como
a. Lei de Responsabilidade Fiscal.
b. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c. Lei do plano plurianual.
d. Lei de Acesso à Informação.
e. Lei da Reforma Bancária.

901. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA CIÊNCIAS CONTÁBEIS) Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais. O anexo de riscos fiscais, além de identificar os riscos a que o ente está sujeito e indicar as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem, deve também apresentar informações relativas à:
a. evolução do patrimônio líquido;
b. avaliação de passivos contingentes;
c. estimativa e compensação da renúncia fiscal;
d. origem e aplicação dos recursos de privatizações;
e. situação financeira e atuarial do regime de previdência social dos servidores.

902. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA ECONOMIA) Com o objetivo de ampliar o controle sobre o endividamento dos entes públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu uma série de disposições para auxiliar na identificação e no controle da dívida pública. O item a seguir que se equipara às operações de crédito é o(a):

a. mútuo financeiro;
b. confissão de dívida;
c. arrendamento financeiro;
d. aquisição financiada de bens;
e. recebimento antecipado de valores.

903. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA ECONOMIA) Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento que, em geral, têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, mas uma das exceções refere-se aos créditos:

a. suplementares, com saldo em aberto;
b. extraordinários, abertos por decreto do Poder Executivo;
c. especiais, com saldo inscrito em restos a pagar;
d. especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício;
e. suplementares, abertos nos últimos quatro meses do exercício.

904. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO – ÁREA ECONOMIA) De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão excluídos da apuração da despesa total com pessoal os gastos com:

a. servidores inativos;
b. pensionistas;
c. serviços terceirizados;
d. funções gratificadas;
e. ocupantes de mandatos eletivos.

GABARITO

892. c
893. b
894. b
895. c
896. e
897. e
898. e
899. c
900. a
901. b
902. b
903. d
904. c

ADMINISTRAÇÃO GERAL

905. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Em um órgão público, um funcionário do setor de TI foi promovido ao cargo de gerente - um cargo de nível tático. Em um cargo desse nível, o funcionário necessitará, preponderantemente, para seu bom desempenho, de habilidades do tipo:

a. informacionais;
b. técnicas;
c. conceituais;
d. estratégicas;
e. humanas.

906. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Uma faculdade formou, em 2017, 150 alunos, com um custo total de 1.500.000 reais. Em 2018, a faculdade formou 200 alunos, com um custo total de 2.100.000 reais. Considerando-se apenas as informações apresentadas, é correto afimar que, de 2017 para 2018, a faculdade foi:

a. mais eficaz;
b. mais eficiente;
c. igualmente eficiente;
d. igualmente eficaz;
e. menos eficaz e menos eficiente.

907. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O processo de organização é pautado por alguns princípios ou elementos básicos, formulados por autores como Fa ol e eber. A linha de autoridade formal de uma organização, que define a estrutura hierárquica entre os membros e unidades da organização, é conhecida como:

a. grau de formalização;
b. unidade de comando;
c. cadeia escalar;
d. amplitude de controle;
e. linha de especialização vertical.

908. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Uma organização pública realizou uma pesquisa de satisfação junto aos funcionários. Os resultados indicaram que os funcionários não estão satisfeitos no trabalho. A área de recursos humanos não compreende o porquê dessa situação, pois os funcionários têm estabilidade no emprego e boas condições de trabalho (ambiente seguro e confortável, e carga de trabalho adequada, sem excessos). Pela teoria de motivação dos dois fatores, de Herzberg, uma explicação para essa situação seria:

a. estabilidade e boas condições de trabalho não são fatores atrativos para os funcionários;
b. estabilidade e boas condições de trabalho são fatores motivacionais que não estão sendo atendidos a contento;
c. estabilidade é um fator motivacional que não garante satisfação; boas condições de trabalho constituem um fator higiênico que não está sendo atendido a contento;
d. estabilidade é uma exigência legal, e não um fator motivacional; boas condições de trabalho constituem um fator higiênico, que não garante satisfação;
e. estabilidade e boas condições de trabalho são fatores higiênicos, que não garantem satisfação.

909. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Em um órgão público, um cidadão dirige-se ao balcão de atendimento. O funcionário que o atende presta todas as informações solicitadas pelo cidadão, mas sem olhar para ele, tratando-o de maneira distante e formal, limitando-se a responder estritamente o que lhe é perguntado. Ao fim do atendimento, o cidadão demonstrou insatisfação. Na situação descrita, o atendimento foi:

a. adequado, pois a atenção no tratamento ao cidadão não é indispensável a um atendimento de qualidade;
b. adequado, pois informar apenas o estritamente necessário caracteriza um atendimento efetivo;
c. adequado, porque foi tempestivo e efetivo;
d. inadequado, porque não foi nem tempestivo, nem suficiente;
e. inadequado, porque o bom atendimento envolve prover as informações solicitadas e um bom tratamento.

910. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Um funcionário que ocupava um cargo de supervisor declarou que a maior parte do seu tempo era dedicada a interagir com os membros de sua equipe, orientando-os nas suas tarefas e levando-os à realização dos seus objetivos. Posteriormente, o funcionário foi promovido a gerente, e seu tempo passou a ser dedicado a elaborar orçamentos e programar o trabalho dos subordinados. O funcionário desempenhou essencialmente, nos cargos de supervisor e de gerente, os seguintes papéis, respectivamente:

a. interpessoal, de elemento de ligação; decisório, de negociador;
b. interpessoal, de líder; decisório, de administrador de recursos;
c. informacional, de monitor; interpessoal, de líder;
d. decisório, de solucionador de conflitos; decisório, de administrador de recursos;
e. decisório, de negociador; informacional, de monitor.

911. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Um funcionário está se candidatando, em uma seleção interna da organização em que trabalha, a uma vaga de coordenador na área de recursos humanos cujas atribuições estão descritas como “desenho de programas de treinamento; definição das tarefas dos subordinados; avaliação do desempenho dos subordinados”. Essas atribuições estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções administrativas:

a. planejamento; direção; direção;
b. organização; organização; controle;
c. organização; direção; controle;
d. planejamento; organização; controle;
e. direção; planejamento; direção.

912. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Uma das funções administrativas é a responsável “pela distribuição das tarefas e recursos pelos membros e unidades da empresa” (Sobral e Peci, 2014, p. 251). Essa função administrativa e uma de suas atribuições essenciais são, respectivamente:

a. controle; monitoramento das atividades;
b. direção; definição de responsabilidades;
c. organização; desenho da estrutura organizacional;
d. planejamento; definição de objetivos;
e. planejamento-organização; definição de metas e alocação de recursos.

913. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em todas as organizações, o trabalho dos funcionários é objeto da função controle, para garantir que os esforços sejam coordenados e direcionados ao atingimento dos objetivos organizacionais. Assim, técnicas comportamentais de controle são utilizadas, de forma a assegurar que os funcionários estejam fazendo o que a organização espera deles. É uma técnica de controle comportamental, entre outras:

a. otimização de processos de recursos humanos;
b. identificação de gaps de competências;
c. especialização do trabalho;
d. avaliação de desempenho;
e. definição da amplitude de controle.

914. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) O adequado desempenho da função controle depende de sistemas de controle organizacional eficazes. Sistemas de controle eficazes devem atender a alguns critérios gerais, tais como, entre outros:

a. precisão e flexibilidade;
b. critério único e aceitação;
c. hierarquização de objetivos e retroação;
d. definição pelo topo da hierarquia e inovação;
e. simultaneidade e ênfase na exceção.

915. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em uma organização, um grupo de trabalho de oito pessoas apresenta baixa produtividade. Na avaliação do gerente responsável, embora haja metas claras e desafiadoras de desempenho a serem alcançadas pelo grupo, há pouca coesão entre os membros. Para estimular a coesão do grupo, seria uma iniciativa adequada:

a. criar metas individuais de desempenho;
b. estimular o pensamento de grupo (groupthink);
c. reduzir o conflito de papéis;
d. aumentar o tamanho do grupo;
e. estimular competição com outros grupos.

916. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Para a criação de equipes eficazes, é preciso que se considerem variáveis de contexto, de composição e de processos da equipe. É uma variável de composição da equipe, fortemente relacionada ao seu desempenho:

a. sistemas de avaliação de desempenho;
b. nível de conflito interno;

c. propósito comum;
d. autoconfiança da equipe;
e. personalidade dos membros da equipe.

917. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em uma equipe de trabalho de quatro pessoas, o funcionário A é objetivo e prático - como A afirmou, "quem organiza a equipe, estabelece os objetivos e faz tudo acontecer, sou eu". O funcionário B prefere verificar todos os fatos e números para evitar erros e inconsistências com as políticas organizacionais. O funcionário C tende a não impor seus pontos de vista, buscando obter o máximo de informações antes de tomar suas decisões – influenciando a equipe a buscar mais informações antes de as decisões importantes serem tomadas. O funcionário D, o mais experiente do grupo, abraça as novas ideias e busca recursos para implementá-las. Os papéis que A, B, C e D desempenham na equipe são, respectivamente, de:

a. criador/inovador; impulsor/organizador; assessor/desenvolvedor; conclusor/produtor;
b. assessor/desenvolvedor; defensor/mantenedor; controlador/inspetor; impulsor/organizador;
c. impulsor/organizador; controlador/inspetor; relator/conselheiro; explorador/promotor;
d. explorador/promotor; relator/conselheiro; assessor/desenvolvedor; impulsor/organizador;
e. controlador/inspetor; assessor/desenvolvedor; conector; conclusor/produtor.

918. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Maria, funcionária de um órgão público, foi promovida e assumiu a coordenação do setor em que trabalha. aria enfrenta forte resistência dos colegas, que julgam que sua promoção não foi merecida. O setor é responsável pelo processamento da folha de pagamentos, pelo processamento e registro das movimentações trabalhistas e pela manutenção dos arquivos com informações dos funcionários. Maria não tem autonomia para recompensar, punir ou substituir os membros da equipe. Na situação descrita, pelo modelo contingencial de liderança de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz seria:

a. delegador;
b. normativo;
c. orientado para a tarefa;
d. orientado para o relacionamento;
e. orientado para o comprometimento.

919. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Barreiras à comunicação são um problema comum em grandes organizações, com muitos níveis hierárquicos. À medida que vão sendo passadas dos níveis hierárquicos inferiores para os níveis hierárquicos mais altos, é preciso que as informações sejam sintetizadas e condensadas. Nesse processo, é comum ocorrer a manipulação deliberada de informações, para que elas sejam vistas de forma mais favorável pelos receptores da informação. Essa barreira à comunicação é conhecida como:

a. percepção seletiva;
b. desvio de feedback;
c. filtragem;
d. sobrecarga de informações;
e. efeito disponibilidade.

920. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em uma entrevista de processo seletivo, o responsável pela seleção perguntou ao candidato o que o motiva a trabalhar na organização. O candidato respondeu: “Busco reconhecimento e status, e sei que o cargo me dará prestígio e oportunidades de promoção”. Segundo a hierarquia das necessidades de Maslow, a motivação do candidato é satisfazer necessidades do tipo:

a. fisiológicas;
b. de segurança;
c. sociais;
d. de estima;
e. de autorrealização.

921. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Pedro, funcionário de uma organização pública, não se mostra satisfeito com o trabalho. No entanto, seu chefe reconhece que ele desempenha suas atribuições com responsabilidade e com a qualidade exigida. Quando perguntado por que continua a trabalhar na organização, em vez de buscar outras oportunidades, Pedro respondeu: “Não procuro outro emprego porque ganho bem e não há boas oportunidades no mercado, no momento”. O comprometimento de Pedro em relação à organização é do tipo:

a. normativo;
b. utilitário;
c. objetivo;
d. instrumental;
e. coercitivo.

922. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) O gerente de uma equipe de pessoas altamente qualificadas é conhecido por dar total liberdade aos membros da equipe para decidirem e executarem suas tarefas. Ele afirma que "meu grupo tem capacidade, motivação e maturidade para realizar o trabalho; meu papel é disponibilizar as informações e os recursos de que eles necessitam". O estilo de liderança desse gerente é:

a. carismático;
b. liberal (laissez-faire);
c. democrático;
d. diretivo;
e. transformacional.

923. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em Administração, centralização "significa que a autoridade para tomar decisões está concentrada no topo da organização, enfatizando assim a cadeia de comando" (Sobral e Peci, 2013, p. 265). Embora a centralização das decisões possa ser questionada frente à maior complexidade do processo decisório gerada pelo ambiente externo mais turbulento e incerto que as organizações contemporâneas enfrentam, a centralização apresenta vantagens em relação à descentralização, tais como:

a. eliminar esforços duplicados de vários tomadores de decisão;
b. decisões mais próximas dos fatos e das circunstâncias locais;
c. favorecer a formação de gerentes mais motivados e autônomos;
d. maior rapidez e flexibilidade na tomada de decisões;
e. maior interesse e motivação por parte dos subordinados.

924. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Um funcionário foi promovido e assumiu a gerência de uma equipe de seis pessoas. O novo gerente tem um estilo de liderança democrático e tomou a iniciativa de delegar aos membros da equipe a responsabilidade por definir suas metas de desempenho. Para ser bem sucedida, essa iniciativa depende diretamente:

a. do tipo de comprometimento organizacional do líder;
b. das expectativas dos superiores hierárquicos;
c. da situação do mercado e da estratégia organizacional;
d. do grau de inovação e de dificuldade das tarefas desempenhadas;
e. do grau de capacidade e interesse dos subordinados em desempenhar suas tarefas.

925. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) As competências podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos que o indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto organizacional, agregando valor à organização e a si mesmo. Esse conceito destaca que a competência individual tem duas dimensões, a saber:

a. capacidades e entregas;
b. atitudes e desempenho;
c. conhecimentos e atitudes;
d. metas e desempenho;
e. expectativas e entregas.

926. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em uma organização, o mapeamento de competências apontou a necessidade de desenvolver na força de trabalho a competência "trabalho em equipe" – envolvendo as capacidades "cooperação", "iniciativa" e "domínio das normas organizacionais". Essas capacidades são, respectivamente, do tipo:

a. habilidade; atitude; entrega;
b. atitude; atitude; conhecimento;
c. habilidade; psicológica; conhecimento;
d. atitude; habilidade; habilidade;
e. psicológica; entrega; entrega.

927. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) A rotatividade de pessoal afeta quase todos os processos da área de recursos humanos. A rotatividade também implica diversos custos de reposição de mão de obra, que devem ser levados em conta no processo de planejamento de recursos humanos. Representam custos de reposição de mão de obra, em função da rotatividade:

a. custos de monitoramento, derivados de programas de orientação;
b. custos de seleção, derivados de divulgação;
c. custos de treinamento, derivados de programas de integração;
d. custos de recrutamento, derivados de modelagem de cargos;
e. custos de avaliação de desempenho, derivados de pesquisas de mercado.

928. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) A avaliação de desempenho é um processo conduzido de diferentes formas, nas diversas organizações. Um dos aspectos mais importantes nesse processo é definir quem conduzirá a avaliação de desempenho. Por vezes, esse processo é centralizado na área de recursos humanos, que assume total responsabilidade por sua realização. Entre as desvantagens da centralização da avaliação de desempenho na área de recursos humanos, pode-se apontar:

a. não permitir o uso de entrevistas de feedback, limitando a correção do desempenho inadequado;
b. tendência a focar em resultados extremos, tanto positivos quanto negativos, em detrimento dos desempenhos médios;
c. tendência a trabalhar com medidas tais como médias e medianas, em detrimento do desempenho individualizado;
d. exigir o uso dos métodos de ordenação múltipla e distribuição forçada, resultando em complexidade de execução;
e. exigir o mapeamento prévio das competências e dos gaps de competências, medindo apenas o desempenho passado.

929. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Em uma organização, o método de avaliação de desempenho consiste em uma tabela de dupla entrada: nas linhas estão os fatores de avaliação do cargo (tais como assiduidade, cooperação, responsabilidade), e nas colunas estão os graus de avaliação, com escala de fraco a ótimo. Esse tipo de método tradicional de avaliação de desempenho e uma de suas principais vantagens são, respectivamente:

a. escolha forçada; baixo custo de aplicação;
b. escalas gráficas; facilidade de compreensão e utilização;
c. incidentes críticos; facilidade no feedback ao avaliado;
d. distribuição forçada; eliminação do efeito halo;
e. ordenação múltipla; utilização de vários critérios de avaliação.

930. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Uma empresa do ramo de higiene pessoal está modificando todas as suas embalagens, com vistas a reduzir à metade a quantidade de plástico utilizado em seus produtos, com investimentos significativos e meta para conclusão do projeto em 2022. Segundo a diretora de relações com o mercado, “embora a lei não exija que mudemos as embalagens, estamos respondendo a uma tendência atual e futura, que é a preocupação com a sustentabilidade ambiental”. A iniciativa revela que a empresa está sendo influenciada, em suas estratégias, por um fator do ambiente:

a. estrutural;

b. contextual;
c. de tarefa;
d. operacional;
e. sustentável.

931. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) A Administração Científica constituiu uma escola pioneira do pensamento administrativo, cujo principal expoente é Frederick Taylor. Um dos principais focos de atenção de Taylor foi a organização racional do trabalho, com vistas à eliminação do desperdício, da ociosidade e à redução dos custos de produção. Dentre as principais contribuições da Administração Científica, encontra-se:

a. proposição das funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle;
b. formulação dos princípios gerais de organização;
c. introdução dos estudos sobre liderança, associada à supervisão;
d. introdução das primeiras normas de segurança do trabalho;
e. introdução da remuneração associada à produtividade do trabalhador frente a padrão de desempenho.

932. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Um importante marco na evolução do pensamento administrativo deu-se com o enfoque contingencial, cuja perspectiva pode ser resumida na frase “não existe uma única maneira indicada de administrar e organizar” (Sobral e Peci, 2013, p. 81). Fortemente baseados em pesquisas empíricas, autores desse enfoque - como Woodward, Lawrence e Lorsch, Burns e Stalker e outros - identificaram fatores de contingência que influenciam a estrutura organizacional e que devem ser considerados pelos administradores, na busca por eficácia organizacional. São fatores de contingência que influenciam a estrutura:

a. grau de centralização e tipo de processo produtivo;
b. ambiente e fatia do mercado (market share);
c. concentração do mercado e cultura organizacional;
d. composição da mão de obra e estratégia;
e. tecnologia e tamanho da organização.

933. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) O controle dos processos e atividades organizacionais é uma atribuição básica dos gestores. O controle pode ser realizado em diferentes momentos: antes, durante ou depois de as atividades organizacionais serem realizadas. O controle simultâneo consiste no monitoramento contínuo das atividades enquanto são realizadas, corrigindo-se os problemas no momento em que surgem. É um exemplo de controle simultâneo:

a. supervisão direta;
b. código de ética;
c. avaliação de desempenho;
d. relatórios financeiros;
e. auditoria.

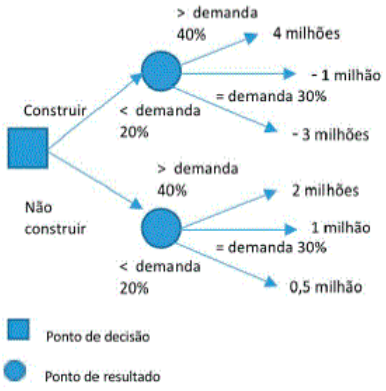
934. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Uma grande organização tem passado por dificuldades financeiras, e, aparentemente, três de suas fábricas precisam ser fechadas e 3.000 empregados demitidos. A diretora de produção tem estudado alternativas de ação e desenvolveu dois planos, que apresentou à diretoria da empresa, da seguinte forma: “Plano A: Este plano salvará uma das três fábricas e 1.000 empregos. Plano B: Este plano tem 1/3 de probabilidade de salvar todas as três fábricas e todos os 3.000 empregos, mas tem 2/3 de probabilidade de não salvar nenhuma fábrica e nenhum emprego”. A diretoria optou pelo Plano A. Preocupada com a situação e buscando uma decisão consistente sobre que plano apresentar à presidência para avaliação, a diretora solicitou outra reunião e apresentou novamente os planos à diretoria. Dessa vez, a diretora apresentou os planos da seguinte forma: “Plano A: Este plano resultará na perda de duas das três fábricas e 2.000 empregos. Plano B: Este plano tem 2/3 de probabilidade de resultar na perda de todas as três fábricas e todos os 3.000 empregos, mas tem 1/3 de probabilidade de não perder nenhuma fábrica e nenhum emprego”. A diretoria optou pelo Plano B. A situação ilustra a armadilha psicológica de decisão conhecida como:

a. falácia da conjunção;
b. evidência confirmadora;
c. framing;
d. escalada de comprometimento;
e. prudência.

935. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) O processo decisório organizacional é influenciado pelas características individuais dos decisores, que têm diferentes estilos de decisão. Administradores que privilegiam decisões técnicas e racionais, com base em dados objetivos e muitas informações, considerando múltiplas alternativas e buscando soluções complexas para os problemas, são decisores de estilo:

a. conceitual;
b. diretivo;
c. estratégico;
d. analítico;
e. comportamental.

936. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Uma organização está considerando, em suas estratégias, a construção de uma nova unidade de produção. As previsões são de 40% de aumento da demanda pelos produtos da empresa, de 30% de manutenção do nível de demanda e de 20% de redução da demanda. Para auxiliar o processo decisório, foi desenhada a árvore de decisão apresentada abaixo. Os resultados projetados (lucros líquidos ou prejuízos) são os apontados na figura a seguir.



Considere que as opções são apenas as apontadas na árvore de decisão. A organização quer tomar a decisão pelo critério do maior valor esperado.

Por esse critério, a melhor decisão a tomar e o valor esperado dela são, respectivamente:

a. construir; valor esperado de 1,6 milhão;
b. construir; valor esperado de 0,7 milhão;
c. não construir; valor esperado de 1,2 milhão;
d. não construir; valor esperado de 0,8 milhão;
e. não construir; valor esperado de 0,5 milhão.

937. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/COORDENADOR CENSITÁRIO) Um órgão público constatou um aumento significativo no tempo de processamento das contas a pagar. Algumas das causas do problema foram identificadas em aspectos relativos a pessoal, procedimentos e infraestrutura de TI (computadores e sistemas). O gerente responsável pela qualidade dos serviços do órgão quer organizar e analisar as informações, estabelecendo as relações de causa e efeito no problema constatado. Para tal, o gerente deve utilizar a seguinte ferramenta da qualidade:

a. seis sigma;
b. ciclo PDCA;
c. fluxograma de processo;
d. diagrama de Ishikawa;
e. diagrama de dispersão.

938. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) A Escola Clássica da Administração surgiu da necessidade de melhorar a eficiência e eficácia dos processos produtivos desenvolvidos no período posterior à Revolução Industrial. Relacione as três vertentes da Escola Clássica da Administração, listadas a seguir, às suas respectivas características. 1 - Administração Científica 2 - Gestão Administrativa 3 - Teoria da Burocracia ( ) Divide as operações empresariais em seis áreas interrelacionadas. ( ) Estuda os tempos e os movimentos. ( ) O recrutamento é feito por regras previamente estabelecidas. Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a. 1, 2 e 3.
b. 1, 3 e 2.
c. 2, 1 e 3.
d. 2, 3 e 1.
e. 3, 2 e 1.

939. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Um leiloeiro recebe uma peça de antiguidade, para ser vendida em leilão, que tem como preço mínimo o valor de 100 mil reais, estabelecido pelo proprietário. Após a apresentação das propostas, o item é vendido por 115 mil reais. No mês seguinte, o leiloeiro recebe, para venda, uma peça idêntica à vendida no mês anterior, tendo, porém, seu valor mínimo estabelecido em 500 mil reais, e atingindo o valor de 550 mil após a apresentação das propostas. Embora inusitado, o evento exposto é coerente com os princípios heurísticos utilizados no processo decisório, quando o valor proposto orientou a proposta do comprador. Esse caso é um exemplo de Heurística

a. da Representatividade.
b. do Status Quo.

c. da Evidência Confirmadora.
d. da Ancoragem.
e. da Prudência.

940. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Ao discutir os preparativos para o Carnaval de 2020, o Governo da Bahia decide montar um plano de segurança com a Polícia Militar para combater os furtos ocorridos durante o evento. No entanto, devido à limitação de contingente polícia disponível, o plano irá focar apenas as regiões com o maior número de furtos. Assinale a opção que contém a ferramenta adequada para ser utilizada nessa situação.

a. Ciclo PDCA
b. Diagrama de Pareto
c. 5W2H
d. Diagrama de Árvore
e. Gráfico de Dispersão

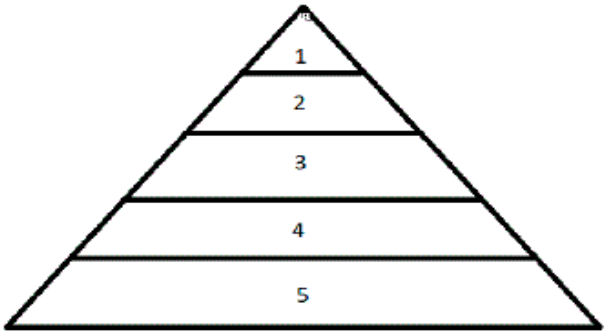
941. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Em determinada organização, o administrador se baseia na teoria situacional para liderar seus subordinados. Seguindo essa teoria, ao reconhecer que possui subordinados competentes e dispostos, o administrador deve assumir uma postura de

a. direção.
b. persuasão.
c. orientação.
d. delegação.
e. participação.

942. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Sobre o processo conhecido por espiral do conhecimento, responsável pela gestão do conhecimento em uma organização, assinale a afirmativa correta.

a. Preocupa-se com o gerenciamento de ativos tangíveis da organização, que, apesar de gerar aprendizado, não trazem benefício econômico para a organização.
b. Estimula o conhecimento tácito que é transmitido em linguagem formal, codificada e sistemática.
c. Possibilita a socialização, com o objetivo de criar a habilidade necessária para as tarefas e convertê-las em competência, por meio de reuniões informais.
d. Divulga o conjunto de dados e informações que passaram por um tratamento para serem dotados de relevância e propósito.
e. Afirma que o conhecimento explícito pode ser compartilhado por meio de manuais ou documentos, possibilitando sua internalização pelos funcionários da organização.

943. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) A Pirâmide de Maslow é um esquema elaborado a partir da teoria motivacional da hierarquia das necessidades humanas. De acordo com essa teoria, para que um indivíduo seja motivado, é necessário que determinadas necessidades sejam satisfeitas, de forma ordenada.



A ilustração acima apresenta a pirâmide de Maslow com números no lugar dos grupos de necessidades. Assinale a opção que indica a relação de necessidades que completa corretamente a pirâmide de Maslow.

a. 1. de estima / 2. de autorrealização / 3. sociais / 4. de segurança / 5. fisiológicas.
b. 1. fisiológicas / 2. de estima / 3. sociais / 4. de segurança/ 5. de autorrealização.
c. 1. sociais / 2. de segurança / 3. fisiológicas / 4. de autorrealização / 5. de estima.
d. 1. de segurança / 2. de estima / 3. de autorrealização / 4. sociais / 5. fisiológicas.
e. 1. de autorrealização / 2. de estima / 3. sociais / 4. de segurança/ 5. fisiológicas.

944. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Revendo o calendário das atividades da empresa para adequá-lo aos jogos de futebol da Copa América, que ocorreriam no Brasil, Marta, CEO de uma empresa fabricante de materiais esportivos, opta por dar folga coletiva aos empregados nas datas previstas para os jogos da seleção brasileira. Para transmitir a decisão, Marta pede a seu secretário que envie uma circular aos funcionários. Considerando os conceitos e elementos da comunicação, evidencia-se na conduta de Marta que

a. foi utilizado um canal de baixa riqueza.
b. o papel foi o código apresentado.
c. os emissores são todos os funcionários da empresa.
d. a língua portuguesa escrita é o tipo de mensagem adotada.
e. o uso de circulares impede a ocorrência de ruídos.

945. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Leia o trecho a seguir, retirado do site do jornal O GLOBO. “Os dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego é maior entre as pessoas com menor escolaridade. Os mais afetados são aqueles que têm ensino médio incompleto - para esse grupo, a taxa é de 20%, contra 6,2% para os profissionais com curso superior.” Analisando o trecho apresentado e fazendo um paralelo com a gestão de pessoal por competências, é correto afirmar que a taxa de desemprego tem uma relação direta com a competência conhecida por

a. atitude.
b. conhecimento.
c. raciocínio.
d. aptidão.
e. habilidade.

946. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) A Prefeitura de Salvador está desenvolvendo um projeto para possibilitar o uso do home-office entre seus servidores. Durante seu desenvolvimento, evidencia-se que o gerente de projetos se dedica em tempo integral à empreitada, enquanto sua equipe, apenas em tempo parcial. Tomando como base a situação apresentada, nota-se que a Prefeitura de Salvador utiliza um tipo de estrutura conhecida por

a. matricial balanceada.
b. projetizada.
c. funcional.
d. matricial forte.
e. linear.

947. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Um importante conceito utilizado na gestão de projetos é o de programa, que está relacionado à ideia de

a. esforço temporário desempenhado, buscando a criação de um resultado único, respeitando determinadas restrições conflitantes como escopo, tempo e orçamento.
b. atividades rotineiras de caráter tático, desenvolvidas por gerentes intermediários a fim de promover o tratamento adequado do portfólio de serviços de determinado setor.
c. projetos e outros trabalhos organizados de forma adequada e eficiente, a fim de atender os objetivos estratégicos da organização.
d. sequência coordenada de atividades, realizado de forma permanente e contínua, com objetivo de gerar produtos padronizados.
e. agregado de projetos relacionados de modo articulado, que visam a obtenção de benefícios e controles que seriam inviáveis caso geridos isoladamente.

948. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Durante a aula de uma renomada faculdade de administração de empresas, localizada na Bahia, foi proposto aos alunos a elaboração de um trabalho em grupo sobre as ferramentas auxiliares no desenvolvimento do planejamento estratégico. Após a conclusão dos trabalhos, um dos grupos foi convidado a apresentar sua composição e os conceitos utilizados, e informou à turma, corretamente, que

a. O benchmarking avalia as forças competitivas de um determinado setor de mercado para que as organizações possam desenvolver estratégias adequadas
b. A matriz SWOT realiza uma análise ambiental, examinando tantos aspectos controláveis pela organização, como forças e fraquezas, quanto incontroláveis, como ameaças e oportunidades
c. Matriz BCG consiste no processo de busca das melhores práticas utilizadas em determinada indústria para a sistematização, por meio da comparação de mark-ups, e posterior internalização dessas práticas por uma organização
d. O diamante de Porter consiste na representação gráfica dos produtos e serviços de uma organização, visando verificar o desempenho e potencial futuro de cada um e embasando a tomada de decisão
e. O Balanced Scorecard auxilia a organização no alinhamento das unidades de negócios, equipes e indevidos em torno de metas organizacionais, utilizando como base de mensuração puramente a perspectiva financeira

949. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) O fragmento a seguir está no site da Prefeitura de Salvador, na seção da Secretaria de Fazenda. “Assegurar e gerir, com transparência e efetividade, os recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do município”. O fragmento define o planejamento estratégico do órgão. Assinale a opção que o identifica.

a. Missão.
b. Valores.
c. Princípios.
d. Visão.
e. Ideologia.

950. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Uma startup de compartilhamento de patinetes elétricos, sediada no município de Salvador, recebe um aporte de capital de 10 milhões de dólares de uma empresa americana, com objetivo de apoiar a expansão de seu negócio para toda a América Latina. Após o aporte, a startup decide realizar um redesenho integral de seus processos, visando obter melhorias drásticas em seu desempenho para ter condições adequadas para disputar o mercado internacional. Assinale a opção que indica o nome da técnica utilizada pela startup.

a. Reengenharia.
b. BPMN.
c. Lean management.
d. Gestão para resultados.
e. Gerenciamento por diretrizes.

951. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS) Um órgão da Prefeitura de Salvador pretende aplicar uma política de valorização de pessoal, utilizando, como base, resultados de avaliações de desempenho. Para isso, será utilizado um método democrático em que o chefe e o subordinado decidem, em conjunto, quais serão os resultados visados e os recursos necessários. Esse método é conhecido como

a. Avaliação 360 graus.
b. Avaliação Participativa por Objetivos.
c. Avaliação por Escala Gráfica.
d. Avaliação por Listas de Verificação.
e. Avaliação por escolha forçada.

952. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Para aumentar a eficácia do Tribunal, foi contratado um consultor com o objetivo de melhorar todas as funções administrativas de determinado setor. Uma dessas funções administrativas tem dupla atribuição: monitorar as atividades planejadas, assegurando que sejam executadas conforme planejado, e corrigir os desvios, a partir de medidas corretivas. Tal função administrativa é:

a. o planejamento;
b. a organização;
c. a direção;
d. o controle;
e. a execução.

953. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) No setor público, não basta ter boas ideias e boa vontade. É importante planejar, dirigir e controlar com qualidade. Os planos geralmente realizados por gerentes médios, que focam em unidades e departamentos organizacionais e que têm dimensão temporal de médio prazo, são denominados:

a. estratégicos;
b. focados;
c. operacionais;
d. holísticos;
e. táticos.

954. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Um desembargador responsável por um órgão do Poder Judiciário constatou que era necessário rever a estrutura e os processos internos do referido órgão. Após diagnóstico profissional e planejamento, começaram as mudanças e várias atividades e recursos foram redistribuídos. A função da administração responsável pela distribuição de tarefas e recursos na organização é o(a):

a. processo decisório;
b. planejamento tático;
c. planejamento estratégico;
d. organização;
e. departamentalização.

955. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) O professor Alfred Chandler disse que a “estrutura segue a estratégia”. Se o novo servidor público quer entender mais a nova organização e sua respectiva estratégia, é recomendável analisar sua estrutura. A estrutura organizacional que apresenta pequena amplitude de controle é a:

a. aguda ou vertical;
b. horizontal;
c. hierárquica;
d. analítica;
e. operacional.

956. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) Após ingressar no Poder Judiciário, Ícaro iniciou seus trabalhos assessorando um gestor no planejamento e execução de tarefas rotineiras comuns em seu departamento. Ícaro e seu chefe são responsáveis pela definição de procedimentos e processos específicos de curto prazo. Ícaro e seu gestor encontram-se no nível organizacional:

a. tático;
b. gerencial;
c. estratégico;
d. operacional;
e. corporativo.

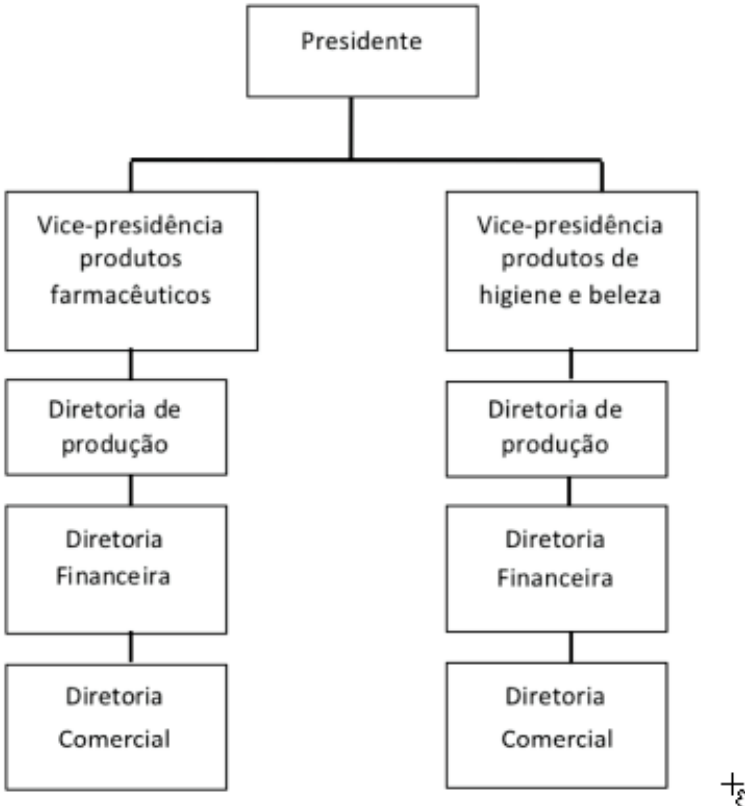
957. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ – CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA) O gestor de um órgão público solicitou a dois servidores (Alfa e Beta) que cada um comprasse 10 lâmpadas para projetores multimídia utilizados no órgão. O gestor informou que o valor limite para a compra de cada lote de 10 lâmpadas, conforme especificação fornecida, seria de R$ 1.500,00. O servidor Alfa comprou as lâmpadas por R$ 1.390,00 e o servidor Beta por R$ 1.500,00. Ambos os lotes foram entregues em perfeitas condições, porém o lote adquirido pelo servidor Beta foi entregue um dia antes do prazo. Considerando a situação exposta, é correto afirmar que:

a. ambos os servidores foram igualmente eficientes;
b. apenas o servidor Alfa foi eficaz na aquisição;
c. apenas o servidor Alfa foi eficiente na aquisição;
d. o servidor Beta foi mais efetivo na aquisição;
e. o conceito de eficácia foi atendido por ambos os servidores.

958. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Um funcionário que ocupava um cargo de supervisor na área de recursos humanos de uma organização de grande porte dedicava boa parte do seu tempo à distribuição, entre os membros da sua equipe, das atividades e dos recursos necessários à sua realização. Ao ser promovido ao cargo de gerente, passou a se dedicar à representação da organização em negociações com sindicatos. O papel desempenhado pelo funcionário como supervisor e o papel desempenhado como gerente são, respectivamente:

a. interpessoal, de líder; interpessoal, de negociador;
b. decisório, de administrador de recursos; decisório, de negociador;
c. decisório, de solucionador de conflitos; informacional, de porta-voz;
d. informacional, de monitor; interpessoal, de símbolo;
e. decisório, de administrador de recursos; informacional, de porta-voz.

959. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) A figura abaixo representa a departamentalização em uma organização fictícia XPTO.



O tipo de departamentalização adotado pela XPTO e uma de suas vantagens são, respectivamente:

a. funcional; agrupar especialistas;
b. funcional e por processo; favorecer a inovação;
c. por produto e por processo; maximizar os ganhos na cadeia de valor;
d. por produto; promover a descentralização;
e. por cliente; apresentar menores custos operacionais.

960. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Em um órgão público foram efetivados cinco novos funcionários no setor financeiro, alocados na equipe responsável pelo pagamento a fornecedores. Os funcionários têm pouca experiência profissional, e o gerente responsável pelo setor gostaria de adotar formas de controle para evitar erros nos procedimentos de pagamento. Seriam formas de controle preventivo e de controle simultâneo adequadas ao caso descrito, respectivamente:

a. definição de critérios para autorização de pagamentos; supervisão direta;
b. definição de regras de conduta; feedback de desempenho;

c. definição de alçadas decisórias de gastos; elaboração de código de ética;
d. definição de limites de gastos sem licitação; controle estatístico dos processos;
e. definição das competências necessárias ao cargo; trabalho em equipe.

961. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Em todas as organizações, o trabalho dos funcionários é objeto do processo de controle, para garantir que os esforços sejam coordenados e direcionados ao atingimento dos objetivos organizacionais. Assim, técnicas comportamentais de controle são empregadas para assegurar que os funcionários estejam fazendo o que a organização espera deles. É uma técnica de controle comportamental, entre outras:
a. levantamento das necessidades de treinamento;
b. delegação de autoridade;
c. desenho de cargos;
d. processo decisório participativo;
e. mapeamento de competências.

962. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) O diretor administrativo de uma fundação de pequeno porte, com atuação restrita a um município, gostaria de desenhar um sistema de controle como forma de monitorar o desempenho de processos e pessoas. A fundação tem poucos níveis hierárquicos, a cultura organizacional é participativa e, uma vez que o trabalho dos funcionários é altamente especializado, a liderança do órgão sempre leva em consideração a opinião e os pareceres técnicos dos funcionários, constituindo um estilo democrático de liderança. Tendo em vista as características de um sistema de controle eficaz, seria adequado adotar, no contexto descrito, os seguintes controles:
a. definição de padrões de desempenho; controle por motivação interna;
b. avaliações de desempenho por comissões; definição de código de ética;
c. controle por imposição externa; avaliação de desempenho 360 graus;
d. ajuste mútuo; balanced scorecard;
e. formalização das atribuições e responsabilidades; auditoria externa.

963. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma das etapas da administração estratégica é a análise do ambiente externo à empresa. Essa análise permite que sejam identificadas ameaças e oportunidades ambientais para orientar o desenvolvimento de estratégias organizacionais. A análise de oportunidades

começa com a identificação da estrutura genérica do setor, sendo quatro delas bastante comuns: setores fragmentados, setores emergentes, setores maduros e setores em declínio. Nos setores maduros, entre as principais opções estratégicas para exploração de oportunidades estão as chamadas estratégias de:

a. colheita; inovação de processo;
b. alienação; liderança de mercado;
c. nicho de mercado; consolidação;
d. refinamento de produto; ênfase no serviço;
e. criação de custos de mudança para o cliente; liderança tecnológica.

964. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma organização iniciou seu processo de gestão do conhecimento. As primeiras ações estruturadas consistiram na atualização dos manuais de apoio ao atendimento aos clientes, de acordo com a legislação vigente; e na gravação de vídeos pelos funcionários mais experientes, relatando suas experiências, dando "dicas" sobre atendimento aos clientes, como material de um treinamento a distância a ser futuramente ministrado aos novos funcionários. Essas iniciativas representaram, respectivamente, processos de conversão do conhecimento conhecidos como:

a. externalização; socialização;
b. externalização; internalização;
c. combinação; externalização;
d. combinação; internalização;
e. socialização; externalização.

965. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Em uma organização, o mapeamento de competências apontou a necessidade de desenvolver na força de trabalho a competência "liderança" – envolvendo as capacidades "determinação", "empatia" e "cooperação". A direção da organização quer que o desenvolvimento dessa competência seja priorizado nos diversos processos de gestão de pessoas. Para tal fim, na situação descrita, seriam técnicas adequadas a serem adotadas nos processos de seleção e de treinamento e desenvolvimento, respectivamente:

a. entrevista não diretiva; capacitação em sala de aula;
b. entrevista padronizada; treinamento no cargo;
c. prova de capacidade; coaching;
d. testes psicológicos; leitura de livros e artigos;
e. testes de personalidade; treinamentos experienciais.

966. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma gerente recebe diariamente cerca de 200 e-mails com as mais variadas informações: notícias selecionadas de jornal, comunicações internas, comunicações do sindicato, além dos emails do seu chefe, de seus subordinados e de outros clientes internos e externos. Recentemente, seu chefe perguntou por que ela não havia respondido adequadamente a uma determinada mensagem, em que eram solicitadas informações para um novo projeto. A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

a. canal inadequado;
b. percepção seletiva;
c. linguagem;
d. sobrecarga de informações;
e. filtragem.

967. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Em uma equipe de trabalho de cinco pessoas, os funcionários A e B se destacam pela capacidade de propor novas ideias e conceitos. O funcionário C prefere checar todos os fatos e números para evitar erros e inconsistências com as normas organizacionais. O funcionário D tem fortes habilidades analíticas e prefere avaliar diversas opções antes de tomar decisões. O funcionário E, o mais experiente do grupo, tende a não impor seus pontos de vista, buscando obter o máximo de informações antes de tomar suas decisões com isso, influenciando a equipe a evitar decisões precipitadas. Os papéis que A e B; C, D e E desempenham na equipe são, respectivamente, de:

a. criadores/inovadores; impulsor/organizador; assessor/desenvolvedor; concluSor/produtor;
b. exploradores/promotores; controlador/inspetor; assessor/desenvolvedor; defensor/mantenedor;
c. impulsores/organizadores; relator/conselheiro; assessor/desenvolvedor; conector;
d. exploradores/promotores; defensor/mantenedor; relator/conselheiro; impulsor/organizador;
e. criadores/inovadores; controlador/inspetor; assessor/desenvolvedor; relator/conselheiro.

968. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma gerente de um órgão público recebeu os resultados de uma pesquisa sobre percepções e expectativas de recompensa no trabalho realizada junto a sua equipe. Os resultados foram os seguintes: os membros da equipe desejam mais autonomia para a realização do traba-

lho; os membros da equipe se consideram capazes e gostariam de assumir mais responsabilidades do que as que têm no momento; a equipe considera que não está recebendo o feedback adequado sobre o seu desempenho. A gerente gostaria de realizar mudanças nos cargos e atribuições da equipe que permitissem estimular a motivação dos membros. De acordo com as teorias de motivação, a equipe apresenta como necessidade no trabalho e seria uma mudança adequada nos cargos, respectivamente:

a. necessidade de poder; expansão vertical dos cargos e participação em projetos;
b. necessidade de poder; combinação de tarefas e abertura de canais de comunicação;
c. necessidade de afiliação; rotatividade dos cargos e estabelecimento de relacionamentos com os clientes internos;
d. necessidade de realização; participação em projetos e formação de unidades naturais de trabalho;
e. necessidade de realização; expansão vertical dos cargos e estabelecimento de relacionamentos com os clientes.

969. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Em um órgão público, um gerente da área de finanças assumiu a gerência de recursos humanos. A área de recursos humanos não vem apresentando resultados satisfatórios, as tarefas são pouco estruturadas e não há metas bem definidas. Nesse quadro, a indicação foi justificada pela direção do órgão com base no estilo de liderança do gerente, orientado para a tarefa. O gerente enfrenta forte resistência por parte da equipe e tem pouca autonomia para recompensar, punir ou substituir os subordinados. Na situação descrita, pela teoria da liderança contingencial de Fiedler, é correto afirmar que:

a. o estilo de liderança orientado para o relacionamento é o mais eficaz;
b. o estilo de liderança orientado para a tarefa é o mais eficaz;
c. o forte poder de posição torna qualquer estilo de liderança igualmente eficaz;
d. a resistência dos subordinados neutraliza o estilo de liderança orientado para a tarefa;
e. as tarefas pouco estruturadas neutralizam tanto o estilo de liderança orientado para o relacionamento quanto o orientado para a tarefa.

970. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma organização adota estratégia de liderança em custo, com processo produtivo intensivo em mão de obra e tecnologia madura. Embora opere em um país com economia em recessão e com alta taxa de desemprego, a organização vai inaugurar uma nova unidade produtiva, com tecnologia avançada de produção que permite melhor aproveitamento das maté-

rias-primas, menor consumo de energia e melhor qualidade dos produtos. A empresa precisa de mão de obra capacitada para operar a nova unidade produtiva. Tendo em vista a situação e as condições descritas, seria adequado contemplar no planejamento de recursos humanos:

a. investimento em treinamento e uso de horas extras;
b. desligamentos e uso de banco de horas;
c. recrutamento externo e aumento das exigências aos candidatos;
d. redução de benefícios e transferências internas de funcionários;
e. políticas de retenção do capital humano e investimento em recrutamento.

971. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) O diretor de recursos humanos de um órgão público de grande porte está considerando a implantação da avaliação de desempenho 360 graus, em substituição à avaliação por comissão de avaliação, atualmente adotada no órgão. O diretor considera que a avaliação 360 graus permite uma perspectiva mais ampla do desempenho do avaliado. No entanto, o método apresenta, entre suas desvantagens:

a. propensão ao efeito halo; não favorecer o planejamento de ações para melhoria do desempenho;
b. categorização dos avaliados por curva normal; complexidade de operacionalização;
c. propensão ao efeito de tendência central; sobrecarga de informação;
d. pouca participação do avaliado; propensão ao efeito halo;
e. complexidade de operacionalização; poder gerar informações conflitivas.

972. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Na gestão estratégica de pessoas, os processos relativos à manutenção de pessoas referem-se aos esforços para manter os talentos motivados e satisfeitos com a organização, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e agradável, em suas dimensões físicas, psicológicas e sociais. São indicadores adequados para mensuração desses processos:

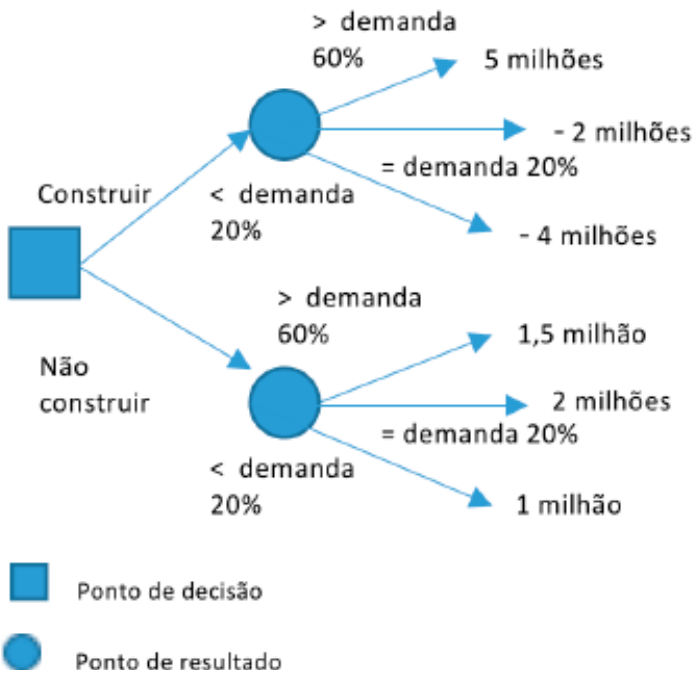
a. tempo médio de preenchimento de vagas; índice de retenção de funcionários;
b. passivo trabalhista total; custo total das reclamações trabalhistas;
c. índice de promoções por cargo; horas de treinamento por empregado;
d. índice de empregados de alto potencial; número de acidentes de trabalho;
e. rotatividade; custo de treinamento por empregado.

973. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma organização opera em um ambiente estável e previsível. Nesse tipo de ambiente, é recomendado que a organização adote, no âmbito da gestão de sua cadeia de valor:

a. manutenção de baixos níveis de estoque e redução dos custos de produção;
b. escolha de fornecedores flexíveis e sistemas just in time;
c. manutenção de estoques na cadeia e busca de fornecedores de baixo custo;
d. estrutura organizacional por processos e priorização da flexibilidade na entrega dos produtos;
e. descentralização do processo de compras e priorização da rapidez na entrega dos produtos.

974. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma organização está considerando, em suas estratégias, a construção de uma nova unidade de produção. As previsões são de 60% de aumento da demanda pelos produtos da empresa, de 20% de manutenção do nível de demanda e de 20% de redução da demanda. Para auxiliar o processo decisório, foi desenhada a árvore de decisão apresentada abaixo. Os resultados projetados (lucros líquidos ou prejuízos) são os apontados na figura a seguir.

Figura: árvore de decisão – construção de unidade produtiva



Considere que as opções são apenas as apontadas na árvore de decisão. A organização quer tomar a decisão pelo critério do maior valor esperado. Por esse critério, a melhor decisão a tomar e o valor esperado dela são, respectivamente:

a. construir; valor esperado de 1,8 milhão;
b. construir; valor esperado de 5 milhões;
c. construir; valor esperado de 0,3 milhão;
d. não construir; valor esperado de 2 milhões;
e. não construir; valor esperado de 1,5 milhão.

975. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Um gerente precisa definir o salário a ser pago para um especialista na área de engenharia, para um cargo novo na empresa. O gerente não tem ideia de qual seria o valor adequado, então decidiu perguntar ao único candidato à vaga quanto ele recebia no seu último emprego. A partir desse valor, o gerente propôs um salário 20% maior. No seu processo de tomada de decisão, o gerente está incorrendo na armadilha psicológica conhecida como:
a. evidência confirmadora;
b. representatividade;
c. framing;
d. ancoragem;
e. associação pressuposta.

976. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Um gerente, responsável pelo projeto de instalação de um sistema de refrigeração de ar em uma organização, precisa detalhar as atividades a serem feitas, a ordem em que devem acontecer, seus responsáveis, e a duração estimada de cada uma delas. O gerente gostaria de utilizar uma ferramenta adequada para auxiliá-lo na programação desse projeto. O gerente poderia utilizar:
a. gráfico de Pareto;
b. matriz de prioridades;
c. gráfico de Gantt;
d. diagrama espinha de peixe;
e. gráfico de ciclo de vida.

977. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Entre as várias etapas do desenho de uma rede PERT está a estimativa do tempo das principais atividades do projeto em foco. O cálculo do tempo estimado de cada atividade da rede PERT leva em conta:
a. a estimativa pessimista para a atividade, as folgas totais e as folgas dependentes para a atividade;

b. a estimativa otimista, a estimativa pessimista e a estimativa mais provável para a atividade;
c. a estimativa mais provável para a atividade e o caminho crítico do projeto;
d. as folgas totais, a estimativa mais provável para a atividade e o tempo de espera para a atividade;
e. as atividades predecessoras, o caminho crítico do projeto e a estimativa pessimista para a atividade.

978. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Um projeto de reforma de salas de um escritório, originalmente previsto para durar dez meses e com valor planejado total de R$ 500.000,00, foi analisado, ao fim do quinto mês, pela técnica de EVA (earned value analysis). A situação do projeto nessa data era: PV = R$ 250.000,00; EV = R$ 128.000,00; e AC = R$ 320.000,00. O gerente do projeto quer estimar o indicador ETC (estimativa para concluir o projeto) como desempenho de custos, para dois cenários: o restante do projeto será executado de acordo com o valor planejado (PV); o restante do projeto seguirá a tendência do índice de performance de custo (CPI). Os respectivos valores do ETC, para os dois cenários, são:
a. R$ 500.000; R$ 372.000;
b. R$ 558.000; R$ 500.000;
c. R$ 372.000; R$ 930.000;
d. R$ 430.000; R$ 700.000;
e. R$ 250.000; R$ 870.000.

979. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Um projeto com prazo previsto de quatro meses e custo total de R$ 300.000,00 encontra-se, ao fim do segundo mês, na seguinte situação:

Planejado		Realizado	
Prazo	Valor	Custo	Valor entregue
Mês 1	75.000,00	72.000,00	58.000,00
Mês 2	150.000,00	160.000,00	120.000,00
Mês 3	225.000,00		
Mês 4	300.000,00		

O gerente responsável pelo projeto quer avaliá-lo, a fim de fazer previsões sobre seu desempenho, utilizando a técnica de EVA (earned value analysis). O gerente acredita

que o restante do projeto seguirá as tendências do índice de performance de custo (CPI) e do índice de performance de prazo (SPI). Na situação descrita e considerando-se as premissas do gerente, o custo final estimado do projeto quando concluído (EAC – estimate at completion) será:

a. R$ 300.000;
b. R$ 360.000;
c. R$ 460.000;
d. R$ 525.000;
e. R$ 540.000.

980. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Um hospital mantém estoque anual médio avaliado em R$ 4.000.000,00 e estoque mínimo de R$ 500.000,00. O hospital estima que os custos de armazenagem são de 8% ao ano, os custos de risco de manutenção do estoque (associados a danos, perdas, obsolescência e deterioração) são de 5% ao ano e o custo de capital é de 10% ao ano. Na situação descrita, o custo anual de manutenção do estoque é de:

a. 920.000 reais;
b. 805.000 reais;
c. 520.000 reais;
d. 455.000 reais;
e. 420.000 reais.

981. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) No estoque de um órgão público constavam, em 2 de abril, 600 unidades de determinado material de escritório, ao preço unitário de R$ 10,00. No dia 12 de abril, entraram no estoque mais 400 unidades do material, ao preço de R$ 12,00 por unidade. No dia 28 de abril, saíram do estoque 200 unidades desse material. Não houve outras movimentações no estoque. Em 30 de abril, o valor do saldo do estoque do material, calculado pelo método do custo médio, era de:

a. R$ 8.400;
b. R$ 8.600;
c. R$ 8.640;
d. R$ 8.720;
e. R$ 8.800.

982. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de resmas de papel. O montante anual despendido com o material permite que as aquisições sejam efetuadas por compra direta, e o custo de pedido é de R$ 80,00. O consumo mensal de resmas é, em média, de 100 unidades, o estoque de segurança é de 40 unidades e o tempo de ressuprimento é de nove dias corridos. Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

a. 40 unidades;
b. 60 unidades;
c. 65 unidades;
d. 70 unidades;
e. 72 unidades.

983. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS) Determinado dirigente de órgão público vinculado à Defensoria Pública recebe a incumbência de implementar a gestão por resultados no âmbito das atividades do órgão. Com base no contexto e nas propostas da gestão por resultados, é correto esperar que o dirigente promova, como uma de suas ações:

a. a equiparação remuneratória entre as carreiras do órgão, inibindo o conflito disfuncional;
b. a reformulação incremental da cultura organizacional, visando à verticalização da linha de comando;
c. o desenvolvimento dos mecanismos de prestação de contas, permitindo aumento da responsabilização dos servidores;
d. a redução das tarefas executadas no órgão, garantindo a majoração do índice de produtividade;
e. a implementação de bonificação por tempo de serviço, efetivando a utilização dos incentivos procedimentais.

GABARITO

905. e
906. a
907. c
908. e
909. e
910. b
911. b
912. c
913. d
914. a
915. e
916. e
917. c
918. c
919. c
920. d
921. d
922. b
923. a
924. e
925. a
926. b
927. c
928. c
929. b
930. b
931. e
932. e
933. a
934. c
935. d
936. c
937. d
938. c
939. d
940. b
941. d
942. e
943. e
944. a
945. b
946. a
947. e
948. b
949. a
950. a
951. b
952. d
953. e
954. d
955. a
956. d
957. e
958. b
959. d
960. a
961. c
962. a
963. d
964. c
965. e
966. d
967. e
968. e
969. b
970. c
971. e
972. b
973. a
974. a
975. d
976. c
977. b
978. c
979. c
980. a
981. c
982. d
983. c

ARQUIVOLOGIA

984. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) Uma instituição de ensino e pesquisa tem seu arquivo com a seguinte classificação, em método decimal: 000 Administração Geral 100 Cursos 200 Pesquisas 210 Psicologia Utilizando-se o método duplex, a numeração seria:

a. 0-0 Administração Geral; 1-1 Cursos; 2-2 Pesquisas; 2-2-11 Psicologia;
b. 0 Administração Geral; 1 Cursos; 2 Pesquisas; 2-1 Psicologia;
c. 0-000 Administração Geral; 1-100 Cursos; 2-200 Pesquisas; 2-2100 Psicologia;
d. A-000 Administração Geral; B-100 Cursos; C-200 Pesquisas; C-210 Psicologia;
e. 000 Administração Geral; 100 Cursos; 200 Pesquisas; 210 Psicologia.

985. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BR/AGENTE CENSITÁRIO OPERACIONAL) O conjunto de documentos que são preservados de maneira definitiva em função de seu valor documental é conhecido como arquivo:

a. central;
b. permanente;
c. especializado;
d. de segurança;
e. privado.

986. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ÁREA CIÊNCIAS CONTÁBEIS) A Transparência Ativa refere-se ao dever, por parte dos órgãos e entidades públicas, de divulgar, em seus sítios na internet, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, independentemente de requerimento. Quanto às informações de interesse coletivo ou geral a serem divulgadas pelos órgãos e entidades, os itens a seguir são expressamente requeridos pelo Decreto n. 7.724/2012, EXCETO:

a. estrutura organizacional;
b. endereço e telefones das unidades;
c. principais cargos e seus ocupantes;
d. horários de atendimento ao público;
e. agenda oficial do gestor ou dirigente.

GABARITO

984. b **985.** b **986.** e

NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

Pratique os truques de cada banca e fique mais próximo da sua aprovação.

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, **acesse diretamente pelo site** no endereço *https://questoes.grancursosonline.com.br*

GRAN CURSOS QUESTÕES